

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em Educação
Doutorado em Educação

Márcia Aparecida Batista Ferreira

**PROJOVEM URBANO DE JUIZ DE FORA: IMPLEMENTAÇÃO E PERCEPÇÕES
DOS ATORES SOBRE O PROGRAMA**

Juiz de Fora

2015

MÁRCIA APARECIDA BATISTA FERREIRA

**PROJOVEM URBANO DE JUIZ DE FORA: IMPLEMENTAÇÃO E PERCEPÇÕES
DOS ATORES SOBRE O PROGRAMA**

Tese de Doutorado apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Doutora à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Diva Chaves Sarmento.

Juiz de Fora
2015

MÁRCIA APARECIDA BATISTA FERREIRA

**PROJovem Urbano de Juiz de Fora: Implementação e Percepções
dos Atores sobre o Programa**

Tese de Doutorado apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Doutora à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Diva Chaves Sarmiento- Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof.^a Dr.^a. Beatriz de Basto Teixeira
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Luiz Carlos Gil Esteves
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof.^a Dr.^a. Mônica Dias Peregrino Ferreira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Eduardo Magrone
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Aos meus queridos pais
por me oportunizar traçar
essa trajetória de vida.

AGRADECIMENTOS

Esta é uma parte muito especial de um trabalho empenhado há quase quatro anos. É um momento de reflexão. Somos tomados pela emoção, lembranças de momentos angustiantes os quais conseguimos superar e seguir em frente e de momentos muito felizes, de ter chegado ao doutorado tão querido e sonhado. Assim, começo agradecendo a Deus, por ter me dado forças, saúde e capacidade intelectual pra chegar até aqui. Foi uma longa caminhada.

À minha orientadora, Diva Chaves Sarmiento, que tem acompanhado minha trajetória acadêmica e de pesquisadora, desde o período da monografia de conclusão do curso de Pedagogia, passando pelo mestrado e, agora, o doutorado. Agradeço-lhe pela seriedade e compromisso demonstrados ao longo de todo o processo de construção desse trabalho, pela paciência e tranquilidade que me fazia sentir nos momentos de ansiedade (que não foram poucos) e por sempre se mostrar positiva, direcionando meu olhar, meus objetivos, me acalmando. Fazia-me sair aliviada da orientação e, em cada encontro, ia galgando mais um passo na pesquisa até chegar neste momento do doutorado.

À minha irmã Daniele, que sempre acreditou em mim, e nos momentos tensos sabia que eu iria conseguir vencê-los e sempre me deu força para continuar. À minha família que souberam compreender minha ausência e minha falta de atenção, pois sabiam que era necessário.

Aos professores Beatriz Bastos Teixeira, Eduardo Magrone pelas disciplinas ministradas que ajudaram muito na construção deste trabalho e na utilização do referencial teórico.

Aos meus amigos e amigas, que estiveram ao meu lado e compreendiam minha dedicação e sempre deram um conforto nos momentos de ansiedade. Enfim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para a elaboração deste trabalho. Agradeço aos meus sujeitos de pesquisas que se dispuseram a participar e que deram subsídios para que esta pesquisa puder acontecer.

“Deve-se escrever da mesma maneira com que as lavadeiras lá
de Alagoas fazem em seu ofício.
Elas começam com uma primeira lavada,
molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho,
torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer.
Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes.
Depois enxáguam, dão mais uma molhada,
agora jogando água com a mão.
Batem o pano na laje ou na pedra limpa,
e dão mais uma torcida e mais outra,
torcem até não pingar do pano uma só gota.
Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a
roupa lavada na corda ou no varal, para secar.
Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa.
A palavra não foi feita para enfeitar,
brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.”

Graciliano Ramos

LISTA DE SIGLAS

Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação Educacional
CF	Constituição Federal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CT	Conselho Técnico do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FTE	Formação Técnica Específica
FTG	Formação Técnica Geral
GT	Grupo de Trabalho do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIJ	Organização Internacional da Juventude
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PET	Programa Especial de Treinamento
PEQs	Planos Estaduais de Qualificação
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
QP	Qualificação Profissional
REJ	Reunião Especializada da Juventude do Mercosul
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SMA	Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
PLA	Plano de Ação Comunitária
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PNLEM	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio
POP	Projeto de Orientação Profissional
Proeja	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProUni	Programa Universidade para todos

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sexo declarado pelos jovens.....	90
Gráfico 2: Estado civil.....	91
Gráfico 3: Faixa etária (%).....	92
Gráfico 4: Cor declarada	93
Gráfico 5: Escolaridade das mães.....	94
Gráfico 6: Escolaridade dos pais.....	94
Gráfico 7: Número de filhos.....	95
Gráfico 8: Número de pessoas que residem na casa.....	96
Gráfico 9: Renda Familiar.....	97
Gráfico 10: Contribuição do jovem na renda familiar.....	97
Gráfico 11: Quanto representa a bolsa do Projovem.....	98
Gráfico 12: Idade que começou a estudar.....	99
Gráfico 13: Idade que tinha quando parou de estudar.....	100
Gráfico 14: Número de vezes que começou a estudar e parou.....	101
Gráfico 15: Principal motivo que o levou a parar de estudar.....	102
Gráfico 16: Frequência de reprovações.....	103
Gráfico 17: Trabalho remunerado antes do Projovem Urbano.....	105
Gráfico 18: Tempo de permanência com trabalho remunerado antes do Projovem Urbano.....	106
Gráfico 19: Idade que teve o primeiro trabalho remunerado.....	107
Gráfico 20: Tipo de trabalho que exerce atualmente.....	108
Gráfico 21: Principal provedor da família.....	109
Gráfico 22: Costuma ler revistas/jornais.....	110
Gráfico 23: Assiste ao noticiário de televisão.....	111
Gráfico 24: Assina jornais e/ou revistas.....	112
Gráfico 25: Número de livros em casa.....	113
Gráfico 26: O que mais gosta de fazer no tempo livre.....	114
Gráfico 27: Última série que havia cursado.....	115
Gráfico 28: Dificuldades enfrentadas para se manter no Programa.....	116

Gráfico 29: Motivo de inscrição no Programa.....	117
Gráfico 30: Motivos que o levaram a permanecer no Projovem Urbano.....	118
Gráfico 31: Do que mais gostou no Projovem Urbano.....	119
Gráfico 32: Pretensão de continuar estudando.....	120
Gráfico 33: Forma como utiliza o benefício oferecido pelo Programa.....	121
Gráfico 34: O Projovem Urbano atendeu a sua expectativa.....	122
Gráfico 35: Alterações na vida depois do Projovem Urbano.....	123

LISTA DE FIGURAS

Figura I- A Estrutura do Projovem Urbano.....	75
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro I- Sujeitos entrevistados.....	31
Quadro II- Principais características dos jovens e sua representação nas décadas.....	42
Quadro III- Fluxo do Programa Projovem Urbano de Juiz de Fora.....	78
Quadro IV: Perfil individual dos entrevistados.....	223
Quadro V: Caracterização geral dos jovens entrevistados.....	125
Quadro VI: Repasses do Governo Federal para o Município de Juiz de Fora.....	178

RESUMO

Esta pesquisa teve o propósito de analisar a implementação do Programa Projovem Urbano em Juiz de Fora e conhecer quem é o jovem que o conclui, quais são as suas percepções e dos demais atores sobre o mesmo. Pretendeu-se também verificar se o Programa contribui, segundo os próprios jovens, para alterar sua vida laboral e acadêmica. Adotamos a concepção de juventude compreendida pelos autores Pais, Abramo, Dayrell e Novaes de que não existe uma única forma de ser jovem, abarcando, também, as diferenças de sexo, raça, lugar/endereço, classe social, que nos fazem perceber as diferentes juventudes. Nesse sentido, o termo aparece no plural para ressaltar a diversidade de maneiras de ser jovem. Utilizamos, ainda, trabalhos do autor brasileiro Martins e dos franceses Castells, Castel, Dubet. A opção teórico/metodológica adotada nesta pesquisa norteou-se nos pressupostos da Investigação Quantitativa e Qualitativa. A etapa inicial dessa pesquisa constituiu-se de uma análise documental sobre os documentos oficiais do Projovem Urbano. Em um segundo momento, utilizamos um questionário com questões fechadas, aplicado aos jovens que ingressaram no ano de 2012 e o concluíram em 2013. A partir dele, selecionamos sete sujeitos para a entrevista semiestruturada. Entrevistamos, também, o corpo executivo e educadores do Projovem Urbano de Juiz de Fora com o propósito de responder à questão central desse trabalho. A análise do questionário e das entrevistas mostrou que o programa permitiu aos jovens retomar a sua escolaridade e completar o ensino fundamental. Possibilita que o jovem possa pensar seus projetos de futuro, estimulando-o a prosseguir no ensino médio. A pesquisa mostrou que a organização do programa integrando as disciplinas e estruturando-se em torno de eixos assim como a atuação dos professores foram um diferencial importante apontado pelos egressos e educadores. No entanto, um pequeno grupo consegue concluir, tendo em vista a evasão. As condições oferecidas pelo Programa não são suficientes para possibilitar a um maior número de jovens superar as limitações sociais e econômicas do contexto em que vivem. O estudo mostrou, também, que a concretização de uma política proposta pelo governo Federal para ser executada pelos municípios apresenta dificuldades no âmbito administrativo e reflete as consequências das mudanças governamentais. A expectativa é que esse trabalho possa contribuir com os estudos sobre juventude e políticas públicas na área.

Palavras-chave: Juventude; Políticas Públicas; Projovem Urbano.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the implementation of Projovem Urban Program in Juiz de Fora and know who the young man who finds what are their perceptions and other actors on it. It was intended to also verify that the program contributes, according to the young people themselves, to change their employment and academic life. We have adopted the "youth" concept that was constructed by social research authors such as Pais, Abramo, Dayrell and Novaes. This concept expands the definition of youth to factor in differences in gender, race, location, social class and, in doing so, broadens the manner in which we classify persons as being young. As a secondary reference to our main thesis, we also utilize the works of Martins, Castells, Castel and Dubet. The theoretical / methodological approach adopted in this research utilize the principles of the Quantitative and Qualitative research model. First, there was an evaluation of official documents related to all aspects of administration of Projovem Urban. Secondly, we submitted a questionnaire with closed questions to young persons that participated in this program from 2012 to 2013. From this questionnaire we selected seven subjects for a semi-structured interview. Additionally, we interviewed the executive body and educators of Projovem. Based on an analysis of the questionnaire and interviews, the results showed that the program successfully fulfilled its primary purpose; facilitating the educational abilities of young people in order for them to complete their secondary education. The results highlighted the crucial emphasis that the program places in helping young people foster urgent, ambitious and positive attitudes about their future. The results of our study also showed that the positive outcome of the program also stemmed from the manner in which disciplines were integrated and the fact that the educators were appointed by teachers and fellow graduates of the program. There were some limitations of the program however. Due to limitations of human and financial resources the program as it currently exists can not help a much larger number of economically and socially disadvantaged young people that could greatly benefit from its services. These limitations are due to a government policy that required that the program be operated by local municipalities which resulted in substantial administrative difficulties. Nonetheless, the nature of the work being done in Projovem and the positive results it generates presents an important advance in public policy studies pertaining to youth development.

Keywords: Youth; Public policy; Urban Projovem.

RÉSUMÉ

Cette recherche visait à analyser la mise en œuvre du programme Urban Projovem à Juiz de Fora et savoir qui est le jeune homme qui découvre quelles sont leurs perceptions et d'autres acteurs sur elle. Il était destiné à vérifier également que le programme contribue, selon les jeunes eux-mêmes, à changer d'emploi et de la vie universitaire. Il était destiné à vérifier également que le programme contribue, selon les jeunes eux-mêmes, à changer leur parcours éducatif et professionnel. Nous avons adopté le concept de la jeunesse compris par les auteurs parents, Abramo, Dayrell et Novaes qu'il n'y a pas une seule façon d'être jeune, couvrant également les différences de sexe, la race, le lieu / l'adresse, la classe sociale, qui nous font réaliser les différents jeunes. En ce sens, le terme apparaît au pluriel pour mettre en évidence la diversité des manières d'être jeune. Utilisez aussi des œuvres d'auteur brésilien Martins et français Castells, Castel, Dubet. L'approche théorique / méthodologique adoptée dans cette recherche guidé les hypothèses de recherche quantitative et qualitative. La phase initiale de cette recherche a consisté en une analyse de la réception des documents officiels ProJovem urbains. Dans une deuxième étape, nous avons utilisé un questionnaire avec des questions fermées, appliquées à des jeunes qui ont adhéré en 2012 et achevé en 2013. De là, nous avons sélectionné sept sujets pour l'entretien semi-directif. Nous avons interviewé aussi le corps et les éducateurs ProJovem Juiz de Fora urbains exécutif dans le but de répondre à la question centrale de ce travail. L'analyse du questionnaire et des entretiens a montré que le programme a permis à des jeunes de reprendre leur éducation et de l'école primaire complète. Permet le jeune à réfléchir à leurs futurs projets, en l'encourageant à continuer à l'école secondaire. La recherche a montré que l'organisation du programme intégrant de nouvelles disciplines et étant structuré autour d'axes ainsi que le travail des enseignants ont été un facteur clé de différenciation nommé par les diplômés et les enseignants. Cependant, un petit groupe se termine, en vue de l'évitement. Les conditions offertes par le programme ne sont pas assez pour permettre à un plus grand nombre de jeunes à surmonter les contraintes sociales et économiques du contexte dans lequel ils vivent. L'étude a également montré que la réalisation d'une proposition de politique par le gouvernement fédéral afin de fonctionner par les municipalités présente des difficultés au niveau administratif et reflète l'impact des changements de gouvernement. Il est prévu que ce travail contribuera aux études sur les jeunes et les politiques publiques dans le domaine.

Mots-clés: jeunesse; Politique publique; Urban Projovem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I: OS CAMINHOS DA PESQUISA	22
1.1- A construção da pesquisa.....	26
1.1.1- Da aplicação do questionário.....	29
1.1.2- Realização das entrevistas.....	30
1.2- Os Percursos Teóricos.....	32
1.2.1- Experiências Escolares e Exclusão.....	33
CAPÍTULO II- JUVENTUDE E A POLÍTICA NACIONAL NO BRASIL	41
2.1. Desafios da Condição Juvenil.....	49
2.2- A Política Nacional de Juventude no Brasil.....	53
CAPÍTULO III: O PROJovem NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE	64
3.1- O Projovem Urbano	67
3.1.1-Do Projovem Original ao Projovem Urbano: A gênese do Programa.....	70
3.1.2- Estrutura e Organização.....	72
3.1.3-A Dinâmica Curricular.....	74
3.2- O Programa Projovem Urbano em Juiz de Fora.....	77
3.3- Os Achados das Pesquisas Anteriores.....	80
CAPÍTULO IV- JOVENS EGRESSOS DO PROGRAMA PROJovem URBANO: PERFIL E PERCEPÇÕES	88
4.1-Perfil dos Jovens Egressos do Projovem Urbano de Juiz de Fora.....	89
4.1.1- Escolaridade.....	99
4.1.2-Trabalho e Renda.....	104
4.1.3-Aspectos Culturais.....	110
4.2- Percepções dos Jovens Egressos	115
4.2.1- Experiências Escolares: O que apontam as entrevistas	123

4.2.2- G: Superproteção.....	126
4.2.3- W: O apelo à religião.....	128
4.2.4- Z: A força para continuar os estudos.....	130
4.2.5- AC: As dificuldades com a escola.....	131
4.2.6- E: O desânimo com a escola.....	132
4.2.7- CR: A gravidez.....	134
4.2.8- ML: O encontro com a alfabetização.....	135
4.3- As Percepções dos Jovens, Professores e Coordenadores sobre o Projovem Urbano.....	136
4.3.1- Experiência escolar e Projetos de Futuro.....	137
4.3.2- Relação com o trabalho: Experiências Ziguezagueantes.....	147
4.3.3- Estrutura e Concepção do Programa.....	153
4.3.4- A Relação Professor e Aluno.....	164
4.3.5- Gestão do Programa: Proposta e Problemas.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	196
ANEXOS.....	207

INTRODUÇÃO

Este trabalho, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, tem como questão investigada analisar a implementação do Projovem Urbano no Município de Juiz de Fora e conhecer quem é o jovem que o conclui, assim como as percepções dos atores sobre o Programa.

A juventude constitui um tema que tem ocupado a atenção dos governos em decorrência dos problemas causados pelas desigualdades sociais, violência e falta de trabalho. Os jovens são, ainda, uma das principais vítimas do processo de acumulação econômica das últimas décadas em grande parte dos países do mundo.

Nas últimas décadas, a noção de juventude ampliou-se e passou a incluir, além dos “universitários” e os “jovens das camadas médias”, também os “jovens dos setores populares”, os “jovens trabalhadores”, os “jovens empobrecidos” (SPOSITO, 1993), os “jovens pobres”, compreendendo a heterogeneidade presente na categoria social juventude (ABRAMO, 1994, p. 55; 65-66, 74).

Os “menores”¹ desapareceram e, em seu lugar, surgiram os “jovens pobres” ou “dos setores populares”. O adolescente mantém-se como termo jurídico, indicando a pessoa entre 12 e 18 anos, conforme a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). De acordo com Santos (2010), o ECA pode ser considerado como um dos primeiros instrumentos jurídico-normativos de base legal a considerar as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Assim, o tema da juventude, para além da adolescência, impõe-se como um novo problema no país, demandando implementação de políticas em resposta às dificuldades enfrentadas pela juventude, acrescidas pelas mudanças nas estruturas produtivas mundiais e a intensificação da violência, bem como as políticas de “flexibilização de direitos trabalhistas” e “enxugamento do Estado”. (ABRAMO, 2003, p.8)

Vista dessa maneira, a juventude deve ser compreendida como um fenômeno sociocultural inserido numa sociedade que sofre processos de mutações, devendo-se considerar sua multiplicidade.

¹O termo menor era uma forma depreciativa de tratar o adolescente, pois o reconhecia apenas como menor de idade, dependente dos pais e não o identificava como sujeito de direitos.

Dessa forma, é possível dizer que a transição da etapa juvenil à vida adulta deixou de ser uma “trajetória linear”, ou concebida como uma trajetória entre a educação e o trabalho. Essa transição está marcada por uma fase imprevisível, vulnerável, de incertezas. (DAYRELL, 2006; NOVAES, 2009). Uma problemática para a juventude está relacionada à entrada na vida laboral. Vários jovens deixam a escola para se inserir precocemente e de forma precária no mercado de trabalho. Portanto, para romper com o ciclo da exclusão social, são necessárias políticas públicas focalizadas neste público onde há maior vulnerabilidade social.

O Conselho Nacional de Juventude estabelece a faixa etária de 15 a 29 anos como definidora do considerado juventude. Delimita ainda, os intervalos: adolescentes-jovens (entre 15 e 17 anos), os jovens-jovens (entre 18 e 24 anos) e os jovens-adultos (entre 25 e 29 anos). O Projovem Urbano definiu o corte etário de 18 a 29 anos como público alvo.

Atualmente, a juventude tem sido objeto de diversas pesquisas, em distintas perspectivas, inclusive psicológica e sociológica, que procuram explicar as diversas mudanças físicas, psicológicas e comportamentais que se sucedem nessa fase de vida. (SPOSITO, 2003; DAYRELL, 2003). Compreendemos juventude como uma categoria socialmente construída nos âmbitos econômico e social que sofre alterações ao longo da história. Não podemos falar em juventude, mas sim, juventudes no plural, pois a mesma pode variar de acordo com a classe social, o lugar e os aspectos culturais. O foco, neste estudo, é a juventude que não concluiu o Ensino Fundamental regular e para a qual são pensadas novas políticas.

Políticas públicas que objetivam inserir ou reinserir os indivíduos no sistema educacional e, em certa medida no mercado de trabalho, são fundamentais em um país como Brasil que tem uma enorme desigualdade social e uma concentração de riqueza nas mãos de poucos. Com a constatação dessa desigualdade, foram implementadas políticas que visam a uma melhor redistribuição de renda e ampliação das oportunidades de inserção dos mais pobres no mercado de trabalho. A partir dos anos 1990, houve uma intensificação de políticas públicas de redistribuição de renda tais como: Programa Bolsa Família, Programa Bolsa Escola, Programa Fome Zero e o Programa Projovem Urbano. Esse último, nosso objeto de estudo.

O Programa Projovem Urbano, conforme afirma Novaes (2009), pode ser considerado o “carro chefe” da política nacional de Juventude iniciada no governo Lula. Visa proporcionar uma formação integral, aliada ao tripé: Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental via Educação de Jovens e Adultos; Qualificação Profissional, através de uma formação inicial; e Participação Cidadã,

com a inserção em ações coletivas na comunidade. O Programa tem como público-alvo jovens de 18 a 29 de anos que sabem ler e escrever e que, ainda, não concluíram o Ensino Fundamental.

Os jovens das classes populares são marcados, muitas das vezes, por uma vida difícil, pois tem que conciliar escola e trabalho e acabam deixando a primeira em função do segundo. O trabalho, para esses jovens, é, quase sempre, condição de sobrevivência, fazendo com que a trajetória escolar fique postergada. Possivelmente, esta pode ser uma das causas da evasão dos mesmos da escola regular.

Por outro lado, segundo dados da PNAD de 2009, a população de jovens no Brasil atinge a marca de 39.507.663 pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos, das quais 9.294.905 (23,5%) não possuem instrução ou Ensino Fundamental completo. O Censo do IBGE de 2010, por sua vez, apresenta pouca variação desses dados e aponta uma população total de 40.982.599, na faixa etária de 18 a 29 anos. Juiz de Fora, município que é focalizado nessa pesquisa, possui 550.710 habitantes. Destes, 107.800 são jovens que estão na faixa etária dos 18 a 29 anos. Conta ainda com uma população de 62.833 pessoas que frequentam o Ensino Fundamental. O Censo de 2010 reforça que a população de Juiz de Fora apresenta um perfil jovem. Na faixa de 15 a 24 anos observa-se uma redução do percentual de jovens com menos de quatro anos e oito anos de estudos e um perfil de jovens pretos e pardos. (IBGE, 2010). Em 2010, o percentual dos que não frequentavam a escola, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 11,74%, os de 18 a 24 anos que não frequentava a escola era de 60%. Os que frequentavam o Ensino Superior representavam um percentual de 25%. No Ensino Fundamental encontravam-se 2,18% no Ensino Médio 6,71% e 5,82% frequentavam outros. Os dados mostram que 64,97% da população de 18 anos ou mais de idade tinham completado o Ensino Fundamental. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu para 4,05% nas últimas duas décadas.

No entanto, consideramos importante políticas públicas que visem à ampliação de oportunidades de estudo para essa faixa populacional que tem ficado a margem da escolarização. A implementação de políticas que procuram assegurar o acesso e a permanência do aluno na escola torna-se imprescindível num país tão desigual como o Brasil.

Dessa forma, nossa pesquisa procura analisar a implementação do Projovem Urbano no Município de Juiz de Fora, conhecer quem é o egresso do Programa Projovem Urbano no Município, quais suas percepções sobre o mesmo e suas perspectivas futuras em relação ao mundo do trabalho e aos estudos. É nosso objetivo, também, conhecer as percepções dos demais atores.

É importante destacar que a pesquisa com egressos tem se mostrado como um recurso metodológico complexo e apresenta algumas dificuldades em sua implementação. (DUARTE, 2009) Entre as dificuldades estão: a localização dos sujeitos, os bancos de dados referentes a endereços físico, eletrônico e telefones que não retratam a realidade do momento da coleta, mas uma situação anterior que raramente é atualizada; a disposição do egresso em cooperar, cedendo seu tempo e oferecendo informações sobre sua vida privada; a escassez de referenciais teóricos e metodológicos de pesquisas que sirvam para subsidiar a investigação. (SILVEIRA, 2009; LORDELO, DAZZANI; 2012) Os estudos com egressos, têm sido uma estratégia que busca conhecer como os participantes se apropriam das informações e experiências oferecidas pelo programa investigado. (SILVEIRA, 2009)

Tendo em vista as estatísticas que indicam a alta evasão dos participantes do Projovem, apesar da complexidade e dificuldades apontadas, entendemos que estudos como esse podem contribuir para avaliação dos resultados do mesmo.

Este trabalho estrutura-se da seguinte maneira: no primeiro capítulo, delimito o objeto de pesquisa e traço uma parte da minha trajetória de pesquisa e como chego à questão a ser investigada, apresentando a metodologia adotada na pesquisa, que mescla dados quantitativos e qualitativos. Os autores Martins (1997), Castells (2000), Castel (2001), Dubet (2003), que desenvolveram estudos sobre exclusão social, foram as referências teóricas de base.

No segundo capítulo, aprofundo o conceito de juventude, delimitando-o e abordo também os desafios da condição juvenil no Brasil. Procuo mostrar como a juventude ganha espaço na política nacional brasileira.

No terceiro capítulo, ocupo-me em contextualizar o Projovem Urbano, traçando a sua gênese e o seu novo desenho. Apresento a estrutura e a organização do mesmo e descrevo ainda, a dinâmica do seu currículo como definido pelo Governo Federal. Logo após, relato a implementação do Programa em Juiz de Fora que é objeto deste trabalho. Aponto ainda, outros estudos que abordam o Programa, buscando mostrar a relevância da pesquisa e o porquê da escolha desse objeto.

No quarto capítulo, trago os resultados do presente estudo, apresentando o perfil dos jovens pesquisados e suas experiências escolares e no mundo do trabalho, bem como as percepções dos mesmos, de professores e dos coordenadores sobre o Projovem. Foram considerados em nossa análise a trajetória escolar e de trabalho dos pesquisados; os seus projetos de futuro; a estrutura e concepção do Programa; a relação professor e aluno e as questões relacionadas à gestão. E, por último, teço minhas considerações finais.

CAPÍTULO I – OS CAMINHOS DA PESQUISA

Antes de chegar ao objeto de pesquisa, cabe relatar um pouco da minha trajetória acadêmica e como surgiu o interesse pela temática da juventude.

Aos 19 anos, ingressei no Curso de Pedagogia, na Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), cursando-o entre 1999 e 2003. O Curso ofereceu-me um conjunto de componentes curriculares que foi significativo para uma visão ampla sobre o fenômeno educativo na contemporaneidade.

O interesse pela pesquisa científica teve origem ainda na graduação em Pedagogia. No aproveitamento tanto das disciplinas como da organização do curso, percebi o desafio que impunha a reflexão sobre as relações entre a teoria e a prática. Pensar essa relação, a partir da percepção das políticas e dos sistemas de ensino como instrumentos que viabilizam o direito à educação e irradiam as práticas democráticas, levou-me a indagar sobre as condições materiais disponíveis nas escolas para o cumprimento do direito à educação de qualidade. Essa perspectiva evidenciou, junto aos estudos, as contradições da sociedade brasileira, consolidando o meu interesse em pensar sobre as garantias para o direito ao ensino de qualidade e, em consequência, pelas disciplinas na área da gestão e políticas públicas educacionais. Esse interesse marcou o início dos estudos para a delimitação do objeto de pesquisa no Bacharelado e, posteriormente, no curso de Mestrado.

Após a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia, em março de 2003, retornei à faculdade para concluir o Bacharelado em Pedagogia. Iniciei o mesmo em agosto de 2003. Tínhamos um prazo de seis meses para entregar uma monografia sobre um tema relevante escolhido por nós. Na época, tive uma disciplina de Políticas Públicas e havia me identificado muito com essa problemática. A partir de então, fui pensando sobre um tema que seria relevante para estudo.

Juntamente com o Bacharelado, em 2003, quando estava desenvolvendo a monografia citada acima, fazia o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* com Especialização em Ciências Humanas: “Brasil: Relações Estado/Sociedade”, no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. O curso ajudou-me a compreender o papel do Estado na elaboração de políticas públicas educacionais, aumentando meu interesse por essa

temática, o que me levou, ao elaborar o trabalho final desse curso, a discutir as políticas de assistencialismo social: o Programa Bolsa-Escola.

Em 2005, entrei no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGGE. Através das leituras já realizadas no bacharelado e na especialização, meu objetivo, no Mestrado, foi compreender o desenvolvimento do Programa Bolsa Socioeducativa do município de Juiz de Fora e de que forma essa política pública estava mudando a realidade das famílias inseridas no programa e contribuindo para o exercício de uma cidadania ativa. Dessa maneira, estabeleci como questão norteadora do trabalho conhecer, a partir das vozes dos beneficiários do Programa Bolsa Socioeducativa de Juiz de Fora, se este contribuiu para o resgate da cidadania das famílias beneficiadas. A pesquisa mostrou que, embora as condições materiais de vida dessas famílias tenham se modificado, já que o programa proporcionou o aumento do consumo na alimentação e vestuário, estas se encontravam, ainda, muito aquém de um padrão básico de dignidade. Além disso, mostrou que participar do Programa foi importante para a permanência dos beneficiados na escola. Apesar de o mesmo ter proporcionado algumas alterações, no que diz respeito ao resgate da cidadania das famílias, era preciso haver ações complementares ligadas ao Programa Bolsa Socioeducativa para se criar outras formas de inclusão social, não apenas a transferência do recurso financeiro.

Concluindo o trabalho de dissertação do Mestrado, em janeiro de 2007, várias questões inquietaram-me. O programa Bolsa Socioeducativa era direcionado ao público de 7 a 15 anos. Quando completavam 15 anos os alunos eram desligados do programa automaticamente, mesmo não tendo concluído o Ensino Fundamental. Uma das questões que me preocupavam era: após o desligamento da bolsa, qual seria o futuro desses jovens? Outras questões que se apresentaram foram: Que caminhos seguiriam em suas vidas? Que políticas ou ações estavam direcionadas aos jovens? Quais ações educativas eram oferecidas pelo município de Juiz de Fora com o objetivo de preencher o tempo do adolescente e prepará-lo para a vida profissional? E aqueles que se beneficiaram dos programas e não conseguiram concluir o Ensino Fundamental? Esses questionamentos despertaram o interesse em estudar, no Doutorado, as políticas públicas voltadas para os jovens que têm sua escolaridade básica comprometida.

A participação em um Simpósio sobre Currículo, oferecido pela Secretaria de Educação de Juiz de Fora, em junho de 2011, foi muito importante para definir o meu

objetivo de estudo. A exposição do professor Paulo Carrano² sobre políticas para a juventude despertou em mim o ponto que estava faltando para delimitar meu objeto de estudo.

Dessa forma, o escopo desta pesquisa é proveniente de questões oriundas da análise realizada no mestrado quanto à relevância de estudar políticas públicas endereçadas aos jovens³ no que diz respeito à permanência e continuidade de sua trajetória escolar. Escolhi, assim, analisar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano de Juiz de Fora, conhecer o perfil dos jovens que o procuram e as contribuições do programa na vida escolar e profissional deles.

A escolha pelo Programa Projovem Urbano deve-se a sua abrangência nacional e aos objetivos propostos por ele, que compreendem o aumento da escolaridade, a formação profissional e ações comunitárias. Consideramos ser relevante tal estudo, pois existe, ainda, um grande número de jovens (18 a 29 anos) que não completaram o Ensino Fundamental. Isso é preocupante, pois, com o novo modelo imposto pela globalização, baseado na flexibilização e na integração dos processos de trabalho, o acesso a uma profissão demanda qualificação, que é obtida através da escolaridade. Visto dessa maneira, para obter uma boa colocação no mercado de trabalho, é imprescindível que o jovem estude e retome o tempo que deixou de estudar, entendido por eles como “tempo perdido”.

Outra preocupação com a não escolarização dos jovens é o aumento da violência, via criminalidade, já que eles não conseguem integrar-se ao mercado de trabalho por não terem qualificação específica. Mais uma problemática, que, muitas vezes, ocasiona a interrupção dos estudos é a gravidez na adolescência. O fato é que há um número significativo de jovens que não concluíram o Ensino Fundamental e estão afastados da possibilidade de inserção no mercado de trabalho ou de continuar seus estudos. Dessa forma, é preocupante essa “ociosidade” escolar dos jovens na sociedade, e torna-se importante direcionar políticas públicas educacionais para esse público. (BRASIL, 2012)

A pesquisa de Santos *et al.* (2013) propôs-se a conhecer os principais motivos e causas que determinam a evasão dos alunos do programa tomando para estudo os que ingressaram no período de 2008 a 2010, no município de Vitória da Conquista, na Bahia. Outra pesquisa que seguiu nessa mesma direção foi a de Soares, Ferrão, Marques (2011), que analisou a evasão no Projovem Urbano, identificando os grupos com maior incidência na evasão e propondo a implementação de medidas que diminuíssem a mesma. A análise leva em

² Professor titular do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense que desenvolve pesquisas sobre juventude no Brasil.

³ Por jovem tomaremos como recorte etário, jovens que tenham idade entre 18 anos a 29 anos, conforme documentos da Secretaria Nacional da Juventude.

conta características do público-alvo como sexo, idade, raça/cor, nível de conhecimento em Matemática e Língua Portuguesa anterior ao Programa, nível socioeconômico. Os resultados da pesquisa indicaram que os grupos que mais evadem são definidos pelas variáveis sexo, idade e região. Falaremos sobre isso na revisão de literatura.

Mais um trabalho que cabe citar é o de Duarte e Brooke (2007), que realizaram uma análise a partir dos resultados parciais da avaliação da implementação do Projovem, discutindo a importância da avaliação processual da implementação das políticas. Os autores analisaram a estrutura física onde ocorrem as aulas, destacando a importância de espaços de formação, com acesso a bibliotecas, como requisitos básicos para a efetivação de um padrão mínimo de qualidade. Além disso, foi observado que há uma redução do número de alunos ao longo do curso. Os autores destacaram que a avaliação da implementação/monitoramento tem por objetivo auxiliar a correção de problemas apresentados ao longo do programa. A leitura desses trabalhos e de outros não mencionados, mostra que há muitos estudos sobre a evasão escolar, que tem sido alta, mas há poucos estudos sobre os que permanecem no mesmo. O presente trabalho buscou atender a uma lacuna dos estudos e nosso interesse passou a ser pelos que conseguem concluir o programa. Sendo assim, a questão investigada foi analisar a implementação do Programa Projovem Urbano em Juiz de Fora, tendo como objetivos:

- identificar quem são os participantes do Projovem Urbano do Município de Juiz de Fora, que concluíram o Ensino Fundamental no ano de 2013;
- conhecer o perfil dos egressos no que diz respeito à faixa etária, cor/raça, núcleo familiar, escolaridade e trabalho;
- observar as expectativas iniciais dos mesmos e se a frequência ao programa alterou sua perspectiva de futuro em relação à vida acadêmica e profissional.
- identificar os motivos de sua permanência nesse programa;
- analisar a percepção dos jovens e demais atores sobre o Projovem.

Após apresentar o objeto de estudo, apresentaremos o percurso teórico-metodológico da pesquisa que tem por base dados quantitativos e qualitativos.

1.1 - A Construção da Pesquisa

O interesse em pesquisar o Projovem Urbano justifica-se por esse ser considerado um dos principais programas de âmbito nacional, destinado ao segmento juvenil. Vale a pena lembrar que o Projovem, até o ano de 2011, estava sob responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência da República/ Secretaria Nacional de Juventude, sendo compartilhado com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A partir de dezembro de 2011, o programa passou a ser vinculado ao Ministério da Educação (MEC), na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, inserido na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

A opção teórico/metodológica adotada nesta pesquisa se norteará nos pressupostos da Investigação Quantitativa e Qualitativa. Para Minayo (2004), as abordagens quantitativa e qualitativa devem ser consideradas complementares e não contrárias, mesmo que estas se diferenciem uma da outra. Compartilhando dessa ideia, optamos por nos enveredar através destas duas abordagens metodológicas, para o levantamento e análise dos dados. Essa opção se sustenta na perspectiva de uma complementação entre os dados estatísticos que, nos permitem estabelecer relações quantitativas entre os itens abordados referentes ao tema e os dados qualitativos que permitem ao pesquisador, interagir com o objeto e o sujeito pesquisados, construindo uma teia de significados a partir das vozes dos sujeitos. (MINAYO, 2004)

A etapa inicial desta pesquisa parte de uma análise documental, utilizando-se de documentos oficiais. (BRASIL, 2010; BRASIL, 2012) Primeiramente, realizamos uma leitura do material didático específico intitulado Manual do Educador e Orientações Gerais do Projovem Urbano (BRASIL, 2010; BRASIL, 2012) e, posteriormente, os relatórios de monitoramento e avaliação realizados por sete universidades: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Também foram buscadas informações nos portais da Secretaria Nacional de Juventude e do Programa.

A partir desse estudo inicial, em um segundo momento, foi aplicado um questionário a 52 alunos do grupo de 85 que entre os 466 que se matricularam no programa no

ano de 2012 conseguiram concluir o ensino fundamental em 2013. Esta amostra foi aleatória, levando-se em conta os alunos presentes no dia da aplicação, aspecto que será explicitado à frente. O questionário teve questões fechadas sobre dados socioeconômicos e questões que levavam em conta a relação do jovem com a escola antes da entrada no programa. Havia questões relacionadas a mudanças trazidas pelo Programa em sua vida, perspectivas de futuro em relação à escolarização e ao mercado de trabalho. Separamos o questionário em partes: informações sobre o jovem, escolaridade, situação habitacional. O instrumento elaborado foi construído a partir da adaptação de questionários utilizados em trabalhos citados nesta pesquisa, tais como Assunção (2010), Blanco (2009), Silveira (2009). Nossa ideia foi aplicar o questionário na turma que concluiu o Ensino Fundamental em 2013, nos últimos dias de aula, pois acreditávamos que seria difícil aplicá-lo quando se tornassem egressos, visto que os contatos, como endereço e telefone podiam não ser os mesmos e no programa não há um controle sobre a vida do aluno após a conclusão do curso.

Para chegar às questões propostas, selecionamos pessoas que fossem pesquisadores doutores e professores com título de mestre que faziam pesquisas na área e ou que já foram educadores no Programa Projovem Urbano e que tinham afinidade com o tema. Selecionamos assim, cinco integrantes para analisar a proposta do questionário: duas professoras doutoras pesquisadoras, uma da Universidade Federal de Juiz de Fora, e uma da Universidade Federal Fluminense; um mestre em educação que já trabalhou como educador no programa; e duas técnicas da Secretaria de Educação e que têm afinidade com o tema, sendo uma mestre e a outra doutoranda. Acreditamos que o processo de construção e validação de um questionário é de extrema importância, pois a interpretação dos resultados obtidos através dele pode ser comprometida, se esse não for devidamente elaborado e atrelado aos objetivos da pesquisa. Desta forma, enviamos nosso questionário via e-mail aos [avaliadores](#), com o objetivo de analisarem nosso instrumento, solicitando-lhes que observassem se ele estava alinhado aos objetivos que a pesquisa se propõe, se as questões estavam claras, se era necessário acrescentar ou retirar itens do mesmo, dentre outros pontos.

Com base na avaliação dos examinadores, redefinimos alguns caminhos. Inicialmente, propusemos questões fechadas e abertas. Para que esse não ficasse um instrumento longo e cansativo, por sugestão dos examinadores, eliminamos as abertas, já que algumas questões fechadas contemplavam o conteúdo das mesmas. Foi considerado, também, que algumas perguntas seriam aprofundadas no momento da entrevista. Com base nas indicações feitas, foram acrescentadas alternativas às respostas e estas passaram a ser todas fechadas. Entre idas e vindas, chegamos a um questionário com 42 questões que se dividiram

em: perfil socioeconômico do jovem, habitação, trajetória escolar, impacto do programa na vida pessoal e profissional, relações com trabalho, hábitos culturais e lazer. Considerando importante ampliar os dados sobre o significado do mesmo para os concluintes e sua percepção sobre ele, realizamos, posteriormente, entrevistas semiestruturadas⁴ para subsidiar a análise com sete respondentes ao questionário. Optamos por realizar entrevistas semiestruturadas, pois acreditamos que este instrumento, que se dá a partir de um conjunto de questões previamente definidas, em que o pesquisador direciona as questões e realiza as interferências a fim de atingir seus objetivos, contemplaria no escopo nesta pesquisa. Este tipo de instrumento nos dá a possibilidade de aprofundar determinados assuntos, já que o entrevistado tem a liberdade de discorrer sobre determinado tema de uma maneira mais espontânea. Desenvolve-se como uma conversa e o entrevistador precisa estar atento para conduzir a discussão para o assunto que deseja, realizando outras perguntas para esclarecer assuntos que não ficaram claros. (LAKATOS E MARCONI, 2003)

De acordo com Bogdan & Biklen (1994, p.134):

Em investigação qualitativa, a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo.

Assim, a opção por entrevistar um grupo de egressos selecionados a partir do questionário objetiva aprofundar o conhecimento sobre as visões e interpretações dos concluintes sobre os pontos pesquisados. Levamos em conta aspectos como idade, alunos que mais sofreram reprovações, vulnerabilidade social entre aqueles que foram possíveis localizar para participar da pesquisa.

Nosso objetivo não foi apenas quantificar dados, mas ir além deles. As entrevistas tiveram a finalidade de recolher dados descritivos, expressos na linguagem dos próprios sujeitos da pesquisa, permitindo conhecer, com mais profundidade, a origem social destes jovens e de suas famílias, sua trajetória escolar e relação com a escola, o que o fez interromper os estudos, apreender elementos sobre as mudanças ocorridas após a entrada do

⁴ Todos os roteiros das entrevistas e os questionários estão em anexo.

jovem no programa, identificando expectativas de elevação da escolaridade, oportunidades de inserção no mercado de trabalho, bem como suas percepções sobre as expectativas quanto ao futuro após a participação no programa, como avaliam sua trajetória.

Realizamos também, entrevistas semiestruturada com dois professores com a finalidade de compreender como estes avaliam a participação dos jovens no processo. Buscamos entrevistar, ainda, as coordenadoras do programa em Juiz de Fora. Como houve um período de transição de administração e troca de coordenadores, achamos necessário entrevistar a coordenação que estava à frente no período de 2012 e a que assumiu posteriormente. As entrevistas com os gestores buscaram compreender as percepções dos mesmos sobre os objetivos propostos pela referida política. Essas entrevistas foram guiadas por um roteiro de questões semiestruturadas e foram gravadas para uma melhor apreensão das informações, conforme autorização dos sujeitos pesquisados. Os subitens a seguir detalham a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas.

1.1.1- Da aplicação do Questionário

Os contatos iniciais para a realização da pesquisa seguiram os tramites legais: primeiro, o pedido de autorização realizado à Secretaria de Educação e, depois, à coordenação do Projovem Urbano. De posse dessa autorização, buscamos uma melhor data para a aplicação do questionário, que deveria ocorrer antes de dezembro, período em que a turma iria concluir o ensino fundamental.

Houve muita dificuldade para a aplicação do questionário aos alunos que estavam estudando em 2013. Foram feitas duas tentativas que não tiveram êxito, por causa da infrequência dos mesmos. Nos dois dias agendados para aplicação, ficamos surpresas com o número de alunos presentes. As salas estavam vazias, com 4 ou 5 alunos. A solução encontrada para que pudéssemos dar prosseguimento a nossa pesquisa foi deixar os questionários com uma das professoras que se mostrou disponível e deixar que os próprios professores os aplicassem no dia em houvesse o maior número de presenças. Como pesquisadora, tive receio em deixar os questionários, medo que o material se perdesse e, principalmente, de não conseguir atingir os objetivos propostos. Após duas semanas a professora que ficou responsável me ligou informando que os questionários estavam prontos. Conseguimos a aplicação de 52 questionários.

A etapa seguinte, após a aplicação dos questionários, foi a organização das respostas em um banco de dados, utilizando o software *SPSS for Windows* (versão 15), cada sujeito teve suas respostas registradas eletronicamente em um banco de dados. A partir desses dados iniciamos nossa análise, tentando buscar o perfil dos jovens concluintes.

1.1.2- Realização das Entrevistas

Para a realização das entrevistas, também tivemos dificuldade em encontrar os jovens para a realização das mesmas. Inicialmente, fizemos uma triagem através dos questionários, tentando selecionar por idade, sexo, número de reprovações, um grupo representativo do universo em estudo. Após feito este levantamento, buscamos entrar em contato com os mesmos jovens via telefone. Importante destacar que nem todos os alunos tinham disponibilizado número de telefone no questionário. A maioria tinha apenas telefone celular, fato que dificultou o processo, pois em muitas das tentativas feitas, observou-se que o número não existia. Possivelmente porque o usuário havia trocado o número ou não possuía mais o telefone.

Logo nos primeiros contatos, percebi a dificuldade que teria para localizar os jovens selecionados. Entre várias tentativas, fui percebendo que o acesso aos egressos exigiria a adoção de novas estratégias. Três entrevistas foram realizadas por telefone, devido ao não comparecimento dos mesmos no local definido e no horário combinado, apesar da escolha de um lugar acessível, previamente combinado. Após várias tentativas, a entrevista por telefone foi a opção possível. Esse recurso foi usado também, na pesquisa nacional, constante do Caderno Temático do Projovem Urbano: Pesquisa telefônica com evadidos (BRASIL, 2011d). Os demais entrevistados compareceram ao local previamente agendado e definido.

Encontrar um local acessível e adequado foi um desafio. Com o auxílio de técnicos da Secretaria Municipal de Educação, conseguimos um lugar central, onde foi possível encontrar os entrevistados.

A preocupação maior com o local da realização das entrevistas foi em garantir a privacidade da entrevista e proporcionar ao jovem tranquilidade e segurança ao “contar” sua história, livre de constrangimentos provocados pela presença de terceiros.

Os contatos iniciais foram feitos sempre por telefone, quando eram explicados, de forma sucinta, os objetivos da pesquisa e a importância da participação deles nesse estudo.

Esclarecia que as entrevistas poderiam ser realizadas na própria residência do egresso, se fosse sua opção, em horário que fosse adequado para ele. Era importante marcar a data e horário da entrevista, pois precisava fazer o agendamento do local. Com a sala disponível, fizemos novo contato com os três que haviam inicialmente concordado em participar. Conseguimos realizar a primeira e a terceira entrevista, pois a segunda aluna que estava marcada não compareceu, o que nos obrigou a selecionar outros sujeitos.

Em mais uma tentativa, conseguimos falar com outro egresso que aceitou participar. Realizamos várias ligações para o mesmo até a definição do dia e horário, porém, no dia previsto para a realização da entrevista, o jovem não compareceu. Assim, após várias tentativas e dadas às dificuldades em falar com os selecionados e de trazê-los até o local para entrevista, devido aos telefones desligados, desinteresse de muitos em participar, alguns relatando vergonha, outros por não quererem se expor, fomos obrigados a mudar nossa estratégia em alcançar os jovens, para conseguir completar o número de sujeitos pretendidos. Adotamos a iniciativa de realizar a entrevista por telefone utilizando o sistema disponível de “viva voz”⁵ para permitir anotar as respostas. E isso foi feito com o consentimento dos entrevistados. Realizamos também a gravação da conversa para melhor apreensão dos dados. Ao todo, obtivemos três entrevistas realizadas com o auxílio do telefone celular. Tendo em vista esses percalços, o grupo ficou composto por seis jovens do sexo feminino e um do sexo masculino. Conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro I- Sujeitos entrevistados

Entrevistado (a)	Sexo	Nº de reprovações	Nº de vezes que interrompeu os estudos	Meio de entrevista
Aluna G	Feminino	5	1	Pessoalmente
Aluna E	Feminino	2	2	Pessoalmente
Aluna AC	Feminino	3	2	Por telefone
Aluna CR	Feminino	2	1	Por telefone
Aluna Z	Feminino	0	1	Pessoalmente
Aluna ML	Feminino	0	1	Por telefone
Aluno W	Masculino	3	2	Pessoalmente

Elaboração própria.

⁵ Este recurso se mostrou importante, pois me permitiu estar com as mãos livres para realizar as anotações relevantes da entrevista.

Inicialmente não foi nossa proposta entrevistar apenas jovens do sexo feminino, mas dada às dificuldades em encontrar os sujeitos do sexo masculino pela ausência de telefone, referência de localização e até mesmo de vontade em conceder a entrevista, esse foi o resultado possível. Outro ponto a se destacar é que no grupo estudado, havia a predominância desse gênero, composto por 61,5%, contra 39,5% do sexo masculino.

Assim, conseguimos atingir nosso objetivo, embora tenha percebido a diferença de estar frente a frente com os sujeitos, analisando os olhares e suas expressões durante a realização da entrevista. Por telefone, percebemos que as entrevistas eram mais curtas e que os jovens falavam menos. Apesar disso, conseguimos apreender o essencial.

Não houve dificuldades no contato com os dois professores escolhidos. Optamos por entrevistar um professor que tinha atuação com todos os alunos, através do conteúdo Participação Cidadã e a professora que lecionava o conteúdo de matemática e que nos auxiliou na aplicação do questionário.

Inicialmente, entrevistamos a coordenadora que atuou no período de 2012 e início de 2013, buscando entender a dinâmica do programa naquele período e as principais dificuldades enfrentadas. Tivemos dificuldade para o agendamento da entrevista com a nova coordenadora devido à sua disponibilidade de horários. A alternativa encontrada foi a entrega das questões para serem respondidas por ela.

Os dados encontrados serão apresentados e analisados posteriormente. A seguir, discorreremos sobre o referencial teórico de análise adotado nessa pesquisa.

1.2 - Os Percursos Teóricos

Nesta seção do trabalho, trataremos dos pressupostos teóricos que nortearam a pesquisa. Com o propósito de responder à questão central do estudo, recorreremos, para análise, ao autor brasileiro José de Souza Martins e aos franceses Robert Castel, François Dubet, que desenvolveram estudos sobre exclusão social. Os participantes do Programa em estudo caracterizam-se por serem excluídos do sistema escolar regular e por buscarem nova oportunidade de obter uma certificação que os inclua socialmente.

1.2.1-Experiências Escolares e Exclusão

Para o entendimento das experiências escolares e exclusão, utilizaremos as abordagens dos autores que realizam estudos sobre o tema: Robert Castel e José de Souza Martins. As mudanças na sociedade atreladas a era da globalização e a perda de identidade do Estado-Nação vêm produzindo uma grande massa de excluídos dos direitos.

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, denominada por Castells (2000, p.17) de sociedade em rede. Para o autor:

Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico, por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e pela individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado.

Segundo Castells (2000), a globalização adentra em todos os níveis da sociedade, eliminando fronteiras, transformando instituições e culturas, avanços tecnológicos e, ao mesmo tempo, disseminando a pobreza e a desigualdade social.

As mudanças ocorridas no âmbito econômico, científico e tecnológico não parecem trazer uma sociedade mais justa e solidária; pelo contrário, acabam por introduzir novas formas de desigualdade e de injustiça que contribuem para aumentar a pobreza, a marginalização e a exclusão social.

É de se notar que uma das consequências mais graves do processo de globalização é a acumulação de riqueza nas mãos de poucos. Para Castells (2000) a globalização da produção e do investimento representa uma ameaça ao Estado do bem-estar social, um dos principais componentes das políticas dos Estados-Nação dos últimos 50 anos, e o principal sustentáculo da legitimidade desse Estado nos países industrializados. O Estado-Nação vem sendo cada vez mais destituído de poder para controlar a política monetária, a organização da produção e o comércio e se comprometer com os serviços sociais. Assim, os

efeitos dessa globalização acabam por aumentar a exclusão social, deixando muitos fora dos mínimos sociais.

O conceito de “exclusão social”, como tantos outros nas ciências sociais, carece de definição precisa. O conceito traz implícito o problema da desigualdade social, uma vez que os excluídos só recebem este termo por encontrarem-se privados de algo que outros (os incluídos) usufruem. (SCHWARTZMAN, 2004).

Para o autor José de Souza Martins (2003, p.31):

“Excluído” é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação. “Excluído” e “exclusão” são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive e que, por isso, julga que os diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos a que ele tem acesso.

O autor considera ainda que o uso do conceito de exclusão é impreciso e assistimos hoje a uma:

(...) fetichização da ideia de exclusão e certo reducionismo interpretativo que suprime as mediações que se interpõem entre a economia propriamente dita e outros níveis e dimensões da realidade social; e também, entre economia e outros âmbitos de interpretação do mundo da vida (...) todos os problemas sociais passam a ser atribuídos a essa coisa vaga e indefinida a que chamam de exclusão, como se a exclusão fosse um deus-demônio que explicasse tudo. Quando na verdade não explica nada. (MARTINS, 1997, p. 15-16)

Martins (1997) faz crítica à generalização do conceito de exclusão e ao mesmo tempo explicita a ideia da inexistência da exclusão, destacando sua contradição. Assim, o autor indica que:

Rigorosamente falando não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, por não se tratarem de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. (MARTINS, 1997, p. 14)

Para ele, o excluído é uma vítima do sistema capitalista que acaba comprometendo a dignidade humana. É um processo intrínseco ao sistema de produção e acumulação do capital, em que as oportunidades oferecidas aos cidadãos são insatisfatórias para mudar a situação existente. Para Martins (2003, p.46):

Uma sociedade cujo núcleo é a acumulação de capital e cuja contrapartida é a privação social e cultural tende a empurrar “para fora”, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz para incluir ainda que de forma degradada, ainda que em condições adversas. O “excluído” é, na melhor das hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz ou demorado, de exclusão-integração, de “sair” e “reentrar” no processo de reprodução social.

Nesta mesma lógica, é possível dizer que o problema da exclusão começou a se tornar visível nos últimos anos porque esta inclusão tem demorado a acontecer. O tempo de procurar por trabalho assalariado pelas pessoas tem se tornado um período longo e difícil, contribuindo muitas das vezes para a degradação do trabalhador. Nesta reinclusão, no aspecto econômico, percebe-se que a pessoa consegue se estabelecer em alguma atividade remunerada, ganhando um pouco para sua sobrevivência, mas ainda, insuficiente no aspecto social. Assim, observa-se que há uma reinclusão dessas pessoas na sociedade, porém em “vários graus e modos”, que comprometem a condição humana. Esse processo cria uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico, mas excludente no sentido social, moral e político.

Boneti (2004, p.13), segue nesta mesma perspectiva. Para ele as raízes que fundamentam a explicação da exclusão social, evidenciam que esta é uma só e se manifesta num mesmo processo, iniciando pela “exclusão social da esfera produtiva até chegar à exclusão da cidadania, caracterizando como uma trajetória de perdas”.

Na mesma direção, Schwartzman (2004) reitera que a exclusão nos remete a não efetivação da cidadania, pois, apesar da existência de políticas sociais, ainda existe um grande número de pessoas que não têm acesso ao consumo dos bens e serviços sociais. Para o autor, o conceito de exclusão é, portanto, inseparável do de cidadania, que se refere aos direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir certos benefícios considerados essenciais. Acredita que a participação no mercado de trabalho é a principal forma de inclusão das pessoas nas sociedades. O Projovem Urbano tem esta perspectiva de dar uma qualificação inicial aos jovens para que possam ingressar no mercado de trabalho.

O autor francês François Dubet (2003), aborda em seus estudos o lugar da escola numa estrutura social que desenvolve processos de exclusão. Analisa também, os mecanismos escolares que geram os percursos de exclusão.

Para Dubet (2003), quanto mais a escola busca ampliar sua ação, mais acaba intensificando os processos de exclusão, mesmo que existam políticas que visam a sua diminuição. Afirma que a exclusão social dos jovens não é proveniente apenas das relações de reprodução e dos distintos problemas do emprego e da exclusão. Esta análise empreendida pelo autor revela-se preocupante, já que, na sua visão, a escola pouco pode interferir no destino dos indivíduos e, quando o faz, acaba promovendo um modelo que privilegia os melhores alunos, uma vez, que está fundamentada no princípio da reprodução das estruturas de classe e de desigualdades sociais. Sendo assim, a escola é vista como um “agente ativo da exclusão social” e legitima a sociedade de classe. Em suas palavras:

(...) as igualdades sociais comandam diretamente a entrada nas carreiras escolares e os próprios processos escolares produzem essas desigualdades que, por sua vez, reproduzem as desigualdades sociais. O sistema está fechado. Abrindo-se, a escola não é mais “inocente”, nem é mais “neutra”; está na sua “natureza” reproduzir as desigualdades sociais produzindo as desigualdades escolares. (DUBET, 2003, p.34)

Sobre os aspectos da seletividade escolar realizada através dos melhores alunos, Dubet (2003, p.36) menciona que

a seletividade escolar encaminha os alunos mais fracos para as trajetórias menos qualificadas, o que, por sua vez, aumenta suas “chances” de desemprego e de precariedade. No outro extremo, os diplomas nos níveis mais elevados oferecem uma proteção relativa diante do desemprego. Na medida em que a reprodução não é uma fotocópia exata das desigualdades sociais, é possível ver bem como a escola desempenha um papel autônomo na formação dos mecanismos de exclusão, uma vez que o aluno de meio favorecido que fracassa na escola é ameaçado de exclusão, enquanto o bom aluno de meio desfavorecido vê aumentar suas chances de inserção profissional.

Nesse sentido, o autor reafirma que os alunos com mais dificuldades são orientados para trajetórias escolares desprestigiadas conforme uma hierarquia que impossibilita o acesso às profissões mais prestigiadas. No caso em estudo, o programa se destina àqueles que a escola regular excluiu de seus quadros, e apresenta uma nova oportunidade de conclusão do ensino fundamental.

Nesta corrida, os alunos mais favorecidos socialmente, possuem a sua disposição mais recursos para chegar ao sucesso. São privilegiados pelos mecanismos próprios da escola, que favorece mais aos alunos das classes sociais mais altas. Essa ideia também é referendada por Bourdieu e Patrick Champagne no texto “*Os excluídos do interior*”, que abordam a problemática vivenciada pelos alunos das famílias culturalmente desfavorecidas no sistema escolar da França. Os autores afirmam que a escola promove uma seleção interna, gerando a exclusão de muitos alunos que estão dentro do sistema escolar, o que Bourdieu e Champagne nomearam de “excluídos do interior”. A escola utiliza-se de formas ocultas e dissimuladas que faz com que os excluídos, permaneçam em seu interior, postergando o seu abandono, denominado por eles de “exclusão branda”.

Essa situação de exclusão, pela qual o indivíduo passa, desencadeia um sentimento de frustração. Bourdieu e Champagne (1998b, p.224) explicitam como é feita esta exclusão:

Como sempre, a Escola exclui; mas, a partir de agora exclui de maneira contínua, em todos os níveis (...) e mantém em seu seio aqueles que exclui, contentando-se em relegá-los para os ramos mais ou menos desvalorizados. Por conseguinte, esses excluídos do interior são votados a oscilar – em função, sem dúvida, das flutuações e das oscilações das sanções aplicadas – entre a adesão maravilhada à ilusão que ela propõe e a resignação a seus veredictos, entre a submissão ansiosa e a revolta impotente.

Os autores elucidam essa exclusão operada pelo sistema escolar e como os indivíduos se sentem:

Eles não deixam de descobrir, mais ou menos rapidamente (...) que o diploma para o qual se preparam é um certificado sem valor (...). (...) [alguns alunos renunciam] às aspirações escolares e sociais que a própria Escola lhes havia inspirado, e, em suma, **forçados a diminuir suas pretensões**, levam adiante, sem convicção, **uma escolaridade que sabem não ter futuro**. (BOURDIEU e CHAMPAGNE: 1998b, p.224-Grifo nosso)

Nesta perspectiva, como as desigualdades são reproduzidas no interior da escola, Bourdieu e Champagne (1998b) nos fazem pensar sobre quem são os excluídos, quais são os mecanismos objetivados que contribuem para a eliminação dos menos favorecidos no sistema escolar, e se as famílias menos favorecidas cultural e socialmente não desejam o impossível. Consideramos os jovens do programa Projovem Urbano como excluídos. Excluídos no sentido de ainda estarem à margem dos direitos de cidadania que se iniciaria pela conclusão de uma escolaridade mínima que lhes proporcionasse um emprego digno e que lhes permitisse estar consciente dos seus direitos e deveres na sociedade.

Ao perceber que os esforços para remediar a situação escolar não são eficazes, os alunos, segundo Dubet (2003), decidem não mais “fazer o jogo escolar” e assumem, muitas das vezes, uma postura de indisciplina, ou abandono da vida escolar. Essa estratégia permite aos alunos que não se “encaixam” na escola, a preservação de sua dignidade e autoestima, já que eles mesmos percebem sua própria “nulidade” no sistema educacional. Lançam mão de muitas estratégias como um sistema de defesa da exclusão imposta pela escola. “Esses alunos só fazem antecipar seus destinos, que eles se excluem subjetivamente antes de o serem objetivamente”. (DUBET, 2003, p.42). Os jovens por dificuldade em apreender o que a escola lhes ensinava e pelas várias reprovações, abandonavam os bancos escolares.

Nossa pesquisa pretende compreender a trajetória escolar dos alunos que foram excluídos da escola regular e que retornaram na busca de concluírem o ensino fundamental. O público alvo do programa são jovens excluídos da vida escolar e muitas das vezes, da vida laboral. Carregam as marcas de uma estrutura que privilegia os favorecidos cultural e socialmente. Que aspirações, realidades, condições, pretensões, ainda os movem a buscar se inserir nessa estrutura? A alta evasão identificada nas estatísticas sobre o programa torna mais

importante entender quem é o aluno que se aproveita dessa nova oportunidade e o que a mesma pode lhe oferecer.

Dubet (2003, p.43-44) menciona ainda o efeito da exclusão:

A exclusão escolar é o resultado “normal” da extensão de uma escola democrática de massa que afirma ao mesmo tempo a igualdade dos indivíduos e a desigualdade de seus desempenhos. Nesse sentido, a escola integra mais e exclui mais que antes, apesar de seus princípios e de suas ideologias, e funciona cada vez mais como o mercado, que é, em sua própria lógica, o princípio básico da integração e da exclusão.

Castel (2001), em seu livro “As metamorfoses da questão social”, trabalha com a ideia de “desfiliação”. Para ele há uma parcela da população “desfilada”, isto é, pessoas que estão em uma condição de vulnerabilidade social. A figura do “desfilado” surge em um mundo estruturado do qual esse se desatrelou.

Na nossa sociedade, segundo Castel (2001), é o “desfilado” que melhor representa este paradigma, pois há risco de desfiliação quando há fragilidade nas relações. Portanto, se não houver ampliação das redes de proteção social, principalmente de educação e formação cultural, haverá milhares de “desfilados”, que não poderão mais ser encaixados em nossa sociedade. Analisando o uso do termo desfiliação com base na degradação das relações de trabalho e na crise da sociedade salarial, Castel (2001, p.40) nos mostra que: “Pode-se então, falar de precarização, de vulneração, de marginalização, mas não de exclusão”.

Desta forma, segundo Castel (2001, p. 568-569), se o pauperismo tornou-se a questão do século XIX, a “exclusão” é a do século XX. Tudo indica que permanece no século XXI. Para ele:

A exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, mal cuidadas, mal consideradas, etc. [...].

Os excluídos encontram-se *desfilados*, e essa designação lhes convém melhor do que a de excluídos. Esta marginalização dos chamados “excluídos” é oriunda da estrutura social imposta pelo sistema produtivo e acaba por gerar aqueles que ficaram de fora do seu sistema, caracterizando-se como o que “sobra”, o “marginal”. A intensificação da “precarização” e da “vulnerabilização” conduzem alguns para dentro, podendo chamá-los de incluídos e a expulsão conduz outros para fora, que são denominados excluídos. Para atender a essa população marginalizada, observa-se ao longo da história, a focalização de ações das organizações governamentais ou não-governamentais dirigidas a esse público alvo denominado “grupo de risco”, ou ainda, as “populações em estado de vulnerabilidade social”. Esse também é o caso das políticas direcionadas aos jovens que carregam a designação de “jovem problema”, “jovem marginalizado” ou “jovem em vulnerabilidade social”. Estas terminologias estão presentes nos documentos oficiais do Programa Projovem Urbano.

O Projovem Urbano se impõe como política educacional focalizada, que pretende dar conta de diminuir as desigualdades que envolvem a juventude brasileira no âmbito da educação, inserção no mercado de trabalho e participação política. Com base nos documentos, observa-se que o mesmo se coloca como um programa de inclusão de jovens, compondo a Política Nacional de Juventude do governo federal. O programa é direcionado a população considerada excluída do processo escolar e social, e seus objetivos demonstram o empenho em enfrentar os problemas que afetam a juventude. Sendo assim, justifica-se a relevância de investigá-lo sob a luz das questões levantadas ao longo do trabalho.

Na próxima seção, visando situar a população que se dirige ao programa, procuraremos mostrar como a juventude tem sido conceituada e tratada no meio acadêmico. Por essas razões, cabe realizar uma análise da condição juvenil e de como a juventude tem ganhado visibilidade na sociedade brasileira nos últimos anos.

CAPÍTULO II - JUVENTUDE E A POLÍTICA NACIONAL NO BRASIL

Menos do que uma etapa cronológica da vida,
 menos do que uma potencialidade rebelde e
 inconformada, a juventude sintetiza uma forma possível
 de pronunciar-se diante do processo histórico e
 de constituí-lo. (FORACCHI, 1965, p. 303)

É comum ouvirmos a frase “o jovem é o futuro do Brasil”, ou “o jovem no Brasil nunca é levado a sério”⁶ como diz o trecho da música de Charlie Brown Jr. A juventude dos anos 80 foi retratada nas músicas do grupo Legião Urbana. Através de Renato Russo, o jovem ganhou voz, em letras que ecoavam uma denúncia das problemáticas da sociedade, pela corrupção, pela miséria e pelo próprio reconhecimento de fazer parte dessa juventude. Exemplos claros disso foram as letras das músicas “Geração Coca-Cola”, “Será” e “Que País é esse?”⁷

A juventude dos anos 2000 é vista como uma geração apática, alienada e sem participação, que não sabe lutar pelos seus ideais. No entanto, em junho de 2013, esses jovens brasileiros foram para as ruas, tal como ocorreu em 1992, quando as mesmas foram tomadas pelos “caras pintadas” pedindo o “impeachment” do ex-presidente Fernando Collor de Mello. A onda do movimento jovem ocorrido em junho de 2013, em diversos estados, reivindicava a garantia de direitos sociais. Inicialmente, as reivindicações foram sobre o aumento da passagem de ônibus no município de São Paulo e, através das redes sociais, o movimento foi se expandindo para outros estados. As manifestações ganharam diversas adesões e pautas de reivindicações. A indignação da juventude não foi apenas com o transporte e as demais demandas sociais, mas também se evidenciou o desejo de se manifestar e de ser ouvido, como ocorreu há 20 anos. Percebe-se que o contexto político e social influencia as características e representações da juventude.

Numa retrospectiva, o autor Dick (2003) sintetiza as principais características históricas dos jovens e sua representação nas décadas de 1940 a 1990, descritas no quadro a seguir, o que permite observar essa questão.

⁶ Letra da música em anexo.

⁷ Letras das músicas citadas em anexo.

Quadro II- Principais características dos jovens e sua representação nas décadas

ANOS 40 - Jovens marcados pelas experiências chocantes vividas durante a Segunda Guerra Mundial e com as bombas atômicas no Japão.
ANOS 50 - “Anos Dourados” - jovens mais autônomos.
ANOS 60 - Década onde o tema JUVENTUDE foi mais explorado. Expansão do Movimento hippie como uma ameaça à ordem social.
ANOS 70 - “Anos de ressaca” - juventude insatisfeita, buscando mudanças para sair de uma sociedade estagnada, apática e viciada.
ANOS 80 - Defesa do protagonismo juvenil, através da “Pastoral Juvenil” e redução dos avanços da liberdade sexual através da difusão da AIDS; jovens sem ideologia, individualistas, consumistas e conservadores.
ANOS 90 - Transição de uma geração que valorizava a organização, a articulação, a lógica e o raciocínio, para uma geração que valoriza o corpo, o prazer, o fragmentado e o individual. Surge a “geração zapping” (em constante mudança).

Fonte: (Dick, 2003, p. 237-256).

No Brasil, a cultura juvenil dos anos 50 estava ligada à Bossa Nova, ao Baião e ao Samba e foi chamada de “juventude dos anos dourados”. Para Dick (2003), há aspectos políticos presentes no movimento estudantil, expressos, por exemplo, na campanha “o petróleo é nosso”. A compreensão a respeito do “problema social da juventude” estava ligada a uma visão generalizada de transgressão e delinquência, quase que intrínseca à condição de ser jovem (IANNI, 1968).

Na década 60, o Brasil passou pela época da ditadura militar e as manifestações estudantis foram duramente reprimidas. Nos anos 60 e início dos anos 70, o problema se volta para uma ideia de rebeldia, centrada numa questão geracional. A juventude passa a ser vista não mais como uma fase passageira de problemas, mas sim como uma fase de constantes questionamentos, de desconforto e de não adaptação.

Nos anos 80, com os avanços tecnológicos e a informatização da sociedade, os movimentos da juventude estavam voltados para ações pacifistas e ecológicas, e os jovens passaram a ser vistos como individualistas e consumistas. Nos anos 90, eles passaram a ganhar visibilidade social, e vários movimentos juvenis marcaram presença nas ruas, desmantelando a visão apática e de desmobilização dessa juventude. Para Abramo (2007), os

personagens dessa década são os meninos de rua, os surfistas ferroviários, as galeras, os *pittboys*.

O ano de 1985, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano da Juventude, pode ser considerado um marco histórico no reconhecimento das “demandas e necessidades juvenis” e a sobreposição da juventude na agenda de políticas públicas.

Podemos apreender de acordo com Novaes (2009) que as transformações tecnológicas, econômicas e culturais com a divisão internacional do trabalho; os processos de globalização; de desterritorialização dos processos produtivos e da flexibilização das relações de trabalho afetaram, de certa forma, as mudanças da vida dos jovens.

A visão do jovem como “sujeito de direitos” – reconhecido pelas políticas públicas específicas – surge, no Brasil, apenas no final da década de 1980, a partir do momento em que a “exclusão social” juvenil passou a fazer parte das preocupações da sociedade em esferas nacional e internacional.

Para falar de juventude, é necessário analisar como os autores definem esse conceito. Usualmente, conceitua-se juventude como o momento transitório entre a infância e a vida adulta, ou como a passagem do período de completa dependência dos pais ou responsáveis para o período de autonomia, normalmente compreendendo a faixa etária entre 12 ou 14 anos e 25 ou 30 anos. Muitas vezes, esse grupo é dividido entre adolescentes e jovens e, em alguns casos, acrescentam-se os jovens adultos.

Para Bourdieu (1983, p.113), a “juventude é apenas uma palavra”. O autor afirma que “somos sempre o jovem ou o velho de alguém”. Assim compreendido, os cortes etários, ou por gerações, sofrem alterações. A juventude e velhice são consideradas, por Bourdieu (1983, p.113), “como construções sociais provenientes da luta entre os jovens e os velhos”.

Marialice Foracchi é considerada uma autora “clássica” nos estudos de juventude no Brasil. Para ela, a noção do termo impõe-se como categoria histórica e social, no momento em que se afirma como um produto histórico, isto é, como fruto dos movimentos de juventude.

Para Foracchi (1972, p. 160):

não sendo passível de delimitação etária, a juventude representa, histórica e socialmente, uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema. Sociologicamente, ela representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova de existência social.

Assim, a juventude é compreendida a partir de uma tríplice ideia: do reconhecimento de que se trata de uma fase da vida, de que está atrelada a um contexto social e de que está muito além de uma fase cronológica. (FORACCHI, 1965)

Conforme Abramo (2003), a juventude, assim como os jovens com mais de 18 anos, com o ECA, ficou fora do escopo das políticas públicas. Tais políticas, para os maiores de 18 anos, foram pensadas a partir dos problemas sociais, das dificuldades de inserção e integração social enfrentados pelos jovens, devido aos processos de exclusão decorrentes da crise do trabalho.

Abramo (2003, p.8) diz que há algumas tendências no interior das políticas que distinguem o período da vida correspondente à juventude em dois momentos:

A *adolescência* corresponde à primeira fase (tomando como referência a faixa etária que vai dos 12 aos 17 anos, como estabelecido pelo ECA), caracterizada principalmente pelas mudanças que marcam esta fase como um período específico de desenvolvimento, de preparação para uma inserção futura; e *juventude* (ao que alguns agregam o qualificativo *propriamente dito*, ou então denominam como *jovens adultos*, ou ainda *pós adolescência*) para se referir à fase posterior, de construção de trajetórias de entrada na vida social.

A adolescência não poderia ser entendida, hoje, segundo Dayrell (2003, p.24), como fase de crise ou de trânsito para a vida adulta, mas sim como início da juventude, ou:

(...) um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais. Um momento no qual se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes, de algum modo, ao longo da vida.

Vale lembrar que os anos 90 foram anos de grande produção e diversificação da produção acadêmica brasileira sobre juventude. Se até então eram escassos os títulos sobre o tema, nesse período, foram realizados e publicados trabalhos que estudavam os mais diversos segmentos juvenis sob os mais variados aspectos e perspectivas teóricas. A maioria dos trabalhos levava em conta, em maior ou menor grau, a identificação dos segmentos estudados não apenas como alunos, trabalhadores ou moradores de periferia, mas como “jovens”, membros de uma juventude que perpassa as diferentes classes e condições sociais. (SOUZA, 2006).

Vários autores demonstram que, no imaginário social, prevalecem ideias que associam a juventude à noção de crise, de irresponsabilidade, de problema social, com carência de políticas públicas e, também, à noção de vulnerabilidade (SPOSITO, 2003; DAYRELL, 2003; ABRAMO, 2003).

É preciso destacar a distinção entre o conceito de juventude para a Psicologia e a noção de juventude entendida pelos sociólogos. Para a Psicologia, a juventude apresenta-se como uma fase natural, pela qual todos passam, quase obrigatória do desenvolvimento humano. A adolescência, termo de preferência dos psicólogos, foi naturalizada por essa Ciência, não levando em conta os aspectos sociais que envolvem os indivíduos, argumentando que esse seria um período vivenciado por todos, entre a infância e a vida adulta.

Dentro de uma visão psicológica, a adolescência caracteriza-se como um processo natural da vida de um indivíduo, sem considerar as influências dos aspectos sociais em que este se encontra inserido. Nessa concepção, a adolescência/juventude é um acontecimento predestinado a todas as pessoas. Desse modo, fatores biológicos e fisiológicos, tais como as mudanças corporais (crescimento rápido, pelos no corpo, alteração da voz), por conta da chegada dos hormônios, apresentam-se como indicativos de um amadurecimento.

A visão sociológica, por sua vez, entende a juventude como uma construção social e cultural, compreendendo que esta deva ser definida a partir da multiplicidade das relações e dos contextos sociais, contextualizando-a, historicamente, como integrante de uma geração que se relaciona com outras gerações. Abramo (1994, p.1) traz sua definição acerca do termo juventude:

A noção mais geral e usual do termo juventude se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo

adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas.

Constantemente, tem-se associado a juventude a uma condição de transitoriedade, compreendendo o jovem pela negatividade (DAYRELL, 2003a). Atrelada a essa ideia, associa-se uma visão romântica da juventude como um tempo de liberdade, hedonismo e irresponsabilidade, muitas vezes, reduzindo nossa visão e análises ao campo da cultura.

Segundo Dayrell (2003), podemos dizer que há, no Brasil, uma nova condição juvenil. Os jovens que têm chegado aos bancos das escolas públicas apresentam diversas características e um “universo simbólico” muito diferente das outras gerações que os antecederam.

A palavra condição vem do latim, *conditio* e significa à maneira de ser, à situação de alguém durante a vida e a sociedade. Refere-se, também, às situações necessárias para que se constate essa maneira ou situação. De acordo com Dayrell (2003), há uma dupla dimensão ao se falar em condição juvenil. A primeira refere-se “ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional”; a segunda refere-se ao “modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.”

Essa condição juvenil vem se constituindo em um contexto de intensas transformações socioculturais nas últimas décadas, (Giddens, 1991). Essas transformações também alteraram as formas de inserção dos jovens no mercado, com altas taxas de desemprego, com a criação de postos de trabalho precários, que atingem, principalmente, os jovens das camadas populares.

Os jovens adquirem sua identidade através das culturas juvenis vivenciadas. Estas culturas são expressões simbólicas da sua condição e marcadas pelos diferentes estilos e visual do corpo, dentre elas as roupas, as tatuagens, os *piercings*, os brincos, que delimitam identidades individuais e coletivas, além de demarcarem um status social desejado. (DAYRELL, 2003)

De acordo com Dayrell, Leão e Reis (2006), a condição juvenil é marcada por uma multiplicidade de dimensões que a envolvem: culturas juvenis, sociabilidade, relação

com o trabalho, relação com o lugar, relação com o tempo e transição para vida adulta, as quais revelam a amplitude da categoria “condição juvenil”. A utilização da condição juvenil como categoria de análise possibilita contemplar as múltiplas dimensões da constituição do ser jovem, em seus aspectos simbólicos, materiais, históricos e políticos.

As transformações por que passam os jovens compreendem também aspectos sociais e econômicos, dos quais fazem parte a sua independência econômica, através da inserção no mercado de trabalho, e a formação de um novo domicílio, através do casamento, ou não, e da maternidade/paternidade. A passagem por esses eventos marca igualmente o momento em que se deixa de ser criança e se passa a ser adulto.

Pode-se perceber, de acordo com Dayrell (2003), que a partir da “invasão de jovens” das classes populares dentro da escola, há uma alteração nesse processo. A escola passa a receber os jovens com suas diferentes características: roupas, acessórios, etc. Assim, os jovens se percebem privados do vínculo do trabalho e do acesso às condições materiais, de poderem vivenciar sua condição juvenil, pois enfrentam a desigualdade na obtenção dos recursos para expressar sua subjetividade. A escola, que possivelmente seria um dos lugares para esse acesso, acaba por gerar e demarcar o fracasso escolar e o pessoal.

As trajetórias escolares dos jovens das classes populares tendem a ser “zigzagueantes” (NOVAES, 2009). Os jovens entram e saem do universo escolar por vários motivos, seja pelo trabalho ou, no caso das meninas, pela gravidez não planejada. São trajetórias individualizadas, mas o que predomina entre os jovens é a incerteza quanto ao presente e ao futuro. Eles sabem que a escola não dá garantias quanto a sua inserção social no mercado de trabalho e sabem, também, que a escola não consegue superar as diferenças e desigualdades sociais no processo de emancipação social.

Anteriormente, a condição juvenil estava mediada pelas relações de incorporação à vida adulta e à aquisição da experiência, caracterizando-se como uma etapa entre a infância e a maturidade, a transição para a vida adulta. Segundo Abad (2008), o processo de desinstitucionalização dos jovens pode ser evidenciado por algumas causas: a crise da família tradicional e diversidade dos novos arranjos familiares; o esgotamento da ideia de ascensão social através da educação secundária e universitária; a emergência de novos atores sociais jovens que reivindicam por políticas sociais e a decomposição das identidades ligadas à ideia de Nação e Território.

É a partir da desinstitucionalização da condição juvenil, que se pode perceber a etapa da juventude de maneira diferenciada do que foi vivido pelas gerações dos seus pais. Abad (2008) afirma que essa condição juvenil caracteriza-se pela presença de uma intensa

autonomia individual; pela rapidez em intensificar as experiências de vida; por uma rápida maturidade do corpo e da mente e pela avidéz na vida afetiva e emocional, iniciando sua sexualidade precocemente, mesmo que não esteja com a vida econômica estabilizada.

De acordo com esse autor, a condição juvenil, hoje, faz-se reconhecida e validada graças a três fatores:

- O primeiro indica que o período da juventude tem se alargado. Inicialmente, porque a infância tem diminuído pressionada pela adolescência que desponta muito mais cedo e, depois, porque a juventude prolonga-se até os 30 anos ou mais.

- O segundo sugere que a sociedade atual tem encontrado dificuldades para proporcionar um trânsito linear, simétrico e ordenado da juventude pelo circuito família/escola e trabalho/emprego no mundo adulto. Essas dificuldades provocam a relativização da cultura do emprego e do salário.

- E, como terceiro fator, temos a forte influência dos meios de comunicação provocando a emergência de novas formas de aldeia global que delineiam uma verdadeira cultura juvenil com caracteres quase universais, heterogênea e inconstante, que se estabelece de forma paralela, ou em substituição, ou em situação de contradição com a transmissão cultural oferecida pelas instituições de transição – responsáveis pela socialização – a saber: a família, a escola e o emprego assalariado. Nas palavras desse autor:

Em consequência, pode-se afirmar que a nova condição juvenil se constrói sobre o pano de fundo da crise das instituições tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura adulta hegemônica, cujo prestígio tem se debilitado pelo não cumprimento de suas promessas e pela perda de sua eficácia simbólica como ordenadoras da sociedade. (ABAD, 2008, p.24)

Diversos autores, dentre eles, Pais (1993), Margulis (2001), Sposito (1997, 2003, 2009), Novaes (2009), Dayrell, Leão e Reis (2006) concordam que não podemos falar em Juventude, mas em Juventudes, visto que há distintas maneiras de ser jovem em vista da intensa heterogeneidade que se observa nos planos econômico, social e cultural. Utilizar a palavra juventudes, no plural, demonstra certo cuidado com as generalizações que acabam simplificando o termo. Falar em juventudes indica perceber os jovens como sujeitos que se distinguem e se identificam em suas múltiplas dimensões, tais como as de gênero, cor da pele,

classe, local de moradia, cotidianos e projetos de futuro. Há diferenças em ser jovem de classe média ou um jovem carente; ser um jovem do sexo masculino ou jovem do sexo feminino; ser jovem nos anos 60 e ser jovem nos dias de hoje. Desta forma, a juventude não pode ser analisada como uma categoria homogênea e universal. Ela deve ser compreendida como um fenômeno sociocultural inserido numa sociedade que sofre processos de mutações, devendo considerar sua multiplicidade.

De fato, podemos perceber a juventude beneficiada pelo programa Projovem Urbano como uma categoria própria, considerando que, provavelmente, esses jovens possuam condições financeiras semelhantes, se analisarmos a classe social à qual o programa se destina. Porém são diferentes por outras características. Eles tiveram sua trajetória escolar interrompida por algum motivo, seja por trabalho, gravidez, violência, dentre outros. Cabe, nessa pesquisa, entender quem são esses jovens e os processos que levam os que não concluíram o Ensino Fundamental na escola regular, a retomarem os estudos com sucesso.

Nesse trabalho, adotamos a concepção de juventude compreendida pelos autores Pais (1993), Abramo (2005), Dayrell (1997) e Novaes (2009) de que não existe uma única forma de ser jovem, compreendendo também as diferenças de sexo, raça, lugar/endereço e classe social, que nos fazem perceber as diferentes juventudes. Para entendê-la, é preciso identificar de qual juventude estamos falando, de qual época, de qual lugar. Nesse estudo, o foco está nos jovens entre 18 a 29 anos que não contemplaram o Ensino Fundamental no Brasil.

No próximo item do trabalho, analisaremos os desafios da juventude brasileira, com base nos autores Sposito e Carrochano (2005), Sposito (1997, 2003); Carrano (2008), Pais (1993), Novaes (2009), Leão (2004), Dayrell (2009), Margulis (2001) e Camarano (2003).

2.1. Desafios da Condição Juvenil

Sposito e Carrochano (2005) destacam que, nos anos 1990 e início de 2000, podem ser observadas mudanças no debate público sobre o tema da juventude. Não só houve uma emergência em termos de investigação científica, como surgiram iniciativas destinadas a esse público, por parte dos diversos atores governamentais e da sociedade civil.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) de 2007, a população brasileira de jovens entre 15 a 29 anos alcançava cerca de 49,8 milhões de pessoas, correspondendo a 26,54% da população total. Desses jovens, 29,8% poderiam ser considerados pobres, porque viviam em famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo (SM).

A PNAD de 2011 mostra que a taxa de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola no Brasil diminuiu. De acordo com o estudo, esse índice retrocedeu de 85,2% para 83,7%, de 2009 para 2011. Em 2011, estavam matriculados 8,8 milhões de brasileiros desta faixa etária na escola, enquanto 1,7 milhão não estavam estudando ainda. Isso se deve em parte à “falta de identidade” com o ensino ministrado nas escolas, que não tem atraído os jovens que buscam uma profissão e a inserção no mercado de trabalho.

No grupo de 15 a 17 anos, apenas 47,9% cursavam o Ensino Médio, considerado o nível de ensino próprio a essa faixa etária. Na área rural, esse índice não ultrapassava 30,6%. Ainda em 2007, havia 4,8 milhões de jovens desempregados, representando um número de 60,74% do total de desempregados no país e correspondente a uma taxa de desemprego três vezes maior que a dos adultos. Observa-se que 19,8% era o número de jovens que não estudavam nem trabalhavam. Esses dados tornam-se preocupantes.

Para Carrano (2008), um dos desafios era lidar com a precarização do processo escolar, diante de um quadro social e econômico em que a escola não estava voltada necessariamente para a questão profissional e inserção social, da falta de diálogo entre os sujeitos que nela estão presentes. Esse autor discute, além disso, sobre o sentido de escola que está sendo priorizada para a juventude de origem popular, considerada improvisada e precária, escolas que se expandem de maneira degradada. Diante desse quadro, Carrano (2008, p.184) constata que:

É nesse contexto que os sujeitos da instituição escolar necessitam articular práticas instituintes produtoras de sentido, de presença no espaço, como forma de se contrapor às políticas públicas precárias que, em última instância, geram o quadro de escolarização sem sentido.

Sposito e Carrano (2003), Sposito e Carrochano (2005), Sposito, Silva e Souza (2006) fazem uma crítica da noção de democracia que está na base da criação de programas para participação dos jovens. De uma maneira geral, esses programas estariam baseados em

uma noção de democracia duvidosa, na medida em que, ao utilizarem bolsas de estudo ou cursos de formação, para obrigar a participação dos jovens, eles transformam as ações em um dever e não em um exercício dos direitos conquistados. Por outro lado, observa-se que os subsídios e bolsas são importantes para que essa parte da população consiga retornar aos bancos escolares.

É possível constatar as críticas realizadas pelos diversos autores citados acima às políticas focalizadoras. No entanto, constata-se também que a juventude vem integrando a agenda política, mesmo que ainda de forma incipiente, sendo objeto de um número considerável de ações públicas, tanto federais quanto municipais.

Observa-se, além disso, uma nova configuração da realidade da escola pública brasileira, decorrente da recente expansão das oportunidades escolares, o que levanta novas questões e dilemas para a compreensão da experiência escolar dos jovens. Os dados da PNAD evidenciam que, nos últimos anos, vem ocorrendo uma expansão significativa do número de matrículas. Entre os anos de 1995 e 2001, por exemplo, o volume total de estudantes entre 15 e 24 anos passou de 11,7 para 16,2 milhões. Em 2011, o percentual de jovens entre 15 e 17 **estudando** caiu de 85,2% para 83,7%. Em 2012, a taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos foi de 84,2%, superior ao ano anterior. Na faixa etária de 18 a 24 anos, o percentual de jovens estudantes era de 29,4%. Desse total, o crescimento mais importante em termos absolutos deu-se no Ensino Médio, registrando-se um aumento de três milhões de matrículas, significando um crescimento relativo de 65,1% na taxa de escolarização.

De acordo com os dados da PNAD/IBGE 2011, no Brasil, há uma população de 56,2 milhões de pessoas que possuem mais de 18 anos que não frequentam a escola e não possuem o Ensino Fundamental completo. Esse cenário é preocupante, pois, caso não haja políticas públicas direcionadas para amenizar essa situação, os problemas sociais cada vez mais serão agravados.

O processo de universalização do acesso ao ensino fundamental, a partir da década de 1990, representa um grande avanço na história educacional brasileira. Sem que a questão da qualidade da educação seja trazida à discussão, uma quantidade não desprezível de indivíduos (quer na idade própria, quer fora dela) teve acesso à educação. A universalização tardia do ensino fundamental no Brasil foi a principal causa do ensino do nível médio aparecer na agenda pública apenas no início do século XXI. A Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que atribui a obrigatoriedade e a gratuidade da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada sua oferta gratuita, inclusive aos indivíduos que a ela não tiveram acesso em tal faixa etária, tem vigência obrigatória a partir do ano de 2016. De

acordo com Leão (2004), as novas gerações nunca tiveram tanta oportunidade de acesso aos bens culturais, sociais e de consumo. Essa geração é mais escolarizada que seus pais. As reformas educacionais realizadas, a partir da década de 1990, favoreceram a universalização do Ensino Fundamental e a expansão do Ensino Médio e Superior para as famílias cujos pais não tiveram acesso ou não concluíram o Ensino Fundamental. Essa expansão mudou o perfil da clientela da escola. Jovens das camadas populares, negros e trabalhadores passaram a compor o cenário das escolas no Brasil.

A passagem do jovem da escola para o mundo do trabalho é determinada pelas dificuldades da sobrevivência da família. Por outro lado, as mudanças realizadas no mundo do trabalho têm alterado as exigências para a entrada no mercado, tornando cada vez mais prementes as necessidades de jovens e adultos trabalhadores de aumentarem sua escolaridade e se qualificarem profissionalmente.

De acordo com Novaes (2009), os jovens de todas as classes sociais expressam insegurança e incertezas ao falarem das expectativas em relação ao trabalho. Todos os jovens partilham o “medo de sobrar”, de não conseguir emprego e ficar desempregado. Medos e sentimentos de insegurança invadem o pensamento juvenil, comprometendo a sociabilidade, impondo-lhes limitações econômicas.

Os jovens, sobretudo aqueles que compõem os chamados grupos vulneráveis ou focos de discriminação social, encontram-se duramente castigados e submetidos a uma sociabilidade da incerteza. Nessa perspectiva de educação profissional e de outras demandas sociais (segurança, emprego, saúde, lazer) continuam a exigir políticas públicas que eliminem a acentuada precarização da vida dos jovens na cidade e no campo.

Os jovens com dificuldades econômicas procuram sua inserção no mundo do trabalho, muitas vezes de forma instável, ainda durante a idade própria da educação básica. Nesse cenário, encontra-se o dilema entre a defesa do adiamento da inserção no mundo do trabalho, ou a garantia de um trabalho mais qualificado após a sua formação escolar. Profundas instabilidades no mercado de trabalho atingem os jovens. É, nessa fase da vida, que se buscam condições para a emancipação.

Segundo Novais (2009), estar na escola passou a fazer parte da condição juvenil após a Segunda Guerra Mundial. O adiamento da entrada dos jovens no mundo do trabalho garantia uma melhor passagem para a vida adulta. Hoje, essa passagem não ocorre no mesmo ritmo em diferentes países e nas diferentes classes sociais de um mesmo país. Nem todos os jovens conseguem vivenciar a “moratória social”, pois a maioria vê sua infância encurtada, antecipando sua vida adulta. Muitos jovens se veem pressionados a ingressarem no

mercado de trabalho, buscando sua independência financeira, para consumirem bens e serviços, além de terem acesso ao lazer.

Margulis (2001) define a Moratória Social como um prazo concedido a certa classe de jovens, que lhes permite gozar de uma menor exigência, enquanto completam sua instrução e alcançam sua maturidade social. Essa moratória seria um prolongamento da Juventude e, conseqüentemente, da entrada na vida adulta, assumindo suas responsabilidades. Nesse sentido, a Moratória Social exclui os jovens das classes mais baixas, que cedo entram no mercado de trabalho e constituem família e não têm a oportunidade desse prolongamento da juventude.

Se pensarmos no público-alvo atendido pelo Projovem Urbano objeto desse estudo, verifica-se que são jovens que foram excluídos de alguma maneira da escola comprometendo sua inserção, e que, embora tenham entre 18 e 29 anos, tiveram seu período de juventude reduzido e continuam à margem não tendo concluído, ainda, o Ensino Fundamental.

Antes de focalizarmos o programa tomado para o estudo nesse trabalho, trataremos no próximo item, da política para a juventude no Brasil.

2.2- A Política Nacional de Juventude no Brasil

Os anos 90 foram anos de grande produção e diversificação da produção acadêmica brasileira sobre juventude. Se, até então, eram escassos os títulos sobre o tema, nessa década, foram realizados e publicados trabalhos que estudavam os mais diversos segmentos juvenis sob os mais variados aspectos e perspectivas teóricas.

É importante destacar que apesar de a Organização das Nações Unidas (ONU) ter declarado, em 1985, o Ano Internacional da Juventude, observou-se que no Brasil, segundo Abramo (1997), levou-se aproximadamente dez anos após esta conferência, para criar uma Assessoria Especial para Assuntos da Juventude, vinculada ao Gabinete do Ministro da Educação.

Léon (2008, p.82) apontou que, nas últimas cinco décadas, as políticas para a juventude seguiram cinco paradigmas em suas implementações nos países latino-americanos:

Começando pelo modelo dos jovens, na sua incorporação à modernização da década de 1950, passando pelo modelo de controle social dos anos 60 e 70, o modelo de “jovem problema” dos anos 80, em seguida pelo modelo dos jovens como capital humano dos anos 1990, e alguns lampejos do modelo de jovens como sujeitos de direito e atores estratégicos do desenvolvimento, centrado na promoção da cidadania juvenil e entendido como um paradigma discursivo e a ser construído.

De fato, podemos perceber que as políticas públicas, na esfera federal, voltadas para a juventude no Brasil, passam a ter visibilidade no final da década de 1990. Surgem, a partir desse momento, inúmeras iniciativas públicas, muitas envolvendo parcerias com organizações não governamentais (ONGs), fundações empresariais e várias instâncias do Poder Executivo, que são mobilizadas, tanto no nível federal como no estadual e no municipal.

Sposito e Carrano (2007, p.182), a partir do trabalho de Abad (2002), afirmam ser possível identificar no Brasil e na América Latina quatro modelos de políticas para a juventude:

(...) a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

A primeira fase das Políticas para a juventude na América Latina voltou-se para a educação e a ocupação do tempo livre do segmento jovem, com o objetivo de prevenir o uso de drogas, álcool e ainda controlar os problemas com a sexualidade. Assim, “se iniciou o desenvolvimento de diversas atividades esportivas, recreativas e culturais encaminhadas a ocupar o tempo livre” (UNESCO, 2004, p. 60).

A segunda fase ocorreu a partir da década de 1960, e o objetivo das políticas direcionadas à juventude foi o controle social que pode ser explicado pelos movimentos de contestação aos governos autoritários e que tinha uma característica juvenil. De acordo com a UNESCO (2004, p.61), neste período, “entidades de governo orientaram-se por programas

para os jovens, com acentuado elemento de controle e por estratégia de isolamento dos movimentos estudantis e sua reclusão nos estabelecimentos universitários”.

Na década de 1980, que remonta aos processos de redemocratização em países Latino Americanos, dentre eles, o Brasil, consolidou-se a terceira fase. Houve, nesta época, a execução de diversos programas de reajuste econômico que trouxeram efeitos indesejáveis como o aumento da pobreza. Assim, houve ainda, a implementação de programas de combate à pobreza, como paliativos, que estavam alicerçados em programas de distribuição de renda ao público mais pobre e carente, vinculados à permanência de crianças e jovens na escola e ainda, assistência alimentar e de saúde, e criação de empregos transitórios para o segmento pobre da população. As primeiras políticas específicas para a juventude também estiveram vinculadas à área da saúde, através da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente AIDS; à prevenção do uso de drogas, da gravidez, entre outras.

Várias propostas foram guiadas, sobretudo pela ideia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingiriam a juventude, transformada, esta, em um problema social.

Para Sposito (2009), a repercussão nacional do assassinato do índio Galdino por jovens de classe média, em Brasília, no ano de 1997, constituiu um fator importante para a tomada de consciência da necessidade de se pensar políticas públicas para a juventude. No Brasil, a constatação da violência juvenil como problema público é evidenciada em primeiro lugar. As questões do desemprego juvenil tornaram-se mais visíveis apenas no início dos anos 2000.

Um dos aspectos mais revolucionários do ponto de vista cultural do ECA foi a instituição jurídico-legal da perspectiva de ver as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, aprovado em 1990. Essa concepção foi possível, graças à ruptura do termo que era utilizado para referirem-se às crianças e aos adolescentes, empregando-se a terminologia “menor”, que adjetivava outros termos como “carente”, “abandonado”, “infrator”. Nas palavras de Santos (2010, p.413):

Mais que semântica, essa mudança marcou uma ruptura da já quase secular dicotomia existente entre infância enquanto segmento da sociedade pertencente às classes média e alta – que denominavam seus filhos como crianças e adolescentes – e a infância pobre discriminada e estigmatizada, denominada “o menor”.

O objetivo dessa ruptura foi universalizar os direitos das crianças brasileiras, independente da classe social. O ECA possibilitou que o Brasil participasse do debate internacional sobre o direito da criança e incorporasse, em sua legislação, conquistas sociais em favor dos direitos da criança e do adolescente.

Segundo Santos (2010), o ECA, no período de tramitação, por via da mídia, ficou conhecido como uma lei “muito avançada”, de “Primeiro Mundo”. Por outro lado, havia quem não concordasse com as alterações nela propostas, entendendo-a como lei que “protege bandidos”.

Pode-se afirmar que o ECA ressignificou o papel dos órgãos já existentes, como a justiça juvenil, o ministério e a defensoria pública, estabelecendo suas especificidades na defesa dos direitos da criança e do adolescente, agregando, também, dois novos órgãos: o conselho de direitos e o conselho tutelar.

Como consequência, durante muito tempo, o termo *juventude* manteve-se associado ao período da adolescência ou foi tomado como algo indistinto da infância. Ademais, praticamente todos os serviços e programas montados, tanto pelo Estado como por entidades da sociedade civil, adotaram como limite máximo os 18 anos (ABRAMO, 2005). Os jovens maiores de 18 anos ficaram fora do alcance das ações e dos debates sobre direitos e cidadania trazidos pelo ECA.

Apenas no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, surgem iniciativas públicas para a faixa acima dos 18 anos, muitas envolvendo parcerias com as ONGs, fundações empresariais e várias instâncias do Poder Executivo, que são mobilizadas, tanto no nível federal como no estadual e no municipal.

O período do segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) teve como característica principal, no que tange às políticas públicas de juventude, a efetivação e o aumento dos Programas Sociais Federais destinados aos jovens em situação de “risco social” e “carentes”. Essas foram políticas focalizadas e com delimitação geográfica em municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse contexto, houve o reconhecimento de alguns problemas que afetam a juventude brasileira, os quais impuseram a necessidade de se pensar políticas públicas para se combater os problemas sociais, requerendo, por sua vez, estratégias de enfrentamento dos problemas da juventude transformados em problemas para a sociedade (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Dando continuidade a um movimento iniciado na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), foram promovidas algumas iniciativas, como a criação de programas voltados

para esse público: o Projovem, o Soldado Cidadão e o Primeiro Emprego⁸, além da instituição da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, em 2005.

Algumas prefeituras municipais, a partir de 1997, começaram a implantar ações para os jovens numa perspectiva descentralizada e focalizada. O município de Juiz de Fora, por exemplo, implantou a política pública do Governo Federal, o Programa Projovem Urbano, no ano de 2009, que será detalhado em seções posteriores deste trabalho.

É importante salientar que essas iniciativas trazem características afins à constituição das políticas sociais no Brasil. São marcadas, sobretudo, pela descentralização e pela focalização. A focalização em jovens em situação de “risco social” traz à tona o forte viés compensatório das políticas públicas, no intuito de “corrigir” os problemas sociais que afligem a juventude pobre, nos grandes centros urbanos brasileiros, tais como o desemprego, a evasão escolar, a baixa escolaridade, o envolvimento em situações de violência, a adesão ao narcotráfico, o abuso e a exploração sexual, dentre outros. Nesse sentido, são políticas destinadas, sobretudo, a jovens considerados “excluídos”, “em situação de risco social” ou de “vulnerabilidade social”. Isso tem reforçado a concepção de “jovem problema” e constituído um modelo de intervenção, guiado pela “ideia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório” (LEÃO, 2004). Para vários autores, a focalização compromete a universalização das políticas públicas de juventude, uma vez que desconsidera outros aspectos e necessidades da própria condição juvenil.

O ano de 2004 inaugurou a abertura de um vasto diálogo entre movimentos sociais e governo. Discutiu-se, nesse bojo, a importância da instituição de uma política de juventude no Brasil. O desafio que se punha era formular políticas que

(...) por um lado, visassem à garantia de cobertura em relação às diversas situações de vulnerabilidade e risco social apresentadas para os jovens e, por outro, buscassem oferecer oportunidades de experimentação e inserção

⁸O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação Qualificação e Ação Comunitária – Pró-Jovem– foi implantado sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e do Emprego e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no intuito de atender jovens de 18 a 24 anos que terminaram a 4ª série e, no entanto, não concluíram o ensino fundamental, nem têm vínculos formais de trabalho. O Projeto Soldado Cidadão é realizado pelo Ministério da Defesa, Fundação Cultural do Exército e Sistema S, em que são capacitados os jovens que prestam o serviço militar obrigatório, com vista a prepará-los para encontrarem uma ocupação ao deixarem as Forças Armadas. O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego foi instituído por intermédio da Lei nº 10.940/2004, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, com o objetivo de melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho mediante ações de qualificação profissional do jovem e de incentivos pagos às empresas que aderirem ao Programa, contratando jovens aprendizes.

social múltiplas, que favorecessem a integração dos jovens nas várias esferas sociais. (SILVA e ANDRADE, 2009, p.49)

Uma das primeiras iniciativas foi a elaboração do Plano Nacional de Juventude, proposto pelo Projeto de Lei (PL) n. 4.530 de 2004, que aprovado no Congresso, foi atualizado em 2009 e no momento da realização desse trabalho, seria submetido ao Plenário da Câmara para votação. O Plano traz diagnósticos e diretrizes para políticas de juventude e pretende ser referência para as políticas relacionadas ao tema nos próximos anos. Estabelece os objetivos e as metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições dos brasileiros entre 15 e 29 anos e terá duração de dez anos. Em seu Art. 3º, destaca que, a partir da vigência dessa lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar planos decenais correspondentes. Os objetivos do Plano estão em consonância com as recomendações internacionais e com a matriz discursiva segundo a qual a sociedade é composta por atores sociais. Nesse documento, podem ser destacados alguns objetivos:

- Incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do País, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares;
- Tornar as políticas públicas de juventude responsabilidade do Estado e não de governos, efetivando-as em todos os níveis institucionais – Federal, Estadual e Municipal;
- Articular os diversos atores da sociedade, governo, organizações não-governamentais, jovens e legisladores para construir políticas públicas integrais de juventude;
- Apontar diretrizes e metas para que o jovem possa ser o ator principal em todas as etapas de elaboração das ações setoriais e intersetoriais. (BRASIL, 2004)

A partir daí, inúmeras iniciativas têm sido desenvolvidas com o intuito de envolver os governos, ONGs e demais entidades da sociedade civil em ações com foco na juventude. O Projovem é uma das ações que se enquadram nesse contexto.

O Plano Nacional da Juventude propõe nove prioridades. Reúne programas, ações e leis voltados a orientarem e a ampliarem as políticas de juventude, com prioridade para a erradicação do analfabetismo juvenil, a universalização do Ensino Médio, o acesso a

bolsas estudantis para a permanência no Ensino Superior, a ampliação do programa Primeiro Emprego e a promoção de atividades preventivas na área da saúde. (PL no 4.530/2004).

Em 2004, houve o encaminhamento de outro projeto de lei, propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL no 4.529/2007), que resume e reafirma alguns direitos dos jovens já existentes em nosso país. O Parecer nº 229 aprovou o Substitutivo do Senado para o Estatuto da Juventude no dia 16 de abril de 2013. O Estatuto retornou à Câmara dos Deputados para validar das alterações e, foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff no dia 5 de agosto de 2013, pela Lei 12.852/13. O documento divide-se em dois blocos: a regulamentação dos direitos dos jovens entre 15 e 29 anos e a criação do Sistema Nacional de Juventude, definindo competências e obrigações de cada ente federado (União, Estados e Municípios) na garantia destes direitos. Com o Estatuto, a juventude é reconhecida pelo seu papel importante no desenvolvimento do país, sendo apontados os direitos a serem garantidos⁹. O Estatuto completa o primeiro ciclo de leis que garantem direitos geracionais no Brasil, iniciadas com a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990, e o Estatuto do Idoso, em 2003. (BRASIL, 2013, p.4) Dentre os princípios para as políticas públicas de juventude, o Estatuto prevê, em seu artigo 2:

- I – promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
 - II – valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
 - III – promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
 - IV – reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
 - V – promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
 - VI – respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
 - VII – promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
 - VIII – valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.
- Parágrafo único. A emancipação dos jovens a que se refere o inciso I do caput refere-se à trajetória de inclusão, liberdade e participação do jovem na vida em sociedade, e não ao instituto da emancipação disciplinado pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (BRASIL, 2013, p. 2-3).

⁹ I- Direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; II- direito à educação; III- direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; IV- direito à diversidade e à igualdade; V- direito à saúde; VI- direito à cultura; VII- direito à comunicação e à liberdade de expressão; VIII- direito ao desporto e ao lazer; IX- direito ao território e à mobilidade; X- direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; XI- direito à segurança pública e o acesso à justiça.

Outro fato que marcou a trajetória das políticas de juventude no Brasil, foi a pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania, organização não governamental, que buscou saber quem é o jovem brasileiro, onde mora e estuda, e porque está envolvido em situações de violência, e que serviu de subsídio tanto ao governo federal quanto à comissão parlamentar da Câmara dos Deputados para firmarem políticas públicas juvenis. Essa pesquisa recebeu o nome de Projeto Juventude e teve como objetivo central levantar dados sobre os jovens brasileiros entre os anos de 2003 e 2004. Os dados da pesquisa foram entregues ao Presidente da República e à Comissão de Juventude da Câmara, na abertura da Conferência Nacional de Juventude.

No ano de 2005, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão executivo ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, sem *status* de ministério, com o objetivo de articular os programas federais existentes em diversos órgãos e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), órgão de articulação entre o Governo e a sociedade civil, com caráter consultivo e propositivo.

A Lei 11.129, vigente desde 30 de junho de 2005, criou:

a) a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJUV), cuja tarefa principal é articular e supervisionar os programas e ações voltadas para os/as jovens; b) o Conselho Nacional da Juventude (Conjuv), com caráter consultivo, cuja tarefa principal é fomentar estudos e propor diretrizes para a referida política; c) o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (o ProJovem), um amplo programa de caráter emergencial voltado para jovens de 18 a 24 anos, excluídos da escola e do mercado de trabalho. (NOVAES, 2007, 254-255)

Ainda em 2005, o governo federal lançou o Programa Nacional de Jovens (Projovem), na sua primeira versão. O Programa foi estruturado para atender a uma das dimensões da Política Nacional de Juventude, no escopo da inclusão social, contemplando os jovens de 18 a 24 anos primeiramente. Mais tarde, passa a atender o público-alvo de 18 a 29 anos, que ainda não tinham completado o ensino fundamental e que estavam fora da escola e do mercado de trabalho, como veremos mais à frente. Destacaremos essa política quando formos tratar dos programas do Governo Federal.

Em 2007, o governo federal iniciou nova discussão para redesenhar tal política, pois, nesse período, não se conseguiu avançar na coordenação e integração dos programas e ações federais.

Nessa ocasião, o governo federal ainda executava, por meio de cinco ministérios diferentes, seis programas emergenciais voltados para a juventude excluída do mercado de trabalho, com poucos anos de estudos e reduzida capacitação profissional: Projovem, desenvolvido pela Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude; Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã, desenvolvidos ambos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Agente Jovem, localizado no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Escola de Fábrica, no Ministério da Educação (MEC); e Saberes da Terra, sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Estes tinham, em comum, a atenção para com a ampliação da escolaridade e a formação profissional, e o repasse de diferentes auxílios financeiros aos jovens, como contrapartida de sua participação nas atividades oferecidas. Segundo Silva e Andrade (2009, p.52), os quatro principais desafios que se colocavam para a Política Nacional de Juventude, em 2007, eram:

- i)* ampliar o potencial de integração entre os programas emergenciais e destes com outro conjunto de ações consideradas mais estruturantes, vinculadas às áreas de educação, saúde, esporte e cultura; *ii)* aumentar a escala de atendimento dos programas emergenciais para todo o universo de jovens brasileiros considerados excluídos, considerando juventude a faixa etária compreendida entre 15 a 29 anos; *iii)* otimizar recursos; e *iv)* aumentar a eficácia.

Após a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada em abril de 2008, intensificaram-se as iniciativas para difundir, junto aos governos, a importância de a categoria juvenil obter espaço na agenda dos poderes locais e estaduais.

Com o lançamento do Pacto da Juventude, em 2008, uma proposição foi feita pelo Conselho Nacional de Juventude aos governos (federal, estaduais e municipais) e aos candidatos a prefeito e a vereador, para que estes se comprometessem com as políticas públicas para essa faixa da população.

Em dezembro de 2009, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 64/134, proclamando o período de agosto de 2010 a agosto de 2011 como o Ano Internacional da Juventude, com o objetivo de encorajar o diálogo e a compreensão entre gerações e estimular os jovens a promoverem o progresso, com ênfase nas Metas do Desenvolvimento do Milênio.

Em 2010, o Brasil assumiu a presidência da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul – REJ. Ainda no mesmo ano, o Conjuve realizou a segunda edição do Pacto pela Juventude, colocando várias ações em prática durante os processos eleitorais, buscando o comprometimento dos candidatos e futuros governantes com a pauta juvenil.

Outro marco da Política Nacional de Juventude no Brasil foi a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como PEC da Juventude, aprovada em julho de 2010. A Emenda inseriu o termo "jovem" no Capítulo VII da Constituição Federal (CF), que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, assegurando, aos jovens, direitos que já foram garantidos constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres. A Proposta regulamenta a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude brasileira. A PEC tramitou por sete anos no Congresso Nacional.

Em maio de 2010, a cidade de Salvador (BA) sediou a Pré-Conferência das Américas e Caribe, que antecedeu a 1ª Conferência Mundial de Juventude, realizada no México, em agosto de 2010. O Brasil ingressou na Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), sendo eleito, em dezembro, vice-presidente da OIJ. Esta foi a primeira vez que o país participou do encontro como membro pleno.

Em julho de 2011, em Nova Iorque, foi realizado o Encontro de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Juventude, marcando mais uma celebração do Ano Internacional da Juventude. O evento teve como tema “Juventude: Diálogo e Compreensão Mútua” e contou com a participação de representantes de governos, ONGs e entidades da sociedade civil de diversos países.

Ainda em dezembro de 2011, foi realizada a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude que reuniu delegações eleitas dos 27 estados da Federação. Nesta Conferência foram abordadas as necessidades desta faixa etária e foram discutidos os rumos do desenvolvimento nacional sob o olhar dos jovens. O documento base e as propostas do texto “Conquistar direitos, desenvolver o Brasil” e dirigida por três temáticas: Juventude, democracia, participação e desenvolvimento nacional; Plano Nacional de Juventude (prioridades 2011-2015); e articulação e integração das políticas públicas de juventude. Essas

temáticas apontavam a expectativa por um país mais justo e democrático colocando como prioridade a problemática da juventude brasileira.

Entre os dias 5 a 8 de dezembro de 2015 está prevista a 3ª Conferência Nacional de Juventude que tem como o tema “As várias formas de mudar o Brasil”. A mesma tem como objetivo ampliar os mecanismos de escuta aos jovens brasileiros e reconfigurar a intervenção política destes nos espaços públicos. Esta conferência pretende debater o Plano Nacional de Juventude, com diretrizes e metas para os próximos 10 anos.

Cabe destacar que as legislações citadas passaram a dar suporte a ações políticas voltadas para essa faixa populacional. Esses pontos, sobre a política nacional da juventude, mostram como a mesma veio ganhando espaço nas discussões de políticas públicas no país e internacionalmente.

No próximo capítulo, trataremos do Programa Projovem Urbano, constituído no âmbito da presidência da República, com a perspectiva de atingir uma das faixas com carências acumuladas: não concluíram o Ensino Fundamental e não se qualificaram para o trabalho. Este estudo pretende analisá-lo no município de Juiz de Fora. Procuramos identificar o perfil dos jovens que permanecem no programa e avaliar se o Programa contribui, segundo os próprios jovens, para alterar sua trajetória escolar e laboral.

CAPÍTULO III: O PROJÓVEM NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

O Projóvem Urbano, tema deste trabalho, é considerado uma Política Pública de inclusão de jovens com um amplo raio de ação, destacando-se como “carro chefe” da Política Pública de Juventude do Brasil.

Para uma melhor compreensão do que seja uma política pública, propusemos brevemente conceituar, de acordo com alguns autores, o que vem a ser uma política pública, como ela se configura, a quem atende, dentre outros.

Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Rua (1998, p.2), afirma que as políticas públicas destinam-se a solucionar problemas políticos, que são as demandas que logram ser incluídas na agenda governamental. Segundo a autora, quando não ocorre esse movimento, o que se apresenta são “estados de coisas”, problemas que atingem grupos da sociedade, sem compor a agenda governamental.

Para que um estado de coisas se configure um problema político e se torne prioritário na agenda governamental, é indispensável que apresente pelo menos algumas características: mobilize ação política de grupos ou de atores individuais; constitua uma situação de crise ou calamidade; constitua uma situação de oportunidade para atores politicamente relevantes. Para Rua (1998) estas são as condições que conduzem à primeira fase das políticas públicas, considerada a formação da agenda.

Ainda de acordo com a autora, quando o estado de coisas transforma-se em problema político, uma questão torna-se um *input* a ser processado pelo sistema político, gerando a primeira fase das políticas públicas. A segunda fase deste processo é a formulação e configura-se como um momento de definição das opções para solucionar o problema político e da escolha a ser seguida. Essa escolha envolve vários tipos de interesses, de ordem material e de ideais:

Desse modo, podemos dizer que as políticas públicas destinam-se a solução de problemas políticos, traduzidos naquelas demandas que, deixando de ocupar o “estado de coisas”, lograram incorporar-se a agenda governamental. Por conseguinte, o processamento dessas demandas (*inputs*) ocorre através de ações e decisões políticas. Isso significa dizer que uma

política pública supõe uma decisão política – uma escolha dentre outras alternativas –, mas envolve mais do que uma decisão, ou seja, “requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”. (RUA, 1998, p.01)

Para Rua (1998, p.3):

Uma vez formulada, uma política consiste apenas em um conjunto mais ou menos vago de intenções, expressas em documentos diversos. Na verdade, uma política só se transforma em realidade quando “sai do papel”, e isso ocorre quando é implementada.

Ao discorrer sobre os efeitos de nossa cultura política sobre as políticas públicas de juventude, Rua (1998) aponta cinco regularidades: fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, ações com base na oferta e não na demanda e, finalmente, a existência de clara clivagem entre formulação/decisão e a implementação. Outra característica é a ideia linear, vertical e planificadora das políticas públicas, tomando sempre a ideia de implementação automática.

Na década de 90, de acordo com Rua (1998), observa-se que foram poucas as políticas que contemplaram a juventude. Neste período, os jovens foram incluídos em políticas sociais, direcionadas às diversas faixas etárias, sem uma diretriz sobre a relevância de se pensar o jovem no futuro. É neste sentido que a autora diz que:

As situações constatadas indicam que as demandas por políticas públicas para a juventude permanecem como estado de coisas, precariamente resolvidas no âmbito de políticas destinadas a um público mais amplo – com o qual os jovens têm que competir pelo espaço de atendimento – sem chegar a se apresentar especificamente como problemas políticos. (RUA, 1998, p.9)

O Projovem Urbano pode ser considerado uma política pública focalizada, já que atende a uma faixa etária definida (18 a 29 anos). Rua (1998) percebe a focalização como uma estratégia para os países em desenvolvimento, visto que há poucos recursos disponíveis e

um grande número de pessoas a serem contempladas. Assim, é preciso focar em um grupo específico, como o Projovem Urbano faz. A autora ainda destaca três pontos importantes sobre o significado da focalização:

Em primeiro lugar, focalização e seletividade implicariam a eliminação de privilégios e vantagens cumulativas, cuja discussão excede os objetivos deste texto. Em segundo lugar, focalização e seletividade significariam, em sociedades como a nossa, que os direitos são universais, mas os recursos são redistribuídos segundo as necessidades sociais, setoriais, locais e regionais, que são sempre, extremamente diferenciadas. Em terceiro lugar, focalização e seletividade implicam clara definição de clientela prioritária: é o caso da juventude. (RUA, 1998, p.12)

Apesar disso, a autora tece uma crítica às políticas vigentes nos anos 90, analisando que as ações propostas não se configuram em políticas para os jovens, mas são políticas que atingem diversas coortes, dentre eles, os jovens.

De acordo com Novaes (2006), as Políticas Públicas Juvenis (PPJs) podem ser classificadas em universais, atrativas e exclusivas. Falaremos de cada uma a seguir.

As políticas públicas Universais são as políticas setoriais dirigidas a toda a população, inclusive aos jovens. Nesta perspectiva, estão as políticas educacionais, de trabalho e emprego, de assistência social, de saúde, de cultura e de combate à violência.

As políticas públicas atrativas são as que não são direcionadas apenas aos jovens, mas que têm muita incidência sobre eles, por exemplo, os Pontos de Cultura, as políticas de segurança e combate à violência. São políticas que possuem um caráter emergencial ou experimental, ou combinam as duas dimensões.

As políticas públicas exclusivas são aquelas voltadas apenas a uma determinada faixa etária, considerada entre 15 e 29 anos. Podem estar envolvidas as áreas de educação, trabalho, desenvolvimento social, saúde, cultura, migração, segurança. São programas e ações emergenciais para jovens excluídos ou em situações de vulnerabilidade social. Desta forma, podemos compreender que o Programa Projovem Urbano se encaixa como política exclusiva, emergencial para um grupo específico.

Nas diretrizes gerais do Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano, o programa é compreendido como emergencial, experimental e integrado:

Emergencial porque atende a necessidade desse segmento de chegar ainda jovem ao ensino médio e de diminuir a imensa distorção série-idade entre os jovens. Experimental, pela proposta pedagógica e metodológica inovadora, enquadrada no artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996). Integrado, pois sua proposta curricular baseia-se em novos paradigmas que tratam de forma integrada a formação geral (elevação de escolaridade), a qualificação profissional e o planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público. (PROJOVEM URBANO, 2009, p.57)

Assim, o Projovem Urbano está voltado para o segmento juvenil mais vulnerável e o objetivo é criar condições para que este jovem consiga romper com o ciclo de reprodução das desigualdades que atinge a maioria (NOVAES, 2006). Falaremos sobre ele no item a seguir.

3.1- O Projovem Urbano

O período do segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) teve como característica principal, no que tange às políticas públicas de juventude, a efetivação e o aumento dos Programas Sociais Federais, destinados aos jovens em situação de “risco social” e “carentes”. Essas foram políticas focalizadas e com delimitação geográfica em municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse contexto, houve o reconhecimento da necessidade de se pensar políticas públicas para combater os problemas sociais, requerendo por sua vez, estratégias de enfrentamento dos problemas da juventude transformados em problemas para a sociedade. (SPOSITO; CARRANO, 2003)

Um dos primeiros programas criados para atender aos jovens foi Programa Serviço Civil Voluntário – SCV, criado em 1996, no âmbito do Programa Nacional de Direitos Humanos e implementado por meio da ação conjunta dos Ministérios da Justiça e do Trabalho. O programa foi desenvolvido até o ano de 2002, e tinha, como público, jovens na faixa etária de 18 anos em situação de pobreza crítica -considerando a renda familiar de menos de meio salário mínimo *per capita*-, desempregados e não estudantes, com escolaridade inferior à 8ª série do Ensino Fundamental. O programa compunha uma ação específica do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, voltada à

inclusão de jovens em situação de risco social e era executado por meio dos Planos Estaduais de Qualificação – PEQs e de outras parcerias. Havia o pagamento de um subsídio no valor de R\$ 60,00 aos jovens pela frequência aos cursos de qualificação profissional. (LEÃO, 2004)

Outro programa que tinha o público juvenil como alvo, foi o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Humano, criado em 1999 e implantado em todo o território nacional. O programa tinha em sua concepção original a preocupação de atender os jovens entre 15 e 17 anos, cuja renda *per capita* fosse de até meio salário mínimo.

O projeto proporcionava capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuravam trabalho, mas que possibilitavam a permanência do jovem no sistema de ensino com uma formação cidadã preparando-os para futuras inserções no mercado de trabalho e para atuação na comunidade. (LEÃO, 2004)

Na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), dando continuidade a um movimento iniciado na gestão anterior, foram promovidas algumas iniciativas, como a criação de programas voltados para esse público – o Projovem, o Soldado Cidadão e o Primeiro Emprego.

Os programas mencionados anteriormente e que tiveram sua implantação nos anos 1990, sofreram algumas mudanças em sua estrutura, sendo alguns substituídos. Com o redesenho dos programas, desaparecem o Agente Jovem, o Consórcio Social de Juventude, Saberes da Terra e Escola da Fábrica, sendo substituídos respectivamente pelos Projovem Adolescente e Projovem Trabalhador.

Sposito e Carrano (2003) realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar quais políticas estavam sendo desenvolvidas no Brasil. Em sua análise, registraram 30 programas/projetos que atendiam jovens na faixa etária de 15 a 19 anos e 20 a 25 anos e de três ações não governamentais de abrangência nacional. Observaram que entre 1999 e 2002 houve a implementação de 18 programas para jovens, representando um avanço significativo da temática juventude e adolescente no plano federal.

Os autores destacam, neste levantamento, que dois conceitos vigoram nos documentos do governo federal e organizações não governamentais, quando se referem a projetos e a programas focalizados na juventude, são eles: “protagonismo juvenil” e “jovens em situação de risco social”. Sposito e Carrano (2003) destacam que o termo “estimular o protagonismo juvenil” é uma expressão muito citada nos textos dos programas e projetos do governo federal e das organizações não governamentais.

Os autores afirmam, ainda, que é preciso avançar para além das doutrinas de segurança pública e de assistência social, no que diz respeito às políticas públicas federais

orientadas para os jovens. E que o grande desafio está na construção de políticas públicas de juventude numa perspectiva universalista e ampliada de direitos públicos.

Com base nos programas mencionados pelo Guia de Políticas Públicas de Juventude (2010), pode-se observar que o governo federal vem traçando uma política nacional para juventude que contempla as áreas sociais – educação, emprego, cultura, esporte, segurança e meio ambiente.

De acordo com o Guia de Políticas Públicas de Juventude (2010) e das informações obtidas pelo Portal Juventude, há, atualmente, no campo das iniciativas federais, 16 (dezesseis) programas sociais¹⁰ que têm ações voltadas para o jovem brasileiro. Em anexo, há um quadro que destaca os principais objetivos de cada programa e o público alvo que delimita.

Entre os programas, destaca-se o Projovem, em suas quatro modalidades, que têm como público-alvo jovens excluídos, isto é, de baixa renda, com pouca escolaridade ou com dificuldade de realizar um curso superior e desempregados ou com inserção precária no mercado de trabalho. (SILVA e ANDRADE, 2009)

Nos programas do Governo Federal, observa-se um traço marcante, que é a importância dada à qualificação profissional e à aceleração da aprendizagem, aparecendo como “ações emergenciais e compensatórias” oferecidas aos jovens pobres e que não tiveram acesso à educação básica. Estas políticas são de natureza focalizadora, isto é, delimitam uma população a ser atendida: jovens de baixa renda e excluídos de alguma forma da sociedade.

Na análise dos programas, nota-se que cada um fixa uma idade para atendimento aos adolescentes e jovens. Em alguns deles, a faixa etária da juventude é atrelada ao período de 18 e 24 anos; outros ao de 18 e 29 anos, ou ainda, ao de 16 e 24 anos. As PPJs, no Brasil, têm sido definidas, nos últimos anos, como um conjunto de políticas destinadas aos indivíduos com idades situadas entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2008), considerando o que ficou definido no Estatuto da Juventude. No entanto, a definição desta faixa etária não segue um padrão internacional mandatário, já que a ONU e órgãos afiliados ao seu sistema, entendem como jovens as pessoas com idades entre 15 e 24 anos (UN, 2005).

Dentre os programas e projetos sociais existentes, observa-se que sete são da área de educação, estando ligados ao Ministério da Educação, e os demais estão espalhados

¹⁰ Programa Integrado de Juventude (Projovem), Programa Bolsa-Atleta, Programa Brasil Alfabetizado, Programa Escola Aberta, Programa Juventude e Meio Ambiente, Programa Nossa Primeira Terra, Programa Cultura Viva, Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio (Proeja), Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), Projeto Rondon, Programa Pronaf Jovem, Programa Universidade para todos (ProUni), Programa Segundo Tempo, Projeto Soldado Cidadão.

nos diversos ministérios. Este estudo não se propõe a analisar cada um desses programas. Nesse trabalho, voltamos nosso olhar para o Programa Projovem Urbano que é o objeto dessa pesquisa.

3.1.1- Do Projovem Original ao Projovem Urbano: A gênese do Programa

Neste item, utilizaremos os documentos disponíveis sobre a implementação do programa: a Lei 11.129, de 30/06/2005, que estabelece o Programa de Inclusão de Jovens (Projovem); o decreto no. 5.777, de 5 de outubro de 2005, que regulamenta o Projovem e o Projeto do Projovem Urbano, edição 2012, que foi a última versão a que tivemos acesso.

Examinaremos os objetivos do programa, os seus destinatários, a estrutura de gestão, a dinâmica do mesmo, a implantação e sua execução no município de Juiz de Fora.

Esse programa teve sua origem no governo Lula como uma das três principais ações no que se refere às políticas de juventude. Foi instituído através da Medida Provisória nº238/2005, transformada na Lei nº 11.129/2005, que foi regulamentada pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/2005. Tem como finalidade: executar ações integradas que propiciem aos jovens a elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental; a qualificação profissional, em nível de formação inicial, com o objetivo de estimular a inserção produtiva cidadã e a participação no desenvolvimento de ações comunitárias.

O Programa foi aprovado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CEB nº 2/2005, de 16/03/2005 e Resolução CNE/CEB nº 3/2006, de 15/08/2006) como uma política experimental e que teria a duração de 12 meses.

O Projovem teve sua proposta redesenhada com o objetivo de ampliar ainda mais o atendimento aos jovens de 18 a 29 anos, pois se percebia que eram deixados de fora, jovens com mais de 24 anos sem ensino fundamental. Em 2008, foi lançado o Projovem Integrado, que surgiu da união dos seis programas¹¹ que na época atendiam à juventude. Esses programas tinham em comum a atenção à ampliação da escolaridade e à formação profissional assim como o repasse de auxílio financeiro aos jovens, como contrapartida de sua participação nas atividades oferecidas.

¹¹ O próprio Projovem (da Secretaria Nacional de Juventude); Agente Jovem (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Saberes da Terra e Escola de Fábrica (Ministério da Educação); Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude (Ministério do Trabalho e Emprego).

Com a integração, o Programa passou a atuar por meio das modalidades: (I) Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; (II) Projovem Urbano; (III) Projovem Campo - Saberes da Terra; e (IV) Projovem Trabalhador.

Descreveremos, brevemente, cada uma das modalidades, com o intuito de situar, mais adiante, a modalidade que elegemos como foco de estudo: o Programa Projovem Urbano.

A primeira modalidade é o Projovem Adolescente que tem como finalidade ajudar na proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Essa modalidade surgiu a partir da reestruturação do Programa Agente Jovem e destinava-se aos jovens de 15 a 17 anos.

A segunda modalidade é o Projovem Urbano, que tem em seu escopo elevar o grau de escolaridade dos jovens, visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, através da conclusão do Ensino Fundamental, da Qualificação Profissional e da Participação Cidadã. Nasceu de uma reformulação do Projovem original. Acrescentaremos maiores detalhes em outra sessão deste trabalho.

A terceira modalidade é o Projovem Campo, que visa a fortalecer e a ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, proporcionando a elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental, a qualificação e a formação profissional, como aspectos necessários ao crescimento do ser humano e ao desenvolvimento da cidadania. Teve sua origem na reorganização do Programa Saberes da Terra.

A quarta modalidade é o Projovem Trabalhador, que surge da união dos Programas: Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, e tem como objetivo preparar os jovens para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda, atendendo a jovens de 18 a 29 anos, em situação de desemprego e membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo.

De acordo com os documentos orientadores do Projovem, o objetivo da mudança em sua estrutura, foi para atender a um número maior de pessoas, já que ainda havia uma parcela significativa da população entre 18 e 29 anos que estava alfabetizada, e que precisava concluir o ensino fundamental e receber o preparo para o trabalho e a vida em sociedade.

Com a integração, algumas mudanças foram implementadas nos respectivos programas, a exemplo da faixa etária dos beneficiários, que passou de 15 a 24 anos para a

faixa de 15 a 29 anos. Além disso, foi unificado o auxílio financeiro mensal, que na época tinha o valor de R\$ 100,00 sendo a gestão do programa compartilhada com os Ministérios responsáveis pelas respectivas modalidades, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude. (BRASIL, 2012)

A seguir, trataremos detalhadamente do Programa Projovem Urbano.

3.1.2- Estrutura e Organização

O Projovem Urbano tem como base três dimensões curriculares: a formação básica, a qualificação profissional e a participação cidadã. Trataremos dos aspectos gerais de cada dimensão abaixo:

a) A Formação Básica busca garantir as aprendizagens conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente e proporcionar uma Qualificação Profissional e a Participação Cidadã.

b) A Qualificação Profissional inicial deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a certificação, atendendo às necessidades e potencialidades econômicas locais e regionais, de acordo com o interesse dos jovens. A Qualificação Profissional constitui-se em:

(i) Formação Técnica Geral (FTG), que trata dos conhecimentos necessários às atividades de trabalho, proporcionando a compreensão do papel do trabalho e da formação profissional no mundo contemporâneo;

(ii) Formação Técnica Específica (FTE), que propicia ao jovem a aprendizagem de conteúdos de uma ou mais ocupações; conforme a estrutura dos arcos oferecidos em cada localidade aborda conhecimentos relativos a quatro ocupações articuladas dentro de uma base técnica comum e está inscrita no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); visa por sua vez, favorecer o aprendizado em uma ocupação.

A FTE estrutura-se através de Arcos Ocupacionais que têm a finalidade de preparar para atuar como empregado, pequeno empresário ou membro de cooperativa. São propostos ao todo 23 Arcos. Cada um deles visa desenvolver competências relacionadas ao sistema de produção e circulação de bens e serviços, proporcionando possibilidades de atuação no mercado de trabalho.

Outro ponto importante na estrutura do Programa é o Projeto de Orientação Profissional (POP) que é entendido como um trabalho reflexivo, ao longo de todo o curso, com o objetivo de preparar o jovem para uma melhor compreensão da dinâmica do mundo do trabalho, a fim de planejar o percurso de sua formação profissional.

c) A Participação Cidadã deverá proporcionar aprendizagens sobre direitos, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania. O Plano de Ação Comunitária (PLA) é outro importante instrumento de integração do currículo do Projovem Urbano dentro desta dimensão. Deve ser elaborado, desenvolvido e avaliado sistematicamente ao longo do curso, integrando o componente curricular Participação Cidadã.

Como já foi dito anteriormente, o programa foi concebido como uma medida de caráter emergencial, destinada a atender uma parcela significativa dos jovens com o perfil socioeconômico definido e que têm a necessidade de retomar e dar prosseguimento a sua trajetória escolar, procurando articular várias ações que envolvem diversos órgãos governamentais.

Em 21 de dezembro de 2011, com o objetivo de ampliar o escopo do Programa e de integrá-lo às políticas nacionais de educação, o Decreto nº 7.649 modificou o Decreto nº 6.629/2008, passando a execução e a coordenação nacional do Projovem Urbano para o Ministério da Educação (MEC). Passou assim, a ser executado nacionalmente pelo MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) integrado à modalidade Educação de Jovens e Adultos. No ano de 2012, o Decreto nº 7.690 aprovou a criação da Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude que passou a ser responsável pela coordenação nacional do Programa. Nos municípios que aderiram, este programa passou a ser coordenado pelas secretarias de educação.

Observa-se em sua trajetória que foi uma política iniciada sob a coordenação de uma secretaria nacional ligada à Presidência da República que articulava ações de vários ministérios. Foi sofrendo alterações e, no momento do estudo, estava vinculada ao Ministério da Educação. A seguir apresentaremos a estrutura curricular do programa.

3.1.3-A Dinâmica Curricular

O currículo do Projovem Urbano baseia-se no cruzamento de eixos estruturantes, envolvendo os campos de conhecimento: matemática, ciências humanas (geografia e história), ciências naturais (física, biologia e química), inglês, informática, qualificação profissional e participação cidadã. Os cinco eixos estruturantes são: Cultura, Trabalho, Comunicação, Tecnologia e Cidadania. Esses se organizam em seis unidades formativas que abordam aspectos relacionados em cada eixo. As Unidades Formativas são:

- Unidade Formativa I - Juventude e Cultura
- Unidade Formativa II - Juventude e Cidade
- Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho
- Unidade Formativa IV - Juventude e Comunicação
- Unidade Formativa V - Juventude e Tecnologia
- Unidade Formativa VI – Juventude e Cidadania

É importante destacar que cada unidade formativa organiza-se em torno de uma temática central. A unidade I, denominada “Juventude e Cultura”, compreende os jovens e a Cultura como uma construção histórica e coletiva que forma identidades, produz linguagens, e constitui regras e costumes.

A segunda unidade, “Juventude e Cidade”, têm como objetivo reposicionar os jovens diante das dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social a partir das práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens (vivência na cidade globalizada).

A terceira, “Juventude e Trabalho”, pretende discutir as transformações do mundo do trabalho na sociedade contemporânea e as práticas de inclusão e exclusão no trabalho e na escola.

A quarta unidade “Juventude e Comunicação” visa o reposicionamento dos jovens diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e à comunicação. Compreende a informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas da juventude.

A quinta, “Juventude e Tecnologia”, abrange a ciência e tecnologia na sociedade contemporânea e as repercussões na vida do jovem, compreendendo as ações de inclusão e exclusão social no acesso às novas tecnologias.

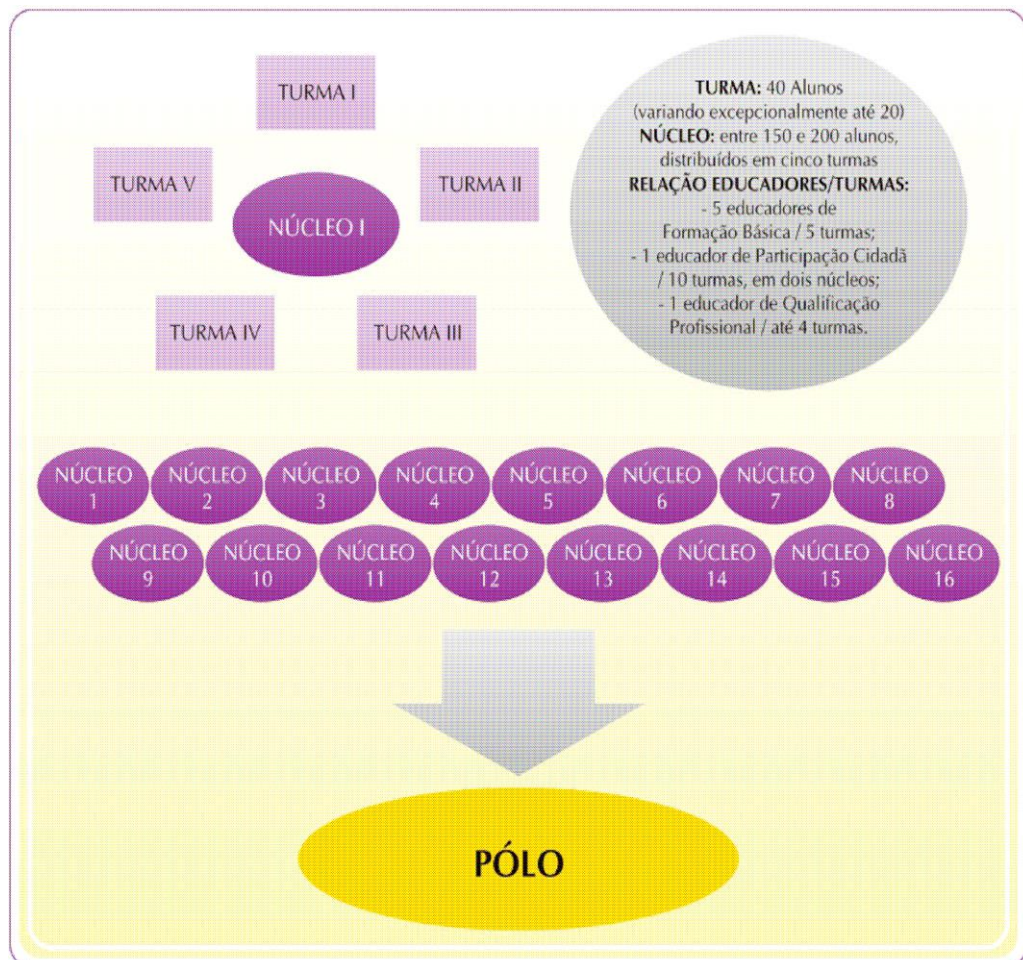
E a última unidade formativa, “Juventude e Cidadania”, pauta-se nas diferenças socioculturais que segmentam a juventude brasileira: preconceitos e discriminações intra e intergeracionais. Busca reposicionar os jovens diante das dinâmicas de inclusão e exclusão sociais que expressam desigualdades e diferenças (geração, gênero, raça/etnia, deficiências físico-psíquicas).

Como se percebe, a ideia que se faz presente em todas as unidades formativas é a de inclusão dos jovens dentro da sociedade que se apresenta de maneira desigual, principalmente para os jovens das classes populares.

O Projovem Urbano se estrutura da seguinte maneira como demonstra a figura

I:

Figura I- A Estrutura do Projovem Urbano



Conforme o Organograma apresentado na figura I, em cada Polo onde o programa for implantado, deve haver uma equipe composta por um diretor, um assistente pedagógico e um assistente administrativo. O Polo é uma instância de gestão do Projovem Urbano, que deve funcionar em um espaço físico concedido pelo município que aderir à política, assim como os núcleos. Esse é um ponto importante a destacar: é uma política elaborada pelo governo federal, mas executada pelos municípios.

Outro espaço no programa são os núcleos onde estão os formadores. O Núcleo é o espaço onde é realizada a maior parte das atividades de ensino e aprendizagem. Pode ser constituído por até cinco turmas e sete educadores, que lecionam as disciplinas curriculares que compõem o ensino fundamental. Os educadores de Qualificação Profissional e de Participação Cidadã trabalham no Núcleo, onde são realizadas as atividades pertinentes a essa formação, com o objetivo de dar mais atenção às atividades pedagógicas propostas. De acordo com o MEC, cada Núcleo poderá funcionar em até duas unidades escolares (dois endereços). Estes funcionam nas escolas das redes públicas selecionadas pelos municípios participantes.

O programa apresenta em seus objetivos a expectativa de que os jovens, ao final do curso, sejam capazes de

afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos; utilizar tecnologias de informática necessárias à busca de informações e à inserção cultural e profissional; desenvolver competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda; estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho; continuar aprendendo ao longo da vida, tanto pela inserção no sistema de ensino formal, quanto pela identificação e o aproveitamento de outras oportunidades educativas. (BRASIL, 2012, p. 36-37)

O Projovem Urbano pode ser considerado atualmente uma das principais políticas públicas direcionadas à Juventude no Brasil que não concluíram o Ensino Fundamental. De acordo com informações encontradas no site e em materiais de divulgação, o programa tem como finalidade proporcionar um modelo de formação integral aos jovens, visando o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Além dos aspectos destacados, o programa ainda apresenta objetivos específicos tais como:

- a reinserção dos jovens no processo de escolarização;
- a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público;
- a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação;
- a ampliação do acesso dos jovens à cultura. (BRASIL, 2012, p. 24-25)

O Programa tem duração de 18 meses e dota os jovens com um auxílio financeiro. Para fazer jus a este auxílio financeiro, é exigida frequência de 75% das atividades presenciais e entregar 75% dos trabalhos escolares previstos, mensalmente.

De acordo com o Manual do Educador:

Ao promover a integração de Formação Básica (Ensino Fundamental/EJA), Qualificação Profissional (inicial) e Participação Cidadã (envolvendo ações comunitárias), o Projovem Urbano deve oferecer oportunidade para que os jovens experimentem formas diferentes de interação social, se apropriem de novos conhecimentos, reelaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se repositionem quanto à sua inserção social e profissional. (BRASIL, 2012, p.36)

Como o foco desse trabalho é analisar o programa no município de Juiz de Fora, vamos nos deter a análise do mesmo na seção seguinte.

3.2- O Programa Projovem Urbano em Juiz de Fora

Como dito anteriormente, a política em estudo surgiu por ação do governo federal, mas concretiza-se com a colaboração dos municípios.

Para apresentar um pouco da história do Programa em Juiz de Fora, utilizaremos alguns dados da pesquisa realizada por Martins (2010) e os dados fornecidos

pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), ligado à UFJF, e pela Coordenação do Programa na cidade.

A meta inicial do Projovem em nível nacional foi atender aos jovens de todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal. A partir de 2006 houve uma ampliação deste atendimento para outros municípios e a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, por meio da Secretaria de Assistência Social (SAS), aderiu ao Programa em 2009. As atividades no município iniciaram aos 06 de abril desse ano, com a meta de atender a 800 jovens em vinte turmas. Conforme Quadro II, a matrícula inicial foi de 643 alunos e somente 317 chegaram ao final, totalizando uma evasão de 50,7%. Em maio de 2010, houve mais uma entrada de jovens no Programa, com uma matrícula inicial de 349 alunos e a matrícula final de 163, representando um percentual de 46,7%. A evasão escolar totalizou neste período 53,3%.

Quadro III- Fluxo do Programa Projovem Urbano de Juiz de Fora¹²

Ano	Matrícula Inicial	Matrícula Final	Evasão (Nº)	Concluintes (%)	Evasão (%)
Abril/2009	643	317	326	49,3%	50,7%
Mai/2010	349	163	189	46,7%	53,3%
Agosto/2012	466	85	381	18,2%	81,8%
Total	1.458	565	896	38,7%	61,3%

Dados Caed e Secretaria de Educação de Juiz de Fora-2013.

Podemos perceber que, nos anos de 2009, 2010 e 2012, tivemos um total de 1.458 matrículas iniciais e apenas 565 alunos chegaram ao final, indicando que 38,7% dos alunos que aderiram à proposta, o concluíram. O índice de evasão escolar é alto. Neste período, houve uma taxa de 61,3% de evasão, o que representa 897 alunos evadidos. Esse é um dado presente em nível nacional e vários estudos procuraram analisá-lo. Não encontramos estudos sobre os que permanecem, por isso nossa opção por estudar os jovens que permanecem e conseguem concluir o Programa Projovem Urbano de Juiz de Fora.

Não conseguimos ter acesso aos dados do ano de 2011, pois houve um processo de mudança administrativa e os dados se perderam. Fizemos várias tentativas e entramos com o pedido dos dados através do sistema “Acesso à Informação” e não obtivemos

¹²Até o momento da pesquisa não conseguimos ter acesso aos dados do ano de 2011, visto que houve uma mudança de administração entre 2011 a 2012.

a resposta desejada e necessária para usarmos na pesquisa¹³. Tal fato, nos mostra que há dificuldades na transição de um governo para outro e de um Programa que anteriormente estava ligado à Secretaria de Assistência Social para Secretaria de Educação como foi o caso do município estudado. Alguns empecilhos na execução do Projovem estavam atreladas à forma como ocorria o regime de colaboração com o governo federal como apontarei ao longo do trabalho.

Até o ano de 2012, havia dois núcleos implantados em quatro escolas municipais de Juiz de Fora. Pelas regras do Governo Federal é necessário ter no mínimo 200 alunos por núcleo, como se matricularam 466, não foi possível manter o funcionamento nos quatro endereços iniciais. Em 2013, apenas um núcleo que funcionava em duas escolas centrais da cidade ficou ativo, já que o número de matriculados foi menor ainda.

No período da pesquisa, o Programa estava passando por uma nova reestruturação, com o intuito de melhorar o atendimento aos beneficiários, pois segundo a nova coordenação geral, foi encontrado com sérios problemas de infraestrutura e de gestão.

A carga horária total do Projovem Urbano é de 1.248 horas, a serem cumpridas em 18 meses letivos ou 78 semanas, assim distribuída: 936 horas para o Ensino Fundamental; 234 horas para Qualificação Profissional e 78 horas para Participação Cidadã. As aulas acontecem no horário noturno, a partir das 18h30m, com a carga horária de vinte horas semanais. As alunas que são mães podem contar com uma Sala de Acolhimento para atendimento dos seus filhos no período em que são realizadas as aulas, podendo trazer seus filhos para a escola. Mesmo com esse serviço, observa-se que a evasão é alta, o que acarreta prejuízos para o desempenho dos jovens beneficiários e para a efetividade dos objetivos propostos.

Em Juiz de Fora, a qualificação profissional, inicialmente era realizada através de três Arcos Ocupacionais: Construção e Reparos II, Alimentação e Serviços Pessoais. O arco de Construção e Reparos II é voltado à aprendizagem dos ofícios de: eletricitista de instalações, trabalhador de manutenção, instalador/reparador de linhas e aparelhos de telecomunicações, instalador de sistemas eletrônicos de segurança. O arco de Alimentação agrega as profissões de chapista, cozinheiro auxiliar, repositor de mercadorias e vendedor ambulante. No arco de Serviços Pessoais, os jovens têm acesso aos cursos de cabeleireiro, maquiador, depilador, pedicure/manicure. Esse arco, por problemas orçamentários, acabou sendo fechado.

¹³ Em anexo encontra-se o protocolo de pedido e resposta.

Para efetuar a matrícula, o jovem deve apresentar original e a cópia da carteira de identidade, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), comprovante de residência que pode ser efetivado através da apresentação de uma das contas de água, luz ou telefone e histórico escolar ou declaração de escolaridade.

Finalizando essa apresentação da organização e dinâmica do programa, no próximo item, procuraremos nos debruçar sobre as pesquisas que tratam do Projovem Urbano, destacando a importância e a relevância para nosso estudo.

3.3- Os Achados das Pesquisas Anteriores

Observa-se um número de pesquisas que analisam o Programa Projovem Urbano e que buscaram dados oriundos dos Sistemas de Avaliação e Monitoramento do Projovem. Esse sistema foi instituído pelo Decreto nº 5.557/2005 e a avaliação e o monitoramento foram e ainda são realizadas por sete instituições universitárias¹⁴ que se responsabilizam pelo desenho nacional dos subsistemas e pela operacionalização das atividades propostas em suas respectivas regionais.

É a partir do subsistema de avaliação do programa que foram originados os relatórios de avaliação que compõem os documentos do Projovem: o “Relatório parcial de avaliação do Projovem – 2007 (BRASIL, 2008a)” e o “Relatório Final de Avaliação do Projovem (BRASIL, 2010)”, que foram elaborados pelo CAEd/UFJF.

Um dos trabalhos que nos trazem contribuições é a pesquisa de Duarte e Brooke (2007) que têm como referência os resultados parciais do “Sistema de Avaliação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens- Projovem”. O trabalho discute a relevância do sistema de monitoramento externo na implementação de programas governamentais. Os autores destacam a importância no sentido de contribuir para uma maior eficiência dos programas em seu desenho e na fase de implementação, corrigindo falhas e como motivador dos agentes participantes.

O Sistema de Avaliação é composto por quatro subsistemas:

¹⁴ UFMG, UFP, UFPA, UFPE, UnB, UFJF, UFBA.

1. Subsistema de monitoramento: responsável pela produção de informações necessárias à gestão do programa em diferentes níveis, como por exemplo: monitoramento do cadastro e da matrícula de alunos; formação e alocação de educadores e coordenadores; registro de frequências; e ações curriculares. Este subsistema era igualmente responsável pelas informações repassadas à instituição financeira para pagamento do benefício aos alunos.
2. Subsistema de supervisão: responsável pela inspeção de núcleos, estações juventude e agências formadoras com o objetivo de verificar na ponta a implementação das diretrizes do programa.
3. Subsistema de avaliação externa de alunos: responsável por elaborar instrumentos de avaliação pedagógica externa da formação dos alunos além de realizar a avaliação dos resultados de desempenho pedagógico.
4. Subsistema de avaliação do programa: responsável pelas pesquisas de avaliação da implementação e da efetividade do Projovem. (BRASIL, 2012, p 10-11)

A avaliação realizada pelo Sistema de Monitoramento, em 2010, mostrou que 51,6% dos jovens matriculados concluíram o curso e obtiveram a certificação do ensino fundamental. As causas da não permanência e evasão do programa foram atribuídas a demandas de ordem pessoal dos alunos, devido ao trabalho, distância do núcleo, dentre outros. (BRASIL, 2010).

Segundo a análise dos dados parciais da pesquisa de Duarte e Brooke (2007), as condições em que são realizadas as atividades do programa são bastante precárias. Mais da metade dos espaços de funcionamento dos núcleos não apresentavam condições mínimas de qualidade para acesso às bibliotecas e instalação de computadores. Foi percebida também, a redução do número de alunos ao longo do tempo, sendo marcante o fator da evasão escolar.

Outra pesquisa que destacamos em nosso trabalho é a investigação empreendida pelos autores Andrade, Esteves, Oliveira (2009) que procurou identificar quem são os jovens participantes do Projovem Urbano; quais as suas principais características no que diz respeito à faixa etária, cor/raça, núcleo familiar, escolaridade e trabalho; quais as suas expectativas iniciais e as suas pretensões após entrar no Programa. Os dados utilizados na pesquisa foram processados pelos estudos do CAEd, realizados por este órgão no ano de 2008.

Os dados demonstraram que o público mais representativo está na faixa etária de 25 anos ou mais, compreendendo 38% das respostas. Sobre a questão da cor/raça, 49,5%, identificam-se como pardos e 23,3% como negros.

Compreendendo que o grau de escolaridade dos pais influencia o nível de escolaridade dos filhos, questionou-se o nível de alfabetização da mãe, perguntando se ela sabia ler ou escrever. Do total de jovens, 69% declararam sim, 26% declararam não e 5% alegaram não saber. Os autores concluem que o grau de escolaridade do jovem quase conluente do ensino fundamental supera o capital escolar dos pais.

Os dados demonstram, ainda, que os jovens do programa já iniciaram sua vida escolar apresentando uma distorção série/idade. Constatou-se que 25% dos respondentes concluíram a 7ª série; 21,9% a 6ª série; 24,4% a 5ª série; e 18,7% a 4ª série, o que sinaliza que a maioria desses jovens terminou a primeira etapa do ensino fundamental, mas não tiveram sucesso nos anos finais. O índice de reprovação no Projovem também foi bastante elevado.

O número dos que abandonaram os estudos no período da escola regular é alto, cerca de 88% de jovens. Esse percentual é preocupante e o abandono deve-se, provavelmente, à necessidade de exercerem algum tipo de atividade remunerada. Porém ainda temos um percentual de 12% de jovens que não pararam de estudar nenhuma vez. Observa-se, também, que aproximadamente 50% interromperam sua trajetória escolar entre uma e duas vezes, sendo que o expressivo montante de 38% deixou a escola de três a mais vezes, antes do término do ano letivo.

Vale ressaltar a entrada precoce dos jovens no mundo do trabalho. Dos jovens respondentes ao questionário, 6,6% exerceram alguma atividade remunerada com menos de 10 anos, 12%, entre 10 e 12 anos, 23,3% entre 13 e 15 anos e 22,2%, entre 16 e 18 anos.

Os autores concluem dizendo que:

No que diz respeito à sua trajetória escolar, em particular, são sujeitos marcados por desigualdades e discriminações – bastante visíveis, como vimos, em sua origem social, nos recortes étnico-raciais, nas disparidades econômicas etc. – que se combinam e se potencializam, produzindo diferentes graus de vulnerabilidade, cujos efeitos culminam na recorrência de situações de entrada e saída nas redes de ensino, repetência, abandono precoce, desinteresse pelos estudos etc., que, em última instância, denunciam o quanto a escola se afasta e se exclui tão precocemente da vida desses jovens. (ANDRADE, ESTEVES, OLIVEIRA, 2009, p.86)

Na mesma linha de pesquisa, Alves (2012), buscou compreender as percepções dos jovens participantes sobre o programa, bem como possíveis condicionantes para a sua permanência. Os dados utilizados também foram coletados pelo GT de monitoramento e

avaliação. Outra fonte de dados utilizada no estudo de Alves (2012) foram os grupos focais desenvolvidos com alunos que estavam presentes, no ano de 2009, com o objetivo de perceber as impressões dos alunos em relação à rotina no programa.

Na pesquisa, observou-se que os fatores relacionados ao trabalho são as principais motivações para abandono, sendo 41,1% entre os evadidos e 24,9% para os desistentes. Outra motivação é a distância entre a residência e o núcleo onde ocorrem as atividades. A pesquisa sinalizou, ainda, que as condições socioeconômicas representam um destaque no abandono escolar, sendo percebidas como desafio entre os jovens matriculados no curso à época da pesquisa. O estudo chama atenção ainda, para as questões relacionadas à implementação do programa, especialmente na gestão local, que podem estar dificultando o acesso e permanência de alunos no Projovem, como o fechamento de núcleos por exemplo.

Ferreira e Souza (2011) analisaram como o Projovem Urbano tem contribuído para a inserção dos egressos no mercado de trabalho, através da escolarização e da qualificação profissional. A pesquisa foi um estudo de caso realizado numa escola municipal, localizada na cidade de Palmeira dos Índios em Alagoas e buscou saber qual era a realidade dos jovens que faziam parte do Programa e como esse programa contribuiu para a inclusão dos mesmos na sociedade. Os resultados da pesquisa demonstraram que o Projovem Urbano contribuiu com o retorno do jovem à escola para concluir o Ensino Fundamental, adquirir novos conhecimentos e uma qualificação profissional inicial. Na visão das autoras, o Projovem Urbano constitui uma tentativa de ultrapassar as barreiras da inclusão social e destacam a importância do governo em gerar políticas públicas voltadas aos excluídos, articulando escola e qualificação profissional como forma de transformação. Concordamos com as autoras do trabalho quanto à relevância do programa destinado aos mesmos, visto que é uma porta de inclusão dos jovens na sociedade, via escolarização, no entanto, percebemos que não atinge boa parte dos excluídos.

Blanco (2010), em sua pesquisa, demonstra que a juventude continua demandando ações do governo, já que na trajetória dos direitos no Brasil o foco estava na classe trabalhadora e nos direitos da infância. A ênfase deste estudo esteve voltada para os significados e saberes dos jovens sobre as possibilidades e limites do Projovem em seus contextos cotidianos, analisando suas expectativas e avaliações sobre o mesmo. A realização da investigação se desenvolveu no município de Novo Hamburgo, região metropolitana de Porto Alegre. O estudo apoiou-se em dados qualitativos e quantitativos, obtidos através de 11 entrevistas, 42 questionários e observações de aulas.

O autor se deteve nas questões relacionadas à exclusão social, destacando o desafio de conceituar de tal expressão, relacionando-a às situações de “exclusão da cidadania”, do acesso igualitário aos direitos a uma educação de qualidade, ao trabalho, à saúde, à moradia, ao lazer, à cultura e a um ambiente natural e saudável. Ao retomar o objetivo do programa com base na educação, na capacitação profissional e na inclusão cidadã, com a suposta diminuição das desigualdades, mostra que estes objetivos se tornam algo difícil de serem concretizados e superados. Os dados qualitativos e quantitativos evidenciaram que na perspectiva dos jovens predomina a percepção de que suas realidades pouco mudariam com o Projovem, ainda que considerassem que a escola fosse importante para sua mobilidade social. Blanco (2010) infere, ainda, com base nos elementos analisados, que o desafio do Projovem é reconstruir uma trajetória educativa e de cidadania, proporcionando ascensão e integração social. Esse desafio é percebido pelos jovens como algo difícil de ser superado.

Pinto (2012) realizou um estudo com jovens egressos (2008-2010) na cidade do Rio de Janeiro. A dissertação tem como objetivo compreender como os jovens pobres vivem a condição juvenil numa sociedade marcada pela desigualdade social e que medida as experiências que o Programa proporciona contribuem para reduzir a desigualdade de vivências. Foram realizadas entrevistas com 14 jovens, concluintes.

Para realização do estudo, caracterizou-se a situação familiar, a experiência escolar e laboral, bem como as práticas de sociabilidade dos egressos, procurando perceber como a participação no programa contribuiu para a criação de estratégias que viabilizem os projetos de futuro desses jovens. A pesquisa mostrou que o acesso desigual às oportunidades para se vivenciar esse período, reduzem as possibilidades de experimentação da condição juvenil. O Programa se mostrou importante, na medida em que permitiu aos jovens entrevistados o reestabelecimento de uma relação entre trabalho e escolarização. Ao analisar a experiência escolar dos 14 jovens entrevistados observou-se que a realidade vivida era a de saída precoce da escola, grande defasagem idade/série, interrupções e repetências.

Numa outra perspectiva de análise, apontamos o trabalho de Noronha (2011) que discute o Projovem Urbano como parte de uma Política Nacional para Juventude e uma proposta de ensino diferenciado, analisando o caso da cidade de Juazeiro do Norte, estado do Ceará que aderiu ao programa em 2008/2009. Aproximadamente, 729 jovens foram matriculados e destes 459, concluíram o programa. Os motivos mencionados para a procura foram a necessidade financeira atrelada ao auxílio da bolsa, encontrar um trabalho melhor e ter um espaço para atender aos filhos, já que, muitos levavam suas crianças para a escola, pois não tinham com quem deixá-los. Para Noronha (2011, p.10), dentre todos os temas abordados

pelo Projovem Urbano, “o maior deles é a questão da cidadania”. Os resultados da pesquisa demonstram que, embora o programa se proponha como inclusivo, estabelecendo uma proposta educacional bem elaborada, não há condições, na prática, de efetivação de sua proposta.

O trabalho de Martins (2010), intitulado “Formação profissional de jovens: entre a educação e a assistência”, procura mostrar que essa política tem caráter de assistência social, fundamentada na formação profissional e se limita a uma formação restrita, caracterizada por trabalhos precários que exigem pouca qualificação e baixa escolarização. Em suas conclusões, a autora afirma que a educação e a formação profissional apresentadas tem, por base, uma perspectiva liberal em que a educação possui a função de reproduzir as estruturas sociais da sociedade. Para a autora, o programa não se baseia numa perspectiva emancipatória de formação integral dos sujeitos e superação da alienação do trabalho. As considerações apresentada por Martins (2010), destacam que a formação profissional de jovens pobres, filhos das classes trabalhadoras, dentre eles, os alunos do Projovem Urbano, têm se constituído como um paliativo ao desemprego e a outras questões sociais. Esse paliativo age com o intuito de diminuir as reivindicações sociais por um emprego decente, pela participação social e amenizar a luta de classes. Para a autora, o Projovem oferece alguns benefícios secundários aos jovens, como mudança de comportamento, resgate de autoestima e da autoconfiança, maior sociabilidade, respeito à diversidade e ao próximo, entre outros. Considerando o objetivo do programa, pode-se questionar se tais benefícios podem ser considerados secundários.

A tese de Pires (2010) teve como objetivo investigar as implicações, objetivas e subjetivas, desse modelo de escolarização para a juventude trabalhadora, nos aspectos sociais, profissionais e culturais do Projovem Urbano, em Fortaleza. O referencial teórico adotado foi a perspectiva marxista e constitui um estudo bibliográfico e documental, atrelado à pesquisa empírica, com entrevistas aos jovens, conversas informais com os professores e observação da dinâmica das aulas. Os resultados empíricos demonstraram que há, por trás do programa, formação humana e qualificação profissional, embora as considere “aligeiradas e superficiais”. Em sua visão, esta forma reduzida de formação perpetua o dualismo educacional, conformando uma escola de cultura geral para a classe dominante e uma escola do trabalho alienado para os jovens das classes populares.

O trabalho de Silveira (2009) tem como objetivo investigar a percepção dos jovens quanto à escolarização e ao mundo do trabalho. Os dados foram levantados em uma amostra de egressos residentes em Salvador – Bahia. Foram utilizadas abordagens

quantitativa (especialmente *survey*, com aplicação de questionários em 194 egressos do Programa) e qualitativa (realização de dois grupos focais com 14 jovens que também participaram do *survey*).

A qualificação profissional oferecida foi considerada pelos estudantes como o grande diferencial do Programa e o grande motivador para a inscrição no mesmo, porém, em sua visão, esta formação não correspondeu às expectativas iniciais e não impactaram nas suas vidas. Os resultados da pesquisa demonstram que há mudanças percebidas por eles e que algumas são mais destacadas que outras. A conclusão do ensino fundamental aparece como o principal ganho, pois lhes trouxe novas expectativas, o aumento da autoestima e da confiança, e uma mudança na perspectiva de futuro com maior aceitação no mercado de trabalho. A pesquisa mostrou, ainda, que o desapontamento com a qualificação deveu-se a problemas na execução das aulas. A principal mudança com relação ao mundo do trabalho se deu a partir da conclusão do ensino fundamental que conseqüentemente acabou por ampliar a rede social dos egressos, diversificando as formas para procurar emprego.

Assunção (2010), em sua dissertação intitulada “A (des) proteção social da juventude: uma análise à luz da avaliação do Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as no município de João Pessoa-PB” procurou investigar a Avaliação do Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as. Trata-se de uma pesquisa social aplicada a 39 usuários/as do Projovem Urbano. Sua análise foi realizada a partir de três indicadores sociais: acessibilidade, qualidade e efetividade. Quanto ao acesso ao Programa, verificou-se que os entrevistados não apresentaram dificuldades em relação à informação. Na avaliação dos pesquisados, o Projovem proporcionou qualidade na prestação dos serviços oferecidos, pois mais de 80% apontam o conceito de ótimo a bom. Quanto à efetividade, a maioria indicou a efetividade do Programa, atribuindo os seguintes aspectos: atendimento das necessidades (qualificação profissional e educacional) e satisfação com as ações desenvolvidas pelo Programa. Foi observada pela autora, uma fragilidade quanto à dimensão da “Participação Cidadã”. Este aspecto foi pouco destacado pelos jovens na pesquisa.

Outro trabalho que nos pareceu relevante foi o de Soares (2013) que em sua tese se propôs a avaliar os efeitos do Projovem em João Pessoa na trajetória de vida dos egressos, em suas três dimensões. Uma parcela dos dados que subsidiaram foi extraída do levantamento efetuado pelo CAEd, e outra foi obtida nos relatórios de avaliação, realizado por pelo Sistema de Monitoramento do Projovem Urbano, que apresentam perfis de entrada e saída dos participantes em âmbito nacional. Em relação ao mercado de trabalho, verifica-se que 39% dos jovens disseram estar trabalhando e a maioria estava sem trabalho,

correspondendo a 61%. Dos que estavam trabalhando, 57% o faziam sem carteira assinada, 14% por conta própria e apenas 29% com carteira assinada. Fato esse que se assemelha aos dados nacionais.

A pesquisa mostrou que os jovens entraram no programa com uma maior expectativa em relação à qualificação profissional. Sobre as expectativas futuras em relação à escolaridade, 67% dos entrevistados mostraram o interesse em fazer o ensino médio, 11% pretendiam fazer um curso técnico e 17% entrar em uma faculdade. Assim, a importância do curso se deu mais em relação à escolarização, embora se tenha percebido também, o aumento da autoestima, e dos círculos de amizades.

A maior parte dos trabalhos pesquisados mostra que a perspectiva de qualificação profissional e a possibilidade de concluir o ensino fundamental são os motivadores para a matrícula no programa. No entanto, em relação a formação profissional essa perspectiva não foi concretizada. Por outro lado, a conclusão do ensino fundamental é vista como importante para a continuidade dos estudos e mesmo para o acesso ao trabalho. Outros fatores destacados são a melhoria da autoestima, ampliação das relações sociais e estímulo a pensar projetos de futuro. No entanto, todos os trabalhos apontam um alto índice de evasão. É interessante destacar também, que boa parte dos trabalhos lançou mão dos dados coletados através do Sistema de Monitoramento, elaborado pelas sete universidades.

A leitura desses trabalhos demonstra a relevância do estudo desta política pública voltada para a juventude, visto que esta é atualmente uma das principais iniciativas do governo federal direcionada ao segmento juvenil e pela importância da conclusão do ensino fundamental para os jovens de 18 a 29 anos. No entanto, apontam a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre sua concretização, uma vez que muitos dos que se inscrevem não conseguem concluí-lo, e que o desapontamento em relação à qualificação profissional está presente na maioria das pesquisas.

O fato dos trabalhos e dos dados estatísticos constantes dos relatórios nacionais mostrarem altos índices de evasão nos leva a questionar quem são os jovens que permanecem e por que permanecem.

No próximo capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa que realizamos no Município de Juiz de Fora.

CAPÍTULO IV- JOVENS EGRESSOS DO PROGRAMA PROJovem URBANO: PERFIL, TRAJETÓRIAS E PERCEPÇÕES

Nessa parte do trabalho pretendemos mostrar os achados da nossa pesquisa e o que o estudo permitiu perceber com relação a uma política voltada para os jovens excluídos da vida escolar na idade própria.

Os dados coletados no questionário aplicado permitem traçar o perfil desses jovens que concluíram o programa no município de Juiz de Fora, buscando identificar quem são eles, onde vivem, quais são suas trajetórias de vida, quais as contribuições do Projovem Urbano em suas vidas e suas expectativas de futuro.

Num segundo momento, traremos as contribuições das entrevistas realizadas com os concluintes, professores e coordenadores do programa que nos permitiram analisar com mais profundidade os achados obtidos através do questionário.

No item a seguir, apresentaremos dados nacionais sobre o Programa e nos deteremos em analisar os achados, através do questionário aplicado aos jovens que foram matriculados em 2012, com conclusão em 2013, no Município de Juiz de Fora.

4.1-Perfil dos Jovens Egressos do Projovem Urbano de Juiz de Fora

Na análise do Projovem Urbano no Município de Juiz de Fora, tivemos como referência de comparação os Cadernos Temáticos realizados com base em dados nacionais sob a coordenação do GT de Avaliação do Programa, em 2011. Tal avaliação foi desenvolvida sobre a responsabilidade do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA), cuja base de dados é operacionalizada pela Coordenação de Avaliação do Projovem Urbano

(COAP), vinculada à UFPR¹⁵. Assim, o Caderno Survey II Alunos (2011a) teve como objetivo:

identificar o perfil do alunado em indicadores de gênero, etnia, faixa etária, trajetória escolar e profissional; identificar a avaliação que o estudante faz em relação ao material didático do Programa, sua linguagem e utilização, além de tópicos de avaliação do programa relativos à infraestrutura, funcionamento, proposta pedagógica, entre outros elementos. (BRASIL, 2011, p. 13)

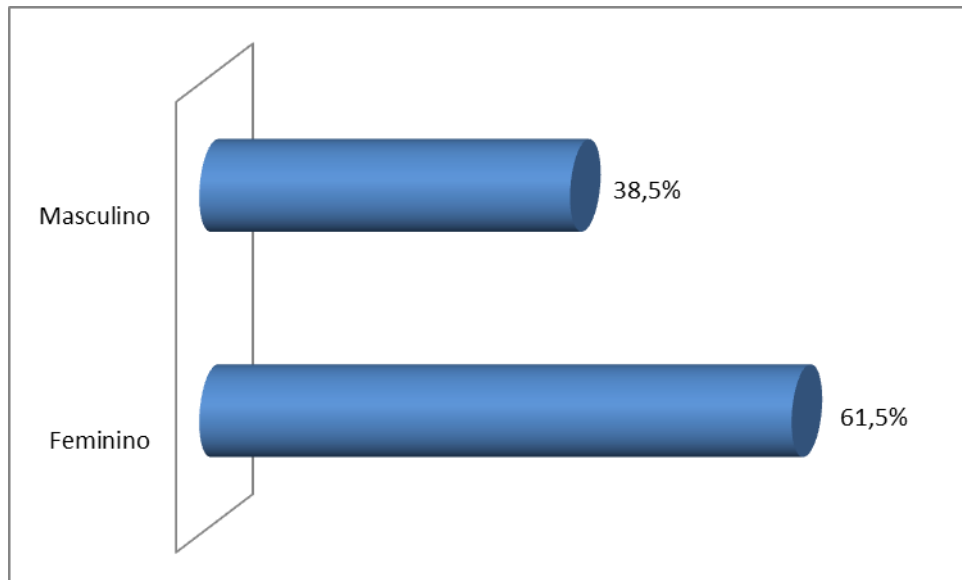
Esses dados serviram para instigar nosso olhar na análise, em relação à semelhanças ou diferenças encontradas. Nossa pesquisa traz, ainda, dados que vão além do que foi analisado neste relatório.

Na pesquisa realizada com a turma do Projovem Urbano de Juiz de Fora ano 2012/2013, conseguimos atingir um público de 52 jovens entre os 85 formandos. Conforme apontado anteriormente, devido à infrequência houve dificuldade de encontrar todos os alunos, por isso alcançamos percentual de 61,1% de jovens concluintes. Todos os gráficos apresentados nesta parte do trabalho referem-se às informações obtidas através dos questionários respondidos por esse grupo. Os dados quantitativos demonstraram que, dentre o público do Programa em Juiz de Fora, 61,5% são do sexo feminino, conforme mostra o Gráfico 1. As diversas pesquisas demonstraram que, no perfil do alunado, predomina um público feminino, pardo e negro. O público feminino representa um percentual de 69% e o masculino 31%. O relatório Survey II Alunos (2011) mostrou que esse indicador nos revela que as mulheres se dedicam mais à qualificação profissional do que os homens. Dada à necessidade de independência financeira, ou, ainda, por interromperem os estudos por motivo de gravidez, veem no Projovem uma oportunidade de retorno aos bancos escolares. Em Juiz de Fora, a gravidez não foi um empecilho, visto que poucas jovens tiveram filho no período da adolescência. Assunção (2010) em sua pesquisa, também percebeu em sua amostra, a predominância do sexo feminino, representado por 87,2% dos entrevistados. Esse é um indicador de que o programa tem atraído mais as mulheres, pois os dados da Pesquisa

¹⁵ Neste mesmo ano foram publicados vários Cadernos Temáticos do Projovem Urbano, entre eles havia um com o nome Survey II Alunos; Desempenho e Proficiência dos Alunos do Projovem Urbano; Dimensão Práticas Docentes; Relatório Pesquisa com Egressos; Gt Avaliação Pesquisa Telefônica com Evadidos; Survey II-Educadores Perspectiva Comparativa entre as 1ª, 2ª, 3ª, 5ª e 6ª entradas no Projovem Urbano.

Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013¹⁶ (BRASIL, 2014) mostrou que a proporção de homens e mulheres é equilibrada no segmento juvenil brasileiro, confirmando o apontado pelo Censo de 2010: 49,6% de homens e 50,5% de mulheres. Esse é um ponto que merece ser aprofundado em novos estudos.

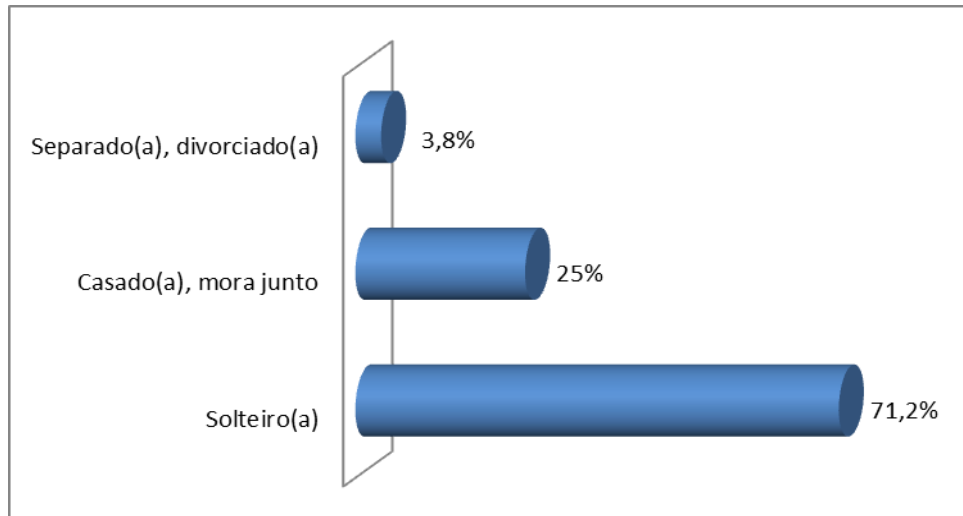
Gráfico 1: Sexo declarado pelos jovens



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
Questão 1- Sexo

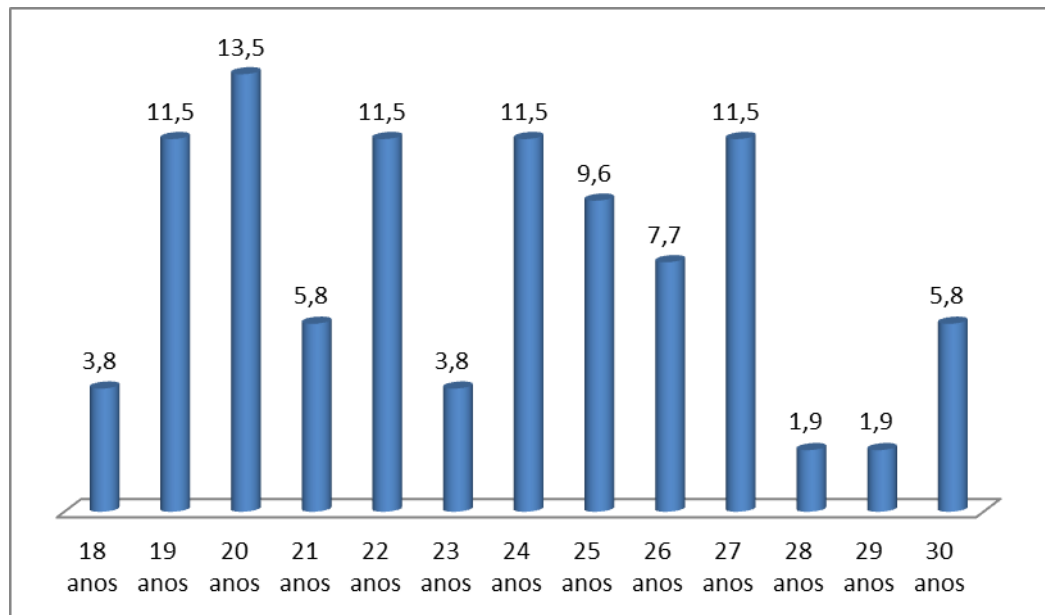
De acordo com a pesquisa citada, no que se refere à configuração familiar, a maior parte dos jovens são solteiros (66%) e 32% são casados e moram com seus cônjuges. Em nossa pesquisa observamos, também, no que se refere ao estado civil, que há uma predominância de jovens solteiros, com um percentual de 71,2%. Entre os que responderam, 25% eram casados e 3,8% separados, conforme mostra o gráfico 2. A pesquisa de Blanco (2009) em sua amostra quantitativa, também, observou que a maioria dos jovens era de solteiros que moravam com os pais, representando 64% das respostas.

¹⁶ De responsabilidade da SNJ, da Secretaria Geral da Presidência da República, com o apoio da Unesco. Atividade do Observatório Participativo da Juventude. Pesquisa aplicada entre abril e maio de 2013, sob a coordenação geral de Gustavo Venturi.

Gráfico 2: Estado civil

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
Questão 5- Atualmente você é?

Ao buscar traçar o perfil dos estudantes do programa, buscamos identificar a faixa etária destes no ano pesquisado e observamos algumas semelhanças com dados emergentes de outros estudos. Os dados nacionais, realizados pelo SMA do Projovem, mostraram que a faixa etária atendida se distribui entre alunos de 19 a 30 anos. A pesquisa de Andrade, Esteves, Oliveira (2009) mostrou que o público mais representativo está na faixa etária de 25 anos ou mais, compreendendo 38% das respostas. Os dados apresentados por Assunção (2010) demonstram que 35,9% estavam entre a faixa etária dos 19 aos 22 anos de idade, enquanto 30,8% entre 27 e 29 anos. No que se refere às idades dos jovens pesquisados, nossa pesquisa, mostrou que há uma predominância de idades entre os 19 a 27 anos, conforme apresentado pelo Gráfico 3.

Gráfico 3: Faixa etária (%)

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 2- Qual a sua idade?

Outra pesquisa em nível nacional indicou que os evadidos e os desistentes são em sua maioria, um público mais jovem. Parece que o programa é mais atrativo e capaz de manter alunos mais velhos, devido, possivelmente, à necessidade de se inserir na vida profissional e conseqüentemente, de maior escolaridade. (BRASIL, 2011d) Essa pesquisa permitiu perceber que a trajetória escolar dos evadidos apresenta caminhos mais acidentados. No que diz respeito aos arranjos familiares o perfil dos alunos não parece diferir de maneira significativa daquele dos alunos egressos. Não é objetivo deste trabalho, fazer uma análise da trajetória dos jovens que evadiram. No entanto, os resultados sugerem que a diferença de perfil dos alunos não parece ser um ponto crucial para compreender o abandono do Programa.

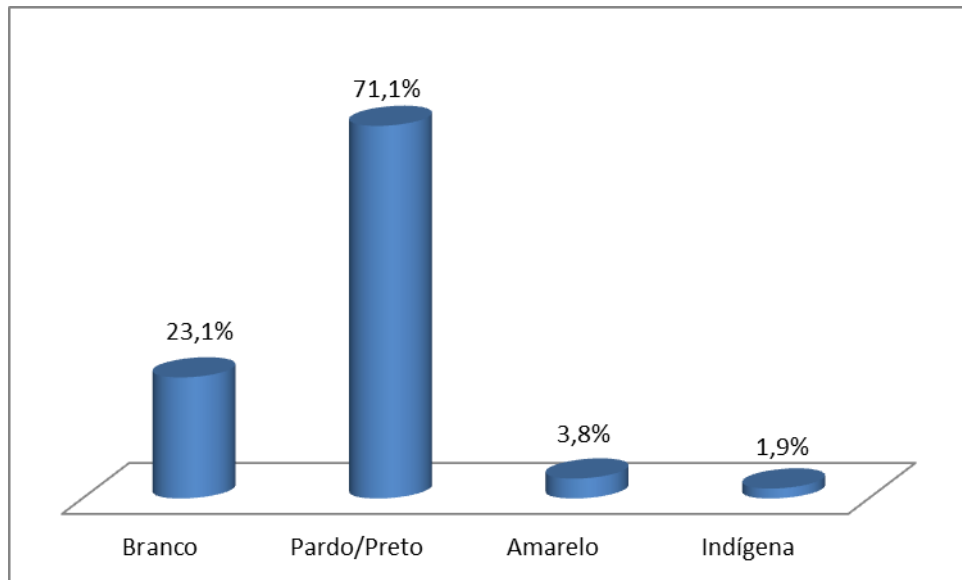
Outro ponto que procuramos tratar é com relação à cor declarada pelos participantes. A pesquisa em Juiz de Fora confirma que a maioria dos jovens do Programa são negros e pardos, totalizando 71,1% sendo que 23,1% declaram-se brancos, como representado no Gráfico 4.

A pesquisa em âmbito nacional também demonstrou a predominância de pardos e pretos¹⁷: 49% e 19% respectivamente, correspondendo a 68% no somatório. Esse índice foi ultrapassado em Juiz de Fora por 3,1%, já que 71,1% estavam nesta condição. O Censo de 2010 mostrou que a população neste segmento etário distribui-se entre: 7,9% de

¹⁷ Para o IBGE o grupo de negros reúne as cores "preta" e "parda".

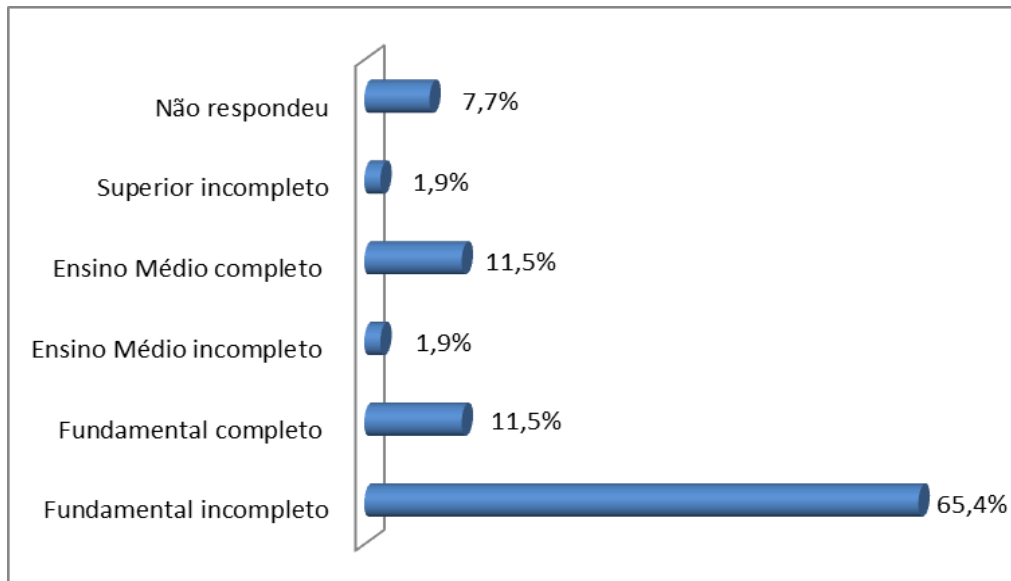
pretos, 45,9% de pardos e 44,7% brancos. Isso indica que os negros são ainda os mais afetados pela exclusão social no Brasil como tem apresentado os indicadores sociais.

Gráfico 4: Cor declarada

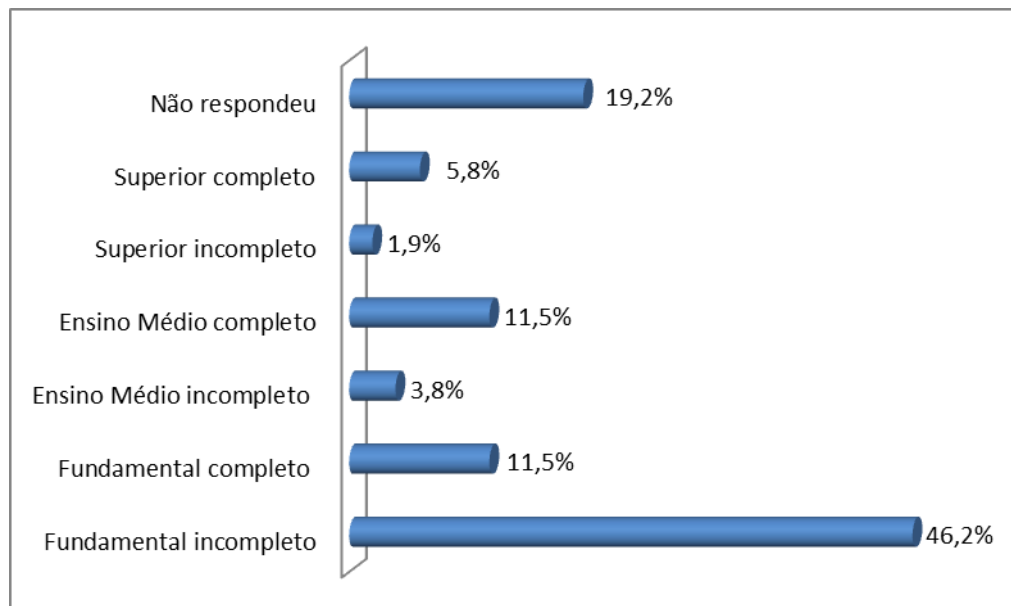


Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
Questão 3- Você se considera?

No que diz respeito à escolarização dos pais dos jovens em nossa pesquisa, observou-se que mais da metade das mães possuía apenas o ensino fundamental incompleto, representando 65,4%, enquanto 11,5% tinham o ensino fundamental completo, 11,5% o ensino médio completo e ainda, 1,9% disseram ter o ensino superior incompleto. Com relação aos pais, 46,2% possuíam o ensino fundamental incompleto, 11,5% fundamental completo, 11,5%, ensino médio completo, 3,8% ensino médio incompleto. Entre os pais observamos também a presença de 5,8% que possuem o ensino superior completo e 1,9% com o ensino superior incompleto. Ainda tivemos um percentual que não respondeu esta questão (19,2%), conforme mostra os gráficos 5 e 6.

Gráfico 5: Escolaridade das mães

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 9- Nível de instrução da sua mãe?

Gráfico 6: Escolaridade dos pais

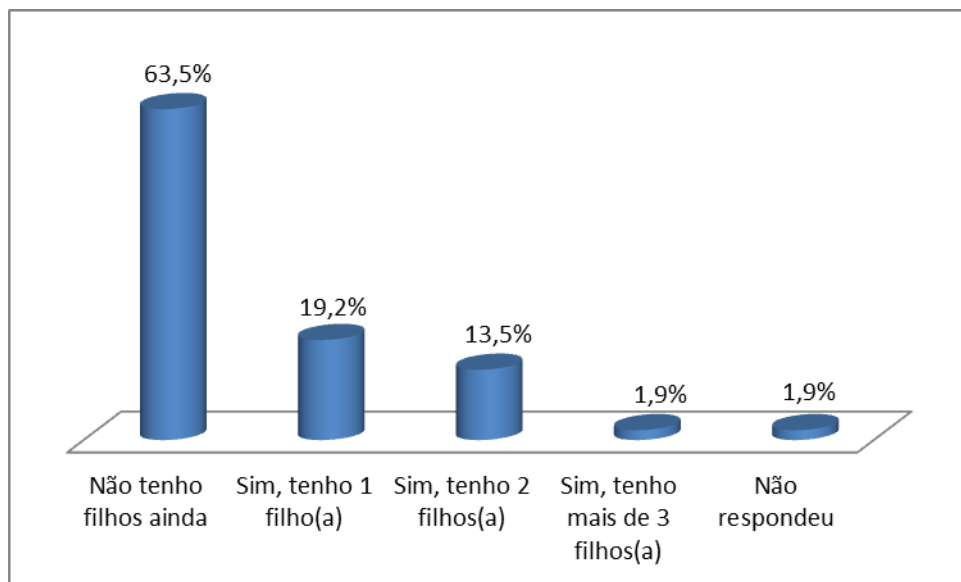
Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 11- Nível de instrução do seu pai?

Assim, em nossa amostra, a escolaridade predominante dos pais foi de ensino fundamental incompleto. Esse índice mostra que a conclusão do ensino fundamental ainda é um desafio a ser consolidado no Brasil. Por outro lado, a Pesquisa Nacional Sobre Perfil e

Opinião dos Jovens (BRASIL, 2014) mostrou que o ganho de escolaridade na nova geração tem aumentado. A mesma pesquisa mostrou ainda que 50% conseguiram chegar ao Ensino Médio, enquanto um quarto dos seus pais atingiu esta mesma escolaridade. Tais resultados são semelhantes aos demonstrados no último censo demográfico (2010) e confirmam uma tendência apresentada pela PNAD 2012.

Procuramos saber, se os jovens tinham filhos, conforme mostra o Gráfico 7. Destes, 63,5% não possuíam filhos, 19,2% possuíam um filho, 13,5% dois filhos e 1,9% constituem família com 3 filhos. Isso mostra que os jovens da nossa pesquisa, apresenta um perfil de jovens solteiros e sem filhos.

Gráfico 7: Número de filhos

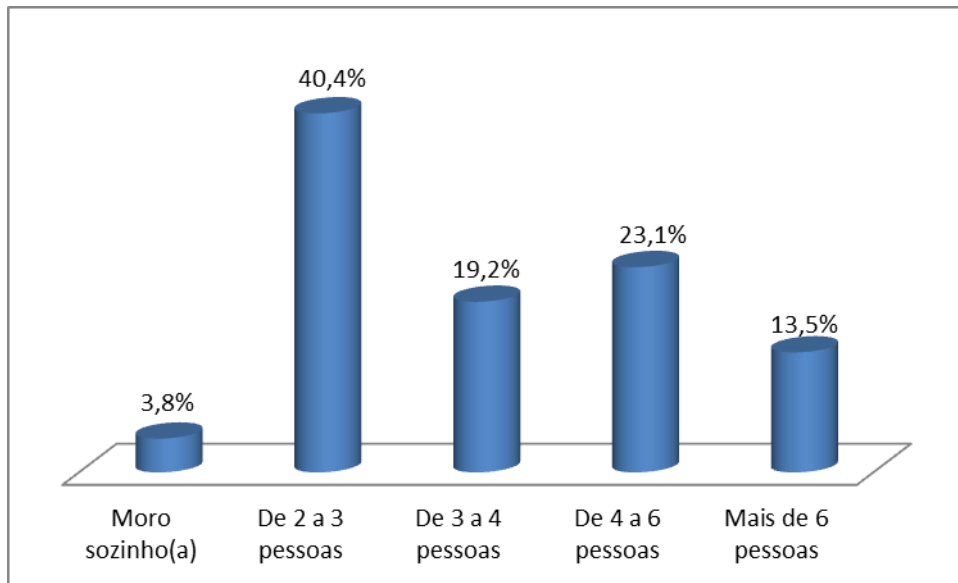


Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
Questão 6- Você tem filhos?

Nosso estudo também procurou investigar o número de pessoas que residem na casa do jovem. Os dados mostraram que 40,4% residem com duas ou três pessoas, 19,2% com três a quatro pessoas, 23,1% com quatro a seis pessoas, 13,5% moravam com mais de seis e 3,8% moram sozinhos, conforme mostra o Gráfico 8. Esses dados confirmam o que a pesquisa nacional mostrou. Quanto ao tamanho da família pouco mais da metade dos alunos são membros de famílias pouco numerosas, sendo que 31% residem com até 3 pessoas e 24% com até 4 pessoas. Os dados nacionais mostraram ainda, que o percentual de 30,16% moravam com até 3 pessoas, sendo que, 23,37% residiam em famílias com até 4 integrantes.

Os dados mostram uma predominância de estudantes de famílias pouco numerosas e que nos levam a supor que possivelmente são famílias nucleadas por mãe/pai e filho, ou mãe e filho.

Gráfico 8: Número de pessoas que residem na casa



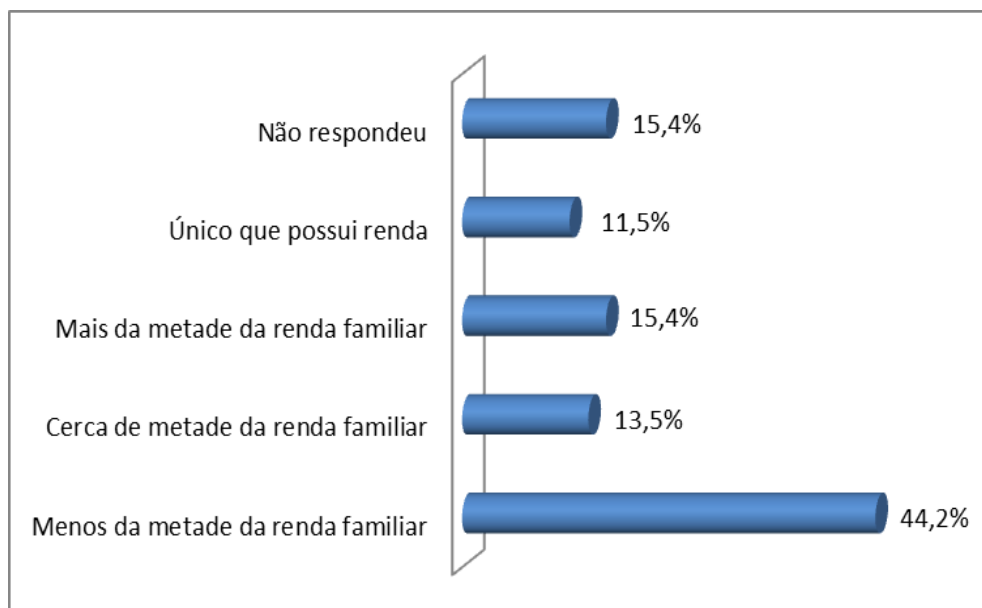
Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
Questão 8- Quantas pessoas residem na sua casa?

Preocupamo-nos em saber, ainda, qual a renda familiar dos jovens. Como ilustra o Gráfico 9, constatamos que quase a metade vive com um ou dois salários mínimos, representando 42,2%; com menos de um salário mínimo 32,7% e 7,7% contam com uma renda familiar de dois a cinco salários mínimos. Importante destacar que 3,8% informaram ter uma renda de cinco a dez salários. A pesquisa de Assunção (2010) apontou que 41,% das famílias dos usuários tinham como renda até um salário mínimo e 30,8% tinham um rendimento entre um a um e meio. Outra pesquisa (SOARES, 2013) apontou que 33% declararam ter uma renda mensal entre meio e um salário mínimo, 17% entre um e dois salários mínimos e 10% dos entrevistados declararam ter renda até meio salário. O estudo mostrou ainda que, cerca de 80% dos egressos tinham no máximo uma renda de até um salário mínimo. Nossos dados, bem como esses estudos apresentados, indicam uma vulnerabilidade social do público a quem se destina o programa e a vida precária em que muitos estão inseridos.

Gráfico 9: Renda Familiar

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 13- A renda da sua família é?

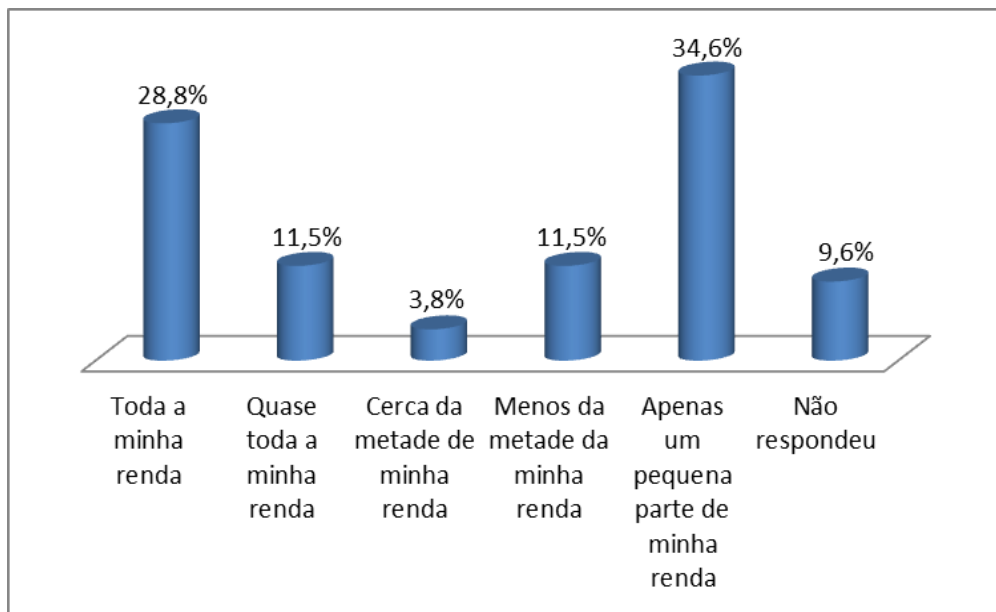
Sobre a participação do jovem na renda familiar, o Gráfico 10 mostra que 44,2% indicaram contribuir com menos da metade do que ganham, 13,5% contribuem com metade, 15,4% contribuem com mais da metade e 11% afirmaram ser os únicos que possuem renda na família e, ainda, 15,4% não responderam a esse item.

Gráfico 10: Contribuição do jovem na renda familiar

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 14- Com quanto você contribui nesta renda familiar?

Quanto à representatividade da bolsa para o jovem, enquanto uma renda fixa, o Gráfico a seguir demonstra que 28,8% confirmou que a bolsa representa toda a renda do aluno, 11,5% disseram que é quase toda a renda, 11,5% menos da metade de sua renda, 3,8% cerca da metade da renda e 34,6% responderam ser uma pequena parte de sua renda. Considerando o gráfico anterior que mostra quase todos afirmando contribuir para a renda familiar e que a bolsa representa para 40,3% toda ou quase toda a renda, significa que esta é um instrumento importante para possibilitar o reingresso deste na vida escolar e ainda, para subsidiar o seu sustento.

Gráfico 11: Quanto representa a Bolsa do Projovem



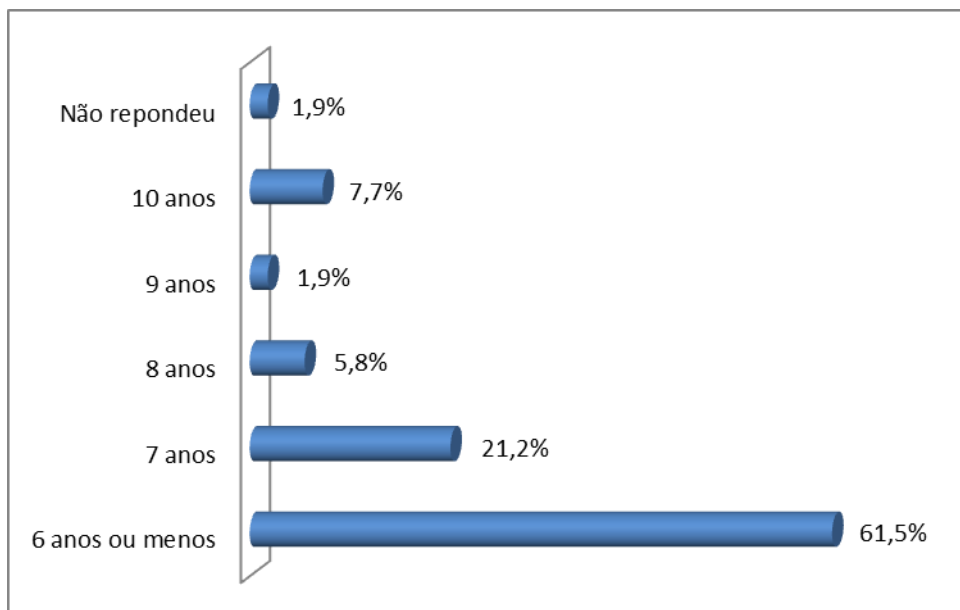
Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 15: Quanto representa a bolsa-auxílio do Projovem na sua Renda?

Em síntese, os jovens não possuem condições muito diferentes das encontradas em nível nacional. Os dados quantitativos obtidos nessa pesquisa demonstraram que, dentre o público do Programa local, a maioria é do sexo feminino, com idades entre 19 a 27 anos, preta e parda, solteira e mais da metade não possui filhos. Um terço sobrevive com menos de um salário mínimo e mais de um terço entre um a dois salários mínimos. Do total, 40,4% contribuem com metade ou menos de sua renda mensal em casa e, para 28,8% a bolsa constitui a única fonte financeira. Esses dados confirmam uma situação vulnerável do público atendido e a importância da bolsa para esse grupo.

4.1.1- Escolaridade

Procuramos saber, também, o passado escolar destes jovens, para podermos compreender sua trajetória escolar. Dos jovens pesquisados, 61,5% iniciaram sua vida escolar aos 6 anos ou menos, 21,2% aos 7 anos, 5,8% aos 8 anos, 1,9% aos 9 anos e 7,7% aos 10 anos, conforme mostra o Gráfico 12. Como a maioria iniciou sua vida escolar aos 6 anos, ou menos, a possível experiência de ter passado pela educação infantil é sugerida, o que todavia não representou um diferencial na sua escolaridade, visto que tiveram trajetórias de interrupção e de reprovação escolar. Por outro lado, temos ainda 36,6% que não passaram por este nível de ensino e ingressaram direto no Ensino Fundamental.

Gráfico 12: Idade que começou a estudar

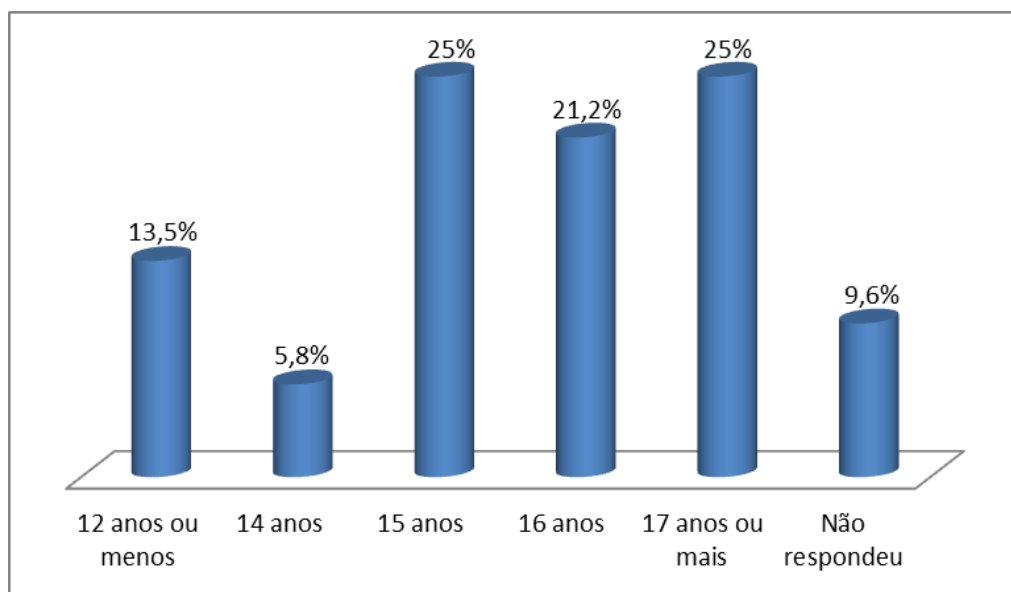


Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 17: Com quantos anos você entrou na escola?

Os dados coletados indicam que 25% dos jovens abandonaram a escola quando tinham 17 anos; 21,2% aos 16 anos, 25% abandonaram aos 15 anos e 13,5% abandonaram aos 12 anos ou menos. O gráfico 13 traz a compilação dessas informações, indicando que houve permanência do aluno, enquanto foi possível, no sistema escolar. Importante destacar que a maioria o abandona em idade em que deveria estar frequentando o Ensino Médio. Isso mostra a dificuldade da escola em fazer com que os alunos tenham trajetórias sem reprovações, conseguindo concluir o ensino fundamental na idade certa, 14 anos.

O estudo de Blanco (2009) também mostrou que o abandono da escola é um fato recorrente dos que participam do programa, já que sua pesquisa apontou que 16,2% abandonaram a escola entre 12 e 13 anos e 32,4% entre os 14 e 15 anos. Pinto (2012) também procurou saber a idade com que os jovens que participaram da pesquisa interromperam os estudos e percebeu que varia entre os 10 e 16 anos, sendo que a maior parte deles saiu da escola por volta dos 14 anos.

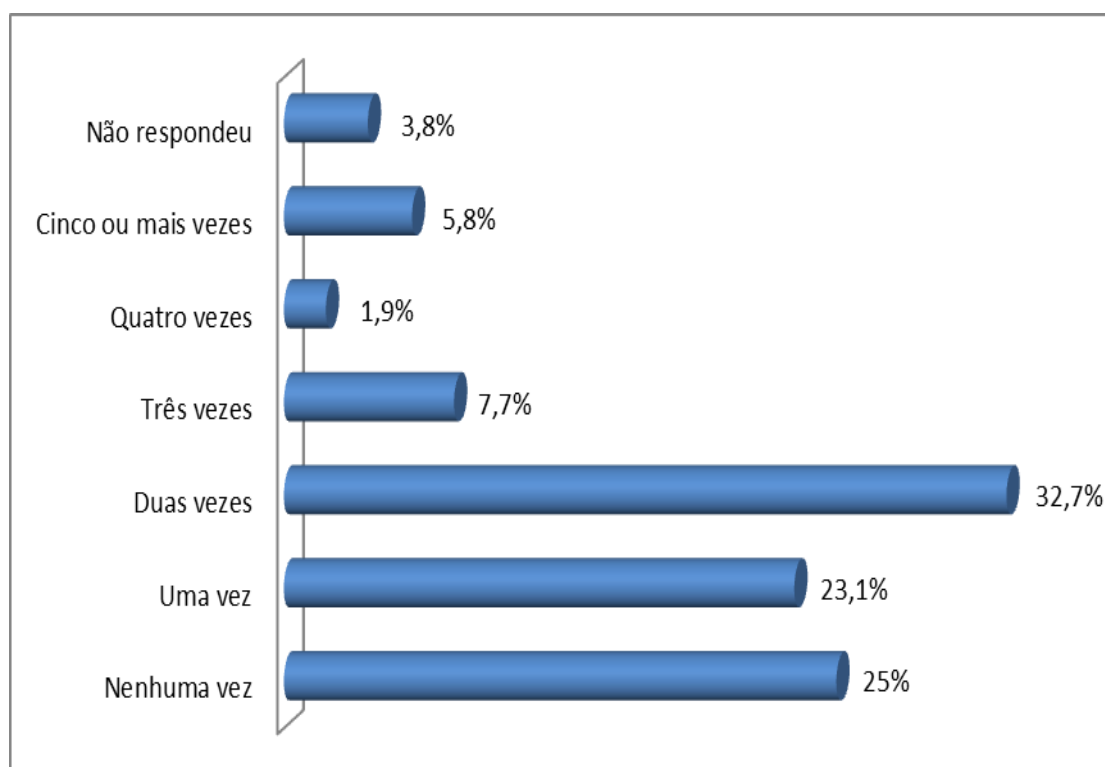
Gráfico 13: Idade que tinha quando parou de estudar



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
Questão 18-Que idade tinha quando parou de estudar?

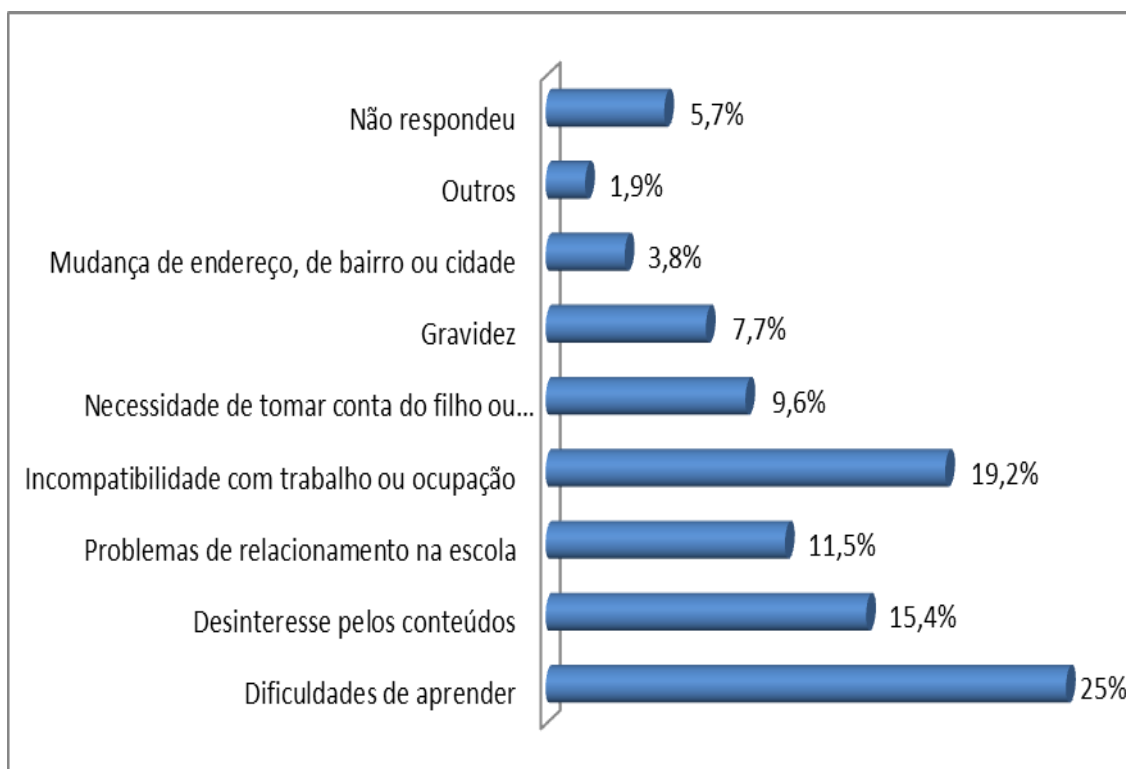
Em relação às idas e vindas ao sistema escolar e nas entradas e desistências em busca de continuidade de sua escolaridade, o Gráfico 14 indica que 25% dos jovens, ou seja, um quarto do grupo, nunca evadiu, 23,1% deixaram o sistema escolar apenas uma vez, 32,7% evadiram-se duas vezes, 7,7% pararam 3 vezes e 5,8% deixaram a escola cerca de quatro a cinco vezes e uma pequena parcela, representando 1,9% saiu da escola mais de quatro vezes. Isso é um indicador importante, pois demonstra como o sistema escolar regular não conseguiu oferecer a esses jovens condições de concluírem o ensino fundamental, apesar das várias tentativas.

A Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (BRASIL, 2014) tentou investigar os motivos que levaram os jovens a evadir da escola. Dentre as principais motivações foram apontados os fatores econômicos representando 26%, motivações pessoais com 22% e razões familiares com 21%.

Gráfico 14: Número de vezes que começou a estudar e parou

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 19- Quantas vezes você começou a estudar e parou antes do final do ano?

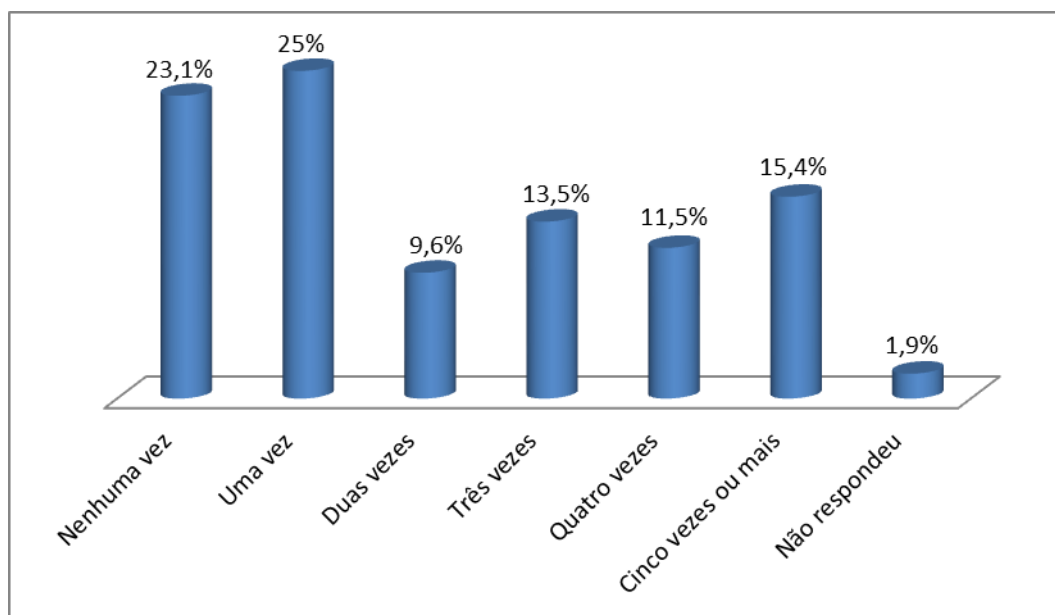
Em nossa pesquisa buscamos compreender os motivos que levaram esses jovens a interromperem sua trajetória em algum momento da sua vida. A principal causa relacionada foi a dificuldade de aprender, com 25%. Entre as demais, 19,2% pela incompatibilidade com trabalho ou ocupação, 15,4% interromperam os estudos pelo desinteresse pelos conteúdos, 11,5% mencionaram problemas de relacionamentos na escola, 9,6% necessidade de tomar conta de filhos e 7,7% relacionaram com o fato de ter engravidado. (Gráfico 15). O principal empecilho dos jovens para se manter dentro de uma escola está relacionado à dificuldade de aprender e parece indicar a ausência de ações na escola regular para atender aos alunos nessa condição. Esta, somada ao desinteresse pelos conteúdos, os problemas de relacionamentos e o apoio para as mães em relação aos filhos têm sido tratados de forma diferenciada pelo Projovem, tentando não “excluí-los” mais uma vez do sistema escolar. O que parece não ocorrer na escola regular.

Gráfico 15: Principal motivo que o levou a parar de estudar

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.

Questão 20-Caso tenha parado de estudar algum momento, qual o PRINCIPAL que o levou a isto?

Os jovens do Programa de Juiz de Fora, assim como os participantes em outras cidades, são jovens que sofreram muitas reprovações ao longo do ensino regular. Procuramos identificar o número de reprovações e percebe-se que esse tem sido um problema histórico da educação pública no Brasil, pensando a defasagem idade/série. O Gráfico 16 mostra que 23,1% desses jovens não tiveram nenhuma reprovação escolar. Entre os pesquisados, 75% sofreram reprovações, sendo que 25% apresentaram 1 reprovação, 10% dos jovens disseram ter tido 2 reprovações, 13% foram reprovados 3 vezes, 12% 4 vezes, e 15% afirmaram ter sofrido cinco ou mais reprovações. Observa-se que com as reprovações os jovens percebem que não se adaptam a esse modelo de escola, abandonando o sistema escolar. Os dados nacionais são muito semelhantes aos do município de Juiz de Fora. Estes, também, apontaram que a trajetória escolar dos alunos do Projovem é marcada por reprovações: 29% nunca sofreram reprovações, mas 23% dos jovens foram reprovados uma vez, 23% duas vezes, 14% três vezes, 5% quatro vezes, 5% tiveram cinco ou mais reprovações e 1% não respondeu.

Gráfico 16: Frequência de reprovações

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
Questão 21- Quantas vezes você foi reprovado?

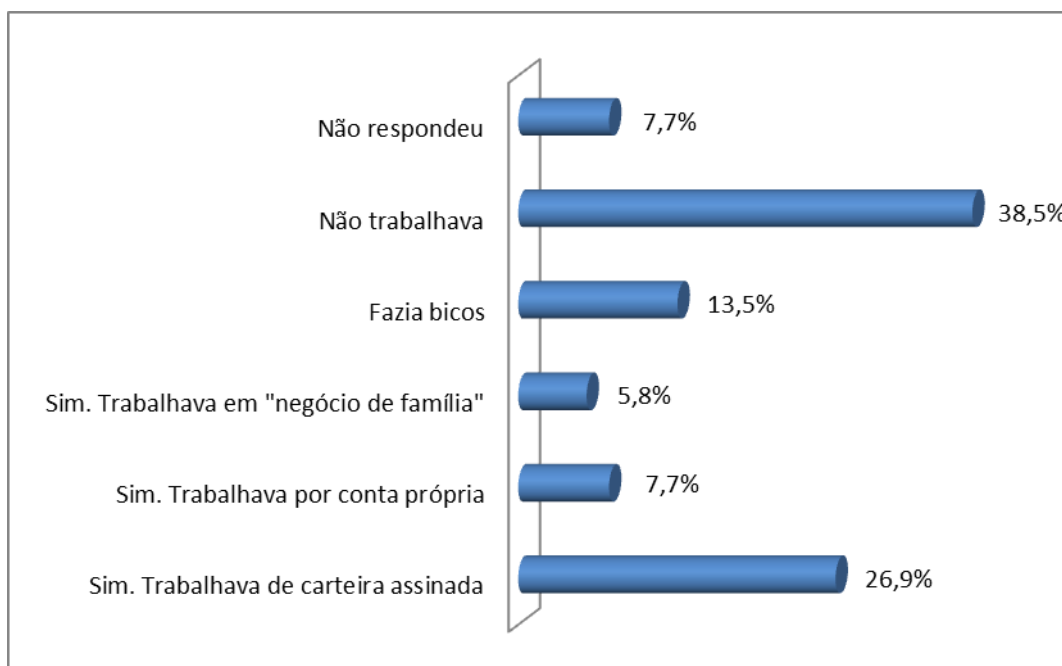
Os dados sobre escolaridade nos mostram que mais da metade dos respondentes ao questionário abandonaram a escola uma ou duas vezes e que os motivos que os levaram a interromper sua trajetória escolar têm como causas principais às dificuldades de aprender, o desinteresse pelos conteúdos e pela incompatibilidade com o trabalho. É marcante na vida desses alunos a reprovação, visto que, 75% deles a sofreram em sua vida escolar. São filhos de pais que possuem baixa escolaridade, em sua maioria, possuem o ensino fundamental incompleto. Assim, podemos dizer que a trajetória escolar dos jovens é marcada por entradas e abandonos na instituição escola. Outras pesquisas sobre o Projovem também demonstram as dificuldades de permanência do jovem nos bancos escolares. Dessa forma, a oportunidade encontrada por eles, via Projovem Urbano, propicia a retomada de sua escolaridade e os colocam novamente diante dessa relação “mal resolvida” entre eles e a vida escolar.

4.1.2-Trabalho e Renda

Segundo o Censo 2010, há no Brasil 51,3 jovens de 15 a 29 anos de idade, o que equivale a um quarto da população do país. As trajetórias da juventude são “relativamente longas, intermitentes e muitas vezes não lineares de formação, inclusão e desenvolvimento da autonomia.” (BRASIL, 2014, p.16)

A Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (BRASIL, 2014) mostrou que os dados variam de acordo com a idade. Os adolescentes de 15 a 17 anos que estavam apenas estudando representa 65% e 16% trabalhando. Na faixa etária dos 25 a 29 anos os dados se invertem: mais de 70% estavam trabalhando ou procurando emprego e 12% não estudavam. Estes dados são semelhantes aos que foram levantados pelo Censo em 2010 que mostra que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos estão trabalhando, 36% estudando e 22,8% de jovens trabalham e estudam simultaneamente. A pesquisa mostrou ainda que a maioria dos jovens teve sua primeira experiência no mundo do trabalho antes de completar 18 anos (65%) pela necessidade ou pela independência financeira. Autores como Dayrell (2003), Carrano (2008), Novaes (2007) e Abramo (2003) mostram também, que o trabalho se constitui como parte da condição juvenil.

Acreditando na importância da categoria trabalho nesta faixa etária, buscamos saber se antes de entrarem no Projovem tinham passado por esta experiência. Dos respondentes, 38,5% não trabalhavam, 26,9% o faziam com carteira assinada, 13,5% viviam de bicos, 7,7% trabalhava por conta própria, 5,8% em negócio da família e 7,7% não responderam, de acordo com o Gráfico 17. Observa-se que mais de um terço ainda não trabalhava, o que indica a dependência de familiares ou de outras pessoas.

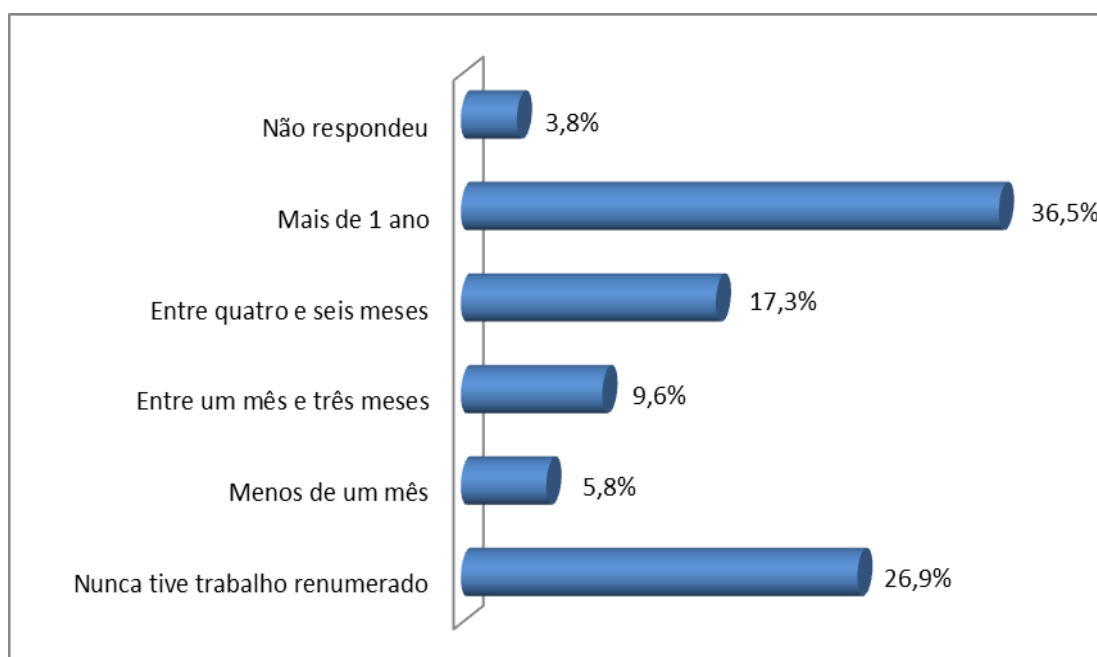
Gráfico 17: Trabalho remunerado antes do Projovem Urbano

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.

Questão 34-Quando entrou no Projovem você tinha algum trabalho remunerado?

O tempo de permanência dos jovens no mercado de trabalho, antes do Projovem Urbano, também oscila como demonstra o Gráfico 18. Dos jovens pesquisados, 36,5% permaneceram no trabalho mais de 1 ano, 17,3% entre 4 a 6 meses, 9,6% entre um a 3 meses, 5,8% menos de 1 mês e, ainda, mais de um quarto dos jovens, 26,9%, nunca tiveram trabalho remunerado. Os dados nacionais mostraram que, quanto à possibilidade de o Programa contribuir na obtenção de um novo trabalho, 42% dos jovens discordam que o programa possa ajudar na obtenção de um emprego, 30% concordam em parte e apenas 20% acreditam na possibilidade do Projovem Urbano ajudar nessa obtenção. Percebe-se o reconhecimento do jovem de que é necessário estudar mais para conseguir melhores colocações profissionais. Nossa pesquisa também evidenciou isso.

Gráfico 18: Tempo de permanência com trabalho remunerado antes do Projovem Urbano

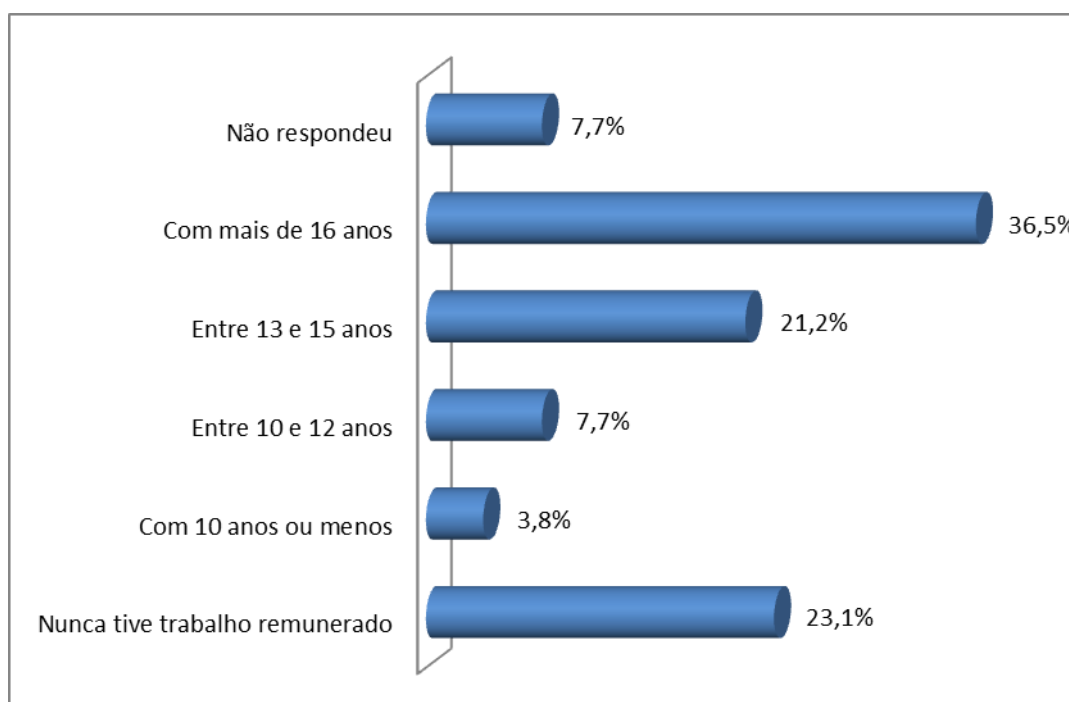


Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.

Questão 33- Anteriormente a sua entrada no Projovem, quanto tempo aproximadamente você permanecia com trabalho remunerado por ano?

Dos jovens pesquisados, 36,5% iniciaram a vida no mercado de trabalho com mais de 16 anos, 21,2% entre 13 a 15 anos, 7,7% entre 10 a 12 anos, 3,8% com 10 anos ou menos, e ainda, 23,1% afirmaram que nunca tiveram um emprego remunerado como aponta o Gráfico 19. Observa-se que 32,7%, somatório dos que começaram a trabalhar quando tinham entre 10 anos ou menos até os 15 anos. Fato que representa uma preocupação, pois estes jovens iniciaram sua vida laboral antes do período legal instituído por lei. Os dados nacionais confirmam que a maioria começou a trabalhar entre os 14 a 15 anos de idade. Outras pesquisas (PINTO, 2012; SOARES, 2013; BRASIL, 2014) também mostraram que a trajetória dos jovens era marcada pela entrada precoce no mercado de trabalho, representando 64% dos respondentes e que mais de 90% começaram a trabalhar sem carteira assinada e em uma atividade que exigia pouca qualificação.

Sobre a inserção no mundo do trabalho, cabe apontar que é uma categoria importante para esses jovens, para que possa usufruir a condição juvenil. Conforme Novaes (2009) apontou, muitos têm o medo de “sobrar” e como afirma Dayrell (2007), o trabalho é uma fonte de garantia de um “mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo” (p. 1109).

Gráfico 19: Idade que teve o primeiro trabalho remunerado

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 35- Com que idade você teve o seu primeiro trabalho remunerado?

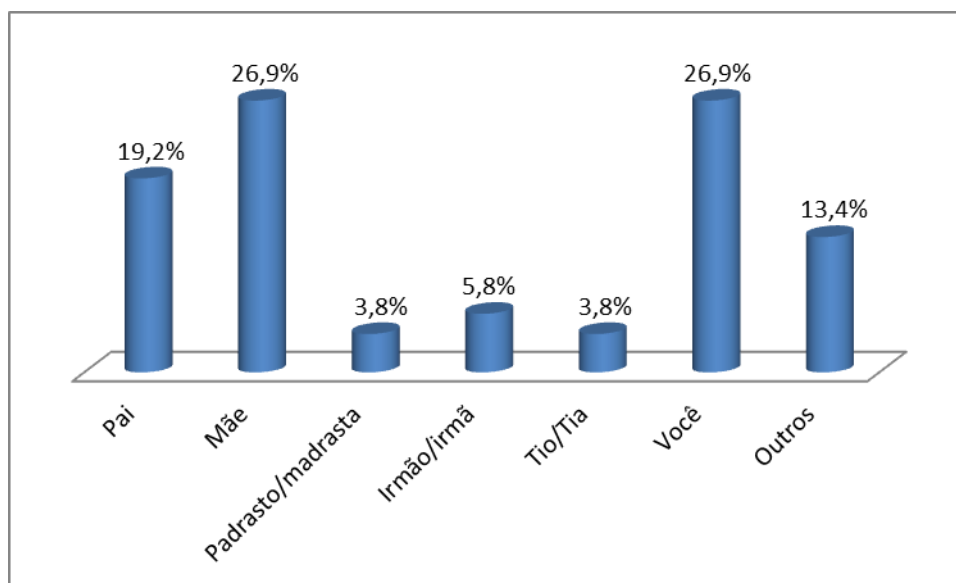
Sobre a função de trabalho exercida na época da pesquisa, 38,5% não estavam trabalhando, 11,5% atuavam como cozinheiro, garçom, recepcionista, 11,5% no comércio, 9,6% como babá, diarista ou doméstica, 9,6% como office boy, caixa, auxiliar de serviços gerais, 1,9% na área de informática e 15,4% mencionaram outras atividades. (Gráfico 20). Observa-se que o Projovem, em Juiz de Fora focaliza a qualificação nessas áreas.

Em nossa pesquisa, não foi objetivo saber o que ajudou ao jovem a se inserir no mercado de trabalho, entretanto, a Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (BRASIL, 2014), teve este objetivo e mostrou que 40% dos jovens apontaram que tiveram a ajuda dos familiares, 36% disseram que foi através de amigos ou vizinhos e 10% por conta própria. Assim, observa-se que a grande maioria conseguiu um emprego através de sua rede social. A pesquisa nacional mostrou que entre as dificuldades em conseguir emprego, estão: escolaridade (22%) falta de experiência (20%), ausência de qualificação (17%) e falta de vagas (12%).

Gráfico 20: Tipo de trabalho que exerce atualmente

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 36- Que tipo trabalho você exerce atualmente ?

O principal provedor da família é a mãe, representando 26,9%, vindo a seguir o próprio jovem, também com 26,9%, e o pai com 19,2%, conforme mostra o Gráfico 21. O modelo de família tradicional composto apenas por pai, mãe e filho, e que definia uma divisão de papéis, onde o homem era considerado o provedor e a mulher aquela que se dedicava apenas aos cuidados do lar e dos filhos não tem se aplicado nos dias atuais. Com as transformações da sociedade, novos arranjos familiares se configuram e abalam esta estrutura tradicional. Nestas mudanças, a inserção da mulher no mercado de trabalho se tornou fundamental para a sua independência e para ajudar na manutenção econômica do lar. Nossos dados, mostram que o papel da mulher tem sido de fato importante para a ajuda no sustento familiar, uma vez que na maior parte dos casos, ela tem sido a principal provedora do mesmo.

Gráfico 21: Principal provedor da família

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 12- Em sua casa, o principal provedor é?

Quanto à profissão dos pais, nos deparamos com as mais diversas ocupações, dentre elas: pedreiro, aposentado, porteiro, pintor, serralheiro, taxista, serviços gerais, pião, motorista, cozinheiro, cobrador, gerente, funcionário público, gráfico, charopeiro, locutor, desempregado. Essas são profissões que não exigem muita escolarização.

Observamos também, a profissão empreendida pelas mães, e percebemos que as atividades ocupadas por elas são: camareiras, cozinheira, diaristas, babá, balconistas, desempregadas, do lar, aposentadas. São, também, atividades que necessitam de pouca escolaridade, considerando que a maioria no grupo pesquisado possui o ensino fundamental incompleto.

Podemos perceber no que se refere à vida laboral, que os jovens apresentam uma trajetória “zigzagueada”, permanecendo pouco tempo nas atividades exercidas. Essa parece ser umas das características da juventude atual. Buscam uma vida melhor e um bom emprego que os possibilitem usufruir de melhores condições de vida, no entanto, suas trajetórias são marcadas por atividades caracterizadas como trabalho em empregos informais e manifestam o desejo de um trabalho com os direitos trabalhistas e com carteira assinada.

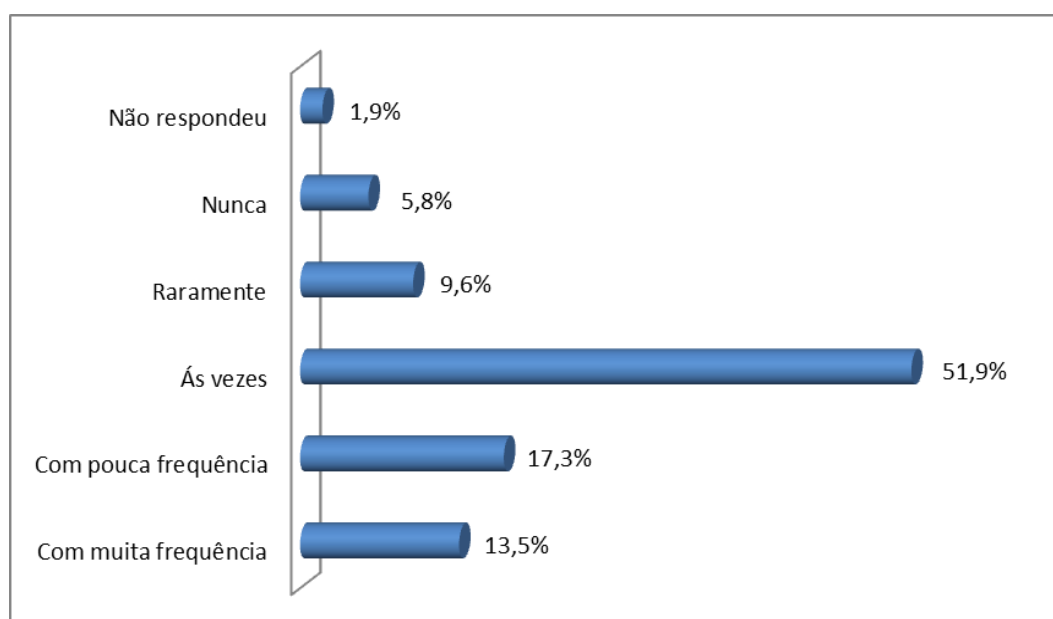
A escola, que anteriormente fora colocada em segundo plano, passa a ter papel importante nesta empreitada juvenil. Como aponta Novaes (2007), é necessária uma repactuação entre escola e trabalho. Mesmo sabendo que não há garantias, os jovens buscam completar sua escolaridade nos cursos noturnos na modalidade EJA, a fim de conquistarem melhores oportunidades.

De acordo com Dayrell (2007), a categoria trabalho é muito importante no imaginário juvenil. Ela marca, ainda, um rito de passagem. Para a família, muitas das vezes, o trabalho mostra um novo status e representa a segurança de que os jovens não estão nas ruas, ficando afastados da marginalidade e das drogas. Para o jovem, o trabalho representa a busca pela independência financeira, pela emancipação social, o ser capaz de poder comprar os insumos necessários e poder ajudar no sustento da família. Assim, os jovens pesquisados, são os que não tiveram sua “moratória social”, tendo tido a maioria sua infância encurtada com a antecipação da vida adulta. No próximo item, buscaremos destacar os aspectos culturais na vida dos jovens participantes da pesquisa.

4.1.3-Aspectos Culturais

Outro ponto que procuramos analisar foram os aspectos culturais da vida destes jovens. Em relação à frequência de leitura encontramos os seguintes indicadores: 51,9% disseram ler jornais e revistas às vezes, 17,3% leem com pouca frequência, 13,5% com muita frequência, 9,6% raramente e 5,8% nunca leem, conforme indica o gráfico a seguir. Isso mostra que a leitura não é um hábito frequente para a maioria dos entrevistados, conforme mostra o Gráfico 22.

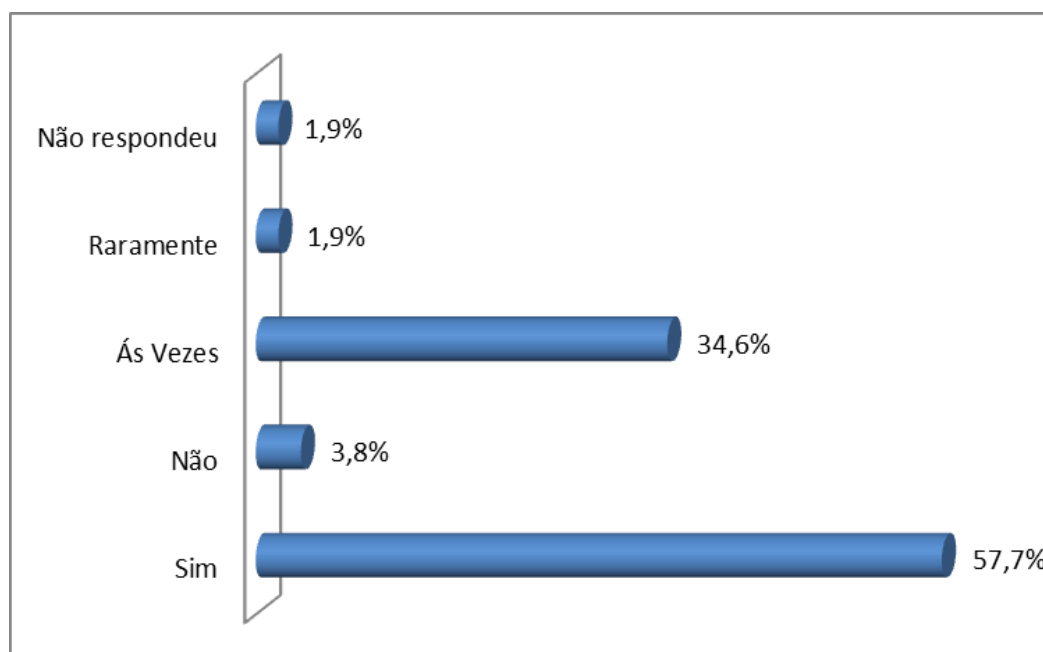
Gráfico 22: Costuma ler revistas/jornais



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
Questão 39- Costuma ler revistas/jornais?

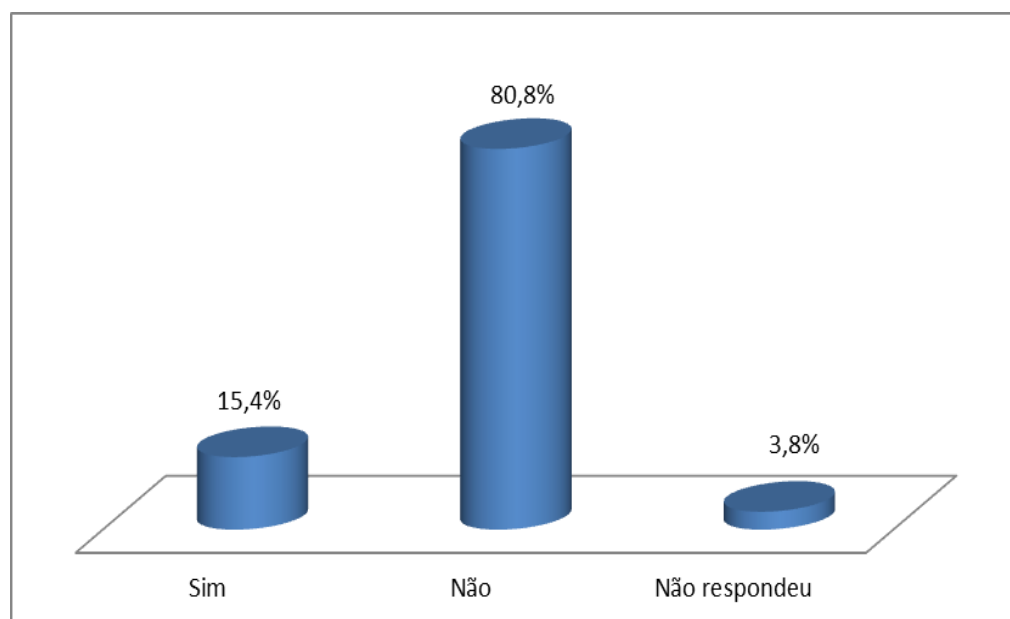
Em relação ao acesso à televisão procuramos saber se assistem ao noticiário. Percebemos, que esta é um dos principais meios de informação dos jovens, pois 57,7% disseram que assistem, sendo que 34,6% assistiam às vezes, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 23: Assiste ao noticiário de televisão



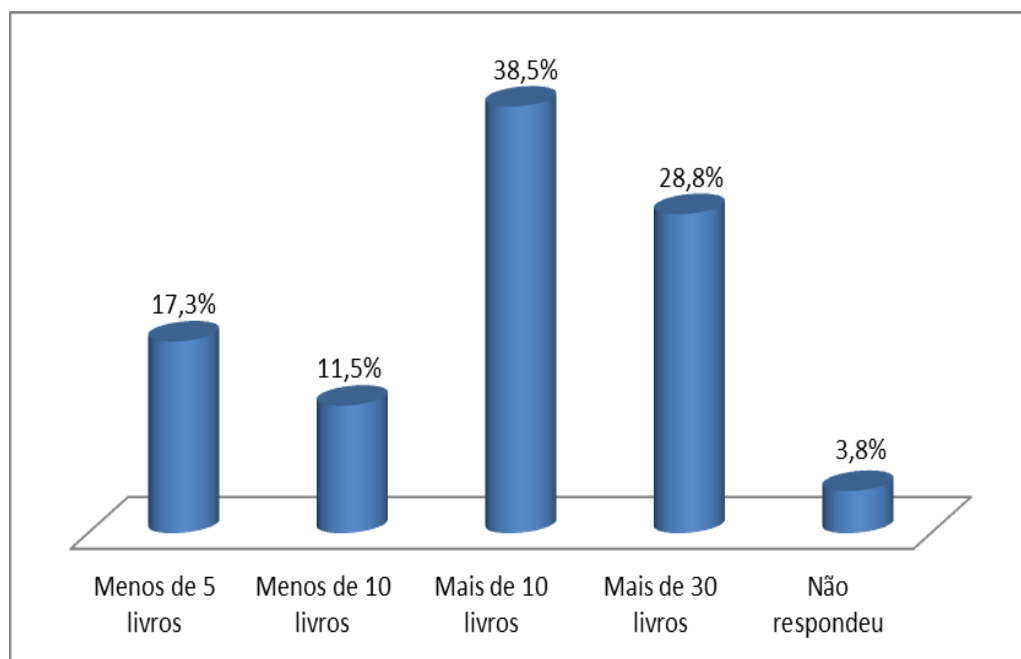
Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
Questão 38- Assiste ao noticiário de televisão?

Buscamos saber, ainda, se há famílias que fazem assinaturas de jornal e revistas em sua residência. O gráfico 24 mostra que 81% não assinam nenhum periódico, 15% afirmam que assinam e 4% não responderam. A ideia aqui empreendida foi tentar saber se a leitura circulava de alguma forma nesses lares e como era a entrada desse material escrito no seu contexto. Constatamos mais uma vez que o acesso a materiais portadores de comunicação escrita não fazem parte da realidade de muitos deles, sendo que a mídia televisiva é a fonte de informação da maioria do grupo pesquisado.

Gráfico 24: Assina jornais e/ou revistas

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
Questão 40: Na sua casa tem assinatura de jornais e/ou revistas?

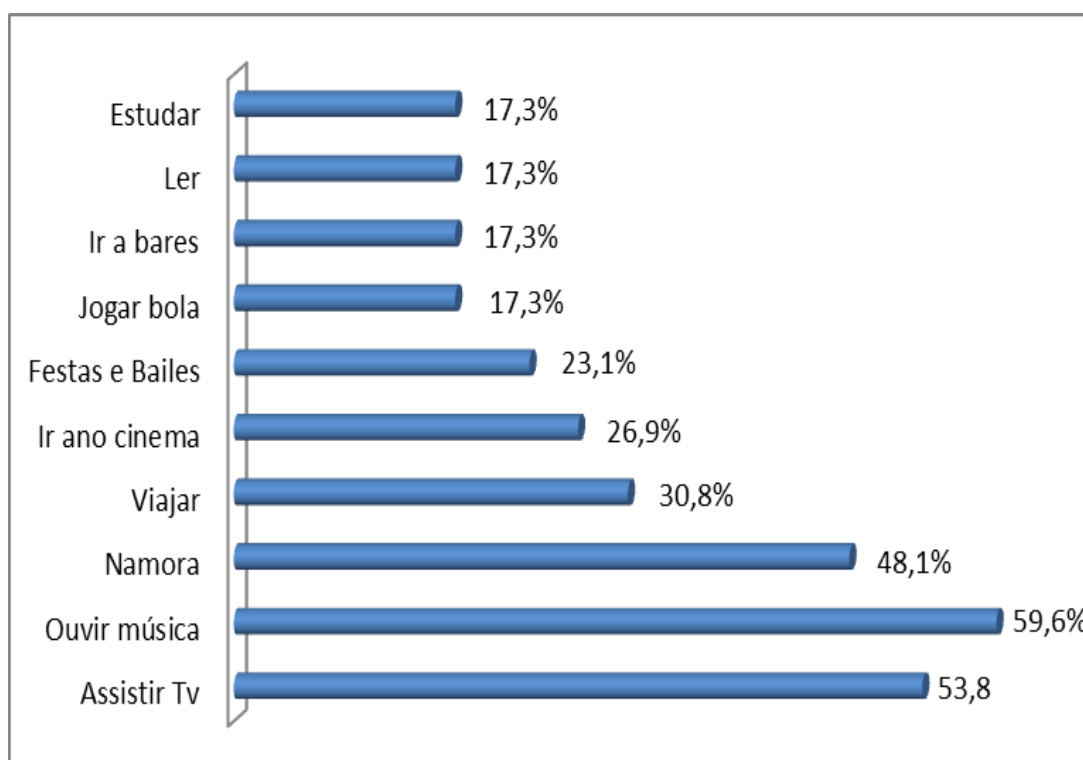
Procuramos saber, ainda, se em sua casa havia livros, já que ter livros poderia indicar algum habitus de leitura e, principalmente, um ambiente familiar que induzisse à leitura. Dos pesquisados, 38,5% disseram ter mais de 10 livros em casa, 28,8% possuem mais de 30 livros, 17,3% têm menos de 5 livros e 11,5% têm menos de 10 livros, conforme mostra o Gráfico 25. Ou seja, é uma realidade restrita, para a maior parte, o que pode refletir no capital cultural herdado e adquirido. Se o pai e a mãe não induzem à leitura e ou não tornam a casa um lugar letrado para a criança, torna-se difícil a incorporação da leitura como um hábito em sua vida.

Gráfico 25: Número de livros em casa

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
Questão 41- Quantos livros tem em sua casa?

Outro ponto que achamos relevante em nossa análise foi saber quais eram as atividades que os jovens realizavam nos horários livres, como nos fins de semana. Quais as oportunidades que tinham para se “divertir” e ou “aproveitar” a sua juventude. Como opção os jovens poderiam marcar mais de uma questão como resposta. Observa-se que 59,6% disseram gostar de ouvir música nas horas em que não estão trabalhando, 53,8% tem a televisão como principal entretenimento, 48,1% responderam que gastam esse tempo namorando, 30,8% viajam, 26,9% vão ao cinema, 23,1% disseram ir a bares, como mostra o Gráfico 26. Nota-se que menos de um terço assinalou cinema e viajar, sendo que a mídia televisiva é, além de fonte de informação, uma das principais fontes de entretenimento ao lado da música.

Gráfico 26: O que faz mais gosta de fazer no tempo livre



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.

Questão 37- O que mais gosta de fazer no seu tempo livre?

Apresentamos até aqui as principais características que nos revelam o perfil do jovem do Projovem Urbano, destacando a escolaridade, trabalho e renda e aspectos culturais. Os dados quantitativos demonstraram que o público atendido em Juiz de Fora é predominantemente de pretos e pardos (71,2%), com maior representatividade de mulheres (61,5%) com idades entre 19 a 27 anos. São jovens que tiveram sua escolaridade afetada pelas entradas na escola e saídas dela, com trajetórias laborais interrompidas. Permanecem pouco tempo no trabalho e exercem atividades remuneradas de maneira informal, sem vínculo empregatício. Nos aspectos culturais, a maior parte tem pouco contato com o mundo escrito, não possuindo hábitos de leitura, sendo a televisão o principal meio de informação.

No próximo item, buscaremos abordar as trajetórias escolares e laborais, assim como as percepções dos jovens egressos sobre o programa com base no questionário e nas entrevistas.

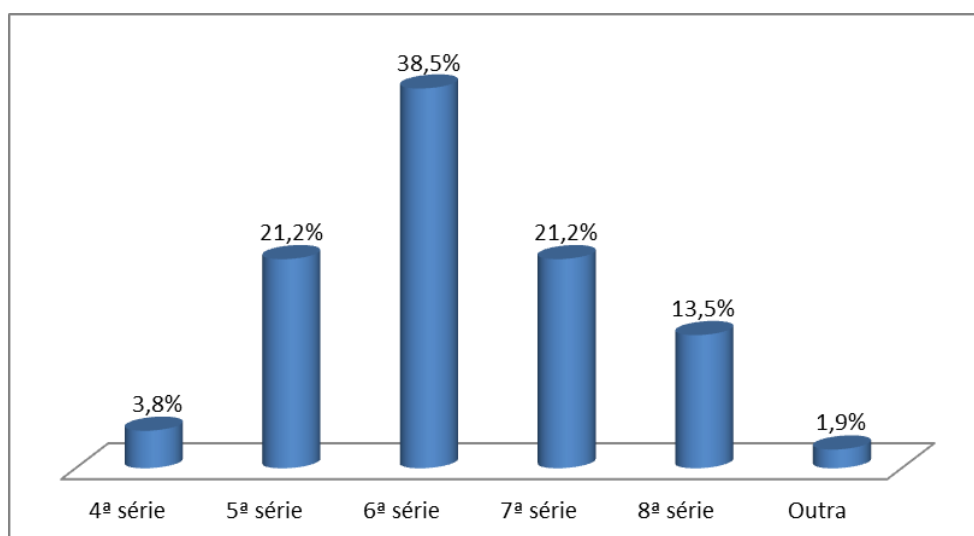
4.2- Percepções dos Jovens Egressos

Nesta parte do trabalho, apresentaremos um encontro dos dados quantitativos e qualitativos, acrescentando à análise realizada a partir do questionário os das entrevistas com os sete egressos selecionados entre os que concluíram o programa e responderam ao questionário.

Através dos questionários, percebe-se que 38,5% dos alunos cursaram até a 6ª série, 21,2% até a 7ª série, 21,2% até a 5ª série e 13,5% até a 8ª série. Um pequeno índice de 3,8% disse ter estudado até a 4ª série, conforme apresentado no Gráfico 27. Em âmbito nacional no que diz respeito à trajetória educacional, a maioria informou ter paralisado seu curso entre a 5ª e 7ª séries com uma inflexão na 6ª. A pesquisa de Andrade, Esteves e Oliveira (2009), mostrou que 25% dos pesquisados concluíram a 7ª série; 21,9% a 6ª série; 24,4% a 5ª série; e 18,7% a 4ª série, indicando que a maioria desses jovens terminou a primeira etapa do ensino fundamental (anos iniciais), mas não teve êxito nos anos finais.

Isso parece indicar que os anos finais do ensino fundamental, com professores próprios para cada disciplina e uma estrutura diferente dos anos iniciais, em que há um professor responsável pela turma, apresentam dificuldades para os alunos. Isso é acrescido à necessidade de conciliar estudo e trabalho, o que parece ser outra dificuldade para esses alunos. Assim, o Programa é uma alternativa encontrada pelos jovens que já cursaram mais da metade do Ensino Fundamental e buscam a conclusão do mesmo em um tempo menor.

Gráfico 27: Última série que havia cursado



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 27- Antes do Projovem, qual a última série que você havia cursado?

Quanto às dificuldades para se manterem no Programa, o fato de estar trabalhando foi colocado como um dos principais empecilhos de permanência do jovem, representando 36,5% das respostas, sendo que 17,3% colocam a distância do núcleo onde ocorreram as aulas como um dos entraves, 9,6% mencionaram problemas familiares. Há, ainda, um percentual de 19,2% que consideram não ter tido problemas para permanecer no Programa conforme o Gráfico 28. A pesquisa de Alves (2012) buscou compreender as percepções dos jovens acerca do programa, bem como possíveis condicionantes para a não permanência. A pesquisa mostrou que as principais dificuldades estavam atreladas à questões ligadas ao trabalho. Questões familiares apareceram como segunda motivação, o que sugere o peso de questões de ordem socioeconômica no abandono da escola. Outra dificuldade foi o trajeto entre a residência dos alunos e o núcleo, em que foram apontadas questões como a insegurança em relação à violência nos bairros, o tempo gasto no trajeto, despesa com passagens e escassez de transporte público.

Apesar do Programa apresentar estrutura e modelo diferente da escola regular para proporcionar a permanência e conclusão do Ensino Fundamental, percebe-se que a evasão é fato recorrente, e tem variado conforme o município onde é implementado, o que parece estar relacionado com a forma como é administrado em nível local. (ALVES, 2012; SOARES, 2013)

Gráfico 28: Dificuldades enfrentadas para se manter no Programa

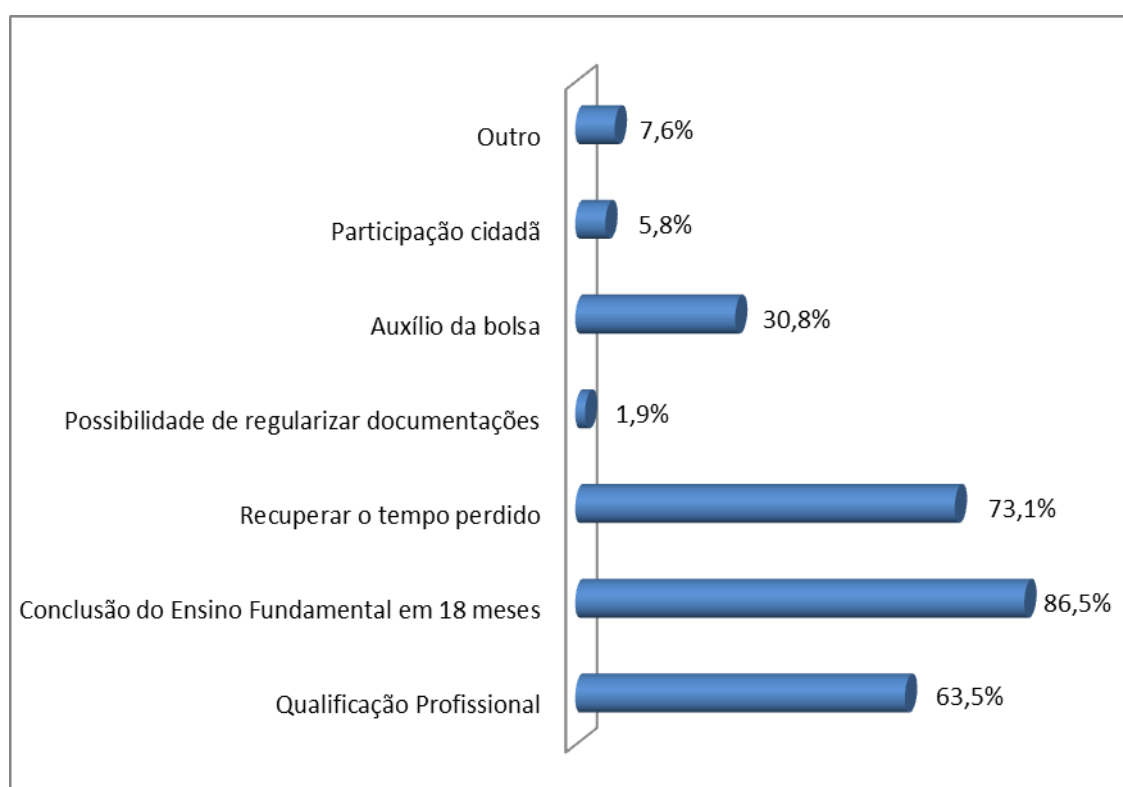


Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.

Questão 22-Quais foram as dificuldade enfrentadas por você para se manter no Projovem Urbano?

Buscamos saber, também, sobre as expectativas ao se inscreverem no Programa. Conforme o Gráfico 29, o que motivou a participação foi a possibilidade de conclusão do Ensino Fundamental em 18 meses, representando 86,5%, sendo que 73,1% disseram buscar a recuperação do tempo perdido. Outros 63,5% se sentiram atraídos pela oportunidade da qualificação profissional e 30,8% colocaram a importância do auxílio da bolsa para se inscreverem. Nesse item, o jovem poderia marcar três alternativas. Diferente do que mostraram os dados nacionais, indicando que a busca pelo programa tem como principal motivo a qualificação profissional, em Juiz de Fora, observamos que os jovens colocaram como principal objetivo, a conclusão da escolarização. É um público que se ausentou da escola por diversos motivos e empecilhos e que sabe da importância de concluir esta escolarização para tentarem nossos caminhos.

Gráfico 29: Motivo de inscrição no Programa



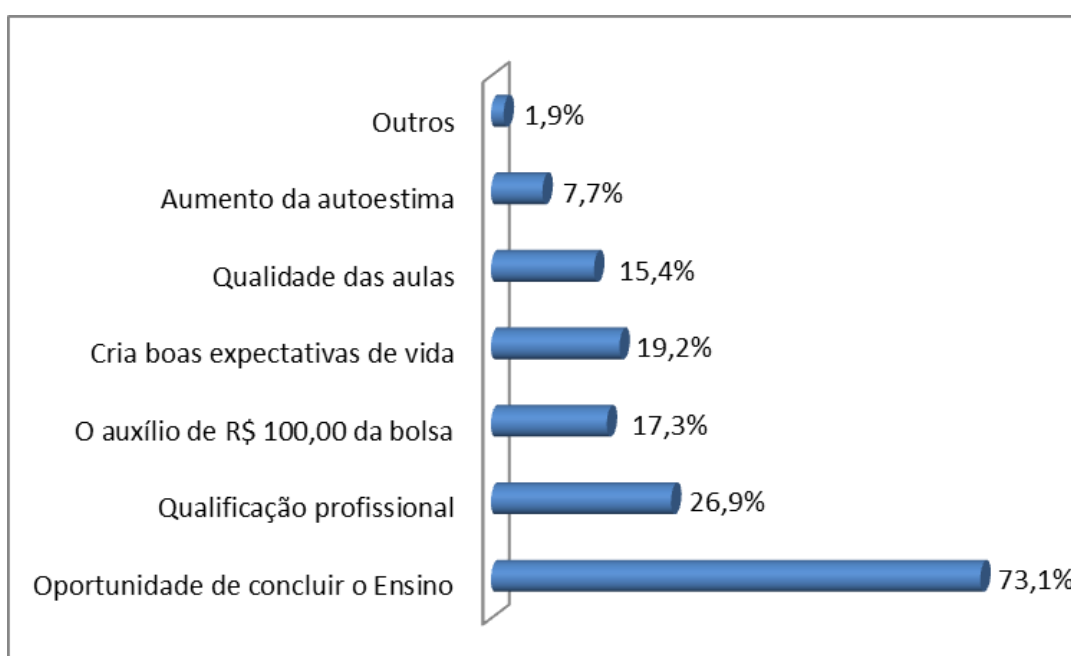
Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.

Questão 23- Assinale TRÊS itens mais importantes que o levaram a se inscrever no Projovem?

Levando em conta nossa questão de pesquisa, um item do questionário traz informações para compreendermos por que o jovem permanece no programa e o conclui. Buscamos saber quais os motivos da permanência, tendo em vista as altas taxas de evasão

escolar dos cursos de EJA e em especial as apresentadas pelo Projovem. Nossa pesquisa mostrou que 73,1% colocou a conclusão do ensino fundamental como um dos motivos principais de permanência, enquanto, 26,9% mencionou a qualificação profissional como um atrativo. Aparecem ainda, 19,2% que destacam o fato do programa criar boas expectativas de vida e 13,5% que indicam o incentivo realizado pelos educadores. Para 17,3% a bolsa de R\$100,00 foi importante e para 15,4% a qualidade das aulas, sendo que 7,7% apontam o aumento da autoestima, conforme mostra o Gráfico 31. Nesse item, o jovem poderia escolher mais de uma alternativa.

Gráfico 30: Motivos que o levaram a permanecer no Projovem Urbano



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.

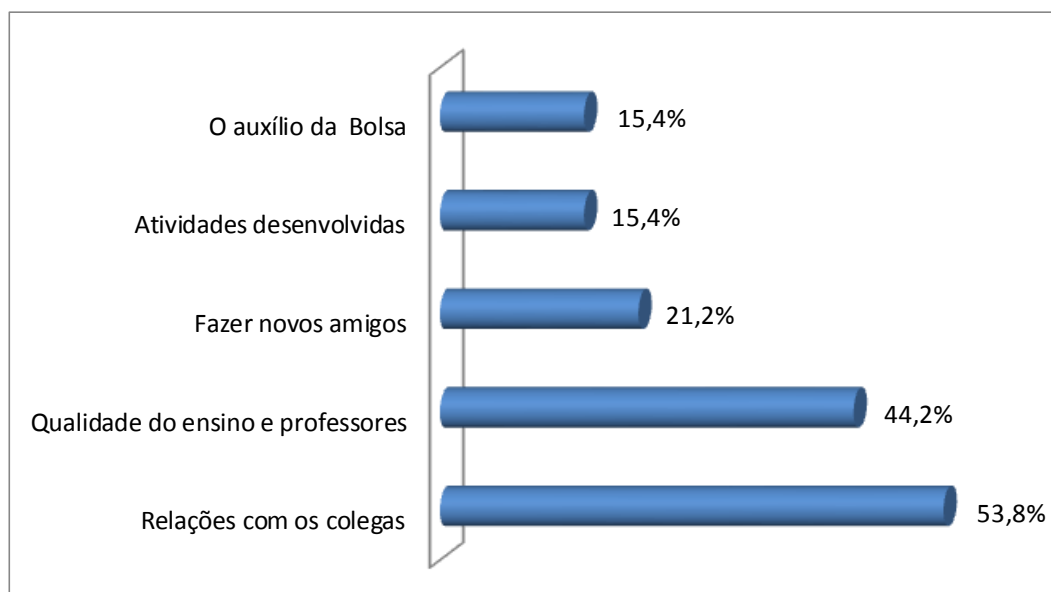
Questão 25 - Na sua opinião, quais os motivos que o levaram a permanecer no Projovem Urbano?

A evasão escolar no Projovem Urbano tem sido um fenômeno de preocupação entre os gestores do programa em nível municipal, estadual e nacional e parece representar um dos desafios a ser superado. (SILVEIRA, 2009; BLANCO, 2009; ALVES, 2012) Estudos como o de Alves (2012) vem mostrando que a evasão é um fato recorrente, porém tem variado nos municípios em que são implementados. Mesmo o programa se apresentando como inovador, possuir um currículo interdisciplinar e conceder uma bolsa, a evasão é alta e muitos alunos não conseguem chegar até o final deste ciclo. Algumas experiências foram mais exitosas como a que foi apresentada por Silveira (2009) com relação a João Pessoa que, de acordo, com os dados nacionais, apresentou um dos maiores percentuais de concluintes.

A pesquisa de Alves (2012) buscou compreender as percepções dos jovens participantes sobre o programa e os condicionantes para a não permanência no mesmo. Observou que as dificuldades são também as encontradas na Educação de Jovens e Adultos. O primeiro motivo elencado foi com relação ao trabalho, mencionado por 39,3% dos alunos pesquisados. A questão está relacionada às dificuldades em compatibilizar o horário do expediente com o das atividades do programa. Outro motivo foi a distância entre a residência e o núcleo onde ocorrem as atividades. Isso leva a pensar sobre a importância de um local acessível para a população focalizada e um horário compatível. Outros autores (ALVES, 2012; SOARES, 2013) chamam a atenção sobre a importância da gestão municipal no planejamento e desenvolvimento do programa, visando atender às necessidades do público alvo.

Buscamos saber o que jovem mais gostou no Programa. Neste item havia a possibilidade de escolher mais de uma alternativa, o que fez ultrapassar o percentual de 100% no somatório das respostas. Os dados revelam que mais da metade, (53,8%) colocou ter gostado da relação com os colegas. Nos outros itens aparecem qualidade do ensino dos professores (44,2%), ter gostado de fazer novos amigos (21,2%), atividades desenvolvidas no programa (15,4%) e o auxílio da bolsa (15,4%), de acordo com o Gráfico 31. Percebe-se com base nos dados, que as redes de sociabilidades são importantes para os jovens.

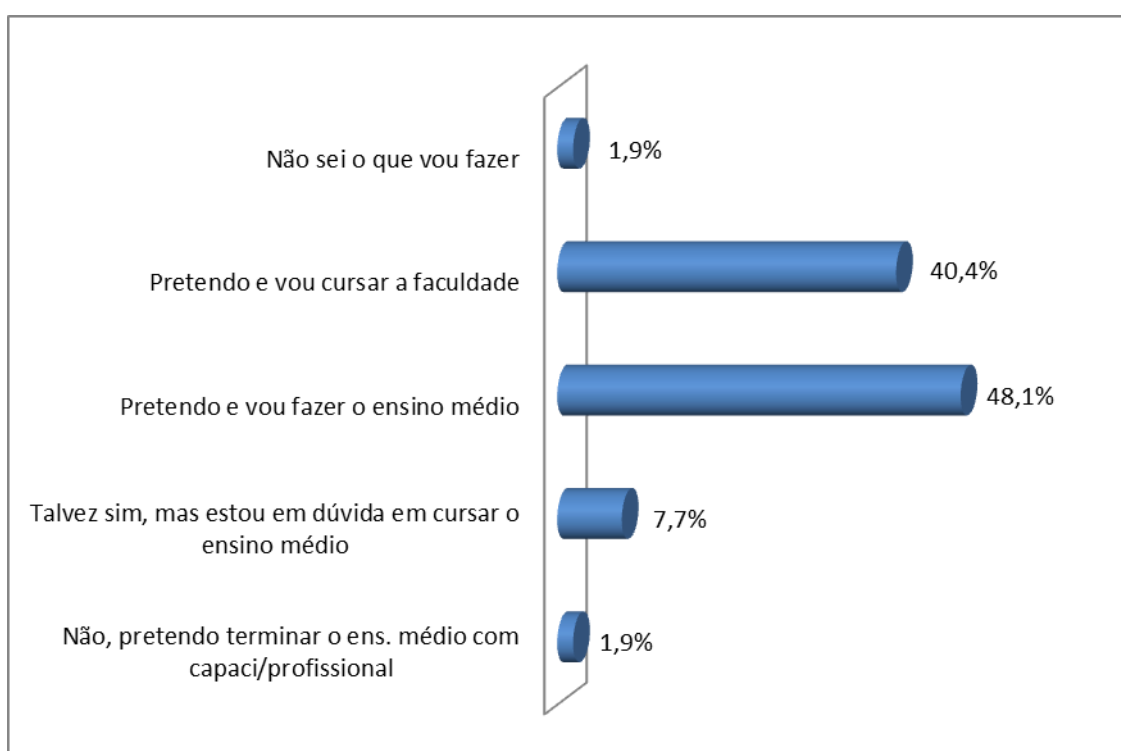
Gráfico 31: Do que mais gostou no Projovem Urbano



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
Questão 26 - Do que mais gostou no Projovem Urbano?

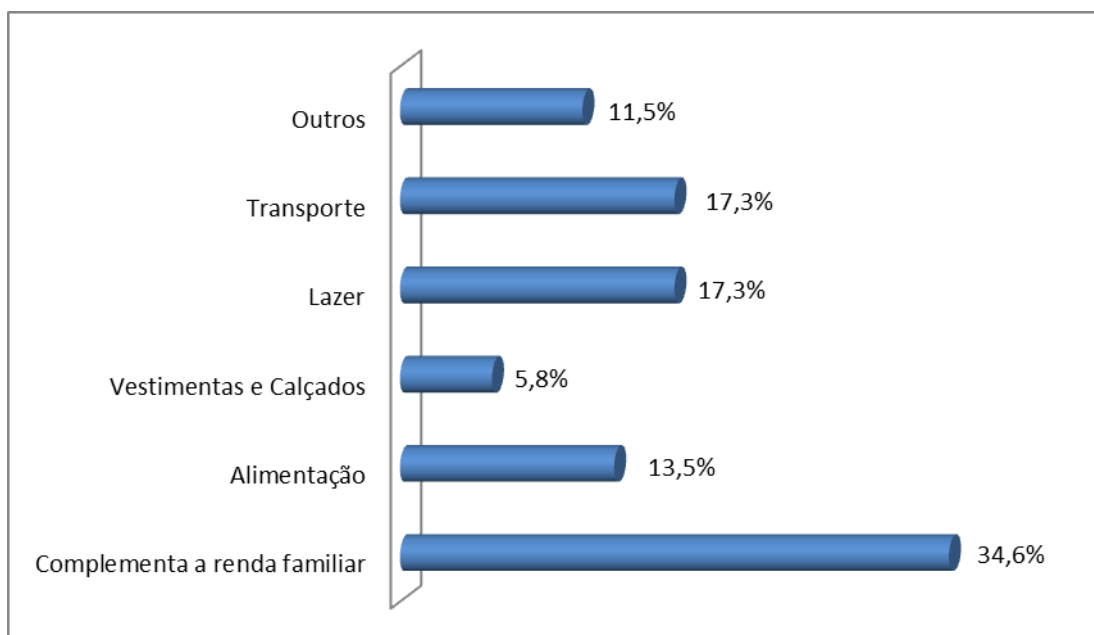
Em relação aos planos dos mesmos após concluir o Programa, os respondentes, demonstraram o interesse em continuar estudando, no ensino médio (48,1%) ou numa faculdade (40,4%). Percebe-se que o Projovem os ajuda a pensarem e a criarem projetos de futuro, através da continuidade de estudo, conforme mostra o Gráfico 32. A pesquisa de Soares (2013) procurou saber também, as expectativas em relação aos estudos. Observou que 67% dos entrevistados manifestaram o interesse em cursar o ensino médio, 11% o técnico e 17% faculdade. Isso mostra a importância na reinserção do egresso no ensino formal.

Gráfico 32: Pretensão de continuar estudando



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 28-Você pretende continuar estudando regularmente depois que concluir o Projovem Urbano?

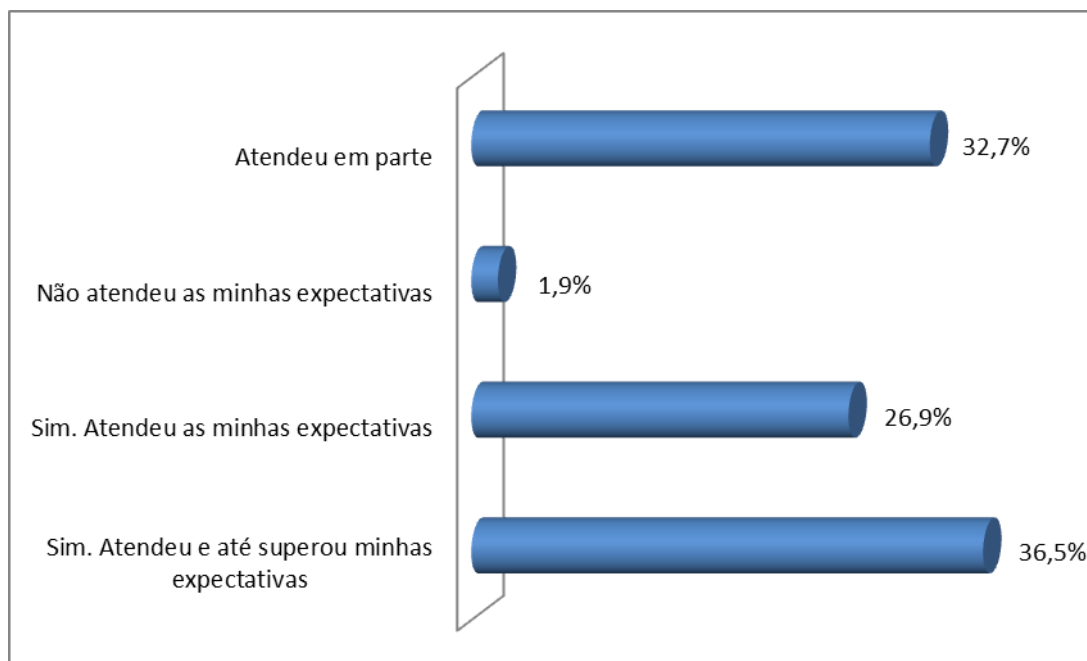
O Gráfico 33 mostra como o jovem utiliza a bolsa auxílio do programa. Dos respondentes, 34,6% dos jovens disseram utilizá-la na complementação da renda familiar, 13,5% na alimentação, 17,3% em lazer, 17,3% em transporte e 11,5% disseram gastar o dinheiro com outras coisas e 5,8% em vestimentas e calçados. Assim, nota-se que a bolsa é importante, pois completa a renda do jovem e a da família.

Gráfico 33: Forma como utiliza o benefício oferecido pelo Programa

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
Questão 30- De que forma utiliza o benefício oferecido pelo Programa?

Outra análise empreendida foi sobre as expectativas em relação ao Projovem. Como apresenta o Gráfico 34, observa-se que os pesquisados consideram que o mesmo correspondeu ao esperado: 36,5% apontaram que o Programa atendeu e até superou suas expectativas e 26,9% que atendeu. Mas para 32,7% o atendeu em parte.

Outra pesquisa que apresenta dados nesta direção é a pesquisa de Assunção (2010), apontando que 79,5% estavam satisfeitos com as ações do Programa. Essa satisfação foi expressa através do aumento da autoestima, por 41,9% sendo que, 32,3% a relacionaram com o fato de criar boas expectativas de vida. A pesquisa de Silveira (2009) também mostrou que o Programa atendeu as expectativas dos jovens. Esses achados receberam confirmação em âmbito nacional conforme o Relatório de Pesquisa com Egressos (BRASIL, 2011c).

Gráfico 34: O Projovem Urbano atendeu a sua expectativa

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 32- O Projovem atendeu suas expectativas?

Nossa pesquisa buscou saber, também, quais as contribuições do Programa na vida dos jovens (Gráfico 35). Neste item do questionário, o jovem tinha a possibilidade de marcar mais de uma opção como resposta. Para 50% dos pesquisados ter participado melhorou sua autoestima. Entre 38,5% a 44,2% a participação ajudou a conseguir um emprego, melhorar fluência verbal e possibilitou a consciência dos seus direitos e deveres. Mas as principais contribuições destacadas foram a possibilidade de continuidade dos estudos, apontada por 69,2% e a conclusão do ensino fundamental, indicada por 61,5%. Isso também foi apontado como apresenta nacionalmente, o Survey II Alunos (BRASIL, 2011a): 86% dos jovens destacam a conclusão do Ensino Fundamental, e 77% a contribuição para um futuro melhor. Para 81% deles o Programa ajuda a conhecer e a fazer amigos, indicando a importância das relações sociais.

O Relatório de Pesquisa com Egressos (Brasil, 2011c) apontou também, que muitos consideraram que o Projovem Urbano superou as suas expectativas pela oportunidade de aquisição de novos conhecimentos, abrindo perspectivas de futuro. O programa os fez sentir capacitados para buscarem novas possibilidades de trabalho.

Gráfico 35: Alterações na vida depois do Projovem Urbano

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013.
 Questão 31- O que a participação no Projovem Urbano trouxe para sua vida?

Em âmbito nacional a maioria dos participantes considerou que sua participação no programa alterou a percepção que tinham sobre si mesmo, trazendo o aumento da autoestima, além de possibilitar a continuidade de sua escolaridade, e ampliação de sua rede social (fazer novos amigos e adquirir novas aprendizagens). O estudo de Silveira (2009) também confirma esses achados.

No próximo item, nos deteremos à análise das entrevistas, apresentando a história de cada jovem, nos aspectos escolar e laboral.

4.2.1-Experiências Escolares: O que apontam as entrevistas

Neste item, iremos apresentar cada um dos entrevistados, com suas trajetórias escolares e trajetórias de vida. Optamos por usar nomes fictícios para manter o anonimato dos sujeitos, conforme acordado em entrevista. Antes de tratarmos de nossa pesquisa, achamos

importante destacar alguns aspectos metodológicos relacionados às pesquisas de cunho qualitativo que utilizam as entrevistas como instrumento de coleta de dados. Para isso, buscamos as contribuições que Bourdieu (1997) traz sobre a interação entre o pesquisador e o pesquisado na pesquisa.

Para o autor, os tradicionais manuais de metodologias e técnicas são marcados pelo “ideal de padronização dos procedimentos” influenciados pelo rigor das “disciplinas científicas” e parecem não terem levado em consideração a experiência dos pesquisadores que souberam respeitar seus objetos de estudo, em pesquisas na área social. (BOURDIEU,1997)

Bourdieu (1997) explora e elenca alguns cuidados na execução das entrevistas, tanto com relação à percepção do pesquisador quanto da percepção do entrevistado. Estas são inerentes à relação de entrevista e compete ao pesquisador saber reduzir, a *violência simbólica* que se pode exercer por meio da pesquisa. Como ele mesmo diz: “é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar a participar da troca” (BOURDIEU,1997, p.695)

Outro aspecto que também se deve cuidar, diz respeito aos riscos da escrita após a entrevista gravada. Para ele transcrever é “necessariamente escrever, no sentido de reescrever”, eliminando, tiques de linguagem (“bom”, “né”), frases confusas, de modo a respeitar as obrigações de fidelidade ao que se manifesta durante a entrevista atenta à dificuldade de fazê-lo e ao mesmo tempo tornar o transcrito compreensível para o potencial leitor. (BOURDIEU,1997, p.710)

Em todo este movimento em perseguição à verdade, o autor nos chama a atenção que o “sociólogo não pode ignorar que é próprio de seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista” (BOURDIEU,1997, p. 713).

Assim, sabemos da responsabilidade de ser um pesquisador e das dificuldades empreendidas na negociação da pesquisa, seleção dos sujeitos e principalmente na execução das entrevistas. Procuramos observar os cuidados necessários e fazer esta interpretação dos dados a luz do embasamento teórico. Nas entrevistas por telefone não foi possível analisar as expressões corporais, mas procuramos estar atenta ao tom de voz, interrupções para apreender o ponto de vista do interlocutor com fidelidade.

Para iniciar o trabalho de análise, a partir das transcrições, criamos um quadro no qual foram organizados os dados mais significativos - Quadro IV, em anexo. Isso nos permitiu ter uma visão mais detalhada da experiência escolar e da laboral de cada jovem

entrevistado, e foi um instrumento importante no processo de análise, permitindo identificar recorrências e singularidades presentes em cada experiência.

A partir do Quadro IV, construímos o Quadro V, mais sintético, apresentado a seguir que, auxilia na identificação dos nossos sujeitos:

Quadro V: Caracterização geral dos jovens entrevistados

Jovens	Sexo	Idade	Filhos	Última série	Motivo da evasão	Cursa Ensino Médio	Em que trabalha?
G	Feminino	21 anos	-	6 ^a	Dificuldades de aprendizagem reprovações	Não	Desempregada
Z	Feminino	20 anos	-	8 ^a	Mudança de cidade	Sim	Doméstica
W	Masculino	26 anos	-	6 ^a	Trabalho/ Reprovações	Sim	Manutenção de piscinas
ML	Feminino	28 anos	1	5 ^a	Dificuldades de aprendizagem	Sim	Doméstica
AC	Feminino	22 anos	1	7 ^a	Dificuldades de aprendizagem Gravidez	Sim	Desempregada
CR	Feminino	25 anos	1	7 ^a	Gravidez	Sim	Serviços Gerais
E	Feminino	25 anos	-	5 ^a	Dificuldades de aprendizagem	Não	Babá

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em outubro de 2013. Elaboração própria.

Pela análise do Quadro V, confirma-se que a dificuldade de aprendizagem é motivo prioritário para o abandono da escola. A seguir, vem a gravidez. Observa-se, também, a predominância do elemento feminino e que a idade varia de 20 a 28 anos. Cinco alunos dos entrevistados estão cursando o Ensino Médio e cinco trabalham. Como relatado, algumas entrevistas foram realizadas por telefone, devido às dificuldades da presença do jovem no dia agendado. Tentamos fazer uma descrição da vida de cada jovem, trazendo aspectos que permitem observar semelhanças e diferenças nas suas histórias e trajetórias, segundo seus relatos.

Recorremos a Dubar (1998) para tentar compreender a complexidade que há em trabalhar e reconstruir as trajetórias sociais dos sujeitos pesquisados. O autor mostra que ao efetuar esta análise, deve-se levar em consideração que há em questão dois aspectos do

processo biográfico: a "trajetória objetiva" e a "trajetória subjetiva" que é definida por ele como sendo:

A trajetória objetiva é definida como sequência das posições sociais ocupadas durante a vida, medida por categorias estatísticas e condensada numa tendência geral (ascendente, descendente, estável etc.); em contraste, a "trajetória subjetiva" é expressa em diversos relatos biográficos, por meio de categorias inerentes remetendo a "mundos sociais" e condensável em formas identitárias heterogêneas. (DUBAR,1998, p.1)

Com isso, chama a atenção para as dificuldades de articular em pesquisa, a reconstrução de relatos biográficos resultantes de entrevistas e dados estatísticos. Não pretendemos nesse trabalho aprofundar estudos nesse âmbito, mas apropriar os dados obtidos de forma a nos aproximar da realidade revelada.

Como concebe Dubar (2005) o processo biográfico é uma construção temporal, realizada pelos sujeitos, a partir das instituições da família, da escola, do mercado de trabalho e da empresa. Assim, tentamos reconstruir trajetórias dos pesquisados no intuito de melhor compreendê-las, assim como as dificuldades que influenciaram na reprovação e evasão escolar. Para organização do trabalho, optamos por apresentar, a história de cada entrevistado, procurando identificar semelhanças e o que os individualiza.

4.2.2- G: Superproteção da mãe

A entrevistada, aluna identificada pela letra G, tem 21 anos, considera-se parda, sendo a mais nova de uma família com duas filhas. É solteira, mas está com casamento marcado, não possui filhos. A mãe trabalhava, mas, no momento, está encostada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)¹⁸, exercia a função de auxiliar de serviços gerais numa escola estadual da cidade. O pai é aposentado, mas continua trabalhando em uma padaria. A irmã de G é casada e é professora. Na casa, residem ela e os pais. No que diz respeito à escolaridade, a mãe estudou até a 5ª série e o pai concluiu o ensino médio. A renda familiar gira em entorno de 3 salários mínimos. Reside em uma casa que possui iluminação elétrica,

¹⁸Encostado é quando uma pessoa recebe o auxílio-doença concedido pelo INSS.

água encanada, saneamento básico, geladeira, máquina de lavar, automóvel, meios de comunicação como TV, rádio e computador com acesso à internet.

Entrou na escola aos 6 anos de idade e, ao longo de sua trajetória escolar, sofreu cinco reprovações. Parou de estudar apenas uma vez e abandonou a escola aos 16 anos, devido às dificuldades encontradas na escola. Segundo seus relatos, ela não conseguia aprender e os professores não tinham muita paciência.

A aluna aparenta ser muito tímida. Veio acompanhada pela mãe, que se emocionou ao falar sobre a vida acadêmica da filha que foi cheia de reprovações. A jovem não encontrava estímulos para continuar estudando no ensino regular. Sofreu trauma com a professora da 1ª série. A mãe mostrou-se esclarecida, sabe falar com desenvoltura e argumentar, tentando justificar o “atraso” escolar da filha, com o acontecido com a professora da 1ª série.

A família de G é evangélica e ela irá se casar. Não está trabalhando, nem estudando. Disse estar preocupada com os preparativos para o casamento e justifica a falta de matrícula no ensino médio, por causa da empolgação com a formatura do Projovem Urbano e por não saber onde irá morar quando se casar.

O objetivo, ao se inscrever no Projovem, foi a conclusão do ensino fundamental em 18 meses e a recuperação do “tempo perdido”. Aponta que o Programa atendeu e até superou suas expectativas, elevando sua autoestima e possibilitando a continuidade dos estudos e o aprendizado de uma profissão que gere renda.

Afirma ter recebido incentivos dos pais para estudar, para ter um futuro melhor. A aluna G matriculou-se em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando saiu da escola regular, mas não houve êxito e também parou.

A mãe fala das frustrações da filha em relação à escola, relatando que a mesma tinha medo de entrar em sala de aula, sendo que havia dias em que não queria ir. G teve 5 reprovações em sua trajetória escolar, sendo reprovada nas 1ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª séries. A escola sempre alegava que a aluna tinha problema de aprendizagem e deveria ter acompanhamento médico, mas, na visão dos médicos procurados pela família, a aluna não tinha nenhum problema de saúde específico.

A mãe também relatou as frustrações da filha nas tentativas de conseguir emprego. Disse que entregou o currículo dela para um gerente de um supermercado, mas que não obteve resposta. G disse que tentou trabalhar em outro mercado, mas que o horário iria atrapalhar seus estudos, pois entraria às 13 horas e sairia às 22 horas. A aluna manifesta a vontade de trabalhar, pois considera o salário necessário para ajudar em seu sustento, já que

está se organizando para casar e tem uma visão positiva em relação ao trabalho, afirmando ser bom.

Para ela, ser jovem é: “andar com pessoas direitas e não acabar com a sua juventude, porque muitos morrem. Eu estou sabendo lidar com a minha juventude, tem outros que não.”

Para ela as dificuldades que os jovens enfrentam hoje em dia são as drogas, porque muitos jogam a vida fora por causa do uso de drogas, meninas novas ficam grávidas sem planejamento.

Quanto aos projetos de futuro, a aluna diz que pretende fazer uma faculdade de gastronomia, depois que concluir o ensino médio e que gostaria muito de trabalhar numa fábrica de chocolates. Disse que a escolha é porque a fábrica é de alimentos e por serem, normalmente, empresas de grande porte.

4.2.3- W: O apelo à religião

O aluno entrevistado, identificado aqui por W, tem 26 anos. É pardo, casado, não possui filhos. Mora com a esposa que faz faculdade de Biologia. Quanto à escolaridade dos pais, ambos estudaram até a 4ª série. A mãe está desempregada e o pai é pintor. A renda da família gira em torno de 2 a 5 salários mínimos. Reside em apartamento que possui iluminação elétrica, água encanada, saneamento básico. Tem acesso a TV, rádio, geladeira, máquina de lavar, computador, serviço de internet. Entrou na escola quando tinha 6 anos de idade. Antes de entrar no Projovem Urbano, estudou até a 6ª série e parou aos 15 anos. Os motivos que o levaram a abandonar os bancos escolares foram a necessidade de trabalhar e o desânimo com a escola, devido às três reprovações que teve no período da escola regular.

No período que parou de estudar, o aluno W tentou retomar os estudos duas vezes na Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas não conseguiu terminar, por causa do trabalho que, segundo ele, era muito “puxado” na questão de horários, pois não tinha um horário certo para terminar as atividades, e às vezes trabalhava até mais tarde, sendo impossibilitado de ir às aulas. No momento da entrevista, o aluno estava cursando o supletivo do ensino médio e desejava cursar uma faculdade de Química.

O objetivo ao se inscrever no Projovem foi a conclusão do ensino fundamental em 18 meses e recuperar o tempo que ficou sem estudar. Buscou o Programa por influência de amigos que já haviam participado. O aluno mostrou uma visão muito positiva em relação ao programa e afirma ter gostado da qualidade do ensino ministrado no curso, das atividades desenvolvidas e da relação com os professores. Destaca que a participação no Programa contribuiu para melhorar a sua autoestima e que a certificação de conclusão do ensino fundamental possibilitou-lhe prosseguir nos estudos.

No mercado de trabalho teve seu primeiro emprego remunerado entre os 13 a 15 anos. Trabalhou como “Office boy”, auxiliar de serviços gerais, jardineiro, porteiro. Destaca não ter tido trabalho remunerado com carteira assinada antes da entrada no Programa.

Quando questionado sobre o motivo que o levou a parar de estudar, respondeu que começou a trabalhar para poder comprar “coisas” para si, já que os pais não tinham condição de ajudá-lo, e suas reprovações na escola contribuía para seu não merecimento.

O aluno W diz ter tido pouco incentivo dos pais para estudar e acha que por isso não se dedicou tanto aos estudos, faltando muito às aulas. Mas destaca que ambos falavam que ele tinha que ter uma vida melhor do que a deles.

Como ponto negativo do Programa, W diz que o fechamento de polos foi algo negativo no Programa, pois havia começado numa escola e depois foi transferido para outra. Isso fez com que muitas pessoas fossem desanimando. Afirma que foi muito cansativo conciliar trabalho e estudo, mas, que com muita força de vontade, conseguiu vencer os obstáculos.

Considera que a maior dificuldade para o jovem é superar o medo. Nas suas palavras: “ter medo de enfrentar. Eu acho que é o principal motivo, (...) é o medo. Medo de encarar, medo de não conseguir, medo... simplesmente o medo.”

W já teve envolvimento com o mundo das drogas. Relatou como era difícil a vida nesse período: “É aquele negócio, ia trabalhando para sustentar o vício mesmo e sempre correndo atrás. Não tinha dinheiro direito, fiquei devendo muita gente...” Coloca que a religião o ajudou a se libertar do uso das drogas, inicialmente usou maconha, depois cocaína e estava começando a usar o crack. Afirma que, quando sentia vontade de usar, que sempre rezava, lutando contra e que foram seis meses nesta luta. Até o momento da entrevista, afirmou que não usava mais nenhuma droga e que buscava uma vida melhor.

4.2.4- Z: A força para continuar os estudos

A aluna Z tem 20 anos, é branca, a mais nova de uma família com cinco filhos, solteira e não possui filhos. Mora em casa que possui iluminação elétrica, água encanada, saneamento básico. Tem acesso a TV, rádio, geladeira, máquina de lavar e automóvel.

Estudou até a 8ª série, parou de estudar aos 14 anos. Iniciou e parou de estudar apenas uma vez. Afirmo que interrompeu os estudos porque havia mudado de cidade e teve dificuldade em conseguir o histórico para comprovar a escolaridade e se matricular na cidade para onde havia se mudado. Neste período ficou 5 anos parada, só trabalhando.

Alega que a mãe sempre a incentivava nos estudos, porém o pai nunca a incentivou. A mãe estudou até a 4ª série e o pai até a 7ª série. Na sua trajetória escolar nunca foi reprovada.

Em sua residência, moram os 5 irmãos, ela e a mãe, e apenas três pessoas da família trabalham.

O motivo que a fez se inscrever no Projovem Urbano foi o objetivo de terminar a 8ª série. Via que não conseguia emprego por falta de estudo e percebeu que precisava concluir o ensino fundamental para conseguir um trabalho. Afirmo não perceber diferenças em relação à escola regular. Como ponto positivo, destacou as aulas de culinária. Considera que as principais contribuições do Programa em sua vida foram a conclusão do ensino fundamental e a capacitação no curso de culinária.

A aluna disse que, no início, as turmas tinham 30 alunos, depois ficaram 10 alunos e houve dias em que só havia 4 alunos em sala. Segundo ela, muitos desistiam por causa do trabalho. Chegavam tarde à aula.

Participa com mais da metade de seu salário na renda familiar e, atualmente, trabalha em casa de família. Matriculou-se numa escola de ensino médio da cidade, porém como a mãe havia realizado uma cirurgia, ela não estava indo à aula, pois estava cuidando da mãe. Informou que está realizando entrevista em uma padaria graças à capacitação do curso de culinária do Projovem Urbano. Disse que em sua sala do supletivo do ensino médio, há muitos colegas que fizeram o Projovem Urbano, estudando junto com ela.

O curso ajudou a pensar no futuro, pensar em crescer. Ser jovem para ela é escolher o que quiser, pensar o que quer ser no futuro e saber que as maiores dificuldades dos jovens são as drogas e a violência. Ela reconhece as dificuldades de trabalhar e estudar e para o futuro está procurando trabalho com carteira assinada.

Os professores incentivaram bastante a continuidade dos estudos. Houve apoio para a continuidade em outras escolas. Os professores indicaram onde eles poderiam realizar matrículas.

A aluna diz que não teve dificuldades em se manter no programa. Quanto ao ensino médio, disse que estava com um pouco de dificuldade, mas depois conseguiu compreender os conteúdos. Acredita que a capacitação de culinária irá ajudá-la a conseguir emprego na área. Está trabalhando em casa de família, sem carteira assinada, mas busca outro trabalho com carteira assinada. Como projeto de futuro, quer concluir o ensino médio e fazer faculdade de Psicologia.

4.2.5- AC: As dificuldades com a escola

A aluna tem 21 anos, declara-se negra, é solteira e tem um filho. É a filha mais nova de uma família com três filhos. Ao todo, residem em sua casa seis pessoas. Seu pai é aposentado e sua mãe trabalha em serviços gerais. Os pais possuem o ensino fundamental incompleto e a principal provedora da família é mãe. De acordo com ela os irmãos também trabalham. Mora em casa que possui iluminação elétrica, água encanada, saneamento básico, TV, rádio, geladeira, máquina de lavar e automóvel.

No que diz respeito à vida escolar, a aluna entrou na escola quando tinha 6 anos e parou de estudar aos 15, quando estava na 6ª série. O motivo considerado por ela para abandonar a escola foi a gravidez e as dificuldades de aprender encontradas no âmbito escolar, causando desânimo em frequentar a sala de aula. Neste período, sofreu três reprovações e teve duas tentativas de retorno aos bancos escolares, mas que também, não tiveram êxito.

Escolheu o Projovem Urbano com o principal objetivo de concluir o ensino fundamental em 18 meses, pelo interesse pela qualificação profissional e pela tentativa de recuperar o tempo em que não estudou.

Coloca como pontos positivos do Programa as aulas de culinária, afirmando ter aprendido muita coisa e acredita que esta formação inicial poderá ajudá-la a conseguir um trabalho na área. Destaca também, como positiva, a relação de amizade que criou com os colegas de sala de aula.

A aluna considera que a bolsa, concedida aos participantes do Projovem Urbano, ajudou muito, pois, com esse poder aquisitivo, conseguia ajudar em casa ou comprar alguns bens pessoais para si. Ela recebia o Cartão Passe Fácil Estudante¹⁹ do programa municipal para o transporte e, assim, não tinha dificuldades em estar presente nas aulas.

No período de realização da entrevista, ela estava fazendo o ensino médio em uma escola que oferece Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Quanto a sua vida laboral, não estava trabalhando havia um mês. Trabalhava no comércio numa loja de doces e em outros momentos trabalhou realizando “bicos”. Afirma que quer trabalhar na área de alimentação, pois é uma área com a qual se identifica bastante. No futuro pretende cursar a faculdade de Nutrição.

Considera que o Projovem Urbano mudou em muito sua vida, pois permitiu a continuidade dos estudos e desenvolveu a ideia de planejar e pensar o futuro.

Sabe que enfrentará alguns desafios e dificuldades pela vida, mas considera que está caminhando para se preparar para um futuro melhor, com novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

4.2.6-E: O desânimo com a escola

A aluna mora num bairro na zona sudeste, tem 25 anos, é negra, caçula de uma família de seis irmãos, solteira e não possui filhos. Seus pais são aposentados, mas o pai ainda trabalha como funcionário público. O irmão trabalha em uma gráfica da cidade. Mora com o pai e o irmão. O pai possui ensino fundamental completo e sua mãe ensino fundamental incompleto. A aluna E não quis declarar a renda familiar. Reside em uma casa que possui iluminação elétrica, água encanada, saneamento básico, TV, rádio, geladeira, máquina de lavar, e computador com acesso ao serviço de internet.

No que diz respeito a sua vida escolar, ingressou na escola quando tinha 8 anos e antes de entrar no Projovem Urbano, havia estudado até a 5ª série e parou de estudar aos 14 anos. Os motivos que a levaram a parar de estudar estão atrelados a problemas de relacionamento na escola e a dificuldades de aprender. Já interrompeu os estudos por duas vezes ao longo da sua escolaridade e teve apenas uma reprovação.

¹⁹O programa municipal concede a estudantes gratuidade no uso de transporte público urbano na cidade.

O que a motivou a se inscrever no Programa foi a possibilidade de concluir o ensino fundamental e ter uma qualificação profissional para conseguir um emprego, além do interesse no auxílio financeiro, através da bolsa. A aluna afirmou ter tido algumas dificuldades para se manter no Projovem Urbano, devido à distância do núcleo e a alguns problemas familiares.

Ao relatar o que mais gostou no Programa, foi destacada pela mesma a qualidade das aulas e dos professores, já que ela percebe uma grande diferença entre o ensino regular e o Projovem Urbano.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, antes de ingressar no Projovem, permaneceu no trabalho remunerado entre um a três meses apenas e não trabalhava com carteira assinada. Iniciou a vida laboral entre os 13 e 15 anos. Até o momento da pesquisa, exercia o trabalho de babá do sobrinho para que a mãe do menino pudesse trabalhar. Essa atividade era remunerada pela irmã. A aluna disse que preferiu ficar nessa função pelas facilidades do horário para poder continuar os estudos. No entanto, não estava estudando, no momento, alegando que a irmã chegava depois das 18 horas em casa e não havia tempo para ela chegar no horário na escola.

Quanto às mudanças realizadas pelo Programa em sua vida, afirma ter feito novas amizades e ter aprendido muitas coisas, principalmente nas aulas de culinária. Perguntada se a qualificação profissional oferecida, no caso a culinária, a ajudou a conseguir emprego nessa área, afirma que não conseguiu e que enviou currículos, mas não foi chamada. É claro para ela que apenas a qualificação do Projovem não proporcionaria um emprego melhor, reconhecendo a necessidade de estudar mais.

Manifesta a vontade de, no futuro, trabalhar na área da beleza como manicure e cabeleireira. Relata que no início do Programa havia escolhido o Arco da Beleza que tinha como um dos objetivos ensinar a ser manicure, pedicure e a cuidar de cabelos. No entanto, este arco havia sido fechado e ela teve que migrar para o da culinária.

Disse que, na ocasião, todos reclamaram, pois estavam gostando do arco, porque a professora era muito legal. A explicação que foi dada pelo fechamento do arco foi a de que não havia verba para pagar a professora.

Acredita que a maior dificuldade para o jovem nos dias atuais é saber pensar por ele mesmo, não ser influenciado pelo pensamento dos outros. A aluna traz consigo uma baixa autoestima para os desafios de continuar a estudar, e alguns projetos de futuro ainda não estão claros. Acha que perdeu tempo e que tem que tentar recuperar. Sabe da importância de continuar estudando para ter uma boa colocação no mercado de trabalho.

Quando perguntada se pretende continuar estudando, afirma que sim, mas sabe das dificuldades de conciliar trabalho e estudo. No momento da pesquisa, não estava cursando o Ensino Médio por causa do horário de trabalho.

4.2.7- CR: A gravidez

A aluna CR tem 25 anos, é negra, solteira e tem um filho. Estudou até a 7ª série antes de ingressar no Projovem. Disse não se lembrar direito com quantos anos havia parado de estudar, mas que foi aproximadamente aos 17 anos. O motivo que a levou a interromper os estudos foi a sua gravidez não planejada. Após o nascimento do filho, não conseguiu retornar.

A entrevistada afirma que a mãe sempre a incentivou a retomar os estudos. Quando perguntada em qual série seus pais estudaram, ela não soube dizer, mas afirmou que seus pais não sabem ler. No período da escola regular, teve apenas uma reprovação.

Afirma ter tido dificuldades para se manter no Projovem, por causa do horário de trabalho. O principal motivo de inscrição no programa foi para concluir o ensino fundamental e recuperar o tempo que ficou sem estudar. Afirma que houve muito incentivo dos educadores para permanecer no programa. O que mais gostou no programa foram a qualidade do ensino e os professores que são diferentes da escola regular. Gostou também de fazer novas amizades.

CR mora em uma casa com a mãe, o filho e mais cinco irmãos. A residência possui iluminação elétrica, água encanada, saneamento básico, TV, rádio, geladeira e máquina de lavar. Na casa, a mãe, ela e um irmão trabalham. A mãe trabalha em uma lanchonete.

Quanto à vida laboral, seu primeiro emprego foi aos 16 anos e, antes de entrar para o Projovem Urbano, já trabalhava com carteira assinada. Até o momento da entrevista, trabalhava em um hospital da cidade, exercendo a função de auxiliar de serviços gerais, sem carteira assinada. As principais provedoras da renda familiar são a mãe e ela. A família vive com uma renda familiar de dois a três salários mínimos.

Atualmente está fazendo o ensino médio e, no futuro, pretende cursar faculdade, porém ainda não sabia dizer em qual área. A grande contribuição do Programa em sua vida foi a possibilidade de continuar os estudos. Há, por sua parte, uma grande satisfação com o curso, considerando-o um ensino melhor que o da escola regular.

4.2.8- ML: O encontro com a alfabetização

A aluna ML tem 28 anos, considera-se branca, é a filha mais velha de uma família de seis irmãos, é solteira e tem um filho. Ela interrompeu os estudos quando estava na 5ª série do ensino fundamental aos 15 anos. O motivo que a levou a parar de estudar foi a necessidade de trabalhar para ajudar a família e as dificuldades de aprender na escola. Os pais eram simples e não são alfabetizados. Não havia muito incentivo para a filha estudar. É importante destacar que a aluna não era alfabetizada quando entrou no Projovem Urbano.

A aluna mora em uma casa que possui iluminação elétrica, TV, rádio, geladeira, máquina de lavar, mas não possui saneamento básico. Sua vida laboral iniciou-se aos 10 anos de idade. Nesse período, a família se mudou para uma cidade que não tinha escola, no interior de Sergipe. A aluna afirma que começou a estudar quando tinha 10 anos. A vida escolar era difícil pela longa distância que tinha que caminhar. Ela tinha que sair às 4 horas da manhã para chegar até a escola, às 7 horas. Há apenas dois anos mora com o marido e filho em Juiz de Fora. Ambos trabalham para a manutenção das despesas em casa.

É importante destacar que, mesmo entrando tardiamente na escola, a aluna nunca havia sido reprovada. No período da escola regular, não conseguiu ser alfabetizada e foi no Projovem Urbano que aprendeu a ler.

A aluna escolheu cursar o Projovem com o objetivo de concluir o ensino fundamental mais rápido. Considera que o Programa é melhor que a escola regular. Afirma ter gostado de tudo no Programa.

A grande mudança em sua vida que o Projovem Urbano trouxe foi a aprendizagem da leitura. Em termos profissionais, afirma que não está trabalhando no ramo da culinária, mas se coloca muito positiva quanto à possibilidade de conseguir emprego nessa área.

A aluna ML tem um irmão que também havia passado pelo Projovem Urbano e que havia feito o arco da culinária e, por isso, estava trabalhando em um restaurante.

Na tentativa de explicitar o que é ser jovem, afirma que: “Ser jovem é ter espírito jovem. Pode ter 60 anos e ter espírito jovem, pra mim isso que eu aprendi.”

Para ela, a maior dificuldade dos jovens hoje é a falta de experiência para se integrar no mercado de trabalho, já que é difícil encontrar um emprego que aceite apenas a qualificação, exigindo, experiência na função.

A aluna também menciona o empenho dos professores do Projovem, que indicavam onde havia vagas, para ajudarem os alunos a conseguir uma escola de ensino médio a fim de continuarem os estudos.

Quanto aos projetos de futuro, a aluna considera que não terá muitas dificuldades no futuro, pois está se preparando: “Vou terminar agora o ensino médio que eu estou fazendo e fazer um curso técnico. Ainda não sei qual curso não... o curso técnico com o objetivo de pensar no mercado de trabalho.”

Em síntese, as entrevistas com os sete jovens possibilitaram aprofundar o conhecimento sobre suas trajetórias de vida e trajetórias escolares, permitindo fundamentar nossa análise. Observa-se que as condições familiares do grupo estudado estão acima do que se classifica como miséria, mas são famílias de baixa renda, cujos pais não possuem escolaridade básica. Destaca-se, também, o entendimento por parte dos pais e dos jovens que estudar pode abrir oportunidades. Em relação ao Programa, há uma visão positiva quanto a sua estrutura e aos professores, com críticas à gestão do mesmo.

No próximo item, aprofundaremos nossa análise sobre as percepções dos jovens, professores e coordenadores sobre o Projovem Urbano, dialogando com nosso referencial teórico.

4.3-As Percepções dos Jovens, Professores e Coordenadores sobre o Projovem Urbano

Nesta parte da pesquisa, analisaremos os dados encontrados no questionário e nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os sete egressos, com dois professores, a ex-coordenadora do programa e a que estava à frente do mesmo no momento da pesquisa. Estas entrevistas serviram para aprofundarmos um pouco mais nas trajetórias escolar e laboral dos jovens, bem como sobre o significado do programa para os mesmos e as contribuições para suas vidas. Procuramos conhecer, também, a visão de quem está do outro lado, na coordenação do programa e no desenvolvimento do Projovem Urbano nas salas de aulas. Para melhor compreensão e organização dos dados, elegemos cinco categorias de análise, buscando delimitar o que o questionário e as entrevistas nos permitiram identificar. São elas: a) a trajetória escolar e os projetos de futuros; b) a trajetória laboral; c) as concepções sobre o

programa; d) a relação professor e aluno; e) a Gestão do Programa, apontando os problemas indicados pelos entrevistados.

4.3.1- Experiência Escolar e Projetos de Futuro

As entrevistas nos permitiram analisar a experiência escolar destes jovens. O primeiro ponto que nos chamou atenção e que gostaríamos de problematizar é que os sujeitos são filhos de famílias com pouca escolaridade, observando que a escolaridade dos pais era em sua maioria o ensino fundamental incompleto.

Conforme aponta Bourdieu (1998) no que diz respeito ao capital cultural herdado, percebemos, claramente, que estes jovens, filhos da classe trabalhadora, trazem para os bancos escolares um capital cultural restrito, o que, por sua vez, poderia ser uma das razões de evasão escolar, na medida em que não conseguem acompanhar o que é ensinado na escola. Todos os jovens pesquisados interromperam seus estudos em algum momento da vida. As causas são diversas, porém há uma causa comum para a maioria dos jovens, que é a dificuldade de aprender na escola regular. Os dados permitiram identificar que a evasão escolar está atrelada à dificuldade de a instituição escolar lidar com os problemas dos alunos. A escola parece não saber trabalhar com indivíduos que possuem dificuldades de aprendizagem. Os alunos com bom desempenho são os que encontram apoio para a continuidade dos estudos. O que foge a esse padrão vira problema dentro dos muros da escola. Assim, há a perpetuação de uma educação que acaba por ser excludente.

Os jovens pesquisados, mesmo diante de várias dificuldades, efetuavam tentativas de retorno à escola, porém essas tentativas acabaram sendo mal sucedidas. Quanto à leitura, os dados nos permitiram perceber acesso restrito aos materiais escritos e hábitos de leitura. Quanto aos hábitos de lazer, nas horas em que não estavam trabalhando ou estudando, apareceram respostas como: namorar, ouvir músicas, assistir televisão, ir a bailes. A diversão deste grupo também acaba sendo limitada, devido às condições econômicas e culturais.

Dubet (2003) mostra que a escola acaba por excluir o jovem, na medida em que eles não trazem para ela as capacidades esperadas, e o jovem vai percebendo que a escola não é para ele, evadindo-se ao longo do processo. Estes jovens, diante de necessidades e

imprevistos durante a infância e a adolescência, acabam colocando a escola em segundo plano, frente aos motivos paralelos ao percurso escolar.

Alguns entrevistados demonstraram ansiedade, manifestando a sensação de perceber um tempo que “escorre pelas mãos”. Daí a tentativa de recuperar o “tempo perdido”, resposta apresentada, quando indagados sobre o que mais lhes motivou a se inscreverem no programa. Valorizam o fato de conseguirem concluir o ensino fundamental em um curto espaço de tempo, podendo dar continuidade aos estudos.

Os dados das entrevistas demonstram que esses jovens possuem uma percepção clara da importância da escola para galgar melhores colocações no mercado de trabalho. Sabem que precisam continuar estudando e que apenas a conclusão do ensino fundamental ainda não é o bastante.

A maioria assumiu, desde cedo, sua parcela de responsabilidades com a família. Entre as tarefas executadas, desde a infância, estão os cuidados com irmãos mais novos e ainda trabalham em empregos informais, fazendo “bicos”, para ajudarem no orçamento doméstico.

Um dos nossos sujeitos denominado de “W”, no período em que se afastou da escola regular, tentou retomar os estudos por duas vezes na EJA, mas não conseguiu terminar o curso, por causa do trabalho que exigia muito na questão de horários, uma vez que não tinha uma hora certa para sair. Às vezes trabalhava no horário além do previsto, sendo impedido de chegar às aulas a tempo.

A aluna “ML” também escolheu o Projovem Urbano com o mesmo objetivo. Em suas palavras: “Eu queria fazer uma coisa que eu pudesse aprender e que fosse mais rápida, porque eu já tenho quase 30 anos. O Projovem me proporcionou isso em um ano e meio.”

A satisfação pela conclusão do Ensino Fundamental foi evidenciada nos diálogos com os jovens. Um exemplo foi o da aluna “AC” que destacou: “Acho que foi um dos passos maiores que eu dei na vida, acho que é um sonho eu já ter concluído o fundamental e começar o médio, e agora estou pensando mais alto, que é a faculdade.”

A partir das entrevistas, tivemos a oportunidade de compreender melhor as questões que desmotivaram esses jovens em relação à escola regular. Ao tratarem de sua relação com a escola anteriormente cursada, apresentaram sua satisfação com o modelo do Projovem Urbano e realizaram comparações com a escola regular. Algumas falas de alunos ilustram essa relação.

A aluna “G”, quando questionada sobre o motivo que a levou a parar de estudar, respondeu que: “É que, eu tomei vários outros paus, era uma dificuldade. Então, eu fiquei desanimada e parei de estudar...” Há um comportamento comum da escola, que diante das dificuldades dos alunos, interpretadas como deficiência ou algum tipo de déficit, sugere à família encaminhamento para médico e ou psicólogos, o que foi o caso de “G”.

No entanto, a aluna “G” aponta ter gostado muito do tratamento recebido pelos educadores do Projovem Urbano, o que lhe permitiu concluir o ensino fundamental.

Ao falar sobre as diferenças da escola regular em relação ao Projovem Urbano, o aluno “W” diz que:

Então, no meu colégio eles não incentivavam. Eles incentivavam, mas não incentivavam a gente a seguir em frente, a fazer uma faculdade, ser alguém na vida. Era simplesmente você chegar, concluir e acabou. E lá no Projovem, eles batiam na mesma tecla mesmo, incentivando você a fazer uma faculdade, fazer um curso, arrumar um ótimo, um melhor emprego.

A aluna “E”, ao relatar o que mais gostou no Programa, mencionou a qualidade das aulas e dos professores, já que foi percebida por ela, uma grande diferença entre o ensino regular e o encontrado no Projovem Urbano. Em suas palavras: “É. Eu achei melhor, porque parece que eles ajudavam melhor, assim, incentivavam mais.”

Outra fala da aluna “ML” ajuda a entender o que a experiência no Projovem representou para ela. Em suas palavras:

Os professores foram muito bons. Ajudaram demais, tanto os que iniciaram quanto os que terminaram, porque muitos saíram no meio do ano. Tive muita dificuldade, porque eu não sabia nada, não sabia ler. E o programa me ajudou. Tinha aula de reforço para ajudar. Eu graças a Deus agora eu sei ler (...).

É interessante destacar que esta aluna, apesar de ter 28 anos, frequentou o ensino regular até a 5ª série e ainda, era analfabeta, conseguindo ser alfabetizada através do

Programa. Nas entrevistas dos professores e da ex-coordenadora do Programa, todos falavam sobre a aluna com muito orgulho e satisfação por ela ter vencido as dificuldades com a leitura.

Vários motivos foram apresentados pelos jovens para justificar o abandono escolar. Todos apresentavam caminhos irregulares de idas e vindas. A má relação com a escola, descaso pelos professores, o desinteresse, o desânimo com as aulas, as reprovações, as dificuldades de aprender, além da necessidade de trabalhar e ajudar em casa foram os principais motivos. Destaco aqui a fala do aluno “W”, quando questionado sobre o motivo que o levou a interromper os estudos na época:

Tipo assim, eu tenho pai e mãe, mas meu pai e minha mãe não me ajudaram muito e, para eu conseguir meu dinheirinho, minhas coisas, eu comecei a trabalhar cedo. Aí fui trabalhando, fui fazendo uns biquinhos, na época eu estava ajudando eles, aí foi assim, até eu arrumar um emprego. (Aluno W)

Questionamos, ainda, se foram essas reprovações que o fizeram querer parar de estudar ou a necessidade de trabalhar para o sustento familiar. O aluno W esclareceu que:

Não. Um certo ponto sim, tipo assim, chegou num limite que eu falei: Ah, eu não estou conseguindo aprender, vou dar uma parada, vou dar uma desistida. Mas o fundamental mesmo foi à questão dos meus pais, meu pai e minha mãe, não me ajudarem. (Aluno W)

Outra aluna relatou que a gravidez foi o grande entrave para continuar estudando:

Eu parei de estudar por causa da gravidez. No início foi a vergonha de ir pra escola, depois as dificuldades de lidar com meu filho e estudar. Ficava difícil deixar o filho em casa. Minha mãe sempre pedia pra mim poder voltar a estudar. Falava que ia fazer falta. E eu sabia que eu tinha que estudar, mas era difícil. (Aluna AC)

Muitas pesquisas, como as apresentadas no relatório do “Survey II Alunos” (BRASIL, 2011a), mostram que a gravidez ainda é, de fato, um problema que leva as jovens a interromperem sua trajetória escolar. Ter um filho, por mais que marque para elas uma nova fase, ou um rito de passagem entre ser uma menina e se tornar uma jovem/mãe, acaba por desestruturar o seu percurso escolar.

A aluna “G” relatou que no período que ficou sem estudar, ficou em casa por um bom tempo e buscou retomar os estudos na EJA, porém não se manteve na escola, desistindo logo no início. Quando surgiu a oportunidade de fazer o Projovem Urbano, teve interesse pelo curso e se matriculou. No período do curso, disse que os professores ensinavam com carinho e davam muita atenção às dificuldades dos alunos, o que não percebeu na escola regular.

Os dados do questionário e das entrevistas demonstraram que esses alunos têm muitos problemas sociais e familiares e que o problema não é apenas da escola. A Coordenadora atual do Projovem Urbano acredita que um dos grandes desafios para os educadores do programa é fazer com que os alunos permaneçam em sala de aula até a conclusão do curso: “é um constante desafio”. Os professores sabem que estes jovens vêm de camadas pobres e enfrentam inúmeros problemas sociais e econômicos diariamente e que a escola não é a prioridade para eles. A coordenadora confirma que o programa trabalha na inclusão dos jovens, mas que a maior dificuldade é a evasão, que se deve ao próprio perfil deles. São oriundos de famílias carentes, alguns possuem filhos e a preferência deles é buscar trabalho para ajudar no sustento familiar.

Outro aluno, ao falar sobre os incentivos dos pais para estudar, relatou que vem de uma família muito grande, com cinco irmãos e que, por isso, seus pais não davam conta de dar a devida atenção a todos os filhos. Incentivavam pouco, apenas falavam para ir à escola e como não levava muito a sério as aulas e tinha problemas de indisciplina em sala de aula, interrompeu seus estudos. Um problema observado foi a questão da valorização da escolaridade pelos pais. O aluno “W” afirmou que foi reprovado várias vezes. Porém seus pais sempre falavam que ele deveria estudar e tentar ser melhor do que eles. O pai era pintor e a mãe era faxineira. O pai sempre dizia: “Você tem que ser melhor que eu. Caçar alguma coisa melhor do que pintura, que não se esforça muito e que não trabalha demais”. (Aluno W)

O papel da mãe foi muito destacado pelos jovens. No caso da aluna “CR” a mãe foi a pessoa que mais a incentivava a buscar a continuidade dos estudos, pois se dependesse dela própria, iria apenas fazer o ensino médio, no entanto a mãe a estimulava “tentar ser alguém na vida”, fazer uma faculdade.

A professora E destacou que é importante compreender a vida do aluno, pois muitas das vezes, ele é discriminado pelo professor sem que ele saiba qual é a realidade destes jovens:

Aquele menino é insuportável, mas você não sabe por trás daquele menino insuportável, o que ele tem. Como é a vida dele em casa? Ele é abusado pelo pai? Ele fica o dia inteiro na rua? Ele tem alimentação? Ele vê o que ele vê na nossa sociedade e aí? (Professora E)

A fala da professora exemplifica o olhar que os docentes do programa tinham para com o jovem. O objetivo não era apenas a transmissão de conteúdos, mas acima de tudo, procuravam compreender e identificar como cada jovem vivia sua condição juvenil.

Para a professora E, os jovens valorizavam nos professores a amizade e a relação que era muitas das vezes como “mãe”, aquela que apoia. Um porto seguro. As jovens e os jovens sentiam-se à vontade em relatar algum fato ou problema de suas vidas para os educadores.

Quanto à continuação dos estudos, a maioria estava cursando o ensino médio no momento da entrevista, e os que não estavam, manifestaram o desejo de ingressar, mas esbarravam na necessidade de trabalhar e da incompatibilização de horários da escola e do trabalho.

Segundo Zago (2007, p. 35), existem diversos aspectos que devem ser levados em conta na configuração de percursos de sucesso escolar:

a mobilização familiar voltada para as atividades escolares dos filhos, as práticas de socialização e transmissão de valores, o apoio sistemático de um professor, a demanda escolar relacionada à atividade profissional, o tipo de trajetória social e escolar, entre outras situações, podem tornar-se fatores escolarmente rentáveis na definição de percursos singulares com características nitidamente distintas de colegas da mesma idade e origem social.

No entanto, sabemos, assim como os jovens também o sabem, que ter escolaridade não lhes garante ter empregos melhores. Nogueira (1991) explicita bem isso ao dizer que: “há de parte delas a justa percepção de que a formação escolar é condição necessária, mas não suficiente para o acesso aos empregos mais valorizados (o diploma não é tudo na vida) (...)” (NOGUEIRA, 1991, p.93).

É possível notar as diferenças de investimento escolar entre as classes sociais. As classes médias e classes superiores têm melhores condições de investir na escolarização dos seus filhos.

Analisando a estrutura familiar dos jovens pesquisados, filhos de pais com pouco capital cultural que possivelmente não tiveram oportunidades de estudar ou concluir o ensino fundamental, foi possível perceber que os pais viam, na escola, um caminho, um instrumento para que seus filhos pudessem usufruir de melhores condições de vida. A mãe é, por sua vez, uma figura marcante na vida da maioria, pois os pesquisados sempre se reportavam a ela para dizer quem “puxava” a orelha, quem incentivava a ida à escola ou o retorno a ela. Este fato também é comprovado por Nogueira (1995, p.18) quando afirma:

É a figura da mãe que incumbe o grosso desse trabalho pedagógico doméstico é ela que detém um sistema de informações sobre a sala de aula e o desenrolar da escolaridade do filho, assiduidade às reuniões e observância dos conselhos dados pelos professores.

De acordo com Lahire (2004, p.334), por mais que pareça à escola, que os pais sejam negligentes e omissos em relação à instituição escolar, o que se percebe é que, “(...) qualquer que seja a situação escolar da criança, (os pais) têm o sentimento de que a escola é algo importante e manifestam a esperança de ver os filhos ‘sair-se’ melhor do que eles”.

Assim, em nossa pesquisa, conseguimos compreender que a escola era valorizada pelos pais e que, mesmo não podendo ajudar muito a seus filhos, manifestavam esse empenho, procurando favorecer a escolarização dos mesmos, de acordo com os recursos que dispunham, incentivando-os a estudar, seja falando da importância da escola, seja perguntando sobre as tarefas, ou seja, colocando a responsabilidade sobre seus filhos, para buscarem uma vida melhor, diferente daquelas que conseguiram ter.

Para percebermos as expectativas e aspirações dos jovens entrevistados, em relação aos projetos de futuro, e quais estratégias conseguem traçar para concretizá-las, são importantes alguns trechos de falas dos próprios jovens, dos professores e dos coordenadores do programa em relação a esses anseios e aspirações de futuro.

Nas entrevistas com os alunos, pode-se verificar que, no que se refere a desejar ou sonhar o que é possível no futuro, o papel dos professores foi muito importante, pois foram os incentivadores. Como relata um dos professores entrevistados, alguns jovens sabiam o que queriam, mas a maioria não sabia como transformar em projeto o que queriam para sua vida. Às vezes, pensavam em ser algo, mas não sabiam como concretizar esse desejo. A Participação Cidadã ajudou os jovens a elaborarem seu projeto de futuro. Foram importantes a orientação e o direcionamento, pois havia dificuldades até em pensar em procurar um curso de cabeleireira, por exemplo. Era preciso orientar conforme nos relatou o professor A:

Você precisa frequentar as aulas, você precisa estudar. Uma aluna queria ser cabeleireira, eu falei: “Olha, como você faz? Você tem um curso? Então, como você pode fazer? Você pode entrar num salão, você pode entrar como auxiliar, como ajudante. Você vai lavar o cabelo e vai ver. Você pode fazer um curso? O que falta às vezes é isso, essa técnica de organização: Como eu vou fazer isso? Eu posso fazer isso agora? Não. Eu tenho que fazer isso primeiro, tenho que fazer aquilo depois. (Professor A)

Nogueira (1991) ao falar sobre trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais nos ajuda a compreender melhor essas relações. A pesquisadora analisa a hereditariedade cultural e sua relação com a trajetória escolar, buscando

(...) verificar de que maneira e com que intensidade as condições de existência afetam, por um lado, o destino escolar nas suas várias dimensões, a saber: a duração da escolaridade, o lugar ocupado no aparelho escolar (tipo de ensino e de estabelecimento), os resultados escolares obtidos, e, enfim, a própria vivência da experiência escolar. E por outro, as estratégias escolares (e a frequência de uma dada estratégia) de que cada grupo social se utiliza (NOGUEIRA, 1991, p.90).

Assim, Nogueira (2004, p. 4) destaca:

(...) a trajetória escolar não é completamente determinada pelo pertencimento a uma classe social (...) ela se encontra associada também a outros fatores, como as dinâmicas internas das famílias e as características “pessoais” dos sujeitos, ambas apresentando um certo grau de autonomia em relação ao meio social.

Deste modo, a realidade percebida pelo indivíduo, somando-se a sua condição objetiva e à experiência coletiva do grupo a que faz parte, estabelece no indivíduo a percepção do que pode ou não ser alcançado por ele. Os jovens começam a perceber o que é possível ou não de ser realizado na classe social a qual está atrelado. O que é possível ser? Que projetos de vida são possíveis?

Nogueira e Nogueira (2006) ainda concluem:

A ideia de Bourdieu é a de que, pelo acúmulo histórico de experiências de êxito e de fracasso, os grupos sociais iriam construindo um conhecimento prático (não plenamente consciente) daquilo que está e daquilo que não está ao alcance dos membros do grupo dentro da realidade social na qual eles estão inseridos, e das formas mais apropriadas de ação (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2006, p.63).

Como se percebe, os jovens vão vivendo certas experiências, sejam elas boas ou ruins, que vão direcionando-os para o que eles consideram ser ou não possível realizar, desistindo em algum momento de sua trajetória escolar ou laboral, quando não obtêm o êxito desejado. Em nossa pesquisa, percebemos essas “desistências” dos jovens com relação à escola, através das sucessivas reprovações e do abandono dos bancos escolares.

Como afirma Lahire (2004), para o sucesso escolar pode-se destacar dentre outros, o valor atribuído à educação pelas famílias, a ordem moral doméstica, o apoio e o esforço dos pais para entender e acompanhar os filhos nos seus trabalhos escolares. No caso em análise, percebeu-se que as famílias apontavam a importância do estudo, mas pela sua

própria trajetória, pouco podiam auxiliar o jovem. Nas dificuldades em pensar seus projetos de futuro, observa-se que o trabalho realizado pelo Projovem Urbano, ajuda alguns a planejar suas ações futuras e a pensar sobre como trilhar seus caminhos.

O jovem “W”, ao falar sobre seus projetos, considerou que poderá ter dificuldades, mas que o estudo seria a base para enfrentá-los:

Eu quero fazer a faculdade de química. Foi um pouquinho puxado. Foi um incentivo do meu trabalho, porque mexe muito com produtos químicos. Mas acho que o fundamental, o principal assim, que eu quero, não é por causa do meu serviço não. É por um dia assim, trabalhar num empresa grande e tal, fazer muitos cosméticos, fazer perfume, essas coisas (...) acho muito legal. Tirar essência da natureza. (Aluno W)

O aluno “W”, por sua vez, apresenta uma satisfação por ter concluído o ensino fundamental. Está fazendo o Ensino Médio na modalidade EJA e, ao concluí-lo, pretende candidatar-se para uma faculdade. Nota-se o impacto que o Programa teve na vida dele. O mesmo expressa a importância que dá ao Programa:

Eu mesmo já indiquei para colegas meus. Não sei se começaram a ir, mas acho que é uma oportunidade única, tipo assim, os professores são muito profissionais, são muito competentes mesmo no que fazem, ajudam muito a gente, abrem muito, os olhos da gente, para o mundo aí fora. (Aluno W)

Apesar de o acesso ao Projovem Urbano ter representado, para alguns, expectativa de obter maiores oportunidades na vida, essa não foi a visão de todos os entrevistados. A aluna “E”, quando indagada se além de continuar estudando, o que pretendia ser no futuro, demonstrou-se um pouco insegura e indecisa: “Ah, eu não sei direito não.” ou “Ah, eu queria, mas está difícil! Tem que ver com o tempo se eu vou conseguir.”

A aluna “G”, quando questionada sobre seus medos e dificuldades diz que: “Ah, eu tenho medo, de dar errado na empresa, sabe? Assim, vamos supor você dá o seu melhor e depois (...)” Isso mostra as incertezas dessa juventude, retratada por Moraes (2009) quando diz que os jovens possuem o medo de sobrar.

Quanto ao futuro, os jovens pesquisados apresentaram respostas, no que diz respeito à profissão, como: quero ser Químico, quero ser psicóloga, quero ser nutricionista, quero fazer faculdade de gastronomia. Porém, alguns entendiam que cursar uma faculdade não estava nos planos, apenas pleiteavam um bom trabalho.

Como o trabalho é uma categoria importante da condição juvenil, consideramos fundamental analisar a trajetória laboral dos jovens pesquisados, com o objetivo de identificar como é percebida por eles.

4.3.2- Relação com o trabalho: Experiências Ziguezagueantes

Neste item, vamos procurar reconstruir a trajetória ocupacional dos entrevistados, em que momento essa atividade se inicia na vida deles e por quais motivos. A vida escolar desses jovens é marcada por interrupções, atrasos e dificuldades, algumas vezes associadas ao trabalho precoce ou doméstico. Esse percurso irregular, que encontramos em sua trajetória escolar repete-se no que diz respeito à vida laboral.

Os jovens manifestam expectativa e esperança de ingressar no espaço do trabalho estável, formal, de carteira assinada, de conquistar direitos e proteções sociais. Percebemos que a baixa escolarização dos egressos os deixa sem possibilidade de escolha, obrigando-os a aceitar os baixos salários e a ocupação em atividades informais: os “bicos²⁰”, as tarefas domésticas às quais se submetem por falta de melhores opções. Em alguns casos, permanecem numa determinada ocupação pela questão do horário para poder estudar, como no caso das alunas “E” e “Z” que mantinham-se como babá e doméstica, respectivamente, pela possibilidade de conciliar trabalho e estudo.

A trajetória dos pesquisados, de uma forma geral, é marcada por atividades que são caracterizadas como trabalho em empregos informais. Esta é uma realidade presente no Brasil, não apenas dos jovens do Projovem Urbano. O ingresso no mundo assalariado formal, de carteira assinada e com os direitos atrelados a ela, é o sonho e o desejo de todos os sujeitos pesquisados.

Os jovens manifestam muita esperança de conseguir um “bom emprego”, apesar de terem consciência das dificuldades para alcançá-lo, já que exige maior escolaridade.

²⁰ É uma gíria utilizada com o intuito de dizer que é um trabalho/ atividade provisória, temporária e que não é fixo, de carteira assinada.

A baixa escolaridade e a falta de qualificação aparecem como empecilhos para galgar um “bom emprego”. É forte a ideia de que a educação e a qualificação são vias de acesso a melhores oportunidades. Porém, estas não são garantias de acesso ao emprego, e eles sabem disso. O estudo em pauta mostra, conforme apontou Zago (2007) que pressionados pelas exigências do mercado de trabalho, buscam a retomada dos estudos, através do ensino regular noturno ou na busca de cursos mais rápidos, viabilizados pelos cursos supletivos ou, no caso da pesquisa, no programa Projovem Urbano.

Nogueira e Nogueira (2006), indo ao encontro de Bourdieu (1998), discutem a questão do capital cultural e econômico. Desta forma, é explicitado por ambos que:

Ter pais com um grande patrimônio econômico e cultural, por exemplo, tenderia a favorecer, mas não garantiria uma boa trajetória escolar. Em primeiro lugar, ter-se-ia que investigar o modo como esses pais interpretam e se relacionam com seu patrimônio e o grau e o modo como eles o utilizam em benefício da escolaridade dos filhos. Em segundo lugar, ter-se-ia que analisar a relação que os próprios filhos estabelecem com esse patrimônio familiar e mais amplamente o modo como eles se relacionam com a escola e com o saber. O mesmo raciocínio valeria para o caso inverso: pertencer a uma família com limitados recursos econômicos e culturais não importaria necessariamente o insucesso escolar. Em todos os casos, o efeito das condições objetivas sobre a escolarização dos indivíduos seria intermediado pelos significados que os pais e filhos atribuem a essas condições e ao processo de escolarização. Esses significados seriam construídos por cada um dos sujeitos envolvidos, de maneira singular, ao longo de suas histórias de vida, com base em múltiplos contatos sociais que eles estabelecem e dos diversos eventos mais ou menos imprevisíveis de que participam (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2006, p.107).

Os autores apresentam a ideia de que pertencer a uma família com baixo capital cultural, econômico e cultural não indica necessariamente o insucesso escolar dos filhos, porém os obstáculos para vencer esta barreira são grandes e, para os que não tiveram a oportunidade da moratória social, é preciso conciliar trabalho e estudo para conseguir um “lugar ao sol”.

Ao procurar identificar se a qualificação do Projovem Urbano contribuiu para a entrada no mundo do trabalho, observamos que a maioria não atua na área de formação oferecida pelo arco ocupacional, ou ainda está desempregada. A fala da aluna AC deixa claras as dificuldades encontradas na busca por um emprego: “Eu não trabalhava antes do Projovem,

agora eu trabalho, mas não é de carteira assinada não. Trabalho como serviços gerais na limpeza. E a qualificação do Projovem não abriu portas pra mim ainda.” (Aluna AC)

Outro aluno também não conseguiu um trabalho na área da qualificação recebida e relatou sua trajetória profissional, dizendo que teve vários empregos e que não conseguia se manter neles, mas que estava trabalhando no momento com carteira assinada. Para ele, apesar de não estar trabalhando na função em que estava se capacitando no Projovem, no futuro isso poderá abrir portas para trabalhar na área de manutenção e reparos.

O aluno “W” reconhece que a formação profissional foi uma experiência importante e acha que, futuramente, este arco poderá abrir portas, ajudando a ser um auxiliar de eletricitista e não um eletricitista profissional, pois sabe que isso exigiria mais estudos e capacitação.

A aluna “E” demonstrou na entrevista a importância dada à escolaridade, para se estabelecer no mercado de trabalho em melhores empregos:

Depois que a gente vê, porque fica mais difícil de arranjar emprego (...) Na adolescência a gente não pensa nisso, nessas coisas. Depois que você vai ver a dificuldade profissional se não tiver um diferencial (...) é difícil. Têm que estudar mais. (Aluna E)

O Relatório de Pesquisa com Egressos, realizado pelo Sistema de Monitoramento do Projovem Urbano (2011) mostrou as principais mudanças provocadas na vida dos egressos. O relatório apontou que a participação no mesmo, os incentivou a prosseguir sua vida escolar, por outro lado, não ofereceu resultados imediatos de emprego, contribuiu para alterar suas perspectivas futuras de vida. A perspectiva do programa tem sido a de que os jovens possam construir possibilidades para “o incremento de suas condições objetivas de formação e escolarização, via a continuidade dos estudos e da capacitação profissional, para, uma vez melhor habilitados, disputarem melhores condições de trabalho (...)” (BRASIL, 2011c, p.41)

Muitos jovens têm sido atraídos pelo programa, pela oportunidade de aprender uma atividade profissional. Foi presente nas entrevistas a percepção positiva em relação aos arcos da qualificação do Programa. Percebemos que, mesmo atuando em outras atividades, diferentes das aprendidas, os alunos mantinham a crença sobre a possibilidade de segui-las no futuro. Eles apostavam na aprendizagem obtida. A aluna “Z”, por exemplo, acredita que a

capacitação de culinária irá ajudá-la a conseguir um emprego na área. Está trabalhando em casa de família sem carteira assinada e busca um trabalho que lhe dê mais garantias. Antes de entrar no Projovem Urbano sempre fazia bicos com atividades remuneradas e permanecia pouco tempo no exercício das atividades laborais. Estava participando de uma seleção para trabalhar em uma padaria. Segundo ela, isto foi possível graças à qualificação em culinária adquirida no Programa.

As alunas “ML” e “AC” também acreditam na qualificação obtida, pois conhecem pessoas que conseguiram um trabalho em restaurante depois que fizeram a capacitação da culinária.

A aluna “E”, no que diz respeito ao mercado de trabalho, afirmou que antes do Projovem Urbano permaneceu no trabalho remunerado por apenas três meses e não tinha vínculo com carteira assinada. Iniciou as atividades remuneradas entre os 13 a 15 anos e atuava como babá, para que sua irmã pudesse trabalhar e preferiu ficar desempenhando essa função pela questão do horário, que facilita a conciliação com os estudos. Quando perguntada se a qualificação profissional oferecida (culinária) possibilitou conseguir emprego nessa área, apresentou uma resposta em que é percebida a compreensão da necessidade de ter mais qualificação: “Eu tentei, mas tem sempre que estar estudando. É difícil. Eu mandei currículo, mas não deu. Agora a maioria dos empregos tem que ter estudado mais, entendeu? Ter qualificação profissional mesmo.” (Aluna E)

A aluna “G”, quando perguntada se estava trabalhando respondeu que:

Eu tinha começado a trabalhar, só que eu tive que parar de trabalhar por causa do Projovem. Porque onde eu estava trabalhando era numa fábrica de biscoitos... Só que tinha que fazer hora extra, tinha que matar aula. Tinha que fazer mais hora extra do que (...).

Quanto aos projetos de futuro, a aluna “G”, relatou que pretende fazer uma faculdade de gastronomia, depois que concluir o ensino médio, embora não estivesse estudando. O estudo realizado confirma o apontado em algumas pesquisas como a de Soares, Ferrão e Marques (2011) e Blanco (2009), que a qualificação profissional é considerada um dos principais atrativos para os jovens.

Observa-se que as trajetórias laborais dos nossos sujeitos são marcadas por entradas e saídas no mercado de trabalho. Pela pouca escolaridade, permanecem pouco tempo nas atividades que exercem. Essa parece ser uma das características dessa juventude, em que tudo é efêmero, dura pouco e há constantemente a necessidade de mudança. Por outro lado, observa-se também nas falas citadas que a formação profissional inicial gera expectativas nos jovens, mas sabem que tal formação não proporciona o necessário para uma empregabilidade, pois a conclusão do ensino fundamental é insuficiente para o mercado de trabalho.

Estamos falando de uma juventude que não teve o direito à moratória social e que batalha duro para conseguir vencer o seu fracasso escolar. Não se pode falar mais em uma passagem para a vida adulta linear que prevê “a saída da escola > entrada no mercado de trabalho > casamento > filhos” (NOVAES, 2008, p. 45). Este padrão não é comum a todos, havendo outras fronteiras neste caminho. Os jovens que participaram da pesquisa são exemplos dessa realidade mutante em que a vida escolar e laboral é afetada pelas condições sociais e culturais do contexto onde vivem e das condições apresentadas pela escola. Acabam refletindo o apontado por Dayrell (2007, p.4):

Ao mesmo tempo, é necessário situar as mutações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho que, no Brasil, vem alterando as formas de inserção dos jovens no mercado, com uma expansão das taxas de desemprego aberto, com o desassalariamento e a geração de postos de trabalho precários, que atingem, principalmente, os jovens das camadas populares, delimitando o universo de suas experiências e seu campo de possibilidades.

Assim, cabe ressaltar que o mundo do trabalho surge como “uma mediação efetiva e simbólica na experimentação da condição juvenil” (DAYRELL, 2007) e ainda, compreender que “o trabalho também faz a juventude” (SPOSITO, 2005), apesar das diversas e distintas situações que os jovens apresentam.

Alguns diálogos com os jovens nos remetem aos medos e manifestam a percepção de dificuldades encontradas e, que encontrarão, pela frente. Na maioria das respostas estava a dificuldade de inserção no mercado de trabalho: “Eu acho que as maiores dificuldades que os jovens enfrentam é o trabalho, a falta de experiência para o trabalho. É difícil conseguir uma oportunidade.” (Aluna ML)

Outra aluna também exalta suas angústias em relação à vida laboral:

As maiores dificuldades enfrentadas pelos jovens é falta de oportunidades para ter o primeiro trabalho. Eu tive muitas dificuldades pra conseguir um emprego, tentava e não conseguia. E vi que se a gente não tiver estudo, a gente não vai a conseguir um trabalho bom de carteira assinada. (Aluna AC)

Ao caracterizarmos a experiência laboral dos jovens egressos do Programa, observamos aspectos comuns, ou seja, as características semelhantes a que estão submetidos como: a entrada precoce no mercado de trabalho, trajetória laboral zigzagueada, vínculo precário e trabalho sem especialização, denominados por eles de “bicos”.

Estes jovens, filhos de famílias de baixa renda, ingressaram no mercado de trabalho antes da idade considerada legal no Brasil, que é de 16 anos e sem terem concluído o ensino fundamental. Não ingressaram no mercado de trabalho por opção, mas, sim, por consequência da realidade vivida e pela necessidade de adquirir seus próprios bens materiais, já que seus pais, não podiam oferecê-los ou, ainda, para ajudar no sustento da sua família.

É possível depreender que a relação dos jovens entrevistados com o mercado de trabalho é de uma trajetória assinalada pela precarização e baixa qualificação profissional. Conforme mostra Castel (2001), as mudanças ocorridas com a globalização, no âmbito econômico, científico e tecnológico acarretaram uma sociedade desigual e injusta. Propagaram a pobreza, a marginalização e a exclusão social.

A pesquisa de Soares (2013) também mostrou que, o Projovem acabou sendo importante na vida dos concluintes, que apresentaram uma avaliação positiva sobre o mesmo, apontando como um ganho o aumento da autoestima e a ampliação de redes de ligações. No entanto, no que se refere à qualificação profissional o programa deixa a desejar. A autora destacou que: “A escolarização é mérito do programa, ou, melhor dizendo, do diferencial de sua proposta. Mas a consequência imediata disso acabou sendo justamente um desejo de continuidade dos estudos, especialmente frente ao público feminino”. (SOARES, 2013, p.191)

Assim, embora seja oferecida uma capacitação inicial através dos arcos ocupacionais, esta qualificação não é suficiente para colocá-los no mercado de trabalho. Essas observações nos levam a buscar compreender as percepções dos pesquisados em relação a essas questões e no que se refere a estrutura do Programa.

4.2.3- Estrutura e Concepção do Programa

Cabe retomar aqui a concepção do Projovem Urbano, com base nos documentos e leis, bem como articular esse discurso presente nos documentos legais com a percepção dos alunos, professores e coordenadores do programa.

Stephen Ball (2009, p. 307) faz uma analogia interessante com relação à trajetória das políticas públicas, ao serem pensadas e implementadas:

Uma política tem uma trajetória semelhante à de um foguete: decola, atravessa o espaço e depois aterrissa. Algumas vezes, acidenta-se; em outras, atinge uma realização espetacular, mas move-se através do tempo e, algumas vezes, simplesmente desaparece. As políticas desaparecem no decorrer do tempo ou, algumas vezes, leva muito tempo para elas se tornarem integradas. Algumas vezes, elas são apressadas ou atrasadas.

A concretização de uma política estruturada pela União, mas dependente do envolvimento municipal, traz algumas dificuldades. Para implementação de programas, como o Projovem Urbano, que estabelece uma gestão compartilhada do governo federal com os municípios, torna-se imprescindível a cooperação entre os entes federados, como estabelecido no artigo 211 da Constituição Federal²¹.

O Projovem Urbano integra a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional, assumindo o trabalho como princípio educativo. Traz, ainda, uma alternativa de inclusão de jovens excluídos da escola e do mundo do trabalho, estabelecendo que essa inclusão social se efetuará através da elevação dos níveis de escolaridade, qualificação inicial para o trabalho e pela participação cidadã. A ideia presente no documento é a de incluí-los, social e culturalmente, como cidadãos ativos.

²¹ Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996). § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

É parte da Política Nacional de Juventude e representa o compromisso do Governo Federal para com os jovens brasileiros que são excluídos dos processos de educação e trabalho. De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 18/2008:

trabalha na perspectiva de contribuir especificamente para a reinserção do jovem na escola; a identificação de oportunidades de trabalho e qualificação profissional inicial dos jovens para o mundo do trabalho; a oferta de oportunidades de desenvolvimento de vivências desses jovens em ações comunitárias; e o acesso dos seus participantes à inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação. (BRASIL, 2008, p.5)

Essa perspectiva precisa ser absorvida pelos profissionais responsáveis por sua concretização nos municípios. Para isso há uma capacitação dos envolvidos no processo. A partir do que é estabelecido nas suas diretrizes e conforme o observado na pesquisa é possível confirmar que a capacitação ocorreu em Juiz de Fora. Isso pode se observar através da fala de um dos professores entrevistados:

Fizemos uma capacitação específica do Projovem durante dois meses e depois uma capacitação permanente durante o decorrer do Projovem. São reuniões que acontecem, com uma carga horária. São reuniões que acontecem quinzenalmente. A gente tinha as reuniões, onde a gente discutia o que estava acontecendo. Então, sempre todo o material era discutido, conversado entre o grupo de educadores e entre os formadores. (Professor A)

A proposta do currículo é integrar a Formação Básica, Qualificação profissional e a participação Cidadã. Os critérios utilizados na seleção dos conteúdos das disciplinas partiram da importância dada ao protagonismo juvenil e à compreensão da cidade como espaço educativo. Assim, a partir dos eixos estruturantes: Cultura, Cidade, Trabalho, Comunicação, Tecnologia e Cidadania, foram estabelecidos os critérios de seleção dos conteúdos abordados no curso e nas Unidades Formativas²².

²² Unidade Formativa I – Juventude e Cultura; Unidade Formativa II- Juventude e Cidade; Unidade Formativa III- Juventude e Trabalho; Unidade Formativa IV- Juventude e Comunicação; Unidade Formativa V- Juventude e Tecnologia; Unidade Formativa VI- Juventude e Cidadania.

No programa, há a Participação Cidadã que tem como objetivo contribuir para que o jovem reconheça seus direitos e deveres de cidadão, para o desenvolvimento de uma cidadania ativa, instigando-os a participar da vida da comunidade em que moram e da cidade, através da elaboração e execução do Plano de Ação Comunitária (PLA). Há um professor que conduz esta disciplina e que tem mais contato com o aluno, tendo uma visão diferente em relação a ele. O professor A, que no período de realização da pesquisa era o responsável pela execução desse trabalho, relatou ter gostado de trabalhar esse conteúdo, pois conseguia perceber que os jovens tinham muitas dúvidas sobre seus direitos, muitas das vezes, não sabiam “lidar com o outro”. Questões de respeito ao próximo eram trabalhadas, inclusive o respeito à opção sexual. Algumas questões eram trabalhadas através de questionamentos e problematizações como: “Eu vou respeitar o meu amigo por quê? Vou respeitar o meu colega que fez uma opção sexual diferente da minha por quê? Eu vou respeitar o meu colega porque tem outra religião (...)”. (Professor A)

Um exemplo citado pelo professor ilustra o desenvolvimento do curso. Entre as atividades desenvolvidas na Participação Cidadã foi realizado um seminário, mostrando a história dos idosos e a situação destes no Brasil que contou com a presença de uma administradora de um asilo para conversar com os jovens. Como culminância das atividades, foi realizada uma visita a um abrigo e teve algumas ações de participação em atividade como limpeza e pintura de paredes. Outro momento foi a entrega de doações de alimentos e o preparo de um almoço para todos. Segundo o professor A, pelas redações e pelas falas dos jovens, observava-se que estes gostavam de participar das atividades e sentiam-se úteis à sociedade. Sentia-se que o jovem tinha muita maturidade e conteúdo dentro dele, apenas não conseguia articular e se posicionar.

Outra atividade foi a participação na candidatura de um vereador. O candidato esteve conversando com os jovens, explicando as funções de um vereador, qual a sua responsabilidade e o que a ele cabe fazer.

Foi realizada também, a apresentação de uma rádio em um evento. Houve a presença de um radialista de um bairro, apresentando para os jovens o que é uma rádio comunitária e a participação de um radialista profissional, com o objetivo de mostrar a diferença entre ambas.

Esses relatos nos fazem perceber a importância deste tipo de trabalho, fazendo os jovens se sentirem parte do contexto, trabalhando a questão da ajuda e cooperação, além dos direitos e deveres de cada um dentro da sociedade.

Na entrevista realizada com o professor A, foi destacada a ideia de um currículo diferenciado e bem elaborado. Na percepção deste professor, a estrutura dos conteúdos é boa, porque as matérias estão organizadas de uma maneira diferente. Na participação cidadã, era possível tratar a questão da cidadania, do jovem como pessoa, dos seus direitos dentro da sociedade. Foi importante, no sentido de fazer os jovens perceberem que eles têm o direito de estarem ali, tem o direito de se inserir na sociedade, têm o direito de exigir seus direitos.

O professor apontou a organização do currículo em torno de um eixo que articula os conteúdos estabelecidos como um ponto importante. O material foca o jovem, sua realidade, ajudando-o a compreender o que está estudando. É diferente do ensino regular, onde há a separação dos conteúdos por disciplinas estanques e na forma de abordar os conhecimentos. O professor se prepara para um enfoque totalmente diferente, com uma visão diferenciada em relação ao aluno.

O professor explicitou a diferença do Projovem em relação à escola regular. Para ele, a escola ainda permanece conteudista e há uma série de conteúdos que são “jogados” sobre o aluno, muitas das vezes sem nenhuma utilidade no futuro.

Mas hoje a gente percebe que tem no ensino regular, muito conteúdo e muitas vezes não entende aquele conteúdo. A gente até, hoje, chama de conteudista. A pessoa chega, joga aquele conteúdo no aluno, que daqui a 2, 3 anos ele não vai saber mais o que é aquilo, a não ser que ele foque, que ele procure. Você vai ficar com uma quantidade pequena daquele conhecimento, porque você não tem como armazenar. Agora, no Projovem não; tem uma relação entre todos os conteúdos, nós sabíamos o que um educador estava trabalhando, era uma mesma linha, a gente mudava os focos, mas você tinha um eixo para você trabalhar (...) (Professor A)

É interessante destacar que os educadores do programa não são professores efetivos. A contratação de pessoal para lecionar no Projovem Urbano é delegada aos gestores locais no município. Os contratos destes e dos demais profissionais são temporários, havendo um edital de contratação, subsidiado com recursos financeiros do governo federal. O professor selecionado pode atuar num período máximo de 20 meses. Mesmo que os professores quisessem continuar no programa pela boa experiência e prática com os alunos, isso não era possível. Tal fato foi relatado pela professora E, indicando que muitos

professores queriam continuar desenvolvendo seu trabalho no programa, porém, como era um edital temporário, não havia essa possibilidade.

No programa existem duas instâncias de gestão: a Nacional e a local. A nacional cabe articular as gestões locais com vistas a possibilitar o cumprimento dos princípios, fundamentos e diretrizes nacionais, bem como a coordenação da produção dos materiais de ensino e aprendizagem, a formação dos educadores, a circulação de informações entre os participantes e o processo de monitoramento e avaliação externa.

São responsabilidades da gestão local definir os estabelecimentos escolares onde serão realizadas as atividades do curso; participar e acompanhar a seleção de educadores; efetuar as matrículas dos jovens; definir os locais de aulas práticas na qualificação profissional; acompanhar frequência e certificação dos alunos.

Cabe à direção da escola que acolhe turmas do Programa: acompanhar o desenvolvimento do mesmo na unidade escolar; efetuar a matrícula; acompanhar a distribuição do material didático para os estudantes e educadores; disponibilizar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das aulas e da qualificação profissional; apoiar o uso dos laboratórios de informática e ofertar lanche ou refeição, utilizando os recursos federais.

Cada Núcleo poderá funcionar em até duas unidades escolares (dois endereços), desde que os educadores tenham como se locomover entre um e outro local, sem prejudicar o andamento das aulas.

Quando necessário, haverá um professor tradutor e intérprete de Libras e um educador para atendimento educacional especializado. Em Juiz de Fora, havia um aluno surdo e o programa contava com o auxílio desse professor. É oferecido ainda, um serviço de atendimento, durante os horários de aula, aos filhos e filhas de estudantes, de modo que as mães possam levar as crianças para a escola no período em que estiverem estudando, denominada de Sala de Acolhimento. O professor A, destaca a importância de o Programa ter este espaço para que as jovens possam frequentar as aulas à noite e levar seus filhos, se necessário.

A Sala de Acolhimento é um serviço de apoio às famílias dos estudantes matriculados no Programa que necessitam deixar seus filhos em segurança e bem-estar no período em que estão frequentando as atividades escolares. De acordo com o Manual do Educador (BRASIL, 2012, p. 68): “Seu objetivo é favorecer a continuidade do percurso escolar dos estudantes do Projovem Urbano que têm filhos ou são responsáveis legais por crianças de 0 a 8 anos e onze meses de idade.”

A fala do professor demonstra a importância da manutenção deste espaço para os filhos dos estudantes:

Muitas meninas tinham filhos: Esse é um grande diferencial do Projovem, talvez uma coisa que auxiliou muito para as meninas, para as mulheres, é ter a cuidadora para ficar com o filho. Porque hoje muitas meninas que tem filhos não vão estudar. Eu conheço várias, por quê? Porque não tem onde deixar o filho. (Professor A)

Ele enfatiza a dificuldade encontrada pelas jovens para continuar cursando o ensino médio, por não terem com quem deixar os filhos.

Nós temos uma aluna que terminou o Projovem, quer fazer o ensino médio, mas não tem como, porque ela tem 3 filhos e o marido não aceita ficar com as crianças. E o ensino médio não tem cuidadora, não tem como levar, então ela está em casa. As outras duas amigas que moram ao lado, são até parentes, estão estudando. Até essa questão a gente procura, a gente quer saber, então eu estive com ela e ela falou que não tem como estudar porque não tem onde deixar os filhos. (Professor A)

Por outro lado, a ex-coordenadora acredita que mesmo com esse atendimento às crianças, no horário noturno, existem muitas dificuldades para a mãe trazer o filho:

(...) a bolsa é baixa e tem que trabalhar para sobreviver. Eles têm filhos. Dizer que eles vão levar os filhos para as escolas, eles não vão levar, porque, os filhos já ficavam na creche o dia inteiro. É muito difícil para essa mãe, deixar o filho dela o dia inteiro dentro da creche, à noite deixar com o cuidador e sair da escola dez horas da noite, para poder ir para casa, para sair cedo com aquela criança, para ela poder trabalhar. Ela vai dormir uma hora da manhã para poder dar conta de tudo o que ela tem que fazer (...) porque o sistema de transporte de Juiz de Fora é muito ruim. Então a evasão, os dados do Projovem indicam isso: mulheres evadem mais do que homens. Os dados nacionais, eles mostram, as mulheres evadem mais do que os homens, porque elas têm filhos. E essa estrutura, essa bolsa que tinha que ser paga, devia ser uma bolsa de estudo e não essa esmola, que vem atrasada. (Ex-Coordenadora do Projovem Urbano)

A ex-coordenadora coloca uma questão central na vida desses jovens que é a necessidade de trabalhar e estudar e que as mães carregam o triplo ofício de ser mãe, estudante e trabalhadora.

Em relação à gestão local, foram apresentados alguns pontos de entrave na relação entre o planejado nacionalmente e as especificidades locais. No âmbito local foi possível perceber alguns problemas na execução do programa. A Ex-coordenadora destacou a dificuldade de mexer em sua estrutura:

O Programa vem todo fechado pelo MEC na sua estrutura e na contrapartida dos municípios. O programa vem formatado de Brasília. A gente não tem muita liberdade de mudar, a gente fez as mudanças possíveis. As questões jurídicas do programa vêm definidas numa resolução do Ministério da Educação, a estrutura de núcleos vem definida pela quantidade de alunos, a gente não tem muito como mexer. (Ex-coordenadora do Projovem Urbano)

Foi relatado pela ex-coordenadora que as escolas recebiam um repasse de recursos financeiros de acordo com o número de alunos matriculados. O município realizava a complementação da merenda escolar, quando necessário, e pagava o cargo da Coordenação Geral que era comissionado e de escolha do prefeito. Isso já vinha especificado de Brasília, apenas a coordenadora pedagógica e os assistentes administrativos e pedagógicos eram pagos pelo programa.

A ex-coordenadora apresentou as dificuldades no desenvolvimento da iniciação profissional. No período que esteve à frente do programa havia três Arcos Ocupacionais²³ e conseguiram manter os três até 2012. Havia um orçamento que vem determinado pelo governo federal e o município oferece, em contrapartida, a instalação física, através das escolas que cedem o espaço à noite. No período de realização da pesquisa, o Arco de Serviços Pessoais que compunha as aprendizagens das atividades de manicure e pedicure, depilador, cabeleireiro, maquiador, foi fechado. Este arco segundo ela, não tinha muita demanda e houve dificuldade de realizar matrículas. Outro problema foi a utilização de

²³ Os Arcos Ocupacionais estão atrelados à qualificação profissional inicial para o trabalho com os objetivos de possibilitar novas formas de inserção produtiva, através da certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às vocações dos jovens, quanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais. Desta forma, cada município faz a escolhas dos arcos. Em Juiz de Fora eram oferecidos o Arco Construção e Reparos II (instalações), o Arco da Alimentação (chafista, cozinheiro auxiliar, repositor de mercadorias, vendedor ambulante e o Arco de Serviços Pessoais (manicure e pedicure, depilador, cabeleireiro, maquiador).

produtos químicos e, como ele funcionava numa escola estadual, o uso desses componentes acarretava riscos para os demais frequentadores da escola. Como, também nesse período, ocorreu uma redução no repasse de recursos financeiros do governo federal para o Município, não houve possibilidade de mantê-lo, provocando uma evasão por parte dos alunos que o frequentavam.

A ex-coordenadora do programa no município destacou outras dificuldades na gestão do mesmo. Um deles foi conciliar a confecção dos relatórios de fim de ano, com o planejamento para o ano seguinte, na época da transição do Programa para o MEC, em 2012. Para a equipe local havia a possibilidade de formar dois núcleos de 200 alunos, mas o Governo Federal desconsiderou a tentativa do município em combater a evasão trabalhando com os alunos em condições de serem aprovados, mesmo com frequência insuficiente. O MEC só levava em conta o número que recebia bolsa, no caso os 135 alunos frequentes. Com isso os índices de evasão eram altos. Essa postura foi acentuada após a transferência da área social para a Secretaria de Educação. Segundo a ex-coordenadora, a Secretaria Nacional de Juventude “era menos burocrática”, possibilitando ao Município autonomia para decidir manter a matrícula dos alunos infrequentes, mas que tinham aproveitamento escolar, matriculados ou não. Tinha-se todo um procedimento: fechava-se primeiro o núcleo e mantinha os alunos que tinham condições de serem aprovados, mesmo com baixa frequência e depois é que se fechava o segundo. Na mudança, o MEC não permitia esta possibilidade.

Cabe destacar aqui, que, mesmo a política sendo bem elaborada e apresentada através dos seus documentos e leis, pelo Governo Federal, quando chega aos municípios os problemas de sua implementação começam a aparecer. Para Eloisa Höfling (2001, p. 38): “O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo.”

Quando um programa não recebe as devidas atenções pelos gestores municipais é possível que as ações se percam, não atingindo os objetivos propostos. Como observado, em Juiz de Fora, a questão orçamentária e os problemas de transição da política municipal, com a mudança de prefeito, ocasionaram o fechamento de polos e núcleos. Mainardes (2006), baseado em Stephan Ball remete ao ciclo de políticas, que é uma forma de analisar as políticas educacionais e destaca que as políticas sofrem mutações desde o momento em que são pensadas até o momento em que são executadas, num ciclo contínuo.

Desta forma, analisando o Projovem Urbano de Juiz de Fora, observamos que, embora o programa fosse estruturado e proposto pelo Governo Federal, parece que o

município não colocou essa política como prioridade, e teve suas ações comprometidas pelas recomendações a serem seguidas pelo MEC, o que parece ter contribuído com os problemas de gestão do mesmo em âmbito local.

A autora Höfling (2001, p. 6) também mostra que:

As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. Especialmente por se voltar para e dizer respeito a grupos diferentes, o impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado capitalista sofrem o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder.

Por outro lado, há uma visão um pouco negativa em relação ao Projovem Urbano, percebida na fala da ex-coordenadora que não acredita no mesmo, da forma como vem sendo realizado. Pensa que trabalha com bons profissionais, mas considera que isso é insuficiente para a real mudança. Na sua visão, é preciso reformular a concepção que o Estado tem sobre o pobre, para resgatar sua cidadania.

As críticas em relação ao Programa são profundas e são colocadas como um problema nacional. Para a ex-coordenadora, o primeiro problema é que o Projovem Urbano já nasceu morto, pois os Arcos Ocupacionais com um ano e meio de curso não qualificam o aluno. No máximo dão possibilidade para o aluno “fazer bico”. Não há aprendizagem de uma profissão, não há uma qualificação de fato. O segundo, é que o Governo Federal, precisa entender que jovens pobres, da periferia e negros, devem trabalhar enquanto estudam. Para ela, o Estado brasileiro se contradiz na medida em que dá uma formação ao jovem para ingressar no mercado informal. Somado a isso, há o entendimento que o valor de R\$100,00²⁴ da bolsa não resolve o problema. Caso o estudante não consiga o Cartão Passe Fácil Estudante²⁵, o valor da bolsa não paga nem a condução mensal.

Podemos dizer que a conclusão do ensino fundamental é um passo importante. Completa a escolaridade que muitos ainda não possuem. A qualificação profissional inicial, embora insuficiente, é uma tentativa de mudança na realidade da juventude que vive à margem da sociedade.

²⁴ O valor da bolsa do Projovem Urbano desde sua criação foi de R\$ 100,00 e se manteve até a época da pesquisa.

²⁵ É um cartão, concedido pelo município, que dá a gratuidade no uso de transporte público urbano, na cidade, aos estudantes.

Na visão dos professores, coordenadores e até dos alunos, havia uma semelhança nas respostas quanto aos motivos que levavam estes jovens a evadirem-se do Programa: o atraso da bolsa, a dificuldade em conseguir o Cartão Passe Fácil e o fechamento de um dos arcos ocupacionais. Os dois primeiros motivos relacionam-se a recursos financeiros. O último mostra que a formação profissional é um estímulo à permanência.

A coordenadora atual apresenta suas considerações, mantendo-se fiel ao que está definido na política. Na sua visão, os estudantes: “São jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental.” Percebe-se que sua fala está estreitamente relacionada com os objetivos do próprio Programa em seu documento escrito. Informou que nas cidades com mais de 200 mil habitantes a parceria é feita diretamente com a Prefeitura Municipal. Já nas cidades menores, essa parceria é firmada com o governo do estado, que viabiliza a chegada do Programa às cidades menores.

Com base nos objetivos, a coordenadora entende que o Programa oferece-lhes múltiplas oportunidades de escolarização, considerando as necessidades e possibilidades e do público alvo. Destaca a importância da contextualização das aulas teóricas e práticas dos arcos de Alimentação e de Construção e Reparos e acrescenta, ainda, que a realização das atividades leva em conta o mercado de trabalho de Juiz de Fora. Para ela, pode-se dizer que o jovem se apresenta de forma ativa na sociedade e cabe aos seus educadores formarem cidadãos, com senso crítico, capazes de avaliar o que lhes é apresentado. Destaca a importância da pró-atividade para a mudança de suas realidades e para a participação na vida em comunidade. Após o curso, passam a compreender a relevância da participação mais efetiva como cidadãos na construção da história da vida comunitária.

Os professores possuem a mesma percepção com relação ao programa. O professor A, ao falar sobre a concretização dos objetivos da proposta, diz que o programa atinge seu objetivo quanto à capacitação inicial que ele propõe. Acredita que um programa sempre abarca objetivos maiores. Afirma que nas turmas havia diferenças entre os alunos: uns não liam nada, não conseguiam juntar uma frase, mas, por outro lado, havia alunos que tinham uma boa leitura. Isso causa angústia nos professores ao tentarem ajudar a todos, não deixando nenhum de fora do conhecimento. Realizavam assim, atividades que faziam com que todos participassem, mesmo com as suas dificuldades e isso era conversado com os que estavam mais avançados: “Olha, o colega está lendo bem, mas a gente precisa respeitar quem não está.” (Professor A)

A ex-coordenadora, também, apontou a articulação feita para tentar alfabetizar alunos que ainda não sabiam ler. Houve um empenho da coordenação local para implantar um

programa de reforço com o auxílio dos próprios professores. Foram reorganizados os horários dos mesmos e aqueles que tinham habilidade com alfabetização, juntamente com uma estagiária, ajudaram neste processo.

Ao falar sobre o êxito do programa, a ex-coordenadora afirmou que considera que ele é “um sucesso para quem consegue concluí-lo”, o que representou no período analisado apenas 18,2% dos matriculados, o que indica uma evasão de 81,8%. Enfatizou que a maior parte dos que não permanecem e se evadem tem quase 30 anos e, para essa faixa etária, não há outro programa para atendê-los, apenas a EJA. No entanto, cursos para jovens e adultos não funcionam em todos os bairros em Juiz de Fora, porque não há demanda que as justifique. Isso acaba por dificultar a retomada dos estudos por esse adulto, já que ir para uma escola do centro da cidade demanda um gasto com transporte.

Juiz de Fora²⁶ é uma das cidades que recebeu do MEC, o Selo de Município Livre do Analfabetismo, reconhecendo que a cidade atingiu mais de 96% de alfabetização entre jovens e adultos. Isso torna mais difícil para os adultos analfabetos e para os que não conseguiram alcançar o mínimo de escolaridade, como os atendidos pelo Projovem, completar o Ensino Fundamental, uma vez que a oferta da EJA vem diminuindo. São poucas as escolas que a oferecem.

A ex-coordenadora diz ter aprendido sobre essa realidade com o trabalho no Projovem Urbano. Identifica o jovem do programa como muito pobre, negro, da periferia, que foi excluído das suas unidades de ensino: “O Projovem me ensinou muito, sabe? (...) A minha relação com o aluno hoje é outra coisa.”

Houve preocupação dos professores e da coordenação com o encaminhamento dos alunos que concluíram o Ensino Fundamental para as escolas da rede estadual com o objetivo de cursarem o ensino médio. Para isso, os responsáveis pelo Projovem buscaram realizar parcerias com a Secretaria de Educação do Estado.

Outra questão que emergiu das entrevistas com alunos e professores foi a importância da relação estabelecida entre professor e aluno no Projovem Urbano de Juiz de Fora. No item a seguir, apresentaremos nossos achados no que se refere a esta relação.

²⁶ Juiz de Fora possui 550.710 habitantes dos quais 3.748 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental e 4.265 pessoas frequentavam educação de jovens e adultos do ensino médio. No entanto, por mais que a cidade tenha atingido 96% de alfabetização entre jovens e adultos, 4% ainda permanecem analfabetos. (IBGE, 2010)

4.3.4- A Relação Professor e Aluno

Em nossa pesquisa, uma das questões observadas nas entrevistas com alunos e professores foi o destaque em relação às relações estabelecidas entre os dois grupos no programa. Um dos entrevistados, que já tinha uma experiência com educação de jovens e adultos, explicitou como sua atuação no programa tinha o aluno como figura central, indo muito além da transmissão de conteúdos. Em suas palavras:

Você tinha todo um trabalho de acompanhamento do aluno. É diferente do ensino regular, onde você tem o professor, ele entra na sala, ele dá a sua aula, bateu o sino ele sai, ele vai para a sala dos professores. Nós tínhamos um contato mais próximo. Nós ligávamos para o aluno quando ele faltava. Nós conversamos com o aluno quando ele estava agressivo, quando ele estava nervoso, quando estava chorando, triste. Então a gente procurava o grupo, conversar com cada aluno. (Professor A)

O professor relatou que cada um era responsável por uma turma, sendo que qualquer problema ele tinha que tentar resolver. No seu caso, por ser responsável pelo conteúdo referente à Participação Cidadã, tinha a oportunidade de estar em contato com todos os jovens. Relatou ainda, o trabalho com alunos deficientes que estudavam no programa e a atenção que era dada a eles:

Nós tínhamos um aluno especial. No início ele não entrava na sala, ele ficava assustado, depois ele foi interagindo e hoje ele está fazendo o ensino médio (...) não vai aprender igual aos outros alunos, mas a experiência dele de conviver com as pessoas... Quando ele começou não andava de ônibus, tinha medo de tudo, de entrar na sala, de sair. Só andava de mãos dadas. Um garoto de 19 anos (...) (Professor A)

Havia também uma relação de diálogo entre os educadores a fim de entender determinados comportamentos dos alunos e as ausências dos mesmos para zelar pela sua permanência. Como exemplo, citou o caso de um excelente aluno que abandonou o curso. Na

busca de entender o caso descobriu-se que os pais estavam com câncer e ele era o responsável. Os professores fizeram tudo para ele continuar, mas com a morte do pai ele acabou desistindo.

Na entrevista, o professor destacou que o foco das primeiras aulas eram apresentações da vida, das experiências de cada um. Isso assustava os professores, porque havia algumas histórias muito complicadas de alunos que foram dependentes de drogas, que moraram na rua, que eram mães solteiras, que vieram de outra região do país. São questões que nos possibilitam compreender algumas das dificuldades desses jovens para permanecerem no programa. Por outro lado, esse relato também influencia a atitude do professor em relação a eles.

O professor em questão acredita que a falta de estudo era o grande entrave na vida desses jovens. Poucos tinham projetos de vida. Alguns tinham vontades e ideais, porém não sabiam como fazer para atingir seu objetivo. Na sua visão, a participação cidadã ajudou esses jovens a planejarem, a pensarem sobre seus projetos de vida e, mais ainda, a compreenderem a importância e a necessidade da escolarização para a realização de muitos dos seus sonhos e desejos. Nas palavras do professor:

Eles tinham não só um desejo muito grande, porque começaram a perceber ou sempre perceberam, que o estudo era importante. Então em todos os alunos você sentia isso, que o estudo era um entrave, era um dificultador para que ele pudesse melhorar. E muitas vezes a questão pessoal, os familiares exigiam. (Professor A)

Bourdieu (1998a) faz a distinção entre o *capital* econômico, *capital* cultural e *capital* social. O capital econômico é aquele acumulado por investimentos e transmitido por herança ou por oportunidades que proporcionem vantagens. O capital econômico é acumulado, reproduzido e ampliado por meio das estratégias de investimento econômico empreendidas para a obtenção ou manutenção de estruturas sociais. O capital cultural é aquele que está atrelado às estruturas intelectuais que são transmitidas pela família ou pelas instituições, como a escola. O Capital social por sua vez, é aquele adquirido através das relações sociais. Assim, para Bourdieu (1998a, p.67):

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de reconhecimento ou, em outros termos *à vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos).

Analisando a importância das redes de ligações entre os indivíduos, para garantia ou aquisição de uma posição social, Bourdieu (1998a, p.68) afirma que:

a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos).

Assim, Bourdieu (1998a) ressalta a importância do capital social, adquirido ou ampliado através das relações sociais. O capital social está associado aos relacionamentos entre os indivíduos e/ou entre instituições, e que acaba favorecendo às pessoas que estão no mesmo grupo. No caso do Projovem, percebemos que os professores são as redes de ligações desses jovens, para auxiliarem nos projetos e sonhos. Eles “ensinam” a projetar o futuro, orientam como buscar um curso e estimulam e trabalham a autoestima deste jovem, mostrando que eles fazem parte da sociedade e que podem vencer o “fracasso escolar” e chegar até uma universidade. Muitas das vezes, estes jovens não tiveram o apoio da família ou de alguém mais próximo e os profissionais do Programa acabam assumindo essa relação como uma estratégia de investimento social.

Podemos perceber que os educadores, são de fato, um impulsionador de “sonhos” e estímulos para estes jovens e a ainda, um auxiliador para pensar sua organização de vida. Eles são as redes de ligações e acabam se tornando os mentores do capital social desses jovens. Uma porta de entrada na vida social, em suas vidas, apontando direções, caminhos, apoio que possivelmente não encontraram no meio em que vivem.

Um dos professores entrevistados argumentou que muitas das vezes, este jovem não teve oportunidade de estudar sendo que falta, essa “técnica de organização”, de “saber fazer isso” ou “poder fazer isso ou aquilo agora”. Reitera que as oportunidades também não são tantas para esse público e assim, todas as oportunidades que surgem tem que ser abraçadas pelo município, pelo gestor.

A gente precisava mostrar (...) às vezes falta uma organização. “Eu tenho um exemplo: tinha uma aluna (que dizia): eu tenho o meu filho, mas eu não gosto de trazer para ficar no Projovem, porque dificulta muito, ele é muito levado” Perguntei: E aí? Você vai parar de estudar? “Não. Eu vou pegar os 100 reais e vou pagar uma ajudante. (Professor A)

De acordo com o professor A, o que mais influenciou para a permanência dos alunos no programa foi a forma de trabalhar, o respeito dado a eles, o bom relacionamento entre professor e aluno. Havia uma relação de atenção e um olhar diferenciado para com eles. Os professores ligavam para o aluno quando ele faltava, conversava quando ele estava agressivo, nervoso, triste. A professora E, exemplificou uma das situações que era muito comum, como a questão de atender ao telefone celular em sala de aula. Havia todo um diálogo com o aluno pedindo para que fosse atender ao telefone fora da sala:

Muitas vezes você respira uma, duas, três, quatro vezes, para você não brigar com o aluno. Aquele aluno que atende o celular. Aí você tem que falar para atender o celular, lá fora. Evitar atender. A forma de lidar com eles é que foi o grande diferencial (...) (Professor E)

Essa fala da professora nos esclarece que a atitude do professor em relação ao aluno não era de punição ou sanção nas situações que demandavam comportamentos “adequados” durante as aulas, mas de compreensão e tolerância.

A ex-coordenadora relatou que os professores iam para a Secretaria de Educação, ligavam para os estudantes, marcavam horário, conversavam com os jovens.

Alguns iam até as casas dos mesmos. A própria coordenadora chegou a ir, também, para resolver problemas de determinados alunos.

Em Juiz de Fora a gente tinha uma política de que o professor que era referência da turma devia ligar para os alunos que não apareciam. Nem toda cidade adotava isso como medida. Nós conseguimos manter muita gente porque a gente ligava. (Ex-coordenadora do Projovem Urbano)

A professora E, na entrevista, mostrou-se confiante com o programa e relatou que não houve dificuldades em trabalhar com os alunos, não percebia que eles tinham muitas dificuldades. Na disciplina de matemática, com a qual trabalhava, procurava sempre valorizar suas vivências, mostrando que tinham pré-requisitos para aprender. Ela observava que os jovens sabiam que haviam perdido tempo, sentiam-se excluídos, mas muitos queriam ter um emprego fixo, uma vida melhor, diferente daquela vivida pelos pais.

Os professores, ao falarem do perfil dos jovens que procuram o programa, enumeram alguns pontos: um perfil misto de jovens que sofreram abuso sexual, alunos com dificuldades de aprendizagem, portadores de deficiência. Todos tinham uma história muito difícil. As palavras de um professor mostram muito bem essa complexidade:

Usuários de drogas que estavam ali para sair da droga, a questão da homossexualidade. Pessoas que são homossexuais e estavam ali se afirmando, porque em outros momentos não conseguiram. Muitas vezes saiam da escola justamente por essa característica, porque tentavam se afirmar em sua opção sexual. E às vezes a sociedade, às vezes a própria estrutura, não os aceitava. Nós tivemos experiência de alunos que fizeram essa opção e que conseguiram completar (o curso), o que foi difícil. (Professor A)

Isso denota a responsabilidade da escola com o diferente, pois não há uma homogeneidade entre os alunos. Todos possuem características próprias, embora haja algumas semelhanças. A professora E reafirma o que outro professor A disse:

Você tinha desde o aluno mais novo, com 19, 18 anos. Completando 19, ao aluno com mais idade, 29 anos. Aluno que tinha que trabalhar e trabalhava o dia todo. Aluno que morava com os pais. Aluno com necessidades especiais, com dificuldade de aprendizado. Então tinha muitos, muitos. Tinha alunos com características de abuso familiar, nós nos deparamos com isso (...) (Professor E)

A professora E complementa dizendo que: “Havia, entre os jovens, prostitutas, malabaristas, funcionários de supermercado, muitos trabalhavam em trabalhos pesados”. Para a ex-coordenadora, o aluno do Projovem Urbano:

É um aluno que foi excluído em algum momento. Eles têm uma trajetória assim, muito difícil, a vida deles é muito difícil. E os que não ficam tem quase 30 anos, a maior parte deles. Eles não têm mais outro programa para poder atendê-los, aí eles tem que entrar em EJA.

O Manual do Educador (BRASIL, 2012) destaca que o professor vai se deparar com uma pluralidade de jovens que trazem suas experiências pessoais e conhecimentos prévios que não podem ser desprezados, mas devem se constituir como passo inicial do trabalho.

Portanto, de acordo com este manual, parece que o educador precisa compreender que os jovens são diferentes, não apenas no sentido intelectual, mas também, no nível socioeconômico, no modo de vida familiar, nos valores, crenças.

O educador irá trabalhar com um perfil de jovens que necessitam de experiências educacionais diferenciadas para resgatar sua relação com a escola. Esta parece ser uma responsabilidade partilhada por todos do programa.

Na visão dos professores entrevistados em nossa pesquisa, o Programa representa uma oportunidade para aqueles que não conseguiram concluir o ensino fundamental. Foram destacados como pontos positivos a estrutura, o auxílio através de uma bolsa, a presença de uma cuidadora para os filhos das jovens no período das aulas, a formação e o acompanhamento.

Havia uma preocupação por parte dos professores em estimular a continuidade dos estudos e em saber se os alunos que concluíram o Ensino Fundamental prosseguiram, matriculando-se no Ensino Médio. O professor A mencionou que durante os 18 meses do

curso, os professores foram mostrando a importância de concluir o ensino fundamental e o de continuar estudando, apontando que o programa foi o pontapé inicial e não o fim.

A atitude do professor com esses jovens estava marcada por uma relação de amizade e de compreensão com os problemas enfrentados por eles. Isso pode ser percebido em respostas dadas à entrevista:

Meu filho, você não trouxe a sua redação? Faz aí para mim agora, aproveita o seu tempinho e faz.” Sabe? Aquela coisa, porque se você é rigoroso demais, eles não aguentam. Não vão aguentar. Então você tem que ter todo um tato para lidar com eles. (Professor A)

Outro ponto destacado pelos professores é que muitos são adultos e requerem um tratamento que leve em conta sua condição: trabalham, têm família, tem outras responsabilidades.

Nas falas dos alunos, todos fizeram comentários positivos sobre o Projovem e nas comparações com a escola regular, consideravam o Programa melhor. Enfatizaram que os professores tinham uma postura diferente. Nas palavras deles: “os professores ‘eram legais’, conversavam, apoiavam os alunos e, acima de tudo, estimulavam a permanecerem e a continuarem estudando”. Havia uma relação de amizade. Começamos a indagar porque todas as escolas não são assim. Por que cada vez mais a escola exclui do seu interior quem mais precisa dela? Isso nos remete ao que Bourdieu e Champagnhe (1998b) chamou de excluídos do interior da escola, mostrando que a escola acaba por excluir aqueles que apresentam baixo capital cultural e econômico e um habitus diferente do que a escola deseja. Isso colabora para a “exclusão” dos menos favorecidos na instituição escolar. Mesmo um programa como o que está sendo analisado, pensado para atender às necessidades dos excluídos na escola regular, não está conseguindo enfrentar os desafios encontrados.

Entre as contribuições do Programa para estes jovens, o professor A destaca o resgate da autoestima, desenvolvendo o sentido de pertencimento e superando o sentimento de exclusão:

A autoestima é o sentimento de pertencimento, porque a gente percebia muito, que eles achavam que não pertenciam a nada. “Eu sou uma pessoa e não pertencço ao meu bairro, eu não pertencço a Juiz de Fora, eu não pertencço

à educação, eu não pertencço à vida política. Era um total sentimento de não pertencimento. “Não, meu filho, você pertence. Isso aqui é nosso, isso aqui tudo é nosso, é público, as coisas são públicas. Você precisa enxergar, ver, porque senão você vai passar pela sua vida e...” (Professor A)

Na fala do professor, aparece a questão mencionada também pelos jovens no que se refere à falta de oportunidades para que o jovem possa estudar e se manter trabalhando. Muitas das vezes falta é oportunidade para que o jovem consiga seu primeiro emprego, consiga estudar no curso à noite, dentre outras carências.

É interessante notar a ideia colocada por todos sobre a importância da educação nos dias atuais, num mundo globalizado onde emergem as novas tecnologias, fica difícil pensar um cidadão sem o ensino fundamental. A fala do mesmo professor A demonstra isso:

A escolarização é importantíssima. Quando você não dá a oportunidade de estudar para um jovem, uma criança, um adulto, você tira todas as outras. Você tira todas as outras e principalmente a autoestima. Pode-se dizer assim, nós estamos em uma sociedade, nós vivemos em uma sociedade e não sei se o termo é esse, mas letrada. Onde tudo é escrito, onde tudo você precisa saber, é uma sociedade da informação. (Professor A)

O comprometimento dos professores foi destacado por todos os alunos entrevistados. A maneira como o educador via o aluno e olhava para ele parecia ser uma atitude diferente da postura do professor na escola regular. Foi destacado pelos entrevistados o empenho dos educadores para manter o programa e a frequência destes jovens.

A perspectiva de escola apresentada pelo Programa mostrava-se mais acolhedora e compreensiva com a vida destes jovens.

Criávamos estratégias para manter a frequência no mês de julho que é muito frio, palestras, visita a asilo, participação na eleição de candidato a vereador. Aprendemos a olhar a vida daquele aluno, porque ele é assim. Coisa que o ensino regular não dá conta de fazer. Nós tínhamos esse olhar. Cada sala tinha um professor que era responsável por aquela sala, onde tudo era levado para ele. No caso, como eu ficava com participação cidadã, eu acabava tendo contato com todos. Ficava especificamente com uma turma, mas eu apoiava aquele que era o professor referência. (Professor A)

A exclusão na escola regular se dá por meio dos mecanismos de reprovação e repetência. Os jovens que relataram ter tido dificuldades de aprendizagem na escola regular com resultados de sucessivas reprovações e desistências, ilustram essa questão. Sentiram-se desmotivados para continuar os estudos e não perceberam, por parte da escola, nenhuma ação para auxiliá-los em suas dificuldades. Em contrapartida, os que concluíram o Ensino Fundamental através do Projovem encontraram apoio para atravessarem as barreiras impostas pela vida. É importante, no entanto, lembrar que a maior parte dos matriculados no Programa não o concluiu. Concordamos com Aldaíza Spozati (2000, p.30) quando diz que:

A educação é, sim, o caminho mais curto para estender o conceito de cidadania a todos os cidadãos. Todavia, o processo educativo deve caminhar estrategicamente vinculado aos princípios da equidade, ou seja, da construção de uma sociedade que respeite a diversidade e que saiba conviver com as diferenças, sejam elas de religião, opção sexual, gênero, entre outras diferenças e opções.

Os aspectos levantados pelos entrevistados nos levam a confirmar o apontado por Spozati (2000), que a escola tem um papel fundamental no resgate do caráter indenizatório às classes sociais mais pobres:

É preciso rever nossos currículos escolares para incorporar a discussão desses padrões. Precisamos construir uma pedagogia da inclusão. Não basta a palavra de ordem: "Toda criança na escola". É preciso ousar, dar um salto de qualidade e comprometer a escola, a sala de aula e as atividades educativas com o processo mais amplo de inclusão social. (p.31)

Ao serem indagados sobre quais as diferenças entre o Projovem Urbano e as escolas onde tinham estudado antes, os alunos apresentaram as seguintes respostas: "As aulas do Projovem são mais interessantes"; "Os professores são legais"; "Os professores ensinam melhor"; "Os professores são atenciosos e fazem de tudo pra gente aprender". As falas evidenciam que as relações afetivas estabelecidas ao longo do programa foram fundamentais para a permanência deles, assim como o respeito às condições de cada um. Essa proximidade

professor e aluno, também, são considerados nos discursos dos educadores e da ex-coordenadora do programa.

Muitas das vezes, como afirma Camacho (2004) há uma invisibilidade da condição da juventude na vida escolar. A escola não percebe os alunos como sujeitos jovens e acaba por não ofertar um tratamento adequado, dificultando a construção da identidade juvenil dentro da escola.

Outro ponto observado foi a postura de gestores e docentes de refletir sobre o trabalho em realização e em reuniões para reprogramar o desenvolvimento de suas atividades: ação, reflexão, ação. Parece ser uma prática presente no dia a dia do curso em estudo. Essa é uma prática importante, defendida por educadores, mas pouco presente nas escolas regulares.

A ex-coordenadora do Projovem fala sobre a importância do acompanhamento do curso através de reuniões semestrais, a fim de pensar o encaminhamento do mesmo, permitindo resolver os problemas ao longo do processo:

Tínhamos reuniões semanais com os professores. A gente entendia que o sucesso do programa tinha a ver com o comprometimento do profissional. Onde nós discutíamos todos os problemas. E o que eu dizia para os professores era o seguinte: “Se não tiver nenhum problema jurídico e não tiver nenhum problema financeiro do orçamento do programa que a gente tenha que mexer, porque isso eu não mexo. Foi aprovado em Brasília, eu não vou mexer, mas todas as outras questões são discutidas.” E era assim também com os estudantes, a gente ia nas escolas, as vezes a gente fazia reuniões com os meninos.(Ex-coordenadora do Projovem Urbano)

O professor A e a professora E disseram que durante o evento da formatura da turma pesquisada, fizeram questão de repetir que foi uma vitória de todos e que eles conseguiram vencer este obstáculo. O professor A relatou que a sua última fala aos alunos foi a seguinte: “Está vendo? Vocês podem. Acho que a grande questão dessas pessoas que ficaram muito tempo fora da escola, é justamente essa, saber que pode ! Dar as ferramentas para esse poder.” (Professor A)

Isso dá uma indicação do compromisso dos professores e até da própria coordenação com o programa e com os alunos. Há uma preocupação com a aprendizagem, em saber sobre a vida deste aluno e dos motivos que o fizeram faltar às aulas. Penso que é assim que sempre deveria ser em todas as escolas. Como aponta Ferreira (2010, p.194):

não há dúvida de que a escola amplia potencialmente a possibilidade de experimentação da condição juvenil – visto que prepara o campo para a construção de experiências de trabalho e, ao mesmo tempo, possibilita encontros dos jovens entre si, de jovens com adultos e de jovens com regras e normas sociais, permitindo a experimentação e elaboração de novas e velhas formas de sociabilidade.

O Relatório de pesquisa com Egressos (BRASIL, 2011c) mostrou também que os estímulos e elogios apresentados pelos educadores, era um dos incentivos para a permanência no Projovem. O apoio na realização de ações que auxiliem na frequência dos mesmos, como o custeio da passagem de ônibus foi importante. Em Juiz de Fora, os educadores também ressaltaram que muitas das vezes, auxiliavam com dinheiro para que o aluno pudesse pagar seu transporte para ir a aula. Fato esse que se tornou constante devido ao atraso das bolsas. Os participantes também relataram o incentivo dos professores para as possibilidades de mudanças na inserção no mercado de trabalho.

Outras pesquisas como a de Alves (2012) também mostraram que a relação entre professores e alunos parece proporcionar um ambiente escolar em que há o incentivo à permanência do aluno no Programa e a continuidade de seus estudos, bem como, o aumento da autoestima destes jovens.

No próximo item, nos propomos a apresentar alguns aspectos da proposta e os principais problemas observados pelos professores, coordenadores e alunos em relação à sua concretização. Algumas dificuldades na execução do mesmo acarretaram o fechamento de polos e de núcleos, o que ocasionou a evasão de muitos jovens, diminuindo a obtenção de melhores resultados desta proposta pedagógica.

4.3.5- Gestão do Programa: Proposta e Problemas

O Projovem Urbano caracteriza-se por apresentar um novo paradigma de educação, através do Projeto Pedagógico Integrado (PPI), articulando conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e participação cidadã. Os materiais pedagógicos utilizados são elaborados com a finalidade de atender as estas características. O documento

que trata o PPI traz um capítulo que discute o “significado de inclusão”, destacando que os jovens são considerados o segmento mais atingido pelas transformações sociais, sendo vítimas deste mercado de trabalho excludente. Diante do problema da inserção precoce e precária destes no mercado de trabalho informal, aponta-se para a necessidade de reestabelecer a relação entre a escola e o trabalho.

Como apresentado anteriormente, a gestão do programa se faz em duas instâncias: a local (dos municípios) e a nacional (governo federal). Esta relação tem por base o regime de cooperação com os Estados, Municípios e Distrito Federal. Muitos dos problemas apresentados aqui estão atrelados às questões de gestão. Foram pontuados os seguintes problemas: a) o excesso de burocracia para a aquisição do Cartão Passe Fácil e o atraso da bolsa do jovem estudante; b) o fechamento de núcleos e do arco de serviços pessoais; c) a dificuldade das escolas em aceitar o seu funcionamento; d) professores contratados temporariamente; e) troca de administração local que acarretou em mudanças nos cargos que são comissionados e da equipe; f) o calendário escolar que é diferente das escolas regulares. Falaremos de cada um deles a seguir.

O primeiro problema levantado pelos professores foi a dificuldade de aquisição do Cartão Passe Fácil pelos alunos. Muitos não conseguiam o cartão, pois tinham de comprovar uma renda mínima e, como a renda analisada era a familiar, muitos ficavam de fora. Para aquisição do mesmo, era necessária, além da comprovação de renda, uma série de documentos que dificultava a entrada do pedido. Muitos alunos acabavam desistindo, pois não tinham condições ou paciência para anexar os documentos necessários, esperar serem processados, além de ficar indo à Secretaria do Projovem para saber se o pedido fora deferido ou não. A falta deste cartão dificultava a frequência do jovem às aulas, pois ele tinha que pagar a passagem com a bolsa (que sempre atrasava) ou ainda, com o próprio dinheiro. Alguns alunos se arriscavam a andar a pé por não ter como pagar o transporte. Professores não concordavam com esta dificuldade imposta pelo município:

Nós apelidamos de vale difícil. Não é vale fácil não. Porque você manda o documento, se faltar um documento, eles não entram em contato com a pessoa. Aí a pessoa vai perguntar: “E o vale transporte?” “Não. Tem um documento aqui faltando.” Aí a pessoa traz o documento, outra pessoa analisa o processo, se estiver faltando outro, você é que vai saber. Então assim, é muito difícil. Muito difícil o vale transporte. Ele precisa ser mudado. Nós criticamos isso a todo o momento. (Professor A)

O professor relata, ainda, que o grupo de docentes tentava explicar que a renda era dos jovens e não familiar e ainda que eles estivessem empregados, o pai, a mãe, ou um irmão, podem até dar algum dinheiro, mas não o sustentam. Mas essa justificativa não é aceita. Segundo ele este foi um dificultador para que eles continuassem no programa.

Esse relato exemplifica como a burocracia pode ser um entrave, para os que têm dificuldades de acesso aos serviços públicos. A professora E explicita ainda que os jovens não aceitavam essa demora e a dificuldade imposta por essa burocracia. Eles iam até a Secretaria de Educação reclamar, chegavam bravos. Às vezes tinham que retornar várias vezes porque estava faltando algum documento necessário:

Faltou a bolsa, o vale transporte demorando e a promessa de receber, porque quando você faz a propaganda: “Você tem a bolsa de cem reais. Você tem isso, você tem aquilo, você tem aquilo outro.” Você promete tudo. E eles, uma característica desses jovens também, é que eles querem as coisas mais rápido. Eles já esperaram muito, então eles são mais imediatistas. (Professora E)

Podemos dizer que a proposta do programa foi uma iniciativa importante. No entanto, como todo programa que depende de uma verba, seja ela federal ou não, está sujeito à burocracia. Tudo leva muito tempo. Uma das críticas levantadas por um professor foi com relação a esse ponto:

Ponto negativo é a burocracia, tudo é muito burocrático. Tudo depende da gestão local, depende do interesse, depende da identificação. Se você tiver uma coordenação local, a direção da escola. Se a direção da escola não quiser o projeto? Porque muitas vezes é um projeto que eles entendem como concorrente, com a EJA e o Projovem e não tem nada a ver. Então, às vezes você tem um grupo, tem escolas que boicotaram, não deixaram nem fazer inscrição, porque tem uma EJA forte. (Professor A)

O segundo problema apontado foi com relação ao fechamento de polos e núcleos. Como já foi dito anteriormente, havia três arcos ocupacionais e foi fechado o arco de Serviços Pessoais, fazendo com que os alunos tivessem que se deslocar para outra atividade,

em outra escola. Ao ser questionada sobre os motivos que levaram a esse fechamento, a ex-coordenadora esclareceu que o principal problema foi o repasse de verbas, que comprometeu o funcionamento de dois núcleos. A coordenação tentou manter por um bom tempo os núcleos e o arco de Serviços Pessoais, porém, não teve como, fazendo com que o jovem tivesse que ser transferido para outro núcleo. No entanto, percebemos que esse era um arco que dava mais oportunidades aos jovens para uma colocação no mercado de trabalho, principalmente para as mulheres que podem buscar trabalhar em salão como ajudante de cabeleireira, manicure, por exemplo.

A ex-coordenadora acrescentou, ainda, que este arco era escolhido pelos alunos mais pobres, que vinham das regiões mais distantes da cidade, onde a situação de pauperização era grande. Ia à escola apenas quem tinha o Cartão Passe Fácil. Portanto, era um arco com grande evasão, devido às dificuldades financeiras para pagar a condução até à escola, quando não se conseguia o custeio do transporte. Era um arco que tinha pouca demanda e o número de alunos sempre diminuía. Na época havia cerca de 30 alunos frequentando, e este podia receber até 150 matrículas. Dada à dificuldade em ampliar o número de matrículas, acrescida à diminuição das verbas, a opção foi fechar esse núcleo e e manter apenas dois.

A ex-coordenadora apontou ainda que a nova administração acabou cumprindo o que o Ministério estipulava que era o fechamento de núcleos em que havia poucos alunos frequentes. A nova gestão não arcou com a responsabilidade assumida pela gestão anterior de complementar o salário dos educadores, mantendo o arco, mesmo com um número de alunos. Assim esta medida levou ao fechamento de núcleo e o deslocamento de alunos para outros, acarretando a demissão de educadores e evasão. Essas alterações provocaram uma insatisfação nos alunos, pois não entenderam a mudança, já que, esta discussão não foi comunicada a eles.

Quanto aos jovens que faziam o curso de Construção e Reparos, uma boa parte deles trabalhava e tinha condições financeiras de chegar à escola, mesmo que não tivesse o cartão Passe Fácil. Isso fazia uma grande diferença.

Analisando os repasses anuais do governo federal para o município de Juiz de Fora a partir do ano de 2010, conforme mostra o Quadro VI, podemos perceber que com a mudança do programa para o MEC, houve também, reflexo nos recursos. No ano de 2010, o valor passou de um milhão de reais, já em 2013 caiu para menos de duzentos mil. Esse fato não aconteceu apenas em Juiz de Fora, em outras cidades também conseguimos perceber esse

novo rearranjo²⁷. Essa diminuição está possivelmente relacionada à mudança do programa para a área da Educação vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do MEC.

Quadro VI: Repasses do Governo Federal para o Município de Juiz de Fora

ANO	2010	2011	2012	2013	2014
VALOR	R\$ 1.127.466,48	R\$ 636.009,00	R\$ 1.136518,05	R\$ 190.222,80	R\$ 341.415,50

Elaboração própria. Fonte FNDE.

A ex-coordenadora apontou que quando o programa estava na assistência social, coordenado pela Secretaria da Juventude, o jovem podia escolher qual arco ocupacional ele gostaria de fazer e onde ele faria o curso. No dia da aula, ele ia para o local das atividades. Posteriormente, o Ministério da Educação estipulou que o jovem que se matriculasse em um determinado núcleo, teria que fazer o curso de iniciação profissional oferecido no mesmo local.

O professor A, também falou sobre a importância dos arcos de qualificação e dos problemas que ocasionam o fechamento:

Os Arcos incentivam muito para que eles queiram continuar, para que eles permaneçam. Então o Arco é importante, quando você tira um Arco, quando você fecha um Núcleo, é um desastre. Porque eles estão acostumados com aquela escola, eles já se integram, aí depois de três, quatro meses. Por causa da evasão, por causa da desistência, você fecha aquele Núcleo e manda aqueles alunos para outro lugar. Aí, nesse processo, muitos também desistem. (Professor A)

Observa-se então que o encerramento das atividades de núcleos e arco de qualificação foi um dos principais motivos da evasão e infrequência.

²⁷ Essas informações podem ser consultadas pelo site do FNDE selecionando o estado e município que deseja verificar: <http://www.fnde.gov.br>.

Em nossa pesquisa, a ex-coordenadora relatou as dificuldades encontradas para efetuar matrículas dos alunos, pois não havia conhecimento da nova realidade do programa, como nos esclarece:

O Ministério da Educação não fez uma propaganda. Quando o programa era da Secretaria de Assistência Social, eles tinham um pessoal que eles podiam contratar para fazer recrutamento. Então, eram contratadas eu não sei quantas pessoas, que iam para o calçadão panfletar, ficavam em banquinhas, tinha propaganda na televisão. Nós não, a gente teve que fazer todas as negociações com a imprensa local para fazer chamadas, a gente teve que mandar fazer cartaz para colocar nos ônibus, foi muito difícil. (Ex-coordenadora do Projovem Urbano)

O Relatório de pesquisa com Egressos (2011c) confirma, que a distância dos polos e núcleos é um dificultador para a permanência do estudante. Alguns egressos reclamaram das distâncias que tinham que percorrer em função da localização dos núcleos o que acarretava problemas com o transporte, a questão da segurança e violência nos locais. Avaliaram também, de forma negativa, o atraso do recebimento do auxílio financeiro, bem como da entrega dos certificados de conclusão do ensino fundamental.

Apesar de acreditarem na proposta do Programa, os educadores de Juiz de Fora também teceram algumas críticas à gestão do município que não abraçou o programa por completo. Outro problema refere-se à divulgação sobre a continuidade do mesmo, quando de sua transferência da área social para a Secretaria de Educação do município.

Em nosso estudo, o terceiro problema apontado foi a dificuldade de a escola regular ceder seu espaço para o funcionamento. Muitas escolas municipais se recusaram a aceitá-lo e foi preciso fazer parcerias com escolas estaduais, que no Município, localizam-se no centro da cidade. Um dos professores destacou que a dificuldade em se conseguir a parceria, devia-se à “concorrência” com os alunos da EJA, que, ainda existe em algumas dessas escolas em bairros onde há demanda. Por isso, poucas escolas aceitavam o programa. A ex-coordenadora esclareceu também, que a estrutura física das escolas utilizadas era muito precária.

Fato, também, apontado como problema no trabalho de Soares (2013). A relação com os diretores das escolas públicas foi colocada como um dos principais entraves na gestão do Projovem.

O quarto problema refere-se à contratação dos professores que era feita através de um edital específico, ou seja, os professores não eram efetivos no cargo e não havia a possibilidade de aproveitar o trabalho de determinados professores em outras turmas do Projovem. Não havia uma continuidade do trabalho realizado pelos educadores. Ficavam no programa apenas no tempo estipulado do contrato de trabalho, que era de 18 meses. Quando havia uma nova entrada de alunos era feito um novo edital de contratação.

O quinto problema mencionado pelos professores foi com relação à mudança de administração do município. Com as eleições, houve a mudança do prefeito e, principalmente, de liderança de partidos políticos. Essas alterações refletiram-se no programa também. Com a transição, houve a mudança da coordenação, que é um cargo de confiança, e de toda a equipe administrativa. Houve alguns ajustes na estrutura do mesmo, como redução de verbas orçamentárias. Eram constantes os atrasos das bolsas dos alunos e até mesmo do pagamento dos professores. Esses se mantiveram no programa por compromisso com os jovens, segundo relato dos dois professores entrevistados:

Nós pegamos, na realidade, várias coordenações. Porque quando terminou a gestão anterior e entrou a gestão atual, até que se firmasse a coordenação, nós ficamos praticamente um mês (...) sem saber quem nos coordenaria e aí vinha uma pessoa e vinha outra... e assim, não houve uma passagem de um grupo para o outro (...) quem saiu e quem entrou, foram grupos muito diferentes politicamente. E a questão política influenciou muito. Mas como nós estávamos, por sorte, já bem consolidados, porque tivemos o período anterior de seis meses, nós nos unimos, em preocupação com os alunos e firmamos que iríamos continuar, até que se levou praticamente três meses para essa nova estrutura. Muito tempo para essa nova estrutura, se adequar, para entender o que era o Projovem. (Professor A)

A professora E, também, afirmou que anteriormente havia uma gestão que apresentava todos os valores do programa e com a mudança, a justificativa era a de que não havia verbas para manter a estrutura que o programa tinha. Ressalta-se que parece que é uma característica do Brasil, as discontinuidades das políticas. Quem chega e assume um cargo, sempre quer impor o seu ponto de vista e muitas das vezes, por questões partidárias, desacredita no que está sendo realizado pelos governos anteriores ou ainda, por chefes e coordenadores que os antecederam. É comum lançar críticas às ações que estavam sendo

executadas. Como por exemplo, quem assumiu o programa em Juiz de Fora, considerou que o mesmo estava desorganizado e que precisava ser reestruturado.

O sexto problema apontado, diz respeito à estruturação do calendário escolar, uma vez que o curso dura 18 meses consecutivos, sem período de férias para alunos e professores. Segundo o professor, era preciso criar estratégias para que esse aluno não desistisse, pois os jovens trabalhavam, traziam filhos para a escola, enfrentando períodos de frio e chuva, quando havia baixa frequência. Outro ponto destacado por eles foi com relação ao início das aulas que se dava em meses diferenciados do calendário do ensino regular, assim, o jovem se inscrevia e não sabia quando o curso iria começar. Outras pesquisas como a de Noronha (2011) também evidenciaram esses problemas. O estudo apontou que o modelo do calendário nacional do Projovem Urbano, com um prazo de 18 meses ininterruptos, desconsidera as diferenças regionais e que em alguns municípios, os alunos foram submetidos a avaliações externas sem terem cumprido o conteúdo.

Em outra direção, a segunda coordenadora entende que os maiores problemas estão relacionados à própria realidade do aluno. Segundo ela:

Fazer com que os alunos permaneçam em sala de aula até a conclusão do curso é um constante desafio para os educadores. Como eles vêm de camadas pobres e enfrentam inúmeros problemas sociais e econômicos diariamente, a escola não é a prioridade deles. O programa trabalha na inclusão dos jovens, mas nossa maior dificuldade é a evasão, que acontece pelo próprio perfil deles. Eles são carentes, têm família, filhos e a preferência deles é buscar trabalho. (Coordenadora do Projovem Urbano)

Ao ser questionada sobre o número reduzido de alunos que concluíram o Programa em dezembro de 2013, uma vez que, de um total de 466 alunos matriculados, apenas 85 concluíram, afirma que:

Não acho que a evasão nos anos anteriores foi menor. Agora com relação à formatura de 2013, para nós da coordenação representou uma vitória, uma vez que o programa tenha passado por transição de coordenação e gestão. (Coordenadora do Projovem Urbano)

Cabe dizer que no ano de realização da pesquisa, o Projovem Urbano se manteve com um núcleo na região central da cidade e outro na região sudeste. Em 2015, houve alterações no programa e as aulas aconteceriam apenas na escola municipal central da cidade e com um arco de qualificação profissional, sendo escolhido o arco de alimentação. Como cada município pode escolher qual arco oferecer, percebe-se que por possíveis cortes orçamentários, o município escolheu apenas um arco. Desse modo, o jovem fica sem a possibilidade de opção.

Em síntese, o perfil dos que concluíram as atividades que compõem o Projovem em Juiz de Fora não difere do encontrado em nível nacional. São partes dos setores pobres das cidades, que não concluíram o Ensino Fundamental na época própria e o veem como oportunidade de continuar sua escolarização básica e adquirir condições para uma iniciação profissional. Percebe-se que a organização curricular, integrando disciplinas e estruturando-se em torno de eixos, possibilita a apreensão dos conhecimentos de forma significativa. Outro fator que se destaca é a atuação dos professores. Pela análise do Manual do Educador (BRASIL, 2012) observa-se que os docentes são preparados anteriormente para lidar com a diversidade de situações apresentadas pelos jovens, desde as frustrações com a escola regular, como diferenças intelectuais, socioeconômica, de valores, crenças e condições de vida. Os docentes são estimulados a “fazer a mediação entre o projeto de educação da sociedade e os projetos individuais dos estudantes.” (BRASIL, 2012, p.137) A proposta parece atrair um professor com um perfil diferente. Pesquisa nacional, Survey II- Educadores (BRASIL, 2011b) buscou identificar quais as principais motivações para ingresso no programa e encontrou: oportunidade de um trabalho que visava a transformação social, o seu caráter inovador, acompanhados de salário, horário de trabalho, local de funcionamento, condições de trabalho e público alvo.

A nossa pesquisa mostra que a diferença de atuação dos professores foi observada pelos alunos em comparação com as experiências em escolas anteriores. Significativa foi a observação de uma das entrevistadas que destacou “os professores olham para a gente, dão atenção, não ficam de costas escrevendo no quadro.” (Aluna ML) Esse é um ponto para reflexão, pois parece ser uma marca da escola regular. Em pesquisa realizada por Carnoy (2009) em que comparou a educação no Brasil, Chile e Cuba, ele percebeu que no Brasil predomina o uso de métodos tradicionais como cópia de conteúdos pelas crianças e que o professor ao utilizar o quadro negro como recurso didático e passa a maior parte da aula escrevendo “longos parágrafos de costas para a classe, enquanto os alunos se entretêm,

conversando com os colegas ou fazendo desenhos”. (CARNOY, 2009, p. 159) A instituição escolar, ainda permanece arraigada numa prática tradicionalista baseada em uma quantidade de conteúdos a serem ministrados e memorizadas pelos estudantes. É um ensino que acaba muitas das vezes se distanciando da realidade dos mesmos e levando à massificação de conteúdos. É como se essa escola não coubesse na vida dos jovens. (ABRAMO, 2008)

Em nossa pesquisa a postura do professor frente ao aluno, seu interesse em criar situações para que a aprendizagem ocorresse, a relação constituída entre os conteúdos trabalhados e as experiências de vida, o acolhimento do aluno e o constante estímulo ao seu desenvolvimento futuro foram percebidos e enfatizados nas entrevistas. Os dados mostraram também que o afastamento da escola regular ocorre na passagem dos anos iniciais do ensino fundamental para a segunda etapa. Esse fato confirma o que estudiosos (CARNOY, 2009; SARMENTO, 2013) têm apontado: a estrutura diferenciada de organização do ensino e da formação de professores entre a etapa inicial e a segunda etapa do ensino fundamental pode significar para alguns alunos dificuldade de continuidade dos estudos. Passa-se de um convívio com um professor que o acompanha, conhece suas possibilidades e limites para o convívio com vários docentes, mais voltados para transmissão de conteúdos, devido à forma como as licenciaturas têm sido conduzidas nos Institutos de Formação de Professores. Em sua pesquisa, Carnoy (2009) relata que em Cuba, onde os estudantes estão obtendo os melhores resultados, tem sido feita uma experiência de manter um professor por mais tempo, por entender que os alunos com 12 anos ainda apresentam dificuldades de lidar com a mudança que lhes faz conviver com vários professores e os estão preparando para isso.

Em relação à gestão observa-se que a estrutura federativa e as dificuldades de concretizar a cooperação como estabelece a Constituição e a LDB estão presentes. O governo federal ao elaborar e propor a política no âmbito da Educação Básica depende dos Estados e municípios para sua concretização. Nesse processo a adesão dos municípios é condicionada por suas prioridades políticas, recursos humanos, físicos e financeiros. No caso em estudo, a troca de prefeito foi percebida como um fator que interferiu no andamento das ações. Mas, também, no governo federal houve troca o que acarretou mudanças na gestão do Programa que saiu do controle da Presidência da República para o MEC, levando pela mesma lógica a sua passagem da área social para a Secretaria de Educação, no município. Nesta transição, houve também, a troca de coordenação do Projovem e a passagem dos dados de um órgão para o outro, levando inclusive à perda de arquivos. Nessa pesquisa, alguns dados não foram localizados. Houve uma redução de recursos destinados ao programa o que refletiu na oferta de núcleos e arcos ocupacionais, com o fechamento do núcleo de serviços pessoais.

Assim, percebemos uma descontinuidade de condução do programa alterando a forma como foi previsto em lei. Sua execução em âmbito local reflete uma falta de autonomia do município em gerir a política, dadas às estipulações definidas pelo governo federal. Da mesma forma, podemos perceber que as dificuldades enfrentadas pelo Programa no município em estudo, também são apresentadas por outros estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo teve como propósito, analisar a implementação do Projovem Urbano em Juiz de Fora e conhecer o perfil dos concluintes, quais suas percepções sobre o mesmo e suas expectativas em relação ao futuro, no que diz respeito à continuação da escolaridade e a inserção no mercado de trabalho. Como vários estudos têm mostrado boa parte dos matriculados não o concluem e existem poucos trabalhos sobre os que conseguem concluir o programa com sucesso. Daí o interesse em pesquisar como foi a experiência no Município e as razões apontadas para a permanência dos egressos, assim como as percepções dos atores sobre o Programa.

O programa é um dos eixos fundamentais da Política Nacional de Juventude e representa o compromisso do Governo Federal para com os jovens brasileiros que são excluídos dos processos de educação e trabalho.

Neste estudo, apresentamos a juventude em seu aspecto plural, como termo polissêmico capaz de incluir várias juventudes. (ABRAMO, 2005; DAYRELL, 2003; FORACCHI, 1965; NOVAES, 2009). Assim, concordamos com Foracchi (1965) quando aponta que a juventude deve ser considerada como fase da vida que está inserida em um determinado contexto histórico e que está muito além de ser apenas uma fase cronológica.

É possível dizer que a juventude vem se mostrando cada vez mais ativa na sociedade da era da globalização. Entretanto ainda podem ser notados traços de exclusão e estagnação, sendo necessária uma atenção à educação desse público jovem. Como apresenta os autores Dayrell (2003), Novaes (2009) e Carrano (2003), o jovem na sociedade atual, ao viver sua condição juvenil, é tomado por dúvidas, incertezas e conflitos pessoais. Hoje o jovem está à frente de várias possibilidades e de tecnologias que facilitam a comunicação e o acesso à informação, mas sem educação não tem como usufruí-las.

A educação torna-se cada vez mais necessária no mundo globalizado, embora não seja suficiente para garantir êxito no mercado de trabalho. Conforme apontou Pochmann (2004, p.231) os filhos de pobres “(...) ao ingressar muito cedo no mercado de trabalho o fazem com baixa escolaridade, ocupando as vagas de menor remuneração disponíveis, quase sempre subjugadas (...)”.

Novaes (2006) nos mostra que a juventude de hoje experimenta uma nova forma de ser jovem:

A juventude é como um espelho retrovisor da sociedade. Mais do que comparar gerações é necessário comparar as sociedades em que vivem os jovens de diferentes gerações. Ou seja, cada tempo e lugar, fatores históricos, estruturais e conjunturais determinam as vulnerabilidades e as potencialidades das juventudes. Os jovens do século XXI, que vivem em um mundo que conjuga um acelerado processo de globalização e múltiplas desigualdades sociais, compartilham uma experiência geracional historicamente inédita (NOVAES, 2006, p. 3).

Assim, é necessário que o jovem, mais do que nunca, tenha um nível educacional e cultural compatível com as exigências do tempo presente sendo importante criar hábitos culturais que possam contribuir para que ele consiga perceber e conquistar seus direitos enquanto cidadão e buscar uma melhor inserção no mercado de trabalho.

A partir dos anos 90, como já foi dito, iniciam-se discussões e debates que objetivam o reconhecimento e inclusão dos jovens, compreendidos como sujeitos de direitos, por meio da implementação de políticas públicas para a juventude. A promulgação do ECA, em 1990, foi um marco importante no Brasil. O problema era que os programas atendiam apenas os jovens até aos 18 anos, excluindo os maiores de 18 dos direitos concedidos a partir do ECA. A aprovação do Estatuto da Juventude, em 2013, foi um avanço para este público onde se estabeleceram os direitos dos jovens que haviam ficado à margem.

Cabe ressaltar que a formulação da política pública, em estudo, está direcionada para uma juventude denominada vulnerável, em situação de risco, excluída. Uma juventude marcada por problemas sociais e com características próprias. As políticas públicas pretendem, assim, dar respostas aos problemas sociais e devem ser compreendidas como o Estado respondendo às pressões da sociedade para a conquista de direitos. Observa-se que a juventude tem sido reconhecida como importante no desenvolvimento de um país.

Procuramos analisar um programa que foi pensado para possibilitar a complementação da escolaridade para aqueles que não a concluíram no tempo certo. Estes são jovens oriundos dos setores mais pobres da sociedade e em condições sociais precárias. O estudo mostrou que mesmo essa oportunidade oferecida através do Projovem não tem sido suficiente, já que muitos se matriculam, mas poucos conseguem chegar até o fim.

O Projovem Urbano traz em sua carta de intenções os seguintes objetivos: a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação para esse mundo; a participação em ações coletivas de interesse público; a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação; a ampliação do acesso à cultura. (BRASIL, 2012)

É um programa que responde ao previsto no Estatuto da Juventude que prevê, no capítulo que trata do Direito à educação, em seu artigo 7, que: “O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.” (BRASIL, 2013, p.4). Coloca como dever do Estado oferecer aos jovens que não concluíram a educação básica, programas na modalidade da educação de jovens e adultos, adaptados às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno (...). (BRASIL, 2013, p.4)

O programa acerta em seu objetivo de reinserir os jovens no processo de escolarização e essa se mostrou atrativa para os que o procuram. No que se refere à dimensão da qualificação profissional, realizada através dos arcos ocupacionais escolhidos pelo Município, observa-se que esta tem criado expectativas, mas têm sido insuficiente para propiciar aos jovens uma oportunidade de trabalho na qualificação obtida. Assim observamos que a conclusão do Ensino Fundamental é o principal mérito do Projovem Urbano com o incentivo à continuidade dos estudos.

O programa em Juiz de Fora tem um perfil de jovens com a predominância de um público feminino, composto em sua maioria por pretos e pardos e com trajetórias escolares de reprovação e evasão. Dentre eles estavam jovens mães, analfabetos, jovens querendo reafirmar sua opção sexual, alunos portadores de deficiências, jovens com vulnerabilidade social. Eram filhos de pais com pouca escolarização (ensino fundamental incompleto), mas que estavam ali para tentar reescrever um novo percurso em suas vidas. Jovens que têm pressa de completar sua escolaridade para se inserirem no mercado de trabalho com mais qualificação. Os professores sabiam dos desafios que lhes apresentavam e eram preparados para isso nos cursos de formação do Projovem.

Os professores e a gestão do programa acreditam na proposta do Projovem considerando-o um “sucesso” para aqueles que conseguem concluir. Considera-se que ele cumpre seus objetivos quando consegue fazer com que o jovem chegue até a etapa final do mesmo. No entanto, observou-se que um número considerável não conseguiu completar esse percurso de não exclusão. O programa apresentou-se como um impulsionador de sonhos nos jovens, estimulando-os a continuar estudando, completando o ensino médio e pensando na

entrada na universidade. Cursar a faculdade de Gastronomia como apontada pela aluna G, Psicologia pela aluna Z, Química pelo aluno W, Nutrição pela aluna AC.

Observa-se que são depositadas muitas expectativas no Projovem em seus objetivos gerais a fim de modificar as condições de vida dos jovens. Há um SMA em nível nacional para avaliar a implementação e a efetividade do programa. No entanto, este, apesar de proporcionar indicadores que permitem identificar os problemas, não tem sido suficiente para que aos gestores consigam superar as causas de evasão, tanto em nível local quanto nacional. Esta pode ser considerada o principal desafio a ser vencido por um programa voltado para um público jovem com trajetórias plurais de abandono escolar. Dessa forma, consideramos que não basta qualificar os professores que vão atuar no Projovem, mas é necessário propiciar condições de permanência para o desenvolvimento das atividades, a fim de mantê-los no Programa. A evasão é um problema em qualquer proposta de EJA e no Projovem, os fatores ligados à concretização do mesmo na gestão local dificultaram a permanência dos estudantes, tendo como consequência os altos índices de evasão.

Ao olhar as trajetórias de escolarização dos nossos sujeitos, verifica-se que foram marcadas por abandonos e tentativas de retomada dos estudos. Os jovens eram estimulados pela própria família a estudar, mas sabiam que seria um grande sacrifício, uma vez que precisavam também trabalhar. Isso exigia empenho e esforço para se manterem motivados. Porém reconheciam o valor da certificação escolar, como parte da exigência de inserção no mercado de trabalho. O programa é, para a maioria, a oportunidade de qualificar-se obtendo uma capacitação mínima que lhes possibilite um emprego que gere renda.

Deparamo-nos com um conjunto de motivos que provocam os caminhos irregulares desses jovens, dependendo da história de vida e da experiência de cada um. A necessidade de trabalhar é um deles. Somado a isso, muitos disseram ter tido dificuldades para aprender na escola regular, fato que os motivou a evadirem-se. Outro motivo apontado foi a maternidade precoce. Para as jovens mães esta foi a razão de estarem ali, pois interromperam sua trajetória no ensino regular. Um ponto destacado como fundamental foi a presença de uma cuidadora para os filhos das estudantes nas salas de Acolhimento. Esta iniciativa configurou-se como uma estratégia importante para que elas pudessem estudar e realizar as atividades propostas.

Sobre as trajetórias “zigzagueadas” dos pesquisados, foi observado também, que ao retomarem os estudos, manifestam o sentimento de frustração por seu abandono escolar, pela sensação de tempo perdido e a necessidade de recuperação desse tempo de forma mais breve possível. Esses, não viveram a moratória social como os provenientes das classes

média e alta. Não é dado a eles o tempo de prepararem-se para a entrada no mercado de trabalho. Esses jovens, quando não evadem, tentam conciliar trabalho e escola, pois o trabalho, para eles, é uma categoria muito importante, uma vez que lhes garante o sustento familiar. Portanto, para romper com o ciclo da exclusão social, são necessárias políticas públicas direcionadas aos que apresentam vulnerabilidade social.

Retomando as ideias de Castel (2001) no que se refere aos excluídos, para ele denominados “desfiliados”, podemos perceber que estes não participam das conquistas sociais e dos benefícios do sistema econômico, o que faz com que um número de pessoas (entre crianças, jovens, adultos e idosos) fiquem à margem da sociedade. Dentre eles, estão os jovens do programa analisado. Jovens que foram marcados por reprovações e evasão do sistema escolar, não tiveram acesso aos direitos básicos de cidadania e necessitam regressar aos bancos escolares para concluir sua escolaridade.

Nos documentos sobre o Projovem Urbano, o público-alvo é classificado como “jovem excluído” e essa visão é a percepção dos professores e da coordenação também. O jovem é entendido como alguém que necessita de ajuda e precisa concluir sua escolaridade para conhecer e exercer seus direitos de cidadania.

Analisando as condições dos que concluíram o curso, conseguimos compreender que a escola era valorizada pelos pais, e que, mesmo não podendo ajudar muito a seus filhos, manifestavam esse empenho, procurando favorecer a escolarização dos mesmos.

Para a maioria, a busca pelo Programa teve sua ênfase na conclusão do ensino fundamental; para outros, a qualificação era o mais importante e, para grande parte, a ideia era a de recuperar o tempo perdido. Poucos mencionaram a busca pelo atrativo da bolsa, embora, observamos que esta era importante para a complementação da renda familiar. Ao longo das entrevistas, outras questões foram se delineando. Questões como a relação professor/aluno, autoestima, qualidade das aulas ministradas pelos professores e o anseio por novas oportunidades de trabalho foram destacadas nas entrevistas. O Projovem Urbano é visto, além de uma oportunidade de conclusão do ensino fundamental, como um lugar de acolhimento e a possibilidade de superação de dificuldades nesse retorno.

De acordo com os entrevistados, os motivos que levaram estes jovens a evadirem-se do Programa estavam atrelados ao atraso da bolsa, à dificuldade de acesso ao local do curso devido à carência de recursos e ainda, às mudanças ao longo do processo, como o fechamento do arco ocupacional de Serviços Pessoais. A permanência é estimulada pela relação professor e aluno, o que é destacado nos discursos dos egressos, dos educadores e da coordenação. Todos apontam as diferenças entre o Projovem Urbano e a escola regular,

principalmente centrada na postura do professor, entendido como mais compreensivo, amigo, companheiro, aberto para conversa e desabafos. O educador é quem incentiva o jovem a chegar até o fim do curso, apontando novas possibilidades para sua vida acadêmica e laboral. São eles que ampliam as redes de sociabilidade dos jovens. Se sentem acolhidos e incluídos, superando as frustrações com a escola anterior.

A estrutura do Programa com base em eixos estruturadores e um currículo integrado e interdisciplinar foram aspectos levantados pelos professores, alunos e coordenação do programa como o diferencial do Projovem. Um currículo que objetiva que o jovem atue como sujeito e que as aprendizagens levem em conta seus conhecimentos prévios e suas experiências de vida. Aliado a isso, como diferencial foi apontado também, a relação do professor frente aos jovens. A forma como conduziam os problemas, compreendendo-os e sendo flexível diante das faltas, das atividades que não haviam realizado, foram fatores que proporcionaram a permanência dos estudantes programa. Por outro lado, para aqueles que evadiram outras questões estavam relacionadas, como já apontas. Outras pesquisas também identificaram estas dificuldades. (ALVES, 2012; BRASIL, 2011; SILVEIRA, 2009)

Esses fatores elencados pelos pesquisados demonstram as diferenças em relação à escola regular, que, para eles, não deu a oportunidade de conclusão de sua escolaridade. O “não aprender” e as constantes reprovações os levaram a interromper sua vida acadêmica em meio às dificuldades impostas pela necessidade de trabalhar, pela maternidade, pelo cansaço, dentre outros. O Programa nos faz indagar como tem sido a formação dos professores nos institutos e universidades e ainda, que tipo de professores tem sido formados. Cabe perguntar se é preciso uma nova escola, com outro formato para incluir alunos que foram expulsos e excluídos do sistema escolar, como é o caso da política em estudo.

Na visão dos professores a principal contribuição do Projovem na vida dos jovens foi a de construir o sentimento de pertencimento, autoestima, a conclusão do Ensino Fundamental e a formação profissional inicial. Para os jovens foi a conclusão dos estudos, o aumento de sua autoestima, a possibilidade de fazer novas amizades e aprender uma profissão.

A baixa escolaridade e a falta de qualificação aparecem na visão dos jovens como empecilho para se conquistar um “bom emprego”. A ideia de que a educação e a qualificação são vias de acesso a melhores condições de vida é muito presente, mesmo que hoje se questione essa relação diante da retração e da precarização do emprego.

Conforme destaca Novaes (2007, p. 2), a “discriminação por endereço restringe o acesso à educação, ao trabalho e ao lazer dos jovens que vivem nas favelas e

comunidades caracterizadas pela presença (ou ausência) do poder público”. Dizer onde mora traz implícita uma série de restrições, estabelecendo marcas preconceituosas e estabelecendo limites de acesso aos bens e direitos sociais. A situação precária de emprego e as condições de vida que encontramos nas próprias histórias dos jovens egressos reforçam essa ideia.

Esses jovens, por não terem completado o ensino fundamental, ocupavam postos de trabalho precários, que aceitavam baixa qualificação ou ainda estavam desempregados. A maioria almejava uma condição social melhor que a de seus pais, buscando uma maior escolaridade. Nesse contexto, tentando contradizer a “causalidade do provável” bem colocada por Bourdieu (1998), tentavam remar contra a maré, buscando quebrar o ciclo vicioso da pobreza, elaborando sonhos e estratégias para a realização de seus projetos. Nestes projetos, escola e trabalho estavam incluídos.

Como demonstram os estudos de Bourdieu e Passeron (1975, p. 218), a meritocracia escolar tem a função de legitimar a estrutura de classes. Não se invocam o sangue como fora no passado, “(...) o herdeiro dos privilégios burgueses deve apelar hoje para a certificação escolar que atesta simultaneamente seus dons e seus méritos”.

Dito isso, não podemos esquecer que a escola é de fato meritocrática e está dentro de uma estrutura maior que é a sociedade. Não basta mudar a escola. Uma sociedade com hierarquia de classes, que exclui os desiguais através do mérito, que privilegia os “mais capazes”, reflete-se na escola. A escola regular padece com essa estrutura imposta pela sociedade, onde os privilégios são obtidos, pelos mais qualificados, mais competentes, mais talentosos. Os que ficam de fora são os excluídos, os desfiliaados deste sistema excludente e que precisam ser incluídos através de políticas sociais pensadas para esse fim. (MARTINS, 2003)

O Programa traz ao jovem, a partir da conclusão do ensino fundamental, a possibilidade de pensar seu futuro, estimulando-o a prosseguir no ensino médio. No entanto, apenas um pequeno grupo consegue usufruir da oportunidade que lhe é oferecida. Segundo o estudo realizado, aqueles que o concluíram representam uma parcela que, de alguma forma, tem uma estrutura familiar que os estimula a completar, pelo menos, o mínimo de escolaridade. As condições oferecidas pelo Programa não são suficientes para possibilitar a um maior número superar as limitações sociais e econômicas do contexto em que vivem. Cabe destacar, também, que após concluírem o Projovem, tentam dar continuidade a sua escolaridade no ensino médio na modalidade da EJA. Persistem ainda, na busca pelo caminho “mais rápido” e “curto” como forma de um atalho para driblar o tempo que ficaram sem

estudar. Tendo uma formação precária, o alcance de seus projetos de cursar o ensino superior e de conquistar um emprego formal é, também, mais difícil, embora não impossível.

Além disso, há problemas administrativos e dificuldades na relação entre governos, que comprometem o alcance das políticas. Percebemos que a queda no repasse de recursos acarretou o fechamento de polos e núcleos. As dificuldades em se conseguir um local para a realização das atividades e as precárias estruturas das escolas onde o programa funciona foram outros empecilhos, comprometendo seu êxito no Município.

Outra questão que não se pode deixar de mencionar é a descontinuidade das políticas em sua implementação. No governo de Dilma Rousseff, houve a transição do Projovem Urbano, da Presidência da República, para o MEC. A política em sua origem envolvia ações diversas, focalizando a família, os alunos e envolvia vários ministérios, sendo coordenada por uma Secretaria ligada à Presidência da República. Ao passar para a responsabilidade do MEC, a política acabou enfraquecendo, uma vez que as atividades e a execução do mesmo ficaram desarticuladas, restringindo-se à área educacional. Conforme também apontou a pesquisa de Soares (2013), a migração do programa para o MEC, teve sua relevância diminuída até mesmo diante das propagandas midiáticas. No Município em estudo significou passá-lo da área Social para a da Educação. O programa passou a ser uma modalidade da EJA, concorrendo com alguns projetos da mesma, o que mostra uma necessidade de se realizar uma Agenda Territorial, para evitar os desperdícios de gastos com recursos públicos em programas concorrentes e que se sobrepõem. Com esta transição, o mesmo passou a ser concebido como mais um dentre os muitos programas dentro deste ministério. No entanto, para o Governo Federal esta transferência visava garantir o aperfeiçoamento e a expansão do Programa para demais localidades. Outra mudança ocorrida foi a implantação das salas de acolhimento que foi fruto de demanda dos jovens, professores e coordenadores e do CNJ. Esta iniciativa do MEC, considerada pioneira, surge como possibilidade para os estudantes que não tem como quem deixar seus filhos.

O futuro do programa ainda parece incerto, visto que se olharmos para a realidade de Juiz de Fora, percebemos a redução dos arcos ocupacionais. No início, quando implantado na cidade, eram três. Em 2013, reduziram-se para dois arcos e, em 2015, permanece apenas um. Dessa forma, podemos indagar se essa transição foi de fato benéfica ao programa que foi gestado com a promessa de dar um novo rumo às políticas de juventude no país.

Duarte e Brooke (2007), em seu estudo, mostram o quanto as condições em que são realizadas as atividades do programa são precárias e a constante diminuição do

número de alunos durante o curso. Isso parece ser uma característica, visto que também observamos realidade semelhante em nossa pesquisa no período estudado. De 466 matriculados em 2012, apenas 85 jovens conseguiram concluir em 2013. A evasão foi alta e, em nossa análise, embora não fosse o foco do estudo, conforme já mencionado, alguns problemas na execução contribuíram para aumentá-la no município estudado.

A pesquisa de Soares, Ferrão, Marques (2011) e Blanco (2009), dentre outros, demonstra que o principal atrativo do programa para os jovens foi a qualificação profissional. Confirmamos também a importância dada à qualificação no programa. Esse foi um dos atrativos para eles, pois manifestavam expectativas de começar a trabalhar formalmente, com carteira assinada. Essa oportunidade era entendida como um suporte necessário para uma melhor inserção laboral. No entanto, em nosso estudo os jovens destacaram a escolaridade como principal interesse. Mesmo sabendo que haverá dificuldades, percebem que estudar é a estratégia, o caminho para alcançar uma vida melhor.

É interessante constatar ainda, que nem todos os autores de estudos sobre o Projovem acreditam na ação do programa e passam a contestá-lo como ineficaz. (MARTINS, 2010; PIRES, 2010) Concordamos que o Projovem Urbano não tira ninguém da pobreza inicialmente, mas capacita este jovem para ir além. Estudos apontam que a formação é aligeirada, porém as transformações na sociedade não acontecem do dia para noite. Assim, é preciso dar os primeiros passos e cobrar do programa apenas os objetivos que ele se propõe.

Considerando os direitos previstos no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), tais como respeito à diversidade na garantia do acesso e permanência na escola; a participação social e política; profissionalização; inclusão social por meio do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação, observou-se, no estudo realizado, que foram pontos contemplados no planejamento do Projovem. Em sua concretização no município, os principais desafios estavam ligados a recursos financeiros, territorialidade e mobilidade. O deslocamento de um bairro para outro, em função da redução dos núcleos e a necessidade de transporte, dificultava a permanência, uma vez que o jovem com o atraso das bolsas e a ausência do recurso para a sua condução, ficava impedido de acessar o novo núcleo onde seriam realizadas as aulas.

O Projovem Urbano teve um planejamento articulado com outras políticas e recebeu o apoio inicial da Presidência da República, mas sua execução foi comprometida pelos entraves burocráticos, pelas dificuldades de cooperação entre os entes federados e pelas mudanças de interesses nas gestões governamentais. Algumas lacunas ainda ficam por ser exploradas em pesquisas futuras. Ressalta-se a importância de novos estudos sobre a transição

do Projovem para o MEC e os seus impactos na vida dos jovens. Nossa pesquisa mostrou que esta passagem comprometeu a ação do programa.

Outro ponto que merece novos estudos é a relação de colaboração entre municípios e governo federal na execução do Projovem. A política remete a ações definidas e executadas numa perspectiva hierárquica. O Governo Federal propõe para os municípios, uma ação política, mas os mesmos têm dificuldades para executá-la. Esta é uma questão que merece novos estudos.

Cabe também, outros estudos sobre os educadores do Projovem Urbano, visto que eles são apontados como o diferencial pelos egressos. Outros estudos podem tentar investigar o que fazem com que eles tenham essa relação com os alunos e principalmente o que é ser educador e os impactos dessa relação na formação do estudante. Também, a estrutura curricular em torno de eixos estruturantes foi considerada facilitadora da aprendizagem no Projovem e demanda novas pesquisas. Outro ponto para novas análises é o predomínio de mulheres no Programa.

Finalizando, acreditamos na importância de ações voltadas para a juventude, propiciando uma nova oportunidade de acesso à educação, considerada como um direito. Entretanto, sabemos que mais do que garantir o acesso, é necessário assegurar a permanência deste no sistema de ensino. Este tem sido um dos desafios a serem vencidos nas políticas de EJA. Concordamos com Andrade (2004, p.44) quando destaca que “Nas escolas da EJA estão os jovens reais, os jovens aos quais o sistema educacional tem dado as costas. Percebê-los significa a possibilidade de dar visibilidade a esse expressivo grupo (...)”. Como a autora mesmo afirma:

É exatamente quando olhamos a juventude pelo viés da educação de jovens e adultos que fica claro que a palavra juventude é profundamente plural e extremamente desigual. Apesar das péssimas condições de acesso e permanência oferecidas aos jovens brasileiros no campo da educação, eles estão construindo muitas formas de aparecer no mundo, sob tantas outras óticas. É mais do que hora de o sistema educacional enxergá-los. (ANDRADE, 2004, p.54)

Nossa perspectiva é que este trabalho possa contribuir com a temática de juventude no Brasil e que a análise empreendida até aqui, possa alimentar o debate sobre

novas pesquisas e políticas na área e, ainda, propiciar uma avaliação do programa no Município de Juiz de Fora, apontando novas estratégias a fim de diminuir a evasão escolar e aumentar o número de concluintes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. Última Década, Viña del Mar, CIDPA, no16, p. 119-155, mar. 2002.

_____. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V. e PAPA, F. de C. (org.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis*. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Juventude. In: Bittar (org). *Governos estaduais: avanços e desafios*. São Paulo, Editora da FPA, 2003.

_____.; BRANCO, Pedro Paulo (orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Instituto da Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. Juventude e Integração Sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis. Relatório Nacional do Brasil. Ibase, Pólis. Rio de Janeiro: novembro de 2007.

_____. Que é ser jovem no Brasil hoje? In: SOUTO, Anna Luiza Salles (Coord.). Ser jóven en Sudamérica: diálogos para a construcción de la democracia regional. Valparaíso, Chile: Ibase, Polis, CIDPA, IDCR, 2008.

ALVES, F. L. da C. *Juventude e trajetórias escolares: condicionantes do abandono e permanência no ProJovem Urbano*. In: V Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, 2012, Pernambuco. Disponível em: <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/.../TRABALHO-38.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

ANDRADE, E. R. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: BARBOSA, Inês O., PAIVA, Jane (orgs.). Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 43-54.

ANDRADE, E. R.; ESTEVES, G. C. L.; OLIVEIRA, E. C. de. “Composição social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem: novos/velhos desafios para o campo da Educação de Jovens e Adultos.” *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 82, p. 73-89, Nov. 2009.

ASSUNÇÃO, G. R. da. A (des) proteção social da juventude: uma análise à luz da avaliação do ProJovem Urbano segundo seus/as usuários/as no município de João Pessoa-PB, 2010. 226f. : il. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA. João Pessoa. 2010.

_____. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Entrevista concedida a Jefferson Mainardes e Maria Inês Marcondes. Educação e Sociedade, v. 30, n.106, jan./abr. 2009.

BLANCO, D. M. *À luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do PROJOVEM Urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. O ProJovem Urbano na trajetória das políticas para juventude: Desafios do programa e perspectivas de análise. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. v. 2, n. 3, julho de 2010.

BOGDAN, R. C. & BRIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Editora, 1994.

BONETI, L. W. *Políticas públicas por dentro*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

BOURDIEU, P. PASSERON, J. C. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

_____. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 113.

_____. *A miséria do mundo*. São Paulo, Vozes, 1997.

_____. Escritos da educação. In: NOGUEIRA, Maria Lúcia; CATANI, Afrânio. *Escritos de educação*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Orgs.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis (RJ), Vozes, 1998a, p.73-79.

_____; CHAMPAGNE, P. “Os excluídos do interior”. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Orgs.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis (RJ), Vozes, 1998b, p. 217-27.

BRASIL. *Constituição do Brasil 1988*. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 Mai. 2013.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente* (1990). Lei nº 8. 069/90. Ementa. Publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 1990.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 10 Jul. de 2014.

_____. PEC nº138/2003, PL nº 4.529/2004 e PL nº4.530/ 2004. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2013.

_____. Câmara dos Deputados. Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. *Projeto de Lei n. 4.530*: aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências. Brasília: 2004. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2012.

_____. Medida Provisória n. 238, de 1º de fevereiro de 2005. Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens –

ProJovem, cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e cargos em comissão, e dá outras providências. Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 14 fev. 2013.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº2/2005 de 16 de março de 2005. Dispõe sobre o Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Relatores: Carlos Nejar e Francisco Aparecido Cordão. Publicado no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2005.

_____. Lei Federal n. 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis n. 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 11 jul. 2013.

_____. Decreto nº. 5.557, de 5 de outubro de 2005. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Brasília, DF, 6 out. 2005.

_____. Resolução CNE/CEB nº 3/2006, de 15 de agosto de 2006. Aprova as Diretrizes e procedimentos técnico pedagógicos para a implementação do Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, criado pela Lei nº 11.129, de 30/7/2005, aprovado como “Projeto Experimental”, nos termos do art. 81 da LDB, pelo Parecer CNE/CEB nº 2/2005.

_____. Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências.

_____. Lei nº 11.692/2008, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. *Parecer CNE/CEB nº 18/2008*, de 6 de agosto de 2008c. Apreciação do Projeto Pedagógico Integrado e autorização de funcionamento do ProJovem Urbano. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9903&Itemid=>. Acesso em: 18 mar. 2012.

_____. Parecer CNE/CEB nº 18/2008. Dispõe sobre a apreciação do Projeto Pedagógico Integrado e autorização de funcionamento do Projovem Urbano. Relator: Francisco Aparecido Cordão. Publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2008.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008*. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. Brasília, 2008.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm. Acesso aos 27/06/2014.

_____. *Projeto pedagógico integrado do ProJovem Urbano*. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2009.

_____. *Guia de políticas Públicas de Juventude*. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2010.

_____. CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE. *PEC da Juventude nº 42/2008: o Brasil precisa, a juventude quer*. Brasília, 2010.

_____. *Manual do Educador: Orientações Gerais*. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2010.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.649, de 21 de dezembro de 2011. *Altera o Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008, e dá outras providências*. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7649.htm. Acesso em 10 mai. 2013.

_____. Congresso Nacional. Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011 (nº 4.529, de 2004, na Casa de origem). *Estatuto da Juventude*. Parecer nº 229, de 2013.

_____. Coordenação GT de Avaliação do Programa. *Cadernos Temáticos do ProJovem: Survey II Alunos: Perspectiva comparada entre as 1ª, 2ª, 3ª, 5ª e 6ª entradas do ProJovem Urbano*. Sistema de Monitoramento e Avaliação. Brasília, 2011a.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. CAEd. *Cadernos Temáticos do ProJovem Urbano - SURVEY II-EDUCADORES Perspectiva comparativa entre as 1ª, 2ª, 3ª, 5ª e 6ª entradas do ProJovem Urbano*. Brasília, 2011b.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. CAEd. *Cadernos Temáticos do ProJovem Urbano – Relatório: pesquisa com egressos*. Brasília, 2011c.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. CAEd. *Cadernos Temáticos do ProJovem Urbano – Pesquisa telefônica com evadidos do ProJovem Urbano*. Brasília, 2011d.

_____. *Manual do Educador: Orientações Gerais*. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Nota Técnica nº 02/2012 MEC/SECADI/ProJovem Urbano*, de 19 de janeiro de 2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17462&Itemid=817>. Acesso em: 20 jan. 2013.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm. Acesso em 5 mai. 2014.

_____. Congresso Nacional. Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011 (nº 4.529, de 2004, na Casa de origem). *Estatuto da Juventude*. Parecer nº 229, de 2013.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Atividade do Observatório Participativo da Juventude. Unesco. *Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros*. Brasília, 2014.

CAMACHO, L. *Projeto Agente Jovem: ação, programa ou política pública de juventude?* In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2004. 1 CD-ROM.

CAMARANO, A. et al. A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? *Mercado de trabalho. Conjuntura e análise*, n. 21, Brasília, IPEA, 2003, p. 53-66.

CARNOY, M. *A vantagem acadêmica de Cuba: por que seus alunos vão melhor na escola*. São Paulo: Ediouro, 2009.

CARRANO, P. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. In MOREIRA E CANDAU (org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”* REVEJA nº 0, 2007.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*, Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v.1. 698 p.

CORROCHANO, C.; SPOSITO, M. P. *A face oculta dos programas de transferência de renda para jovens no Brasil*. Tempo Social: revista de sociologia da USP, v. 2, n. 17, p. 141-172, nov. 2005.

DAYRELL, J. *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

_____. Juventude e escola. In: SPOSITO, Marília (Org.). *Juventude e escolarização*. Brasília: MEC/Inep/Comped. 2002.

_____. Escola e culturas juvenis. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). *Políticas públicas: a juventude em pauta*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert, 2003.

_____.; LEÃO, G.; REIS, J. Juventude, pobreza e ações socioeducativas no Brasil. In SPOSITO, Marília Pontes (coord.). *Espaços públicos e tempos juvenis*. São Paulo: Global, 2006. p. 47-82.

_____. *A escola “faz” as juventudes?: reflexões em torno da socialização juvenil*. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas-SP, v. 28, n. 100 (especial), p.1105-1128, 2007.

_____.; REIS, J. *Juventude, pobreza e ações socioeducativas no Brasil*. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 30., 2007, Caxambu. Anais eletrônicos... Caxambu: Anped, 2007. 1 CD.

DICK, H.. *Gritos silenciados, mas evidentes*, 2003. p. 237- 256.

DUBAR, C. *A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência*. *Revista Educação e Sociedade*, v. 19, n. 64, set. 1998.

_____. *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 2005, 343p.

DUARTE, M. R. T.; BROOKE, D. A. de L. *Avaliação da implementação de programas socioeducacionais: efeitos possíveis a partir da experiência do Projovem*, 2007. Disponível em:http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/317.pdf. Acesso: 14 out. 2013.

DUBET, F. “A escola e a exclusão.” *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, p. 29-45, julho, 2003.

_____. *O que é uma escola justa?* *Cadernos de Pesquisa*, vol. 34, n.123, p.539-555, set/dez.2004.

DYE, T. D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

FERREIRA, M. D. P. Juventude, ciência e expansão escolar: algumas questões para alimentar o debate. In: FERREIRA, C. A.; PERES, S. O.; BRAGA, C. N.; C., M. L. M.. (Org.). *Juventude e Iniciação Científica: políticas públicas para o ensino médio*. 1a.ed.Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, 2010, v. , p. 193-211.

FERREIRA, M. L. M.; SOUZA, J. A. C. F. de. *Juventude, Educação e Qualificação Profissional: um estudo de caso do ProJovem Urbano*. V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão- SE. 2011.

FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

_____. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

HÖFLING, E. de M. *Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos de Educação*. CEDES v.21 n.55 Campinas, nov. 2001.

IANNI, O. Globalização e neoliberalismo. *São Paulo em Perspectiva*. Fundação SEADE. São Paulo, v. 12, n. 2, p. 27- 32, abr./jun. 1968.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/>. Acesso em 7 abr. 2013.

_____. Censo 2010. Disponível em: <http://censo2012ibge.gov.br>. Acesso em 15 mai. 2012.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/.../pnad2011/default_brasil.shtm. Acesso em: 28 fev. 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAHIRE, B. *Sucesso escolar nos meios populares – as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 2004.

LEÃO, G. M. P. *A gestão da pobreza juvenil: uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres*. GT: Movimento social, 27ª ANPED, 2004.

_____. M. P. *Entre a autonomia e o controle: uma análise de um programa de transferência de renda para jovens pobres*. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 29., 2006, Caxambu. Anaiseletrônicos. Caxambu: Anped, 2006. 1 CD

LÉON, O. D. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. In: FREITAS, M.V. e PAPA, F. de C. (org.). *Políticas públicas de juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

LORDELO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. M. (Organizadores). *Estudos com estudantes egressos : concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas* . Salvador: EDUFBA, 2012. 173 p.

MAINARDES, J. *Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, jan./abr. 2006.

_____.; MARCONDES, M. I. *Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 106, jan.-abr. 2009.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. *Juventude uma aproximación conceptual*. In: BURAK, S.D. (org). *Adolescencia y Juventud en América Latina*. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

MARTINS, J. de S. *A exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: PAULUS, 1997.
 _____. *Sociedade vista do abismo -Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MARTINS, E. S. *Formação profissional de jovens: entre a educação e a assistência – 2010*. 125 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

MINAYO, M. C. S; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. de *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004. 243p.

NOGUEIRA, M. A. *Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais: notas em vista da construção do objeto de pesquisa*. Teoria & Educação, nº 3, Porto Alegre: Pannonica, 1991.

_____. *Famílias de camadas médias e a escola: bases preliminares para um objeto em construção*, Educação e Realidade, nº 2, v. 20, jul./dez., p. 9-25, 1995.

_____.; NOGUEIRA, C. M. M. *Bourdieu & a educação*. 2.ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. *A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 78, p.15-35, abr. 2004.

NORONHA, I. de L. A. *Práticas educativas do ProJovem Urbano: além dos muros da escola*. In: *Encuentro eruro-brasileño sobre universidad en tiempo de globalización y crisis*, 2011, Gandia Espanha. Revista eletrônica asa branca, 2011.

NOVAES, R. C. R. *Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso*. In: FREITAS, Maria Virgínia e PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs) *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____. (org.). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

_____. *Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas*. p.253-275 in *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

_____. *Trajetórias juvenis: desigualdades sociais frente aos dilemas de uma geração*. In: FÉRES, Maria José Vieira et al. *Textos Complementares para Formação de Gestores*. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008.

_____. Prefácio. In: CASTRO; AQUINO; ANDRADE (Orgs.). *Juventudes e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.

_____. C. R. *Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...)*. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia. *Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Petrópolis/ Ação Educativa/ Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

_____. *Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. 2009. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PINTO, M T. *Sobre a vivência da condição juvenil: um estudo com jovens egressos do ProJovem Urbano (2008-2010) da cidade do Rio de Janeiro* - 2012. 124 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2012.

PIRES, M. G. L. *Novos marcos de dualismo educacional na sociedade contemporânea [manuscrito] o caso do ProJovem Urbano* – 2010. 157f.: Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/.../00000010135709212012572220530659.pdf>. Acesso 6 mai. 2013.

POCHMANN, M. *Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?* Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, 2004.

SALGADO, M. U. C. O Projovem e a Gestão em Redes Sociais. In: *Textos Complementares Para Formação de Gestores*. [Maria José Vieira Feres...et al.] – Brasília, Programa nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008.

SANTOS, B. R. Vinte anos de estatuto da Criança e do Adolescente e as políticas para a infância e juventude. In: DAYRELL, Juarez, MOREIRA, Maria Inez Costa, STENGEL, Márcia. *Juventudes Contemporâneas: Um mosaico de possibilidades*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010. p. 339-426.

SANTOS, S. R. B. dos; CAIRES, F. C. B.; SANTOS, E. L.; SALES, S. C. F. *Evasão Escolar no ProJovem Urbano: algumas percepções em Vitória da Conquista - Ba (Etapa 2008 a 2010)*. V Encontro de Administração Política para desenvolvimento do Brasil. Vitória da Conquista – Bahia – 05 jun, 2013.

SARMENTO, D. Educação Escolar: velhos e novos desafios. Educação em Foco, vol. 17, n.2, Juiz de Fora: Editora UFJF, jul. 2012/out.2013.

SCHWARTZMAN, S. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2004.

SILVA, E. R. S.; ANDRADE, C. C. A política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. C; ANDRADE, C. C. (Orgs.). *Juventudes e Políticas Sociais no Brasil* . Brasília: Ipea, 2009.

SILVEIRA, O. M. C. *O unicórnio e o rinoceronte : análise do ProJovem a partir de seus beneficiários* - 2009. 167 f.: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOARES, T. M.; FERRÃO, M. E.; MARQUES, C. de A.. Análise da evasão no ProJovem Urbano: uma abordagem através do Modelo de Regressão Logística Multinível. *Ensaio: aval. pol. públ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 841-860, out./nov. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/07.pdf> . Acesso em: 14 jul. 2012.

SOARES, S. de P. L. Estado, políticas públicas e juventude: avaliação de efeitos de um programa federal na esfera local. 2013. 211f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, R. M. *O discurso do protagonismo juvenil*. 2006. 351f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SPOSATI, A. (Coord.). *Mapa da Exclusão Inclusão Social da Cidade de São Paulo. Dinâmica Social dos anos 90*. Núcleo de Estudo e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social – NEPSAS – PUC/SP. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/ Programa de Pesquisa em Geoprocessamento. Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – Polis. São Paulo. CDRom, 2000.

SPOSITO, M. P. Educação e Movimentos Populares. *Tempo e Presença (Impresso)*, São Paulo, v. 272, n. 272, p. 5-7, 1993.

_____. Estudos Sobre Juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 5/6, n. 5, p. 37-52, 1997.

_____. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In Abramo, H. e Branco, P. P. (orgs). *Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto da Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____.; CARRANO, P. C. R. *Juventude políticas públicas no Brasil*. In: LEÓN, Oscar D. (Ed). *Políticas Públicas de juventude em América Latina: políticas nacionales*. CIDPA, 2003.

_____.; CORROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 141-172, nov. 2005.

_____.; SILVA, H. H. de C. ; SOUZA, N. A.de . Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 32, n. 32, p. 248-267, 2006.

_____.; e CARRANO, P. "Juventude e políticas públicas no Brasil" . In: *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: Unesco, MEC, Anped, 2007.

_____. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Org.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: 2ª. Ed. Cortez, 2008.

_____. *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. v. 1. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

ONU. Organização das Nações Unidas. Resolução 40/14, de 18 de novembro de 1985. *Año Internacional de la juventud: participación, desarrollo, paz*. Disponível em: <http://www.un.cl>. Acesso em: 08 nov. 2005.

_____. Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas. Plano de ação de Braga sobre a juventude. Braga, Portugal, agosto de 1998. In: CEPAL e UNESCO. *Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001, Anexo, p. 159-70.

RUA, M das G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Representação no Brasil. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. 2ª impressão. Brasília: UNESCO, 2004.

UNITED NATIONS (UN). *Braga Youth Action Plan*. In: WORLD YOUTHvFORUM OF THE UNITED NATIONS SYSTEM, 3., 1998, Braga, Portugal. *Anais*. Braga, Portugal, 2-7 Aug. 1998. Disponível em: <<http://www.un.org/events/youth98/yforum98/bragayap.htm>>._____. *World Youth Report 2005*. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/vsocdev/unyin/documents/wyr05book.pdf>>. Acesso: 12 set. 2012.

ZAGO, N. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar. In NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N.(Orgs.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 3ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p.17-44.

ANEXOS

ANEXO 1
QUADRO 01 – Programas Sociais destinados ao segmento juvenil

PROGRAMA	MINISTÉRIO	OBJETIVO
Programa Integrado de Juventude (ProJovem)	Ministério da Educação	Visa ampliar o atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos excluídos da escola e da formação profissional. Vai funcionar nas modalidades ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador.
Programa Bolsa-Atleta	Ministério do Esporte	Apoio financeiro a atletas com mais de 12 anos que não possuem patrocínio. O benefício é dividido em quatro categorias: estudantes, nacional, internacional e olímpica/paraolímpica e tem duração um ano, prorrogável.
Programa Brasil Alfabetizado	Ministério da Educação	Promoção de alfabetização para jovens acima de 15 anos. Os cursos são promovidos por instituições de ensino em um período de oito meses.
Programa Escola Aberta	Ministério da Educação	Abertura das escolas públicas nos fins de semana. Pagamento de bolsa a jovens que ministram oficinas.
Programa Juventude e Meio Ambiente	Ministério da Educação	Formação e fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens em cinco eixos: educação ambiental, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política. A capacitação é feita na forma presencial e à distância.
Programa Nossa Primeira Terra	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Linha de financiamento do Programa de Crédito Fundiário para aquisição de imóveis e investimentos em infraestrutura básica. Voltado a jovens do meio rural com idade entre 18 a 28 anos. Visa estimular a permanência dos jovens e suas famílias no campo e possibilitar qualificação técnica.
Programa Cultura Viva	Ministério da Cultura	Disponibilização de recursos para montagem de Pontos de Cultura, com apoio à compra de material multimídia e à realização de atividades envolvendo iniciativas culturais já existentes. Visa fortalecer as manifestações culturais e a produção audiovisual nas comunidades e nas escolas, bem como o protagonismo juvenil nestes espaços.
Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio (Proeja)	Ministério da Educação	Ampliação de vagas em cursos de educação profissional para jovens e adultos que concluíram o ensino fundamental, com no mínimo 21 anos de idade. Realização de cursos de formação técnica continuada, com validade de Ensino Médio (2.400 horas).
Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)	Ministério do Trabalho e Emprego	Qualificação sócio profissional de jovens de 16 a 24 anos, desempregados, com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Os participantes recebem vale-transporte e bolsa-auxílio de R\$ 150
Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM)	Ministério da Educação	Extensão da distribuição de livros didáticos de português e matemática para o ensino médio. Mais de sete milhões de alunos do 1º, 2º e 3º anos já foram beneficiados.
Projeto Rondon	Ministério da Defesa	Estudantes de ensino superior desenvolvem trabalhos nas áreas de estudo em regiões remotas do Brasil. Promove uma aliança entre estudantes universitários e comunidades na busca de soluções que melhorem a qualidade de vida da população assistida.
Programa Pronaf Jovem	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Linha de financiamento para filhos de agricultores familiares, com idade entre 16 e 25 anos. Os participantes devem ter concluído ou estar cursando formação em centros de alternância, ou escolas técnicas agrícolas, ou curso ou estágio de formação profissional.
Programa Universidade para todos (ProUni)	Ministério da Educação	Concede bolsas de estudos integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda e a professores da rede pública que não tenham formação superior. Alunos do ProUni em tempo integral recebem bolsa de um salário mínimo mensal.
Programa Segundo Tempo	Ministério do Esporte	Desenvolvimento de atividades recreativas e acesso à prática do esporte no período contrário da escola, incluindo mais complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo. Voltado a jovens entre 7 e 14 anos, matriculados na Rede Pública de Ensino e de baixa renda.
Projeto Soldado Cidadão	Ministério da Defesa	Atividades de formação e qualificação técnica para jovens egressos do serviço militar com o intuito de prepará-los para o mercado de trabalho.

Fonte: Secretaria Nacional de Juventude, 2010. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/programas>>

ANEXO 2
Quadro 2 : Arcos Ocupacionais

Arcos Ocupacionais	Ocupações
1. Administração	a) Arquivador b) Almoxarife c) Contínuo (Office-Boy/Office-Girl) d) Auxiliar Administrativo
2. Agroextrativismo	a) Trabalhador em Cultivo Regional b) Extrativista Florestal de Produtos Regionais c) Criador de Pequenos Animais d) Artesão Regional
3. Alimentação	a) Chapista b) Cozinheiro Auxiliar c) Repositor de Mercadorias d) Vendedor Ambulante (Alimentação)
4. Arte e Cultura I	a) Assistente de Produção Cultural b) Auxiliar de Cenotecnia c) Assistente de Figurino d) DJ/Mc
5. Arte e Cultura II	a) revelador de Filmes Fotográficos b) Fotógrafo Social c) Operador de Câmera de Vídeo d) Finalizador de Vídeo
6. Construção e Reparos I (Revestimentos)	a) Ladrilheiro b) Gesseiro c) Pintor d) Reparador (Revestimento)
7. Construção e Reparos II (instalações)	a) Eletricista de Instalações (Edifícios) b) Trabalhador da Manutenção de Edificações c) Instalador e Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações d) Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança
8. Educação	a) Auxiliar de Administração Escolar b) Contador de Histórias c) Inspetor de Alunos d) Recreador
9. Esporte e Lazer	a) Recreador b) Agente Comunitário de Esporte e Lazer c) Monitor de Esporte e Lazer d) Animador de Eventos
10. Gestão Pública e Terceiro Setor	a) Agente Comunitário b) Agente de Projetos Sociais c) Coletor de Dados e Pesquisas e Informações Locais d) Auxiliar Administrativo
11. Gráfica	a) Gilhotineiro (Indústria Gráfica) b) Impressor serigráfico c) Operador de Acabamento d) Encadernador
12. Joalheria	a) Ourives na Fabricação e Reparação de Jóias b) Fundidor c) Auxiliar na confecção de Bijuterias d) Vendedor de comércio
13. Madeira e Móveis	a) Marceneiro b) Reformador de móveis c) Auxiliar de Desenhista de Móveis d) Vendedor de Móveis

14. Metalmecânica	a) Serralheiro b) Funileiro Industrial c) Auxiliar de promoção de Vendas d) Assistente de Vendas (Automóveis e Auto peças)
15. Pesca e Piscicultura	a) Trabalhador na Pesca Artesanal b) Trabalhador na Piscicultura c) Trabalhador em Unidades de Beneficiamento e Processamento de Pescados d) Vendedor de Pescados
16. Saúde	a) Auxiliar de Administração em Hospitais e Clínicas b) Recepcionista de Consultório Médico e Dentário c) Atendente de Laboratório de Análises Clínicas d) Atendente de Farmácia - Balconista
17. Serviços Domésticos I	a) Faxineira b) Porteiro c) Cozinheira no Serviço Doméstico d) Caseiro
18. Serviços Domésticos II	a) Cuidador de Idosos b) Passador de Roupas c) Cuidador de Crianças (Babá) d) Lavadeiro
19. Serviços Pessoais	a) Manicura e Pedicura b) Depilador c) Cabeleleiro d) Maquiador
20. Telemática	a) Operador de Microcomputador b) Helpdesk c) Telemarketing d) Assistente de Vendas
21. Transporte	a) Cobrador de Transportes coletivos b) Despache de Tráfego c) Assistente Administrativo d) Ajudante Geral em Transportes
22. Turismo e Hospitalidade	a) Organizador de Eventos b) Cumin c) Recepcionista de Hotéis d) Monitor de Turismo Local

Fonte: Brasil, 2010.

ANEXO 3

QUESTIONÁRIO ALUNOS DO PROJovem URBANO DE JUIZ DE FORA- TURMA 2012/2013

Prezado jovem,

Esse questionário faz parte de uma pesquisa que tem como objetivo principal conhecer quem é o jovem que conclui o Programa ProJovem Urbano de Juiz de Fora, quais suas percepções sobre o Programa e suas perspectivas futuras em relação à sua vida laboral e acadêmica. Serão feitas algumas perguntas simples sobre você, sua família e sua opinião sobre o ProJovem. Desta forma sua colaboração é de fundamental importância nesse estudo, pois permite saber se, de fato, o Programa cumpriu com os seus objetivos. Comprometemo-nos, em manter sigilo sobre sua identidade e agradecemos sua colaboração nesse estudo, que espera contribuir na ampliação de discussões e reflexões sobre elaboração de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira e melhorar a qualidade das já existentes.

Obrigada,

Márcia A Batista Ferreira

Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Educação

FACED/Universidade Federal de Juiz de Fora

Nome Completo: _____

E-mail (Facebook): _____

Telefone fixo: _____ Telefone celular: _____

Endereço residencial: _____ Nº: _____

Bairro: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O JOVEM

<p>1- Sexo</p> <p>() Feminino</p> <p>() Masculino</p> <hr/> <p>2- Qual a sua idade? _____ anos</p>	<p>5- Atualmente você é:</p> <p>() Solteiro (a)</p> <p>() Casado (a), mora junto</p> <p>() Separado (a), divorciado (a)</p> <p>() Viúvo (a)</p>
<p>3- Você se considera?</p> <p>() Branco (a)</p> <p>() Negro (a)</p> <p>() Amarelo (a)</p> <p>() Indígena</p> <p>() Pardo (a)</p>	<p>6- Você tem filhos?</p> <p>() Não tenho filhos ainda</p> <p>() Sim, tenho 1 filho (a)</p> <p>() Sim, tenho 2 filhos (as)</p> <p>() Sim, tenho 3 filhos (as)</p> <p>() Sim, tenho mais de 3 filhos (as)</p>

<p>4- Qual o lugar você ocupa na sua família?</p> <p><input type="checkbox"/> Filho mais novo.</p> <p><input type="checkbox"/> Filho do meio.</p> <p><input type="checkbox"/> Filho mais velho.</p> <p><input type="checkbox"/> Filho único.</p>	<p>7- Sua mãe trabalha fora? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>Qual profissão? _____</p> <p><input type="checkbox"/> Desempregada <input type="checkbox"/> Aposentada</p>
<p>8- Quantas pessoas residem na sua casa?</p> <p><input type="checkbox"/> Moro sozinho (a)</p> <p><input type="checkbox"/> De 2 a 3 pessoas</p> <p><input type="checkbox"/> De 3 a 4 pessoas</p> <p><input type="checkbox"/> De 4 a 6 pessoas</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 6 pessoas</p>	<p>13- A renda total da sua família é:</p> <p><input type="checkbox"/> Menos de 1 salário mínimo (R\$ 678,00)</p> <p><input type="checkbox"/> De um a dois salários mínimos (entre R\$ 678,00 e R\$ 1.356,00)</p> <p><input type="checkbox"/> De dois a cinco salários mínimos (entre R\$ 1.356,00 e R\$ 3.390,00)</p> <p><input type="checkbox"/> De cinco a dez salários mínimos (entre R\$ 3.390,00 e R\$ 6.780,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Acima de dez salários mínimos (R\$ 6.780,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Prefiro não declarar</p>
<p>9- Nível de instrução da sua mãe:</p> <p><input type="checkbox"/> Fundamental incompleto (1ª à 8ª série)</p> <p><input type="checkbox"/> Fundamental completo (1ª à 8ª série)</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto (1º ao 3º ano)</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino Médio completo (1º ao 3º ano)</p> <p><input type="checkbox"/> Superior incompleto</p> <p><input type="checkbox"/> Superior completo</p>	<p>14- Com quanto você contribui nesta renda familiar mensal?</p> <p><input type="checkbox"/> com menos da metade da renda familiar;</p> <p><input type="checkbox"/> com cerca de metade da renda familiar;</p> <p><input type="checkbox"/> com mais da metade da renda familiar</p> <p><input type="checkbox"/> sou o único que possui renda;</p>
<p>10- Seu pai trabalha? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>Qual profissão? _____</p> <p><input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Aposentado</p>	<p>15- Quanto representa a bolsa-auxílio do ProJovem na sua Renda Individual:</p> <p><input type="checkbox"/> toda a minha renda;</p> <p><input type="checkbox"/> quase toda a minha renda;</p> <p><input type="checkbox"/> cerca da metade de minha renda;</p> <p><input type="checkbox"/> menos da metade da minha renda;</p> <p><input type="checkbox"/> apenas uma pequena parte de minha renda</p>
<p>11- Nível de instrução do seu pai:</p> <p><input type="checkbox"/> Fundamental incompleto (1ª à 8ª série)</p> <p><input type="checkbox"/> Fundamental completo (1ª à 8ª série)</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto (1º ao 3º ano)</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino Médio completo (1º ao 3º ano)</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino Superior completo</p>	<p style="text-align: center;">SITUAÇÃO HABITACIONAL</p> <p>16- A) Tipo de moradia:</p> <p><input type="checkbox"/> Apartamento <input type="checkbox"/> Casa popular</p> <p><input type="checkbox"/> Barraco <input type="checkbox"/> Outros _____</p> <p><input type="checkbox"/> Casa</p> <p>B)- Condições de Moradia:</p> <p>Iluminação Elétrica: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Água Encanada: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Destino dos dejetos: <input type="checkbox"/> Fossa <input type="checkbox"/> Saneamento</p> <p><input type="checkbox"/> Outros: _____</p>

<p>20-Caso tenha parado de estudar algum momento, qual o PRINCIPAL que o levou a isto?</p> <p><input type="checkbox"/> Dificuldades de aprender</p> <p><input type="checkbox"/> Desinteresse pelos conteúdos</p> <p><input type="checkbox"/> Problemas de relacionamento na escola</p> <p><input type="checkbox"/> Incompatibilidade com trabalho ou ocupação</p> <p><input type="checkbox"/> Necessidade de tomar conta de filho ou parentes</p> <p><input type="checkbox"/> Gravidez</p> <p><input type="checkbox"/> Mudança de endereço, de bairro ou cidade</p> <p><input type="checkbox"/> Outros Quais? _____</p>	<p>25-Na sua opinião, quais os motivos que o levaram a PERMANECER no ProJovem Urbano?</p> <p><input type="checkbox"/> Oportunidade de concluir o Ensino Fundamental</p> <p><input type="checkbox"/> Qualificação profissional</p> <p><input type="checkbox"/> O auxílio de R\$ 100,00 da bolsa</p> <p><input type="checkbox"/> Qualidade das aulas</p> <p><input type="checkbox"/> Aumento da autoestima</p> <p><input type="checkbox"/> Cria boas expectativas de vida</p> <p><input type="checkbox"/> Incentivo e estímulo dos educadores do ProJovem</p> <p><input type="checkbox"/> Outros. _____</p>
<p>21- Quantas vezes você foi reprovado?</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhuma vez</p> <p><input type="checkbox"/> Uma vez</p> <p><input type="checkbox"/> Duas vezes</p> <p><input type="checkbox"/> Três vezes</p> <p><input type="checkbox"/> Quatro vezes</p> <p><input type="checkbox"/> Cinco vezes ou mais</p>	<p>26-Do que mais gostou no ProJovem Urbano?</p> <p><input type="checkbox"/> Relações com os colegas</p> <p><input type="checkbox"/> Qualidade do ensino e professores</p> <p><input type="checkbox"/> Atividades desenvolvidas</p> <p><input type="checkbox"/> O auxílio da bolsa</p> <p><input type="checkbox"/> Fazer novos amigos</p> <p><input type="checkbox"/> Quebrar a rotina</p>
<p style="text-align: center;">PROJOVEM URBANO</p> <p>22-Quais foram as dificuldade enfrentadas por você para se manter no ProJovem Urbano?</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Distância do núcleo</p> <p><input type="checkbox"/> Gravidez</p> <p><input type="checkbox"/> Problemas familiares</p> <p><input type="checkbox"/> Desinteresse e dificuldades em acompanhar as aulas</p> <p><input type="checkbox"/> Não houve dificuldades</p> <p><input type="checkbox"/> Briga de gangues na localidade da escola</p> <p><input type="checkbox"/> Outros. _____</p> <p>27- Antes do ProJovem, qual a última série que você havia cursado?</p> <p><input type="checkbox"/> 4ª série do ensino fundamental</p> <p><input type="checkbox"/> 5ª série do ensino fundamental</p> <p><input type="checkbox"/> 6ª série do ensino fundamental</p> <p><input type="checkbox"/> 7ª série do ensino fundamental</p> <p><input type="checkbox"/> 8ª série do ensino fundamental</p> <p><input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____</p>	<p>31- O que a participado no ProJovem Urbano trouxe para sua vida? (Marque quantas respostas forem necessárias)</p> <p><input type="checkbox"/> Não, trouxe mudanças na minha vida</p> <p><input type="checkbox"/> Melhorou minha autoestima</p> <p><input type="checkbox"/> Possibilitou a conseguir um melhor trabalho/emprego</p> <p><input type="checkbox"/> Possibilitou a continuar os meus estudos</p> <p><input type="checkbox"/> Melhorou minha fluência verbal/ escrita</p> <p><input type="checkbox"/> Ter consciência dos meus direitos e deveres</p> <p><input type="checkbox"/> Ampliou minhas possibilidades de emprego</p> <p><input type="checkbox"/> Conclusão do ensino fundamental</p> <p><input type="checkbox"/> Possibilitou o aprendizado de uma ocupação que gera renda.</p> <hr/> <p>32- O ProJovem atendeu suas expectativas?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Atendeu e até superou minhas expectativas</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Atendeu as minhas expectativas</p> <p><input type="checkbox"/> Não atendeu as minhas expectativas</p> <p><input type="checkbox"/> Atendeu em parte</p>

	TRABALHO
<p>28-Você pretende continuar estudando regularmente depois que concluir o ProJovem Urbano?</p> <p><input type="checkbox"/> Não, meu objetivo agora é terminar o ensino fundamental, com capacitação profissional.</p> <p><input type="checkbox"/> Talvez sim, mas no momento, estou em dúvida em cursar o ensino médio.</p> <p><input type="checkbox"/> Pretendo e vou fazer o ensino médio</p> <p><input type="checkbox"/> Pretendo e vou cursar a faculdade</p> <p><input type="checkbox"/> Não sei o que vou fazer</p>	<p>33- Anteriormente a sua entrada no ProJovem, quanto tempo aproximadamente você permanecia com trabalho remunerado por ano?</p> <p><input type="checkbox"/> Nunca tive trabalho remunerado</p> <p><input type="checkbox"/> Menos de um mês</p> <p><input type="checkbox"/> Entre um e três meses</p> <p><input type="checkbox"/> Entre quatro e seis meses</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 1 ano</p>
<p>29-Você acessa ou já acessou outro programa?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Em caso positivo, qual:</p> <p><input type="checkbox"/> Bolsa Família</p> <p><input type="checkbox"/> ProJovem Adolescente</p> <p><input type="checkbox"/> PETI</p> <p><input type="checkbox"/> Outro. _____</p>	
<p>30-De que forma utiliza o benefício oferecido pelo Programa:</p> <p><input type="checkbox"/> Complementa a renda familiar</p> <p><input type="checkbox"/> Alimentação</p> <p><input type="checkbox"/> Vestimenta e calçados</p> <p><input type="checkbox"/> Lazer</p> <p><input type="checkbox"/> Transporte</p> <p><input type="checkbox"/> Outros. Especificar: _____</p>	<p>34-Quando entrou no ProJovem você tinha algum trabalho remunerado?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Trabalhava sem carteira assinada</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Trabalhava por conta própria</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Trabalhava em “negócio da família”</p> <p><input type="checkbox"/> Fazia bicos</p> <p><input type="checkbox"/> Não trabalhava</p>

<p>35- Com que idade você teve o seu primeiro trabalho remunerado?</p> <p><input type="checkbox"/> Nunca tive trabalho remunerado</p> <p><input type="checkbox"/> Com 10 anos ou menos</p> <p><input type="checkbox"/> Entre 10 e 12 anos</p> <p><input type="checkbox"/> Entre 13 e 15 anos</p> <p><input type="checkbox"/> Com mais de 16 anos</p> <hr/> <p>36-Que tipo trabalho você exerce atualmente ?</p> <p><input type="checkbox"/> Não trabalho atualmente</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalho na área de informática, celulares e tecnologia</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalho como babá, diarista, empregada doméstica</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalho na construção civil, eletricidade,</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalho como cozinheiro, garçom, recepcionista</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalho como cabeleireiro, manicure/pedicure</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalho no Comércio</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalho como Office boy, caixa, auxiliar de serviços gerais</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalho como porteiro, jardineiro, faxineiro.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro.</p> <p>Especificar: _____</p>	<p>38-Assiste ao noticiário de televisão?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Às vezes</p> <p><input type="checkbox"/> Raramente</p> <hr/> <p>39-Costuma ler revistas/jornais?</p> <p><input type="checkbox"/> Com muita frequência</p> <p><input type="checkbox"/> Com pouca frequência</p> <p><input type="checkbox"/> Às vezes</p> <p><input type="checkbox"/> Raramente</p> <p><input type="checkbox"/> Nunca</p> <hr/> <p>40-Na sua casa tem assinatura de jornais e/ou revistas?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <hr/> <p>41-Quantos livros tem em sua casa?</p> <p><input type="checkbox"/> Menos de 5 livros</p> <p><input type="checkbox"/> Menos de 10 livros</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 10 livros</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 30 livros</p> <p><input type="checkbox"/> Não tenho livros em casa</p> <hr/>
<p>HÁBITOS CULTURAIS/ LAZER</p>	
<p>37-O que você mais gosta de fazer no seu tempo livre?</p> <p><input type="checkbox"/> Ir ao cinema</p> <p><input type="checkbox"/> Jogar bola</p> <p><input type="checkbox"/> Namorar</p> <p><input type="checkbox"/> Assistir à TV</p> <p><input type="checkbox"/> Ouvir música</p> <p><input type="checkbox"/> Ir a festas e bailes</p> <p><input type="checkbox"/> Ir a bares</p> <p><input type="checkbox"/> Ler</p> <p><input type="checkbox"/> Viajar</p> <p><input type="checkbox"/> Estudar</p> <p><input type="checkbox"/> Não gosto de fazer nada</p>	<p>Obrigada pela colaboração!</p>

ANEXO 4

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EGRESSOS DO PROJOVEM URBANO

Bom dia/Boa Tarde! Meu nome é _____. O nosso objetivo aqui é ouvir as opiniões de vocês, sobre suas experiências no PROJOVEM e depois de sua participação nesse programa. Gostaríamos de discutir suas motivações, expectativas e percepções sobre o programa e possíveis mudanças que possa ter trazido a sua vida. Dessa forma, vocês estarão contribuindo para a produção de um conhecimento sobre o programa, que pode auxiliar nas discussões sobre política pública para juventude no Brasil. Por isso, muito obrigado (a) pela participação de todos, esperamos que essa conversa seja informativa e estimulante.

1-Trajatória escolar

Escolaridade

Última série que você concluiu antes de entrar para o Projovem

Idade em que parou de estudar

Motivo pelo qual parou de estudar

Como foi sua trajetória na infância e adolescência e relação com a escola?

Escolaridade dos pais

Recebia incentivos para estudar dos seus pais

Relevância da educação para seus familiares e amigos

Número de reprovações antes do Projovem

Família (pessoas que moram na mesma residência) :sexo, parentesco, idade, escolaridade, estuda (sim ou não), principal atividade (para os entes que trabalham).

2-Projovem Urbano

Objetivo ao cursar o Projovem Urbano

Diferença da escola que você estudou antes de entrar para o Projovem e o Projovem

Aspectos positivos e negativos do Projovem Urbano

O que você aprendeu e que foi mais importante no curso

Mudanças que o Projovem realizou em na sua vida

3-Relação Trabalho Renda

O que está fazendo agora? Deu continuidade aos estudos? Está trabalhando?

A qualificação profissional oferecida o ajudou a conseguir trabalho? De que forma contribuiu?

Para os que já trabalhavam, percebem alguma mudança em sua relação com o trabalho? A mudança tem haver com o Projovem?

Percepção em relação às pessoas que cursaram o ProJovem e melhoraram sua situação de trabalho e renda.

4-Juventude

O que é ser jovem?

Quais as maiores dificuldades que os jovens enfrentam?

Quais as dificuldades que você acha que terá no futuro?

Como você está se preparando para o futuro?

Quais são seus projetos para o futuro, pós Projovem Urbano?

ANEXO 5
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES

1. Qual a sua formação?
2. Quanto tempo você trabalhou no Projovem Urbano?
3. Como você vê os jovens do Programa?
4. Houve alguma dificuldade em trabalhar com estes jovens?
5. O que você valorizava nestes jovens?
6. O que você acha que os jovens valorizam nos professores?
7. Quais os maiores problemas que o Projovem Urbano enfrenta com relação aos jovens?
8. A que se devem as altas taxas de evasão do programa em 2013?
9. Como os jovens estão se preparando para o futuro?
10. Vocês perceberam que os jovens possuíam projetos para o futuro, durante o curso?
11. Como o programa ajuda o jovem a ser jovem?
12. Como sua disciplina pôde ajudar os jovens a se preparar para o futuro?
13. Como o Projovem Urbano pôde contribuir para melhorar a vida dos jovens?
14. Para você, que papel os jovens representam na sociedade atual?
15. Você percebe que o Programa atinge seus objetivos juntos aos jovens?

ANEXO 6
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES/COORDENAÇÃO

1. Qual o cargo que você ocupa no Projovem Urbano?
2. Há quanto tempo você trabalha no Projovem Urbano?
3. Qual o objetivo do Projovem Urbano de Juiz de Fora?
4. Quais os arcos oferecidos? Por que houve um fechamento do arco da beleza?
4. Quanto à evasão e infrequência dos jovens ao programa, a que está atrelado? Você considera que o fechamento de alguns polos e arco contribui para a evasão?
5. Quais os maiores problemas que o Projovem Urbano enfrenta para conseguir que o jovem conclua os 18 meses do programa?
6. Em nossa pesquisa, não foi possível coletar dados de matrícula inicial e conclusão do ano de 2011. O que aconteceu com esses dados? Onde conseguiu-los?
7. Na turma que formou em 2013, de um total de 466 alunos, apenas 84 conseguiram concluir. O que isso representa? Por que você acha que nos anos anteriores a evasão foi menor?
8. Há problemas de estrutura física para execução das atividades?
9. Para você, quem são os jovens do Projovem Urbano?
10. Como o Projovem Urbano pode contribuir para melhorar a vida dos jovens?
11. Para você, que papel os jovens representam na sociedade atual?
12. Você percebe que o Programa atinge seus objetivos juntos aos jovens?
13. Houve alguma preocupação em conduzir os alunos formados para alguma escola de Ensino Médio?
14. Como está o programa agora em 2014? Quais locais estão funcionando?

ANEXO 7
TERMO DE CONSETIMENTO E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE

O Sr.(a) _____,
RG _____, aluno(a) egresso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, foi convidado(a) a participar de pesquisa de caráter acadêmico, realizada pela doutoranda Márcia A Batista Ferreira, inserida no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora orientada pela Professora Dr^a Diva Chaves Sarmento.

A pesquisa, nível doutorado, tem por objetivo conhecer quem é o jovem que conclui o Projovem Urbano de Juiz de Fora, quais são as suas percepções sobre o Programa e suas perspectivas futuras em relação a sua vida laboral e acadêmica; e verificar se o Programa contribuiu, para alterar sua trajetória escolar e profissional.

A participação nesta pesquisa é voluntária, estando sempre resguardadas a privacidade e integridade social, moral, física e psicológica do entrevistado. Assim, as informações colhidas terão caráter confidencial e só serão utilizadas sem identificação. A entrevista terá o áudio gravado e na apresentação dos resultados os participantes não serão identificados.

Declaro que estou ciente dos objetivos desta pesquisa e de acordo com este termo.

Juiz de Fora _____, _____ de 2014.

Assinatura

Assinatura da Pesquisadora

ANEXO 8
TERMO DE CONSETIMENTO DOS GESTORES E PROFESSORES

O Sr.(a) _____,
RG _____, foi convidado(a) a participar de pesquisa de caráter acadêmico, realizada pela doutoranda Márcia A Batista Ferreira, inserida no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora orientada pela Professora Dr^a Diva Chaves Sarmento.

A pesquisa, nível doutorado, tem por objetivo conhecer quem é o jovem que conclui o Projovem Urbano de Juiz de Fora, quais são as suas percepções sobre o Programa e suas perspectivas futuras em relação a sua vida laboral e acadêmica; e verificar se o Programa contribuiu, para alterar sua trajetória escolar e profissional.

A participação nesta pesquisa é voluntária, estando sempre resguardadas a privacidade e integridade social, moral, física e psicológica do entrevistado. Assim, as informações colhidas terão caráter confidencial e só serão utilizadas sem identificação. A entrevista terá o áudio gravado e na apresentação dos resultados os participantes não serão identificados.

Declaro que estou ciente dos objetivos desta pesquisa e de acordo com este termo.

Juiz de Fora _____, _____ de 2014.

Assinatura

Assinatura da Pesquisadora

ANEXO 9
QUADRO IV- Perfil individual dos entrevistados

Nome	Dados pessoais	Trajetória escolar	Trajetória laboral
Z	Idade: 20 anos Cor autodeclarada: Branca Nº de filhos: 0 Situação conjugal: Solteira Renda familiar: 2 a 3 salários	Idade de ingresso na escola: aos 7 anos Idade que interrompeu os estudos: 14 anos Nº de vezes que interrompeu os estudos: 1 vez Nº de vezes que repetiu: 0 Última série concluída: 8ª Idade de ingresso no Projovem: 19 anos Situação escolar atual: Estudando	Idade que começou a trabalhar: mais de 16 anos Ocupação inicial: Fazia bicos Ocupação atual: Doméstica Projeto de futuro: Concluir o ensino Médio e fazer faculdade de psicologia. Quer ter um emprego de carteira assinada
G	Idade: 21 anos Cor autodeclarada: branca Nº de filhos: 0 Situação conjugal: solteira Renda familiar: dois salários mínimos.	Idade de ingresso na escola: aos 6 anos Idade que interrompeu os estudos: 16 anos Nº de vezes que interrompeu os estudos: 1 vez Nº de vezes que repetiu: 5 vezes Última série concluída: 6ª série Idade de ingresso no Projovem: 20 anos Situação escolar atual: não está estudando	Idade que começou a trabalhar: Nunca teve trabalho remunerado Ocupação inicial: Não trabalhava Ocupação atual: Procurando emprego Projeto de futuro: Fazer faculdade de gastronomia e trabalhar na fábrica da Garoto.
AC	Idade: 22 anos Cor autodeclarada: negro Nº de filhos: 1 Situação conjugal: solteira Renda familiar: 2 a 3 salários	Idade de ingresso na escola: aos 6 anos Idade que interrompeu os estudos: 15 anos Nº de vezes que interrompeu os estudos: 2 Nº de vezes que repetiu: três vezes Última série concluída: 7ª série Idade de ingresso no Projovem: 21 anos Situação escolar atual: Estudando	Idade que começou a trabalhar: com mais de 16 anos Ocupação inicial: Fazia bicos Ocupação atual: Desempregada Projeto de futuro: Concluir o Ensino Médio e fazer faculdade de Nutrição.
W	Idade: 26 anos Cor autodeclarada: parda Nº de filhos: 0 Situação conjugal: casado Renda familiar: 2 salários	Idade de ingresso na escola: 6 anos Idade que interrompeu os estudos: 16 anos Nº de vezes que interrompeu os estudos: 2 Nº de vezes que repetiu: 3 vezes Última série concluída: 6ª série Idade de ingresso no Projovem: 25 anos Situação escolar atual: Estudando E. M.	Idade que começou a trabalhar: 15 anos Ocupação inicial: Manutenção de piscinas Ocupação atual: Manutenção de piscinas Projeto de futuro: Concluir o Ensino médio e fazer faculdade de química.
ML	Idade: 28 anos Cor autodeclarada: branca Nº de filhos: 1 filho Situação conjugal: solteira Renda familiar: não declarado	Idade de ingresso na escola: 10 anos Idade que interrompeu os estudos: 16 anos Nº de vezes que interrompeu os estudos: 1 Nº de vezes que repetiu: nenhuma Última série concluída: 5ª série Idade de ingresso no Projovem: 27 anos Situação escolar atual: Estudando E. M.	Idade que começou a trabalhar: Aos 10 anos Ocupação inicial: Trabalho de carteira assinada Ocupação atual: Doméstica Projeto de futuro: Terminar o Ensino Médio e conseguir um trabalho melhor.
E	Idade: 24 anos Cor autodeclarada: Negra Nº de filhos: 0 Situação conjugal: solteira Renda familiar: Não declarou	Idade de ingresso na escola: 8 anos Idade que interrompeu os estudos: 15 anos Nº de vezes que interrompeu os estudos: 2 Nº de vezes que repetiu: 2 vezes Última série concluída: 5ª série Idade de ingresso no Projovem: 24 anos Situação escolar atual: Não está estudando	Idade que começou a trabalhar: aos 15 anos Ocupação inicial: Trabalhava de carteira assinada Ocupação atual: Babá do sobrinho Projeto de futuro: Estudar para conseguir um bom emprego.
CR	Idade: 25 anos Cor autodeclarada: Negra Nº de filhos: 1 filho Situação conjugal: solteira Renda familiar: de 2 a 5 salários mínimos.	Idade de ingresso na escola: aos 6 anos Idade que interrompeu os estudos: 17 anos Nº de vezes que interrompeu os estudos: 2 Nº de vezes que repetiu: 1 vez Última série concluída: 7ª série Idade de ingresso no Projovem: 24 anos Situação escolar atual: Estudando	Idade que começou a trabalhar: 16 anos Ocupação inicial: trabalhava de carteira assinada Ocupação atual: Serviços gerais em hospital Projeto de futuro: concluir o ensino fundamental e cursar faculdade

ANEXO 10
Música: Não é Sério
Charlie Brown Jr

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
 O jovem no Brasil nunca é levado a sério
 Sempre quis falar
 Nunca tive chance
 Tudo o que eu queria
 Estava fora do meu alcance
 Sim, já
 Já faz um tempo
 Mas eu gosto de lembrar
 Cada um, cada um
 Cada lugar, um lugar
 Eu sei como é difícil
 Eu sei como é difícil acreditar
 Mas essa porra um dia vai mudar
 Se não mudar, pra onde vou...
 Não cansado de tentar de novo
 Passa a bola, eu jogo o jogo
 3x

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
 O jovem no Brasil nunca é levado a sério
 A polícia diz que já causei muito distúrbio
 O repórter quer saber porque eu me drogo
 O que é que eu uso
 Eu também senti a dor
 E disso tudo eu fiz a rima
 Agora tô por conta
 Pode crer que eu tô no clima
 Eu tô no clima, eu tô clima
 Eu tô no clima, segue a rima
 Revolução na sua mente você pode você faz
 Quem sabe mesmo é quem sabe mais
 Revolução na sua vida você pode você faz
 Quem sabe mesmo é quem sabe mais
 Revolução na sua mente você pode você faz
 Quem sabe mesmo é quem sabe mais
 Também sou rimador, também sou da banca
 Aperta um do forte que fica tudo a pampa
 Eu tô no clima! Eu tô no clima ! Eu tô no clima
 Segue a Rima!
 (repete tudo)
 Sempre quis falar....
 "O que eu consigo ver é só um terço do problema
 É o Sistema que tem que mudar
 Não se pode parar de lutar
 Senão não muda
 A Juventude tem que estar a fim,
 Tem que se unir,
 O abuso do trabalho infantil, a ignorância
 Só faz destruir a esperança
 Na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
 Deixa ele viver! É o que Liga."

ANEXO 11
Música: Geração Coca-Cola
Legião Urbana

Quando nascemos fomos programados
 A receber o que vocês
 Nos empurraram com os enlatados
 Dos U.S.A., de 9 às 6
 Desde pequenos nós comemos lixo
 Comercial e industrial
 Mas agora chegou nossa vez
 Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês
 Somos os filhos da revolução
 Somos burgueses sem religião
 Somos o futuro da nação
 Geração Coca-Cola
 Depois de 20 anos na escola
 Não é difícil aprender
 Todas as manhas do seu jogo sujo
 Não é assim que tem que ser
 Vamos fazer nosso dever de casa
 E aí então vocês vão ver
 Suas crianças derrubando reis
 Fazer comédia no cinema com as suas leis
 Somos os filhos da revolução
 Somos burgueses sem religião
 Somos o futuro da nação
 Geração Coca-Cola
 Geração Coca-Cola
 Geração Coca-Cola
 Geração Coca-Cola
 Depois de 20 anos na escola
 Não é difícil aprender
 Todas as manhas do seu jogo sujo
 Não é assim que tem que ser
 Vamos fazer nosso dever de casa
 E aí então vocês vão ver
 Suas crianças derrubando reis
 Fazer comédia no cinema com as suas leis
 Somos os filhos da revolução
 Somos burgueses sem religião
 Somos o futuro da nação
 Geração Coca-cola
 Geração Coca-cola
 Geração Coca-cola
 Geração Coca-cola

ANEXO 12
Música: Será
Legião Urbana

Tire suas mãos de mim
Que eu não pertenço a você
Não é me dominando assim
Que você vai me entender
Eu posso estar sozinho
Mas eu sei muito bem onde estou
Você pode até duvidar
Acho que isso não é amor
Será só imaginação?
Será que nada vai acontecer?
Será que é tudo isso em vão?
Será que vamos conseguir vencer?
Ô ô ô ô ô ô ô ô
Nos perderemos entre monstros
Da nossa própria criação
Serão noites inteiras
Talvez por medo da escuridão
Ficaremos acordados
Imaginando alguma solução
Pra que esse nosso egoísmo
Não destrua nosso coração
Será só imaginação?
Será que nada vai acontecer?
Será que é tudo isso em vão?
Será que vamos conseguir vencer?
Ô ô ô ô ô ô ô ô
Brigar pra quê
Se é sem querer
Quem é que vai nos proteger?
Será que vamos ter
Que responder
Pelos erros a mais
Eu e você?

ANEXO 13
Música : Que País É Esse
Legião Urbana

Nas favelas, no Senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a Constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
No Amazonas, no Araguaia iá, iá,
Na baixada fluminense
Mato grosso, Minas Gerais e no
Nordeste tudo em paz
Na morte eu descanso
Mas o sangue anda solto
Manchando os papéis, documentos fiéis
Ao descanso do patrão
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Terceiro mundo, se for
Piada no exterior
Mas o Brasil vai ficar rico
Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas as almas
Dos nossos índios num leilão
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?

ANEXO 14
SOLICITAÇÃO DE PEDIDO DE ACESSO A INFORMAÇÃO

Dados da Resposta

Data de resposta	01/07/2015
Tipo de resposta	Informação Inexistente
Classificação do Tipo de resposta	
Resposta	Como em 2011 o Programa Pró-Jovem Urbano não era acompanhado pela Secretaria de Educação e sim pela Assistência Social em parceria com o CAED, fizemos uma tentativa enviando um ofício ao CAED para tentar conseguir os dados, porém até o momento ainda não fomos respondidos pelo órgão.

Classificação do Pedido

Categoria do pedido	Educação
Subcategoria do pedido	Profissionais da educação
Número de perguntas	1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
07/05/2015	Pedido Registrado para o Órgão SDS - Secretaria de Desenvolvimento Social	SOLICITANTE
08/05/2015	Pedido Reencaminhado para o Órgão SE - Secretaria de Educação	PJF - Prefeitura de Juiz de Fora/SDS - Secretaria de Desenvolvimento Social
01/07/2015	Pedido Respondido	PJF - Prefeitura de Juiz de Fora/SE - Secretaria de Educação

Reclamação

Órgão Superior Destinatário	PJF - Prefeitura de Juiz de Fora
Órgão Vinculado Destinatário	SE - Secretaria de Educação
Data de Abertura	15/06/2015
Prazo de Atendimento	22/06/2015

Justificativa

Bom dia!

Estou aguardando o pedido que fiz protocolado com o número: 00075000050201516 realizado no dia 5 de maio. A lei da informação fala em 30 dias para obter a resposta. Já se passaram 40 dias e ainda não obtive resposta.

Dados do Pedido

Protocolo	00075000050201516
Solicitante	MÁRCIA APARECIDA BATISTA FERREIRA
Data de abertura	07/05/2015
Orgão Superior Destinatário	PJF - Prefeitura de Juiz de Fora
Orgão Vinculado Destinatário	SE - Secretaria de Educação
Prazo de atendimento	01/06/2015
Situação	Respondido
Status da Situação	Informação Inexistente ()
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Descrição	<p>Sou Pesquisadora, realizando Doutorado em Educação sobre o Projovem Urbano em Juiz de Fora. Não tive acesso aos dados de entrada e saídas de alunos no ano de 2011.</p> <p>A informação é a de que os dados sumiram. Já fui a Secretaria da juventude e ninguém sabe informar. Fui á secretaria de Educação, também não obtive resposta.</p> <p>Tenho urgência com esse número de matrícula e número de formando no ano de 2011.</p>

Estou aguardando.